

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JANETE SCHUBERT

**A INICIATIVA YASUNÍ-ITT E AS COSMOVISÕES EM DISPUTA:
entre o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e o avatar do desenvolvimento**

Porto Alegre

2020

JANETE SCHUBERT

**A INICIATIVA YASUNÍ-ITT E AS COSMOVISÕES EM DISPUTA:
entre o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e o avatar do desenvolvimento**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

SCHUBERT, JANETE

A INICIATIVA YASUNÍ-ITT E AS COSMOVISÕES EM
DISPUTA: entre o Sumak Kawsay/Buen Vivir e o avatar do
desenvolvimento / JANETE SCHUBERT. -- 2020.
197 f.

Orientador: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Iniciativa Yasuni-ITT. 2. Sumak Kawsay. 3.
Decolonialidade. 4. Povos Indígenas. 5. Extrativismo.
I. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo, orient.
II. Título.

JANETE SCHUBERT

**A INICIATIVA YASUNÍ-ITT E AS COSMOVISÕES EM DISPUTA:
entre o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e o avatar do desenvolvimento**

Esta tese foi analisada e julgada adequada para a obtenção do título de doutora em Sociologia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: _____

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Camila Penna de Castro — Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS

Prof. Dr. Carlos Andrés Duque Acosta — Filosofia, Unicatónica, Cali, Colômbia.

Prof. Dr. Pablo Quintero — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social /UFRGS

Porto Alegre

2020

Dedico às mulheres guerreiras que me ensinam e me animam, especialmente as duas Claras da minha vida, minha avó materna (*in memoriam*) e minha filha e, também, a minha mãe, Natalia. E aos incansáveis defensores da vida com os quais tive a felicidade de coincidir neste espaço-tempo de existência, em especial a Benjamin Innuca, Carlos Vasquez e Julio Monsalvo que neste ano fizeram sua transcendência.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este ciclo tenho muito a agradecer a tantos queridos “*hermanos*”, à extensa família que me acolheu e compartilhou saberes comigo. Eu sou infinitamente grata pela possibilidade de realizar esta tese e coincidir com seres humanos maravilhosos, comprometidos com a defesa da vida (em todas suas formas). Ressoam no meu coração tantas vozes, cantos, falas, lágrimas, todos os sentimentos e aprendizados que me atravessaram durante estes cinco anos e que agora constituem meu ser. Espero nunca esquecer a força, a coragem e a potência dos povos indígenas com os quais convivi. Foram muitos aprendizados os quais levarei para a vida toda!

Agradeço, primeiramente a minha pequena filha Clara que com somente três anos, teve que ficar longe da mãe por longos períodos, para que eu pudesse realizar este doutorado. É um agradecimento e um pedido de desculpas, espero que algum dia ela compreenda que para mim sempre o mais difícil foram os momentos longe dela.

À minha querida mãe que não mediu esforços para cuidar da minha pequena filha, dando-lhe amor e suporte nas minhas ausências. Ao meu pai, um sujeito que palavras não alcançariam para descrever sua entrega e generosidade com todos. Às minhas queridas irmãs Eliete e Janaina e ao meu irmão Guilherme aos quais sempre serei infinitamente grata, por terem compartilhado este tempo-espço chamado vida comigo. Agradeço especialmente a minha amada irmã Elaine e ao Charles Simon Soares que no final desta tese me acolheram com toda amorosidade, a eles minha gratidão infinita, uma existência seria pouco para recompensá-los. À toda minha linhagem ancestral porque minha existência seria impossível sem o sacrifício deles.

À família Zimmermann Montesdioca, em especial ao Mauricio, à Dona Irene e à Marina que, em parte da minha caminhada no doutorado, me deram suporte e carinho, imensa gratidão.

Aos povos indígenas Waoranis, Kichwas, Shuar e Ashuar que em acolheram e muito me ensinaram, em especial a César Nihua, à família de Cahuiyca Omaca, à família de Juan Carlos Alvarado, a Penti Baihua, à Nemonte Nenquimo, à Patricia Gualinga, à Gualinga Pusanga, a Rodrigo Gonzalez, a Lenin Rodriguez, a Byron Ima, à Margarida e à Mima, e, por último, mas não menos importante ao Flavio Calapucha, *Ashkata Yupaychani* (muito obrigada em Kichwa), vocês são minha inspiração e a força para seguir caminhando.

À Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), em especial ao querido professor Dr. Santiago Ortiz, por todo seu apoio, atenção e cuidado, sem isso a pesquisa de campo não teria sido possível. Agradeço especialmente à querida Mônica Astuverde por todo

seu apoio e amorosidade e também à Paula. E às queridas professoras Dr^a Sofia Saragocin, Dr^a Silvia Veja e Dr^a Cristina Cielo.

À Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) que através do Programa de Incentivo a Carreira Docente (PICD) me propiciou condições materiais para realização deste doutorado. Aos queridos colegas da UNICRUZ professores Tiago Brutti, Diego Eduardo Dill, Rosane Félix, Elizabeth Dorneles pelo apoio, carinho e interlocução.

Ao *People Health Movement* em especial aos queridos e amados Julio Monsalvo, Sandra Marin, Susana Ratti, Kléver Calle, Camila Giugliani, Denise Nascimento, Vivian Camacho, Gabriel Garcia e Alvaro Restrepo Gaviria.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, em especial ao professor Dr^o Karl Monsma que me acompanhou como orientador no início desta trajetória, gratidão por sua confiança. Aos professores Marcelo Kunrath, Fernando Cotanda, Marilis Almeida e Raquel Weiss.

Ao meu orientador, querido Professor Dr. Guilherme pela atenção e confiança.

À querida médica Jane Reos com quem extrapolei a relação médica-paciente e estabeleci uma bela amizade, por todo seu apoio!

Aos queridos amigos de muitos anos Jaques, Elza, Fausto, Anne, Lizandra, Luciana Monteiro, Ted Henrique e a Brandina Medianeira César da Silva.

À Fundação Alejandro Labaka, em especial ao sociólogo David Suárez coordenador do projeto povos e também aos queridos Washington Huilca, Adrian Alvarez e a Karla Bastide.

À ONG Acción Ecológica pelas entrevistas, artigos e atividades que me permitiram participar em especial a Patricio Chávez e a Esperanza Martinez.

Agradeço ao geógrafo Manuel Bayon pelas entrevistas e interlocuções propiciadas.

Aos queridos intelectuais indígenas Floresmillo Simbaña e Jose Benjamin Innuca pelas entrevistas e pela amorosidade com que me acolheram.

Aos queridos professores da Universidade Central do Equador (UCE), Phillip Altmann e Omar Bonilla pelas entrevistas e por compartilharem generosamente seus conhecimentos.

Aos queridos antropólogos que trabalham nas regiões amazônicas Jose Proaño e Eduardo Pichilingue pela acolhida e entrevistas.

Ao querido professor Armando Muyolema da Universidade de Wisconsin/EUA com quem muito aprendi.

Ao querido Alberto Acosta por seu compromisso com a vida, pela atenção, carinho e interlocução.

À Universidade Andina Simon Bolivar, em especial a querida professora Dr^a Catherine Walsh, por sua generosidade em compartilhar conhecimento, pela convivência que tivemos, que me faz acreditar que se pode fazer ciência de outra forma, mais humana, mais amorosa e gentil. E também ao querido professor Dr. Santiago Arboleda e à querida professora Dr^a Melissa Moreano Venegas.

À Universidade de Padova/Itália na pessoa do querido Professor Massimo de Marchi por sua incansável dedicação à proteção da Amazônia, por sua interlocução e pela cedência de fotos da cidade de Coca.

Ao querido professor Dr. Matthieu Le Quang da Universidade de Paris VII, pelas entrevistas e interlocuções.

Ao querido professor Dr. Alexander Ortiz Ocanã da Universidade de Santa Marta/Colômbia, por sua expressiva produção e compromisso em decolonizar a metodologia e a pesquisa na América Latina, pelos comentários.

Agradeço ao querido amigo professor Dr. Carlos A. Duque Acosta da Universidade de Cali/Colômbia pela troca e interlocução.

Agradeço ao coletivo Yasunidos, em especial ao querido e comprometido amigo Klever Calle e também a Pedro Bermeo. E ao coletivo de geógrafos críticos.

Ao querido Júlio Baldasso pela leitura atenta, pela correção minuciosa e crítica e pelo apoio emocional no final desta escrita.

À Assembleia Socioambiental Latino-americana por me acolher e propiciar um espaço de formação, de militância e de interlocução. E por me fazer acreditar que outro mundo é possível e já o estamos construindo com respeito, reciprocidade e cuidado com todas as formas de vida.

LATINOAMÉRICA

Calle 13

Soy

Soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que te robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero por eso aguanta cualquier clima
Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano
El sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena
Soy una canasta con frijoles
Soy Maradona contra Inglaterra anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta es mi cordillera
Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria no quiere a su madre
Soy américa latina
Un pueblo sin piernas pero que camina, oye

Tú no puedes comprar al viento
Tú no puedes comprar al sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores

Tengo los lagos, tengo los ríos
Tengo mis dientes pa` cuando me sonrío
La nieve que maquilla mis montañas
Tengo el sol que me seca y la lluvia que me baña
Un desierto embriagado con bellos de un trago de pulque
Para cantar con los coyotes, todo lo que necesito
Tengo mis pulmones respirando azul clarito
La altura que sofoca
Soy las muelas de mi boca mascando coca
El otoño con sus hojas desmalladas
Los versos escritos bajo la noche estrellada
Una viña repleta de uvas
Un cañaveral bajo el sol en cuba
Soy el mar caribe que vigila las casitas
Haciendo rituales de agua bendita
El viento que peina mi cabello
Soy todos los santos que cuelgan de mi cuello
El jugo de mi lucha no es artificial
Porque el abono de mi tierra es natural

Tú no puedes comprar al viento
Tú no puedes comprar al sol
Tú no puedes comprar la lluvia

Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores

Não se pode comprar o vento
Não se pode comprar o sol
Não se pode comprar a chuva
Não se pode comprar o calor
Não se pode comprar as nuvens
Não se pode comprar as cores
Não se pode comprar minha alegria
Não se pode comprar minhas dores

No puedes comprar al sol
No puedes comprar la lluvia
Vamos caminando
Vamos dibujando el camino
No puedes comprar mi vida
Mí tierra no se vende

Trabajo bruto pero con orgullo
Aquí se comparte, lo mío es tuyo
Este pueblo no se ahoga con marullos
Y si se derrumba yo lo reconstruyo
Tampoco pestañeo cuando te miro
Para que recuerdes mi apellido
La operación cóndor invadiendo mi nido
Perdono pero nunca olvido, oye

Aquí se respira lucha
(Vamos caminando)
Yo canto porque se escucha (vamos caminando)

Aquí estamos de pie
Que viva la América
No puedes comprar mi vida

Compositores: Rafael Ignacio Arcaute / Eduardo Cabra /
Rene Perez
Letra de Latinoamérica © EMI Music Publishing, Sony/ATV
Music Publishing LLC

LOS ANDINOS SIEMPRE VOLVEMOS

Y el cacique indígena, poco antes de ser conducido a la hoguera, acusado de conspirar por buscar la libertad de su pueblo, dijo: "Soy Tierra que camina, la cáscara de la semilla está presa, pero el germen vital permanece libre y está dispuesto a seguir volando". Y mirando a lo lejos, exclamó: "Me voy a las estrellas, pero volveré pronto. Los indios siempre volvemos. Me voy pero me quedo en todo lo que hice, en todos los que amé y en la huella invisible del tiempo, por donde, en forma de tierra, caminamos rumbo a la eternidad (CHAMALU).

RESUMO

Esta pesquisa analisa as disputas entorno do projeto ambiental, conhecido como Iniciativa *Yasuni-Ishpingo-Tambococha-Tiputini* (Iniciativa *Yasuni-ITT*), apresentado na Organização das Nações Unidas (ONU) pelo presidente do Equador, no ano de 2007. O projeto presumia não explorar um grande depósito de petróleo bruto, localizado em uma zona de alta concentração de biodiversidade e de povos indígenas de recente contato e isolados (não contatados) na Região Amazônica Equatoriana (RAE), em troca de uma compensação monetária da comunidade internacional. O Equador não recebeu o retorno financeiro previsto, a Iniciativa *Yasuni-ITT* foi abandonada e a exploração de petróleo foi liberada, o que representou uma importante fratura nas políticas e ações que visam o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*: cosmovisão dos povos indígenas *Kichwas* andinos, que foi incorporada na constituição de 2008 do Equador. Isso ocorreu porque, em parte destes campos, se situa a Reserva Étnica *Waorani* (REW) e a Zona Intangível dos povos *Tagaeri-Taromenane* (ZITT) indígenas que vivem em isolamento, reconhecidos como Patrimônio Cultural da Humanidade. Esta ação (de forma unilateral) do governo do Equador gerou muitas manifestações conformando-se num coletivo denominado Yasunidos congregando movimentos indígenas, ecologistas, feministas, ciclistas, yogues, animalistas, desta forma, a pauta de proteção ao *Yasuni-ITT* repercutiu internacionalmente. Além disto, importantes intelectuais de várias partes do mundo se mobilizaram, pedindo que o *Yasuni* não fosse explorado. O abandono da Iniciativa *Yasuni-ITT*, com a liberação de exploração de petróleo nestes campos, se tornou emblemático por vários motivos, sobretudo pela aposta que representava de um modelo futuro de desenvolvimento, voltado ao respeito da natureza (Mãe Terra) e às mudanças climáticas, à diversidade cultural e à satisfação das necessidades humanas. A partir da pesquisa de campo, realizada nas cidades de Quito, Puerto Francisco de Orellana (Região Amazônica) e, Otavalo, no Equador no ano de 2017, utilizando-me de diários de campo, entrevistas, análise documental, fotografias, discuto as diferentes lógicas em jogo nesta disputa, sustentadas que são por diferentes cosmovisões. A chave de leitura teórico-analítica agregou de um lado, a denominada colonialidade do poder, perspectiva que sustenta uma economia extrativista que pressiona alguns países ex-colônias da Europa, por matérias-primas, através da qual segue o saqueio de “bens” naturais. E por outro lado, as perspectivas que consideram as milenárias cosmovisões dos povos originários, o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, segundo as quais, a natureza não é um objeto externo, separado do humano, mas um ser que representa a Mãe Terra, com a qual, devemos estabelecer uma relação de complementariedade, de cuidado e de reciprocidade.

Palavras-chave: Iniciativa *Yasuni-ITT*. *Sumak Kawsay*. Decolonialidade. Povos Indígenas. Extrativismo; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper analyses the Ambiental Project known as *Yasuni-Ishpingo-Tambococha-Tiputini Initiative (Iniciativa Yasuni-ITT)*, which was presented in the United Nations Organization (ONU) by the Equator President, in the year of 2007. The Project presumes not to explore a huge amount of raw petroleum located in a high concentrated zone of biodiversity and indigenous peoples of recently contact and isolated (non-contacted) in the Region Amazonic Equatorian (RAE), in monetary compensation of the international community. The Equator didn't receive the provided financial return, the *Yasuni-ITT*'s initiative was abandoned and the petroleum was released, which represented an important break in the policies and actions aimed at *Sumak Kawsay/Buen Vivir*: worldview of the Andean Kichwas indigenous peoples, which was incorporated into Ecuador's 2008 constitution. This occurred because, in part of these fields are located the Waorani Ethnic Reserve (REW) and the Intangible Zone of indigenous *Tagaeri-Taromenane (ZITT)* peoples living in isolation, recognized as Cultural Heritage of Humanity. This action (unilaterally) by the government of Ecuador, generated many demonstrations, forming a collective called *Yasunidos (Yasunited)*, bringing together indigenous movements, ecologists, feminists, cyclists, yogis, animalists, thus the protection agenda for *Yasuni-ITT* had international repercussions. In addition, important intellectuals from various parts of the world mobilized, asking that *Yasuni* region must not be exploited. The abandonment of the *Yasuni-ITT Initiative*, with the release of oil exploration in these fields, became emblematic for several reasons, mainly due to the bet it represented for a future development model, aimed at respecting nature (mother earth) and climate change, cultural diversity and meeting human needs. Based on the field research managed in the cities of Quito, Puerto Francisco of Orellana (Amazon Region) and, Otavalo, Ecuador in 2017, using field diaries, interviews, document analysis, photographs, I discuss the different logics taking place in this dispute, sustained by different worldviews. The key to the theoretical-analytical reading added, on the one hand, the so-called coloniality of power, a perspective that sustains an extractive economy that pressures some European ex-colonies for raw materials, through which the looting of natural "goods" follows. On the other hand, the perspectives that consider the millennial worldviews of the original peoples, the *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, according to which, nature is not an external object, separate from the human, but a being that represents Mother Earth, with which we must establish a relationship of complementarity, care and reciprocity.

Keywords: *Yasuni-ITT* Initiative. Sumak Kawsay. Decoloniality. Indigenous peoples. Extractivism. Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Lançamento do livro, O último grito do Jaguar, na UASB.....	34
Figura 2: Lago San Pablo, o Imbacochoa (10 Km antes de chegar a Otavalo).....	35
Figura 3: Feira indígena tradicional da cidade de Otavalo	35
Figura 4: Cidade de Puerto Francisco de Orellana (a Cidade se encontra na península entre os rios Napo, Payamino e Coca, nesta foto se vê a confluência entre Coca e Napo).....	37
Figura 5: Ponte do Puerto de Francisco de Orellana (Ponte sobre o Rio Napo)	37
Figura 6: Vista aérea do Rio Napo (na confluência entre Rio Coca e Napo)	38
Figura 7: Embarcação sobre o Rio Napo	39
Figura 8: Trecho da viagem da cidade de Quito até a Região Amazônica Equatoriana.	40
Figura 9: Quarto da hospedagem junto a fundação Alejandro Labaka.....	41
Figura 10: Café da manhã na sede da Fundação Alejandro Labaka, Coca (RAE).....	42
Figura 11: Atividade de formação em turismo ecológico comunitário para as etnias Shuar, Achuar, Waorani e Kichwas na Fundação Alejandro Labaka, Coca (RAE).....	44
Figura 12: Mulheres Waoranis apresentam dança ritual na Fundação Alejandro Labaka.....	44
Figura 13: Mesa com lideranças indígenas de várias etnias durante a marcha de novembro de 2017.	45
Figura 14: Reunião de indígenas durante a marcha de novembro de 2017.	46
Figura 15: Reunião e pronunciamentos de lideranças indígenas na chegada da marcha a cidade de Quito.....	46
Figura 16: Durante a marcha, um indígena da etnia Shuar levava sua sucuri junto ao corpo	47
Figura 17: Mapa Físico do Equador, com as capitais das províncias.....	53
Figura 18: Taxas de pobreza a nível provincial.....	70
Figura 19: Blocos petroleiros na Região Amazônica	71
Figura 20: Campanhas publicitárias do governo do Equador pela Iniciativa Yasuni-ITT.....	75
Figura 21: Campanhas publicitárias do governo do Equador pela Iniciativa Yasuni-ITT	76

Figura 22: Caminhada do coletivo Yasunidos em defesa da Iniciativa	77
Figura 23: Parque Nacional <i>Yasuni</i> (PNY) e a área afetada pela exploração petroleira.	81
Figura 24: Parque Nacional Yasuní (PNY) na Região Amazônica Equatoriana (RAE)	83
Figura 25: Parque Nacional Yasuni e os blocos petroleiros.....	84
Figura 26: Parque Nacional Yasuni e os blocos 31 e 43 (ITT)	84
Figura 27: Mapa com os blocos petroleiros dentro Parque Nacional Yasuni e as comunidades indígenas	85
Figura 28: Cartaz do coletivo Yasunidos em defesa da Iniciativa <i>Yasuni-ITT</i>	91
Figura 29: Via construída no bloco 31 ao lado do bloco 43 (bloco ITT)	92
Figura 30: Central de Processos de Tiputini (CPT) é a estação petroleira do Bloco 43.	94
Figura 31: Construção de vias para exploração petroleira com lastro e areia.....	94
Figura 32: Desmatamento na plataforma Tambococha (não previsto no EIA), em novembro de 2018.	95
Figura 33: A reemergência do <i>Sumak Kawsay/Buen Vivir</i>	102
Figura 34: Grupos indígenas tocando flauta durante a marcha	138
Figura 35: Diferentes grupos indígenas durante a marcha.....	138
Figura 36: Diferentes etnias indígenas durante a marcha na chegada na cidade de Quito	139
Figura 38: Casa tradicional da etnia Waorani na Amazônia	141
Figura 39: Turma do curso de turismo ecológico comunitário	145
Figura 40: Slides apresentados no curso de turismo comunitário	145
Figura 41: Dinâmica do curso de turismo comunitário	146
Figura 42: Mulheres indígenas jovens participantes do curso de turismo comunitário	146
Figura 43: Grupo indígena apresenta os atrativos da comunidade para o turismo comunitário voltado ao público infantil	147
Figura 44: Grupo de indígenas Waoranis apresenta os atrativos da comunidade para o turismo comunitário	147
Figura 45: Lanças de caça Waoranis para mostrar para os turistas	149
Figura 46: Mulheres da etnia Waorani produzem peças artesanais para os turistas.....	149
Figura 47: Mulheres da etnia Waorani protestando pela defesa dos territórios	151

Figura 48: Audiência pública dos povos da etnia Waorani pela defesa do seu território.....	151
Figura 49: Povos da etnia Waorani no dia do deferimento do pedido de cessação da exploração petrolífera no Bloco 22.....	152

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Informações gerais sobre entrevistas.....	48
---	----

LISTA DE SIGLAS

CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CLPI	Consulta Livre, Prévia e Informada
CODENPE	Conselho de Desenvolvimento das Nacionalidades e Povos do Equador
COICA	Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
COINCE	Coordenadoria de Organizações Indígenas da Costa Equatoriana
CONACNIE	Conselho da Coordenação das Nacionalidades Indígenas do Equador
CONAICE	Confederação de Nacionalidades e Povos Indígenas da Costa Equatoriana
CONAIE	Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador
CONFENIAE	Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FLACSO	Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais
GPACE	Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ITT	Ishpingo, Tambococha e Tiputini
NAWE	Nacionalidade Waorani do Equador
OACNUDH	Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PHM	People Health Movement
PIB	Produto Interno Bruto
PNBV	Plano Nacional para o <i>Buen Vivir</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNY	Parque Nacional Yasuni
REPAM	Rede Pan Amazônica
REW	Reserva Étnica Waorani
RIMA	Relatório Impacto Ambiental

SENPLADES	Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento do Equador
UASB	Universidade Andina Simon Bolívar
UCE	Universidade Central do Equador
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNCA	União Nacional de Comunidades Aimaras
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta
YASUNIDOS	Coletivo organizado na defesa da proposta Iniciativa <i>Yasuni-ITT</i>
ZITT	Zona Intangível dos povos <i>Tagaeri Taromenane</i>

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	17
2	O PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
2.1	NA CIDADE DE QUITO	33
2.2	NO MUNICÍPIO DE OTAVALO.....	34
2.3	NA REGIÃO AMAZÔNICA EQUATORIANA (COCA)	36
2.4	MARCHA INDÍGENA DA CIDADE DE PUYO A CIDADE QUITO.....	45
3	CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DO EQUADOR E AS CONDIÇÕES PARA O NASCIMENTO DA PROPOSTA INICIATIVA YASUNI-ITT.....	52
3.1	EQUADOR ASPECTOS GEOGRÁFICOS E O CONTEXTO POLÍTICO ...	52
3.2	OS DIREITOS DA NATUREZA, <i>SUMAK KAWSAY</i> E AS POLÍTICAS EXTRATIVISTAS	58
4	A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA AMAZÔNIA EQUATORIANA E OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA INICIATIVA YASUNI-ITT	66
4.1	O PROJETO AMBIENTAL INICIATIVA <i>YASUNI-ITT</i>	72
4.2	O ABANDONO DA INICIATIVA <i>YASUNI-ITT</i> E O GIRO NO DISCURSO ARGUMENTATIVO.....	78
4.3	O TERRITÓRIO EM QUE SE CONFIGURAM AS DISPUTAS E OS POVOS EM ISOLAMENTO.....	82
5	A REEMERGÊNCIA DO <i>SUMAK KAWSAY/BUEN VIVIR</i> E A INICIATIVA YASUNI-ITT.....	97
5.1	A “REEMERGÊNCIA” DO <i>SUMAK KAWSAY/BUEN VIVIR</i>	97
5.2	O <i>SUMAK KAWSAY/BUEN VIVIR</i> E A INICIATIVA <i>YASUNI-ITT</i>	109
6	INICIATIVA <i>YASUNI-ITT</i> E AS COSMOVISÕES EM DISPUTA	118
6.1	A INICIATIVA <i>YASUNI-ITT</i> E A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NOS TERRITÓRIOS DESDE A PERSPECTIVA DOS POVOS INDÍGENAS	127
6.2	A CONVIVÊNCIA NA AMAZÔNIA E AS MÚLTIPLAS FACES DO <i>SUMAK KAWSAY/BUEN VIVIR</i> NA COMUNIDADE.....	136

6.3	TURISMO COMUNITÁRIO: UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA VOLTADA AO SUMAK KAWSAY	144
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
	REFERÊNCIAS.....	160
	APÊNDICE I — Carta à Fundação Alejandro Labaka.	170
	ANEXO I — Convênio de cooperação acadêmica com a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO)	172
	ANEXO II — Discurso do Presidente Rafael Correa sobre a Iniciativa <i>Yasuni-ITT</i>, ante a Organização das Nações Unidas (ONU).....	175
	ANEXO III — Discurso do Presidente Rafael Correa sobre o abandono da Iniciativa <i>Yasuni-ITT</i>.....	184

1 APRESENTAÇÃO

Muito pensei sobre como iniciar a apresentação desta tese. E creiam-me ela teve muitas formas, mas em algum momento, as mudanças tiveram que dar lugar a uma escolha, espero ter feito a opção adequada. Escrever esta tese, exigiu uma dobra sobre mim mesma, a dobra Deleuziana¹ (SILVA, 2004). Não foi um caminho pacífico, ao contrário, foi um processo cheio de contradições e dúvidas. Muitas vezes me perguntei como seria traduzir para a escrita de forma analítica e crítica o complexo caminho trilhado nesta tese?

Uma tese se entende como o produto que resulta dos estudos, da pesquisa e das análises realizadas, deve ter um efeito demonstrativo de nossas escolhas teóricas e metodológicas. Então, antes de iniciar a apresentação da tese, propriamente dita, farei algumas advertências ao leitor, nesta primeira parte da apresentação

A proposta desta tese não tinha como questão central analisar os processos de genocídio, de etnocídio, de epistemicídio² que os povos indígenas sofrem há mais de quinhentos anos em nossos territórios de *Abya Yala*³. No entanto, em campo foi impossível não ser capturada por esta situação e sentir uma implicação ética e acadêmica imediata.

Ela caminhou por doze dias, descalça no asfalto, sob chuva e sol, levando sua filha nas costas, percorreu este trajeto levando pouca comida. Sua longa jornada tinha por objetivo encontrar os governantes do país, na cidade de Quito, para defender seu território ancestral (DIÁRIO DE CAMPO DA AUTORA, AMAZÔNIA EQUATORIANA, 2017).

Este relato não saiu de uma ficção: é uma das muitas histórias que ouvi durante minha pesquisa de campo contada por um dos antropólogos⁴ que trabalha com as populações indígenas amazônicas no Equador. Durante sua entrevista, com um olhar entre a melancolia e a esperança, ele calmamente me relatou essa história e falou sobre esta mulher indígena que lutava por seu território. Certamente uma mulher indígena, entre tantas que ocupam as ruas com seus corpos

¹ O conceito de dobra em Deleuze “exprime a invenção de diferentes formas de relação consigo e com o mundo” (SILVA, 2004, p. 55).

² Nesta tese adotei a expressão epistemicídio, no sentido que discute Boaventura de Souza Santos. Trata-se da exclusão de algumas formas de aprender, criar e transmitir conhecimentos, saberes comunitários, ancestrais ou próprios de certas culturas de natureza genuína, especialmente após o nascimento e utilização do método científico como único validado pelas classes dominantes, tornando-se uma espécie de fiador da objetividade que nos protege da subjetividade, do irracional

³ A expressão “*Abya Yala*” “corresponde ao nome que dão os povos indígenas *Kuna* que vivem atualmente na Colômbia e no Panamá, ao continente Latino-americano. Foi retomada pelos povos indígenas do continente assim como, por outros setores para significar um rechaço à colonização” (LE QUANG; VERCOUTERE, 2013, p. 21, tradução nossa). Nesta tese sempre que possível adotarei a expressão *Abya Yala*. É uma postura acadêmica porque em meu entendimento não existe um saber neutro, somos sujeitos políticos sempre.

⁴ J. P. Antropólogo que trabalha há mais de 10 anos com as populações indígenas amazônicas no Equador.

cansados, marcados por séculos de exploração, genocídio, etnocídio e epistemicídio. Esta pode ser uma imagem-metáfora que nos remete a uma pequena parte do drama sob qual vivem secularmente submetidas as populações indígenas em diferentes territórios de nossa *Abya Yala*.

Antes de ir a campo, eu tinha uma compreensão acadêmica dos termos “genocídio”, “etnocídio” e “epistemicídio”, mas estar na Região Amazônica Equatoriana (RAE) e conviver com diversos povos e nacionalidades, me fez ter outra perspectiva, outra dimensão do que são e como se “materializam” no mundo vivido estes processos de opressão, encobrimento e extermínio. De outra parte, existem novos e importantes processos de resistência que se organizam de forma comunitária desde os territórios e que tem reverberado internacionalmente, demonstrando a capacidade de organização e resistência destes povos.

A escrita desta tese nos remete a *um tempo que começou muito antes*. O que poderia significar tal afirmação? Desde onde me lembro e, considerando a memória como um movimento seletivo, posso lhes contar que o interesse por este tema, começou no ano de 2009, quando estava estudando em Cuba e ouvi pela primeira vez a expressão *Sumak Kawsay*⁵. Depois o tema passou por muitas metamorfoses, desdobramentos, novas interrogações e reinterpretações. Tal escrita é, portanto, o resultado de muitos movimentos, composta por muitas vozes, quiçá por gritos desesperados e silenciados.

O campo investigativo desestabilizou quaisquer “imaginários”, “noções”, “conceitos” e “pré-conceitos” relativos à proteção de territórios (ecossistemas biodiversos) e povos de recente contato e em isolamento. Estilhaçou de forma brutal os espelhos do meu horizonte de esperança, ao escancarar a força de um sistema brutal capitalista/colonial/moderno, cuja voracidade não conhece limites.

Minha busca, certamente, não se encerra e não cabe nesta escrita, a qual é um pequeno fragmento de tudo que foi vivido. Algumas experiências fizeram sentido no momento da pesquisa, outras, quiçá, necessitarão mais tempo de amadurecimento, porque o fluxo das intensidades me tirou o chão, me fizeram sentir, por vezes, falta de ar e, por outras, com os pulmões cheios, me fizeram ter vontade de gritar. Foi quase uma impossibilidade acadêmica ouvir passivamente.

⁵ Neste trabalho optei pela expressão *Sumak Kawsay* associada a *Buen Vivir*, minha escolha se fundamenta na reivindicação do uso do termo *Sumak Kawsay* pelos movimentos indígenas, os quais tem tecido duras críticas a tradução mestiça do termo. Para alguns pesquisadores (entre estes, Atawallpa Oviedo, 2014) existe uma bifurcação entre estes dois termos. Este pesquisador e também parte das lideranças indígenas referem que as ações por parte do governo Equatoriano têm esvaziado de sentido o horizonte do *Sumak Kawsay*. Vão reivindicar o uso da expressão *Kiwcha Sumak Kawsay* ou *Sumak Allin Kawsay* para reafirmar sua cosmovisão que nasce dos povos indígenas e não pode ser apropriada (ou usurpada de forma utilitária) por governos (ainda que estes se considerem de matizes progressistas).

Entendo que fazer pesquisa requeira esta abertura para a “diferença”, para outras formas de conhecer, de ser e de estar no mundo. Mais do que sentir sua vibrante alegria e seus lamentos, necessita-se, na medida do possível, considerar uma alteridade profunda que nos permita ao menos tentar ver com seus olhos, ouvir com seus ouvidos, sentir suas dores, seus contentamentos e seus sonhos. Não se pode esquecer uma questão central, qual seja, em que medida podemos compreender o “Outro”? Este Outro que foi encoberto (DUSSEL, 1994), invisibilizado, escravizado e subalternizado.

Neste sentido, entre tantas questões/percepções que atravessaram meu horizonte de sentir/imaginar, destaco o seguinte questionamento: como superar a forma ocidentalizada de fazer ciência? Como estabelecer uma relação sujeito-sujeito na pesquisa? Me parece urgente “configurar novas formas de fazer ciência antropológica, reinventar a investigação social e humana, propor novas práticas investigativas que não colonizem ao investigado e que não convertam o investigador em um colonizador” (ORTIZ; ARIAS; PEDROZO, 2018b, p.175, tradução nossa).

Assumi o desafio de mapear a multiplicidade de narrativas encontradas e me interroguei profundamente sobre como traduzir, por exemplo, o canto de Cahuiyca Omaca (liderança indígena Waorani⁶ que conheci durante a pesquisa de campo na Amazônia Equatoriana), que ao amanhecer entoava cantos tribais Waoranis. Certamente as palavras e expressões, somadas ao nosso limite cosmológico, não são suficientes neste estudo para vislumbrar minimamente o mundo dos indígenas Waoranis.

Nossas categorias analíticas e epistemológicas não dão conta das intensidades vividas. Perguntei-me: como a escrita pode traduzir a beleza destes universos vivenciais? Como colocar em diálogo mundos e perspectivas tão distintas? De quais conceitos lançar mão para entender a complexidade destas cosmologias? Faltam-me palavras; necessitamos de uma nova gramática⁷ para não cairmos em reducionismos eurocêntricos, etnocêntricos e etnocidas.

Adentrei num universo desconhecido: não eram só as palavras, eram as formas de sentir, viver e estar no mundo. O mundo que vemos é atravessado por construções que foram “aprendidas”. Damos sentido à realidade a partir de certa perspectiva, vemos somente o que

⁶ Há pelo menos duas formas de escrita para esta etnia indígena que aparece como Huaorani e também como Waorani, nesta tese optei pela forma mais presente em textos acadêmicos.

⁷ Me apoio na ideia de Leff (2004) segundo a qual, pensar novos futuros possíveis requer pensar novas linguagens e gramáticas, a resignificação das coisas do mundo, a criação de novos conceitos sobre o real, de novos modos de pensar, de novos modos de produção e socialização que permitam abrir os potenciais do real e de um diálogo de saberes. Outro mundo é possível somente se este mundo se abre a novos mundos; ao encontro com outros modos de vida e saberes.

tem correspondência com essa perspectiva. Ora, isso nos permite pensar e sentir dentro de certos limites, os quais são previamente definidos.

E, assim, me interroguei em como abarcar outras construções simbólicas. Dito de outra forma, a cultura pode ser um conceito guarda-chuva, através do qual compreendemos/traduzimos o mundo. Neste sentido, como apreender outras cosmologias? Como pensar circunscritos *nos escassos limites* das categorias analíticas inscritas na modernidade ocidental? Qual é a postura acadêmica necessária para não reproduzir práticas de encobrimento do outro?

O Equador é minha segunda casa: desde o primeiro dia que pisei naquele solo senti que minha vida mudaria. Eu tenho uma relação muito intensa com os Andes, foi uma relação de amor à primeira vista e para a vida toda — até tenho uma filha equatoriana! Minha vida, de alguma forma, passa por aquelas cordilheiras e, se fechar os olhos, sempre me vem à mente aquelas paisagens que se encontram vívidas em mim, principalmente no coração. As cores das peles das pessoas, as cores vibrantes das vestimentas: tudo estampado nas minhas retinas e no meu ser.

Esta tese foi sonhada e, tal como uma filha, foi primeiramente desejada, antes de ser parida com dores, com expectativas, mas, sobretudo, com ainda mais esperança, sem a qual seria impossível concluí-la. Alenta-me a ideia de que estas palavras sussurrarão nos ouvidos de alguém e que não representarão apenas um amontoado de linhas que nos garantirá, na melhor das hipóteses, um título acadêmico: espero que seja semente e que encontre abrigo em algum lugar, um solo fértil para se desenvolver.

Escrevê-la, portanto, se impõe mais do que como um desejo, é um compromisso comigo mesma, com as pessoas e coletivos que nos possibilitaram este estudo e com nossa ancestralidade. Extrapola nossa curiosidade acadêmica e se expande no desejo de que a academia seja um espaço menos eurocêntrico e mais plural, onde caibam outros mundos, outras formas de ser, estar e viver; formas estas que foram historicamente negadas, invisibilizadas, dominadas e usurpadas.

Há ainda outra interrogação que me instiga: é possível vislumbrar outras alternativas (de existência) frente ao mundo moderno/capitalista/eurocêntrico? Habita-me a forte convicção de que precisamos de outras formas de produzir, de consumir, de amar, em suma, de viver, de ser e estar no mundo, que não tenham como premissa, a exploração do homem pelo homem, nem

deste sobre a “natureza”⁸. Este anseio, este horizonte ético e estético. É o que, em suma, me guia. Aqui finalizo as notas de advertência!

Esta tese se origina a partir de um projeto de pesquisa que tinha como problema de pesquisa analisar as disputas entorno do projeto ambiental que ficou conhecido como Iniciativa Yasuní Ishpingo-Tambococha-Tiputini (Iniciativa *Yasuni-ITT*). Tinha como objetivo geral, compreender as diferentes cosmovisões presentes nas interpretações (e narrativas) relativas ao *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e ao desenvolvimento mobilizadas por distintos atores (gestores, movimento ecologista, movimento indígena, organizações não governamentais) neste conflito.

Nossa hipótese inicial era de que relativamente ao conflito de exploração de petróleo nos campos de ITT no Parque Nacional Yasuni (PNY), havia um enfrentamento entre movimentos indígenas e ecologistas unidos em torno de concepções de *Buen Vivir* denominadas culturalista e ecologistas, por um lado e, gestores governamentais, cuja concepção predominante de *Buen Vivir* é a ecomarxista.

No entanto, “no meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho”⁹. O campo nos surpreendeu e interpelou com uma multiplicidade de narrativas. Percebemos não só a complexidade, mas também as tantas leituras que o campo nos abria e possibilitava. Compreendemos que havia necessidade de novos contornos, já que, a pesquisa poderia ser desdobrada em muitas outras teses. Como reconstruir nossa problemática de pesquisa e hipótese frente a tantos horizontes e racionalidades que as narrativas encontradas nos permitiam vislumbrar. E como um exercício elencamos algumas possibilidades que poderiam ser abordadas neste estudo: a proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT* e as cosmovisões dos povos Waoranis (habitantes do território amazônico de contato recente); a Iniciativa *Yasuni-ITT* e as cosmopolíticas e os regimes de natureza acionados pelos distintos atores; a Iniciativa *Yasuni-ITT* e o *Buen Vivir*; a Iniciativa *Yasuni-ITT* e as narrativas sobre desenvolvimento.

Caiu por terra nossa hipótese inicial de pesquisa, a qual compreendia que relativamente ao conflito de exploração de petróleo nos campos de ITT no Parque Nacional Yasuni (PNY), havia um enfrentamento entre movimentos indígenas e ecologistas unidos pelas concepções de

⁸ A palavra natureza aparece entre aspas, porque as leituras propiciadas por este estudo, nos permitiram questionar os limites deste vocábulo. Desde a ciência cartesiana, há uma separação ontológica entre natureza e a humanidade, como se os seres humanos não fossem parte da natureza. “**A noção implícita na palavra natureza é eurocêntrica, ocidentalocêntrica e antropocêntrica.** É um conceito problemático porque implica a divisão entre sujeito (humano) e objeto (natureza), em que o sujeito (humano) é o que tem a vida e todos os ‘demais são natureza e considerados objetos inertes’” (GROSFOGUEL, 2016, p. 36, grifo nosso).

⁹ Trecho do poema, no meio do caminho, de Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/carlos-drummond-de-andrade/807509>. Acesso em: 11 set. 2019.

Buen Vivir denominadas culturalista e ecologistas, por um lado e, gestores governamentais, cuja concepção predominante de *Buen Vivir* é a ecomarxista.

Várias questões teóricas, metodológicas e epistemológicas atravessaram nosso horizonte de sentir/fazer. Então como compreender e circunscrever teoricamente as interrogações propiciadas pelo campo? Durante a instância no Equador e nos meses seguintes ao campo, muitas situações pareciam pontas soltas e não se vislumbrava uma forma para reconstruir o percurso empírico-analítico. Qual era a teoria para dar conta da complexa trama de racionalidades e relacionalidades vivenciadas no campo. Quais eram as pontas soltas? O Estado-nação moderno e a proposta do *Buen Vivir* como eixo transversal na Constituição do Equador. A contradição entre uma Constituição considerada uma das mais avançadas do mundo e a única a considerar os direitos da natureza e práticas extrativistas em territórios biodiversos e protegidos. O discurso em defesa dos povos originários e a vigência de processos genocidas, etnocidas e epistemicidas. Os limites da proposta Iniciativa *Yasuni-ITT* em um Estado dependente de uma economia primário-exportadora.

Nos questionamos sobre quais seriam as categorias analíticas adequadas para compreender as diferentes racionalidades em jogo nesta disputa. Como tornar compreensível/inteligível o percurso da investigação e os resultados da pesquisa. Eram milhares de peças num complexo quebra-cabeças. Face a riqueza do campo e da multiplicidade de narrativas encontradas tivemos que fazer escolhas, entre elas escolhas teóricas e buscar um caminho para melhor explicitar, os tantos caminhos possíveis e as contradições que vivenciamos na pesquisa.

Nosso problema de pesquisa permaneceu em analisar as disputas entorno do projeto ambiental Iniciativa *Yasuni-ITT*. No entanto, nosso objetivo geral, foi modificado para: compreender as diferentes cosmovisões presentes nas interpretações (e narrativas) relativas ao *Sumak Kawsay/Buen Vivir* mobilizadas por distintos atores (gestores, movimento ecologista, movimento indígena, organizações não governamentais) neste conflito. Retiramos a questão do desenvolvimento que apareceu no campo apenas como um contraponto ao *Buen Vivir*, desta forma, nesta tese, não será realizada uma revisão das teorias do desenvolvimento. A pesquisa teve como objetivos específicos: a) mapear os atores gestores, indígenas, ecologistas, técnicos de ONG's, envolvidos no debate em torno da exploração dos campos de petróleo em ITT; b) identificar as justificativas para a exploração dos “recursos naturais”¹⁰ mobilizada pelo

¹⁰ A expressão “*recursos naturais*” aparece entre aspas neste texto, porque nosso percurso empírico-analítico nos exige ser críticos frente a compreensão da natureza como um recurso, no entanto, na falta de melhores gramáticas não nos resta alternativa.

governo; c) indicar quais são as críticas dos movimentos indígenas e dos movimentos ecologistas com relação ao abandono da Iniciativa; d) discutir os limites das propostas/políticas inovadoras como a Iniciativa *Yasuni-ITT* em um Estado dependente de uma economia primário-exportadora; e) demonstrar o dilema existente entre a exploração dos “recursos naturais” e a melhoria das condições de vida das populações empobrecidas.

Primeiramente, necessitamos compreender e situar em que conjuntura política do Equador e da América Latina tem lugar a proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT*. O denominado giro à esquerda na América Latina e a ascensão dos denominados governos progressistas, marcam um ponto de inflexão importante. O projeto ambiental da Iniciativa é uma construção coletiva e existe muito antes de ser apresentado pelo governo de Rafael Correa, esta proposta nasce dos anseios da sociedade civil, que tem no movimento indígena um de seus principais protagonistas, e visa a proteção dos territórios e populações indígenas amazônicas.

A proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT* apresentada pelo governo do Equador na Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2007, presumia não explorar um grande depósito de petróleo bruto localizado na zona de alta concentração de biodiversidade e de povos indígenas, incluindo os em isolamento (não contatados) da Região Amazônica Equatoriana (RAE). Por não explorar estes campos o país propunha receber em troca uma compensação monetária da comunidade internacional.

O Equador não recebeu o retorno financeiro previsto, a Iniciativa *Yasuni-ITT* foi abandonada e a exploração de petróleo foi liberada no ano de 2013. Isso representou uma importante fratura nas políticas e ações que visam o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, a cosmovisão¹¹ dos povos indígenas *Kichwas* andinos, que foi incorporada pela Constituição de 2008 do Equador.

Esta ação, de forma unilateral, do governo do Equador gerou muitas manifestações, conformando-se num coletivo denominado *Yasunidos*, o qual congregou diversos movimentos ecologistas, indígenas, feministas, ciclistas, iogues, animalistas, etc., fazendo com que a pauta de proteção ao *Yasuni-ITT* repercutisse internacionalmente. Além disto, importantes intelectuais de várias partes do mundo se mobilizaram, pedindo que o Yasuni não fosse explorado.

¹¹ O termo cosmovisão tem origem na filosofia iluminista alemã do século XVIII, pode ser entendido como o conjunto de crenças fundamentais a partir das quais interpretamos o mundo. Cosmovisão ou visão do mundo continua a ser um conceito complexo e em alguns momentos confuso, sendo usado de forma muito diferente por vários cientistas. Neste texto, todavia, optamos por utilizar este conceito, apesar dos eventuais problemas e limitações ainda é o que melhor auxilia nossa análise.

O abandono da Iniciativa *Yasuni*-ITT e conseqüentemente, a liberação de exploração de petróleo nestes campos, se tornou emblemático por vários motivos, principalmente porque a Iniciativa representava a possibilidade de um modelo de desenvolvimento contrário ao atual, voltado ao *Sumak Kawsay/Buen Vivir*. A proposta significava a possibilidade de pensarmos o desenvolvimento considerando o respeito à “natureza” (Mãe Terra), à diversidade cultural, às mudanças climáticas e à satisfação das necessidades básicas humanas.

A pesquisa de campo deste estudo, foi possibilitada pelo convênio celebrado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), sede Equador. A investigação foi realizada no ano de 2017, nas cidades de Quito (capital do Equador), Puerto Francisco de Orellana (Região Amazônica Equatoriana) e Otavalo.

A metodologia para esta pesquisa foi de teor qualitativo e compreendeu as seguintes estratégias: diários de campo, nos quais foram registradas as impressões, dúvidas e reflexões; foram realizadas 45 entrevistas; a análise de documentos oficiais como leis, decretos e portarias; e, também, um banco de fotografias, com mais de 600 fotos. A pesquisa de campo e os procedimentos metodológicos estão detalhados no Capítulo 2 — o percurso da pesquisa de campo e os procedimentos metodológicos

A chave de leitura empírico-teórica propiciada pelo estudo, entende que existem cosmovisões em disputa, de um lado temos, a denominada colonialidade do poder, perspectiva que sustenta uma economia extrativista, que pressiona alguns países ex-colônias da Europa por matérias-primas, através da qual segue o saqueio de bens naturais iniciado no século XVI. E, contrariamente, as perspectivas que consideram as milenárias cosmovisões dos povos originários, o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, segundo as quais, a “natureza” não é um objeto externo, separado do humano, mas um ser que representa a Mãe Terra, com a qual, devemos estabelecer uma relação de complementariedade, de cuidado e de reciprocidade.

O título da presente tese utiliza a expressão “avatar” cujo significado mais comumente encontrado, seria a representação de um ser “superpoderoso”, e é neste sentido que adotamos a expressão “avatar do desenvolvimento”, ou seja, o desenvolvimento (em sua acepção mais aceita, qual seja, como progresso linear e ilimitado) como um simulacro.

Em meados do século XX, “se consolida uma visão de desenvolvimento como um processo de evolução linear essencialmente econômico, mediado pela apropriação dos “recursos naturais”, guiado por diferentes versões de eficiência e rentabilidade econômica e orientado a emular o estilo de vida ocidental” (GUDYNAS, 2011, p.35, tradução nossa). Muito embora, a partir do século XXI tenham surgido propostas alternativas, em linhas gerais, o

discurso do desenvolvimento segue alinhado à ideia de progresso e crescimento econômico, político, social e cultural, vale dizer, persiste como um conceito hegemônico, como mecanismo de poder capitalista ocidental moderno (ESCOBAR, 2005).

A economia ortodoxa aniquilou a pluralidade de propostas no campo do desenvolvimento, já que consagrou um modelo único de sociedade, caracterizada pela racionalidade individualista e pelo mercado como princípio universal pelo qual passam todas as relações sociais, econômicas, culturais e ambientais (GARCÍA ÁLVAREZ, 2014). Esta visão econômica eurocêntrica alimenta uma cultura do progresso sem limites, sempre ignorou as externalidades sociais, culturais e ambientais e se tornou insustentável nos últimos anos (GROSFOGUEL, 2016; HOUTART, 2012).

A proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT* enseja análises interessantes, há muitas dimensões implicadas: ambiental, social, cultural, as quais extrapolam a análise separada e/ou exclusiva de uma ou outra. Neste sentido, nossa aposta teórico-metodológica, na realização desta pesquisa, reside, em parte, na possibilidade de lançar um olhar crítico sobre as cosmovisões em jogo nesta disputa e discutir as tensões entre o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e o desenvolvimento. Evidenciar a ideia do desenvolvimento como um “*avatar*”, como um “*mito*”, vale dizer, funciona mais como uma crença (BAUTISTA, 2011, 2014; DUSSEL, 2002; RIST, 2002), do que traz resultados esperançosos para a maioria da população mundial.

A ideia de “*avatar de desenvolvimento*” é apresentada em contraposição à ideia do *Sumak Kawsay/ Buen Vivir*, conceito este, derivado das cosmovisões dos povos indígenas andinos, cujo pressuposto fundante é a não exploração do homem pelo homem e da “*natureza*” pelo homem. Nas cosmovisões dos povos originários a “*natureza*” é vista como um ser, como a Mãe Terra, algo que nos constitui e, do qual, somos parte, portanto, não existe a separação entre o ser humano e a “*natureza*”, como dois paradigmas distintos. “Na cosmovisão dualista cartesiana ocidentocêntrica, o humano é concebido como exterior a “*natureza*” e a “*natureza*” como um meio para um fim” (GROSFOGUEL, 2016. p. 36).

Institucionalmente países como o Equador e a Bolívia buscaram dar um passo à frente ao rechaçar, ao menos no âmbito formal, a noção de desenvolvimento e estimular a adoção do conceito de *Buen Vivir* (LO BRUTTO, 2014; GARCÍA ALVAREZ, 2016). Ainda que estes países buscaram, por pressão política de grupos indígenas e afroequatorianos organizados, incorporar as cosmovisões subjacentes ao *Sumak Kawsay e Suma Qamaña* (na Bolívia), não se pode esquecer os limites de atuação de um Estado moderno com uma democracia liberal representativa, nos quais são ainda vigentes os processos de colonialidade de poder e saber.

O título desta tese talvez possa produzir um questionamento ao leitor, qual seja, o de uma possível simplificação em nossa análise sobre a Iniciativa *Yasuni-ITT*. Assim, cabe salientar que a observação do material empírico da pesquisa nos possibilitou interpretar a disputa entre estes dois polos (como um arcabouço, mas não como tipos ideais weberianos, os quais seriam projeções idealizadas de uma realidade fugaz). Certamente muitas outras leituras são possíveis.

No segundo capítulo, O Percurso da Pesquisa de Campo e os Procedimentos Metodológicos, apresentamos os caminhos percorridos, discutimos nossa trajetória empírica, demonstrando quais foram os atores, as instituições, os locais da pesquisa que possibilitaram essa interlocução. O campo teve três momentos importantes e distintos. A primeira etapa da investigação na cidade de Quito e Otavalo. Um segundo momento foi nossa instância na Amazônia Equatoriana junto às populações indígenas Waoranis, Shuar, Ashuar e Kichwas. Um terceiro momento foi acompanhar a marcha indígena. Discutimos as interrogações geradas principalmente pela segunda e terceira etapa da investigação, momentos em que nosso questionamento/crise sobre metodologias decolonizadas atingiu seu ápice. Neste espaço-tempo ficou muito evidente nosso limite enquanto pesquisadores e a urgente necessidade de outras formas de fazer pesquisa que rompam a relação sujeito-objeto na investigação.

No terceiro capítulo, Contexto Político e Econômico do Equador e as Condições para o Nascimento da Proposta Iniciativa *Yasuni-ITT*, situamos o contexto político e econômico do Equador que possibilita o nascimento da proposta Iniciativa *Yasuni-ITT*. A proposta surge no contexto de efervescência do processo da assembleia constituinte na qual se priorizam os direitos da “natureza” e o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* como um eixo transversal a todas as leis. No entanto, ao mesmo tempo em que o Equador aprova uma Constituição Federal, considerada uma das mais avançadas do mundo, no que tange a proteção ambiental e ao reconhecimento de direitos de povos indígenas e rechaça, ao menos formalmente, o modelo de desenvolvimento ocidental, não consegue enfrentar o *lobby* das grandes empresas (representando interesses nacionais e transnacionais) e fazer frente ao modelo extrativista.

No quarto capítulo desta tese, A Exploração de Petróleo na Amazônia Equatoriana e os Antecedentes Históricos da Iniciativa *Yasuni-ITT*, abordamos a Iniciativa *Yasuni-ITT*, trazendo seus antecedentes históricos, expondo e discutindo como esta ideia que surge a partir dos anseios da sociedade civil, visando impedir a exploração petroleira em territórios com grande biodiversidade e povos de recente contato e em isolamento¹² (não contatados) ganha adesões em nível mundial.

¹² Utilizamos esta terminologia em consonância com as Diretrizes do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OACNUDH) para a proteção dos povos indígenas em isolamento e em contato inicial da região

Discutimos a proposta que se materializa no projeto ambiental que foi apresentado a Organização das Nações Unidas (ONU), assumida pelo governo de Rafael Correa, ganha repercussão internacional, como uma bandeira de luta na preservação de territórios com alta biodiversidade e como uma alternativa *ao* desenvolvimento. Foi cunhado o termo *Yasunizar*, representando a luta mundial na defesa dos ecossistemas. Ilustramos as questões do âmbito jurídico-formal que se enfrentaram nesta arena. E por fim, situamos o território desta disputa.

No quinto capítulo, A Reemergência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e a Iniciativa *Yasuni-ITT*, discutimos a reemergência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* trazendo os fatores que, segundo nossa análise, contribuem para isso. Dentre os processos que possibilitam a reemergência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* estão: a) a reorganização dos movimentos indígenas na América Latina, sobretudo, a partir dos anos 80; b) o papel do Estado-nação e das políticas públicas; e c) a atuação em rede de movimentos sociais (principalmente de movimentos *altermundialistas*) que veem este conceito como uma ferramenta mobilizadora. Também nos debruçamos sobre as questões do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e a Iniciativa *Yasuni-ITT*, buscando compreender as possíveis relacionidades/lógicas/dinâmicas entre esta proposta e as cosmovisões dos povos indígenas.

No sexto capítulo, Iniciativa *Yasuni-ITT* e as Cosmovisões em Disputa, buscamos demonstrar as cosmovisões em disputa relativas à proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT*, discutindo as contradições na atuação do Estado Equatoriano. Problematizamos os limites da inovadora proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT* em um estado com uma economia dependente da exportação de bens naturais ou da “natureza”. Além disto, evidenciamos a questão da exploração de petróleo no território, desde a perspectiva dos povos indígenas, ou seja, o que representa para estes povos a drenagem de milhões de barris de petróleo por dia. Por fim, a partir de nossa convivência na Amazônia queremos dar visibilidade as múltiplas práticas que remetem ao *Sumak Kawsay/Buen Vivir* na comunidade.

2 O PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo o objetivo é apresentar o percurso da pesquisa e os procedimentos metodológicos, demonstrando o caminho percorrido no campo, quais foram os locais e atores entrevistados e, também, como se construiu o projeto de pesquisa que deu origem a esta tese. Meu primeiro contato com a concepção do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* foi no ano de 2009, por ocasião dos estudos na *International People's Health University* (IPHU)¹³ em Havana/Cuba. Nesta oportunidade ouvi pela primeira vez a expressão “*Sumak Kawsay/Buen Vivir*”, a qual muito me interessou. Nos anos subsequentes, já como docente universitária e ativista do *People Health Movement* (PHM)¹⁴, tive a oportunidade de conhecer outros movimentos sociais e indígenas em vários países Latino-americanos (Peru, Equador, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai). Estas vivências despertaram o desejo de seguir pesquisando o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*.

No encontro realizado na cidade de Santiago, no Chile, em 2015, conheci o projeto ambiental denominado Iniciativa *Yasuni-ITT* e soube da existência do coletivo *Yasunidos*. Todavia não tinha, ainda, a ideia de fazer os estudos de doutorado e a pesquisa de campo voltada a Iniciativa *Yasuni-ITT*. À época, minha curiosidade acadêmica, estava dirigida em compreender, como o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, presente na constituição Equatoriana e Boliviana, se convertia num projeto político e civilizatório (minha primeira ideia e proposta preliminar de pesquisa de doutorado).

Durante o primeiro ano de estudos no doutorado, voltei minha atenção para a Iniciativa *Yasuni-ITT* e, assim, comecei a delinear um projeto de pesquisa embrionário voltado a temática

¹³ IPHU — *A International People's Health University* (Universidade Internacional pela Saúde dos Povos) visa contribuir com a saúde para todos, fortalecendo os movimentos de saúde dos Povos em todo o mundo, organizando e fornecendo recursos para aprendizado, compartilhamento e planejamento de oportunidades para os ativistas da saúde dos povos, particularmente de países denominados do Terceiro Mundo. O IPHU é um programa do Movimento pela Saúde dos Povos que atua globalmente. Disponível em: <https://phmovement.org>. Acesso em 20 de nov. de 2018.

¹⁴ PHM — *People Health Movement*, o Movimento pela Saúde dos Povos, é uma rede global que reúne ativistas de saúde de base, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas de todo o mundo, particularmente de países de baixa e média renda. Atualmente, são presentes em cerca de 70 países, são guiados pela Carta Popular da Saúde (PCH). O PHM trabalha em vários programas e atividades e está comprometido com a Atenção Primária à Saúde Integral e os Determinantes Sociais, Ambientais e Econômicos da Saúde. No ano 2000, ativistas, acadêmicos e profissionais de saúde preocupados se reuniram para a primeira Assembleia Popular de Saúde. A Carta do Povo para a Saúde (PCH), nosso documento de fundação foi desenvolvido e o PHM nasceu. Disponível em: <https://phmovement.org>. Acesso em 20 de nov. de 2018.

da exploração de petróleo nos campos ITT, denominado: O *Buen Vivir* e os conflitos sobre a exploração de petróleo no Parque Nacional Yasuní-ITT/Equador.

O fato de ter estudado em Cuba, no ano de 2009 e ter conhecido integrantes do *PHM* do Equador, facilitou alguns contatos preliminares para realização da pesquisa de campo no Equador. O "I Seminário de Diálogos Brasil-Ecuador" realizado em junho de 2016, uma promoção do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE), com apoio do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, trouxe dois professores da FLACSO/Equador à Porto Alegre. A participação neste seminário me aproximou destes professores. E através de contatos *a posteriori* com o Professor da FLACSO/Equador, Doutor Santiago Ortiz, foi celebrado um convênio entre a UFRGS e FLACSO que permitiu minha permanência no Equador, como pesquisadora associada, no segundo semestre de 2017 (ANEXO I).

Anterior a pesquisa de campo, propriamente dita, no Equador, realizei entrevistas pilotos, com integrantes de diferentes organizações, com o objetivo de subsidiar o problema de pesquisa. A indicação dos entrevistados foi facilitada por meus contatos do PHM. Foram três entrevistas realizadas por *Skype*, durante os meses de junho e julho de 2017, Entrevista I — K.C. Jornalista, integrante do coletivo *Yasunidos*; Entrevista II — M.B. Geógrafo, integrante do coletivo geografia política crítica (grupo que, entre outras ações, monitora a exploração de petróleo nos campos de ITT no Parque Nacional Yasuni (PNY)); Entrevista III — M.L.Q. Doutor em Ciência Política pela Universidade de Paris VII, pesquisador do *Buen Vivir*, gestor do governo Rafael Correa, autor de diversos livros que discutem a Iniciativa *Yasuní-ITT* e integrante da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)/Equador. Mapeei alguns movimentos indígenas e ecologistas, ONG's e gestores, ou seja, os atores chaves para a investigação, bem como, fiz uma definição territorial baseada na sugestão destes primeiros entrevistados.

Em termos territoriais a pesquisa estava prevista para ser realizada na cidade de Quito (capital do Equador) e na cidade de Puerto Francisco de Orellana (conhecida como Coca), na Região Amazônica Equatoriana (RAE). Todavia já em campo, decidimos encontrar lideranças indígenas na cidade de Otavalo (cidade que não estava prevista inicialmente na pesquisa). A investigação teve dois momentos marcadamente distintos, um na cidade de Quito e Otavalo e, outro, na cidade de Coca, Região Amazônica Equatoriana (RAE). Outro momento igualmente importante foi minha participação na marcha indígena da Amazônia Equatoriana até a cidade de Quito, capital do Equador.

A metodologia de pesquisa utilizada neste estudo foi de caráter qualitativo, por sua natureza que pondera processos políticos, discursivos, construções sociais e atores diversos. Sendo assim lançamos mão de quatro estratégias de investigação: a) entrevistas semiestruturadas; b) diário de campo; c) observação participante; e d) análise documental.

O universo empírico da pesquisa foi composto por atores distintos: integrantes de movimentos indígenas, movimentos ecologistas, pesquisadores acadêmicos, participantes de Organizações não Governamentais (ONG's). E também gestores que atuaram durante o governo do presidente Rafael Correa (principalmente os que atuaram na secretaria do *Buen Vivir*, os responsáveis pela proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT* e antropólogos que trabalham na Região Amazônica).

As entrevistas semiestruturadas tinham um roteiro prévio, organizado e discutido com o professor orientador desta tese. Havia um roteiro para cada ator pesquisado (foram três roteiros considerando as especificidades dos grupos entrevistados). Porém, já em campo, observamos que as entrevistas fluíam, às vezes, por mais de 3 horas, com quase todos os entrevistados. Eu sempre levava o roteiro comigo, mas como já sabia boa parte sem sequer olhar, quase não necessitava consultá-lo; principalmente porque os entrevistados manifestavam muita vontade de falar sobre a Iniciativa *Yasuni-ITT* e o *Sumak Kawsay/ Buen Vivir*.

Depois das primeiras entrevistas, percebi que a fala dos entrevistados fluía não se fazendo necessário um roteiro rígido. Desta forma, adotei apenas algumas perguntas disparadoras que, ao longo do processo, nos pareceram mais importantes para os objetivos desta investigação.

Durante as entrevistas busquei criar um clima de confiança e harmonia, favorável ao entendimento e a empatia. As entrevistas foram gravadas, posteriormente foram transcritas e traduzidas ao português; à exceção de três entrevistados que, por questões singulares, não autorizaram a gravação.

Um dos entrevistados que não permitiu a gravação trabalha como engenheiro para uma das empresas de exploração petrolífera e que justamente estava trabalhando no bloco ITT (bloco 43). Ele me contou que em seu contrato de trabalho, havia uma cláusula que proibia mencionar o trabalho que desempenham na região para companhia. *Este funcionário não consta na relação dos entrevistados*, porque ele disse que aceitaria conversar, desde que se mantivesse sob sigilo absoluto sua entrevista. Desta forma, ao não poder mencionar a empresa, optei por não o incluir na relação de entrevistados, para não ferir os princípios éticos que norteiam este trabalho.

A análise documental foi realizada em documentos oficiais, tais como: leis, portarias, decretos e relatórios técnicos. Foram consultados: a Constituição Federal do Equador, os Planos de Desenvolvimento para o *Buen Vivir*, os decretos relativos ao território de *Yasuni*, os discursos

do Presidente Rafael Correa (discurso do presidente sobre a Iniciativa *Yasuni-ITT* frente a ONU e o discurso sobre o abandono da Iniciativa *Yasuni-ITT*), os documentos da Secretaria Nacional de Planificação e Desenvolvimento. Relatórios técnicos das ONG's: *Oil Watch*, *Acción Ecológica*, *Pachamama*. Informes do coletivo *Yasunidos* e do coletivo de geógrafos críticos. A convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais; Documentos 47/13 (30/12/2013) da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que trata dos povos indígenas em isolamento voluntário ou em contato inicial nas Américas: recomendações para o pleno respeito aos seus direitos humanos. E também as Diretrizes do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OACNUDH) para a proteção dos povos indígenas em isolamento e em contato inicial da região Amazônica. Foram também consultados documentos da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), da Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE) e da Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE).

A pesquisa de campo não compreende somente os meses que estive no Equador, porque foram feitas entrevistas e consulta a documentos, antes e depois da permanência naquele país. O material empírico de análise corresponde a 45 entrevistas realizadas (das quais 38 foram no Equador). Consulta a mais de cem documentos oficiais. Participação em palestras, reuniões, bancas e outros eventos científicos voltados a discussão da Iniciativa *Yasuni-ITT* e do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* no âmbito da FLACSO, da Universidade Andina Simón Bolívar (UASB) e da Universidade Central do Equador (UCE). Além da participação em reuniões da ONG *Acción Ecológica* e na marcha indígena. Registre as impressões, dúvidas, reflexões e inquietações no diário de campo. Além disto, compus um banco de imagens com mais de 600 fotografias.

Foi um longo processo até chegar na pesquisa de campo, talvez uma das minhas maiores inquietações acadêmicas ao longo deste trabalho, foi a metodologia de pesquisa. Esta preocupação atravessou meu campo e não somente neste tempo, é algo que segue me interpelando. A questão que esteve presente foi: quais metodologias utilizar para decolonizar nossa forma de fazer pesquisa estabelecendo uma relação sujeito-sujeito e não sujeito-objeto no campo? Isso porque muitas vezes abordamos a decolonialidade¹⁵ teoricamente, mas reproduzimos práticas eurocêntricas em nossa forma de pesquisar.

¹⁵ A opção pela expressão decolonialidade neste estudo, se ancora na discussão proposta por Catherine Walsh a qual argumenta que suprimir o “s” em seus escritos, não visa promover um anglicismo, mas pelo contrário, a intenção é marcar uma distinção com o significado em espanhol do “des”, o qual pode ser entendido com um simples desarmar, desfazer ou reverter o colonial. Conforme esta pensadora, isto poderia dar a entender que poderíamos passar de um momento colonial a um não colonial, como se estes padrões e marcas deixassem de existir. Com este jogo linguístico a autora visa colocar em evidência não existir um estado nulo de colonialidade, mas posturas, posicionamentos, horizontes e projetos para resistir, transgredir, intervir, insurgir, criar e incidir.

Quando abordamos a investigação, é necessário considerar desde que posição estamos falando, uma vez que podemos falar a partir do investigador ou do investigado. Não é um segredo que a noção de investigação é eurocêntrica, é um conceito muito ligado a conquista europeia, chegou com a invasão e saqueio das terras de Abya Yala em 1492. Desta forma, o termo investigação está ligado de maneira indissociável ao imperialismo e colonialismo da Europa e prolifera em nossos dias mediante a colonialidade epistêmica e epistemológica. (ORTIZ; ARIAS; PEDROZO, 2018b, p. 174, tradução nossa)

Minhas inquietações sobre a metodologia de pesquisa se agravaram quando estive na Amazônia Equatoriana, creio que neste espaço-tempo senti fortemente os limites da forma de fazer pesquisa eurocêntrica. O campo me propiciou refletir sobre meu lugar como pesquisadora. A convivência com os grupos indígenas permitiu compreender que “estas propostas investigativas são insuficientes e não garantem o desenvolvimento de um verdadeiro processo decolonizante, já que através delas não é possível conhecer as características de sujeitos ou de processos somente através de um breve encontro com eles” (ORTIZ; ARIAS; PEDROZO, 2018b, p. 176, tradução nossa).

Creio ser necessário assumir honestamente meu desejo de decolonizar o fazer científico, mas também reconhecer que recém “principio” nestes processos. Assumo que não tinha estes conhecimentos (sobre como fazer uma investigação decolonizada) e questionamentos até chegar ao território amazônico e conviver com estas populações. Creio que nossa academia ainda é muito eurocentrada, então assumo, em parte, a responsabilidade, pelos vazios formativos na perspectiva decolonizante. Castro-Gomez (2007 *apud* ORTIZ; ARIAS; 2019, p.91) afirma “que o diálogo de saberes só é possível através da decolonização do conhecimento e das instituições produtoras e administradoras do conhecimento”.

A investigação foi assumida no território *Abya Yala* como um processo desumanizante, um conjunto de ações “colonizantes” que causaram dor e sofrimento. O imperialismo, o capitalismo e o colonialismo constituem a tríade que configuram a investigação como mecanismo de domínio, regulação, e controle mediante a criação de noções autoritárias que se transformam em argumentos para manipular e obrigar, como são os conceitos de objetividade, verdade e realidade externa. Alguns acadêmicos e intelectuais do ocidente, personalidades eurocentradas, assim como as instituições patrocinadas pelo Estado, regulam, controlam e colonizam mediante o estabelecimento de regras formais e normas universais para gestar a ciência e a academia, mediante paradigmas científicos impostos e através de metodologias rígidas e dogmáticas, cujo resultado é a colonialidade científica (ORTIZ, ARIAS, PEDROZO, 2018b, p.174).

Neste sentido, devemos estar atentos a tais processos de colonialidade científica, buscando questionar as práticas de investigação que reproduzem mecanismos de domínio,

Desta forma, o decolonial denota então um caminho de luta contínuo no qual se pode identificar, visibilizar e alentar lugares de exterioridade e construções alternativas (WALSH, 2017).

regulação e controle. Visando situar territorialmente a pesquisa de campo, a seguir detalho os locais da investigação e alguns registros fotográficos mais significativos do campo.

2.1 NA CIDADE DE QUITO

Decidi pela cidade de Quito porque nela residem parte das lideranças de várias organizações ecologistas e indígenas. Além disto, há importantes universidades como a FLACSO/Equador, a Universidade Andina Simon Bolívar (UASB) e a Universidade Central do Equador (UCE), onde se encontram vários estudiosos do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e da Iniciativa *Yasuni-ITT*.

Na cidade de Quito, muitos contatos foram facilitados pelo Professor Santiago Ortiz da FLACSO¹⁶, o qual sempre, muito atenciosamente, nos acompanhou no percurso desta pesquisa. Ele também nos indicou o contato do sociólogo que atua como coordenador do projeto Povos, na Fundação *Alejandro Labaka* na cidade de Puerto Francisco de Orellana (Coca). Esta indicação foi muito importante, pois através dela pude permanecer no alojamento da referida fundação na cidade de Coca, além de obter, por intermédio deste sociólogo, a indicação de vários entrevistados indígenas *Waoranis*.

Os contatos prévios ao campo, integrantes do PHM, da ONG Acción Ecológica e o pesquisador Matthieu Le Quang me indicaram outros entrevistados. O professor da FLACSO me indicou professores da FLACSO, da UASB e da UCE, além de fornecer o contato do coordenador do projeto Povos, da Fundação Alejandro Labaka. Por sua vez o sociólogo, coordenador deste projeto, me facilitou muitos contatos com lideranças indígenas no território amazônico. Desta forma, através da técnica bola de neve, em que um entrevistado indica outro, foi sendo formada uma potente rede de atores, com informantes chaves para o tema pesquisado.

Na primeira etapa desta pesquisa, no período que estive na cidade de Quito, as entrevistas foram realizadas com gestores (que atuaram na gestão do presidente Rafael Correa), professores universitários da Universidade Andina Simón Bolívar (UASB), Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Universidade Central do Equador (UCE), ONG'S e lideranças indígenas e ecologistas. Neste período também participei de diversos eventos tais como: reuniões, encontros, bancas, palestras, no âmbito da FLACSO, da UCE e da UASB. Um dos eventos importantes que pude participar, no âmbito da UASB foi o lançamento do livro: *El Último Grito del Jaguar*, na Universidade Andina. Esta obra é o resultado da sistematização das

¹⁶ Durante nossa estadia na cidade de Quito, também pude assistir como aluna ouvinte duas disciplinas na FLACSO, denominadas: a) políticas econômicas e desenvolvimento e b) teorias do desenvolvimento.

memórias do I Congresso sobre Povos Indígenas Isolados na Amazônia Equatoriana. A seguir, na Figura 1, há o registro do lançamento do livro: *El Último Grito del Jaguar*.

Figura 1: Lançamento do livro, *O último grito do Jaguar*, na UASB.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Além dos pesquisadores nas universidades FLACSO, UCE, UASB, foram entrevistados integrantes dos movimentos indígenas: Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) e da Organização das Nacionalidades Waorani do Equador (NAWE), Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE) e também *Asociación Ome Yasuni*. Como também ativistas de organizações ecologistas: *Acción Ecológica*, *Yasunidos*, Fundação Pachamama e o coletivo de geógrafos críticos. E agentes governamentais da Secretaria do *Buen Vivir*, antropólogos que trabalham na região amazônica e, também, os assessores da comissão da Iniciativa Yasuní-ITT sob a gestão naquele período do então presidente Rafael Correa.

2.2 NO MUNICÍPIO DE OTAVALO

O município de Otavalo é um dos mais procurados por turistas no Equador, principalmente aos sábados, pela Feira de Otavalo que é uma das maiores e mais antigas feiras indígenas da América do Sul e a principal atração da cidade. Nos sábados as ruas ficam lotadas de barracas, são muitas quadras com vendas de diversos e coloridos produtos.

Visitar a feira de Otavalo é uma experiência antropológica em si, ali se misturam cores, sabores, vestimentas e diversos idiomas e mundos distintos. Segue um trecho do meu diário de campo, sobre a viagem até a cidade de Otavalo.

Eu fui num sábado para Otavalo, pois era o dia que o entrevistado podia me dedicar algumas horas. Então, naquele dia, muito cedo, acordei peguei minha mochila, com gravador, câmera fotográfica e caderno de campo e fui ao terminal terrestre. Tomei o primeiro ônibus que saía de Quito a Otavalo (são aproximadamente 100 km de distância). O ônibus que me conduziria aparentemente era dos anos 70 e não causava, à primeira vista, uma sensação de muita segurança. Entrar naquele veículo foi quase uma viagem no tempo. Durante o trajeto sinuoso senti muito medo dos freios falharem. A viagem em si me propiciou uma vista incrível, lindas lagoas, montanhas, o vulcão de Imbabura. No ônibus estavam muitos moradores da cidade de Otavalo que retornavam de Quito. Havia também muitos turistas de vários países, ouvi-los era quase uma Babel (DIÁRIO DE CAMPO DA AUTORA, OTAVALO, 2017).

Figura 2: Lago San Pablo, o Imbacochoa (10 Km antes de chegar a Otavalo)



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 3: Feira indígena tradicional da cidade de Otavalo



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Eu havia combinado de encontrar o entrevistado, uma liderança indígena, justamente na feira de Otavalo, mas eu não tinha ideia do tamanho da feira, não tínhamos pré-definido um local, então, como eu cheguei muito cedo, resolvi perambular e conhecer a feira. Tive alguma dificuldade para encontrar o entrevistado, mas finalmente nos encontramos e passei umas cinco horas com ele. Antes da nossa entrevista, propriamente dita, passeamos pela feira e ele me contou alguns fatos históricos sobre a feira e a cidade. Depois nos sentamos em um restaurante, pedimos o almoço e assim se deu minha entrevista de muitas horas. Não sei exatamente por quê, mas quando eu me despedi senti um misto de alegria e nostalgia. Certamente alegria por encontrar uma liderança indígena muito experiente, inteligente e com uma perspectiva de mundo muito próxima à minha. E talvez nostalgia porque existem pessoas especiais que cruzam nosso caminho e não sabemos se algum dia voltaremos a vê-las e ouvi-las, mas nos alegra que existam e sejam estas centelhas de esperança.

2.3 NA REGIÃO AMAZÔNICA EQUATORIANA (COCA)

A escolha pela cidade de Puerto Francisco de Orellana (doravante Coca) se deu por ser uma cidade polo das empresas petroleiras e reunir várias atividades econômicas dos povos indígenas amazônicos e, assim facilmente se poderia encontrá-los. Existem muitas dificuldades para adentrar a selva e isso exige muito tempo, conhecimento e acompanhamento de quem conheça muito bem a área e, portanto, significativo investimento financeiro.

Na cidade de Coca, tive a possibilidade de conviver com indígenas das etnias *Kichwas*, *Shuar* e *Waorani* de forma intensiva, porque coabitei por vários dias no mesmo espaço, qual seja, o alojamento da Fundação *Alejandro Labaka*. Para conseguir esta permissão tivemos que fazer vários contatos prévios e enviar uma carta de intenções a referida fundação, como pode ser observado no Apêndice I — Carta à Fundação Alejandro Labaka.

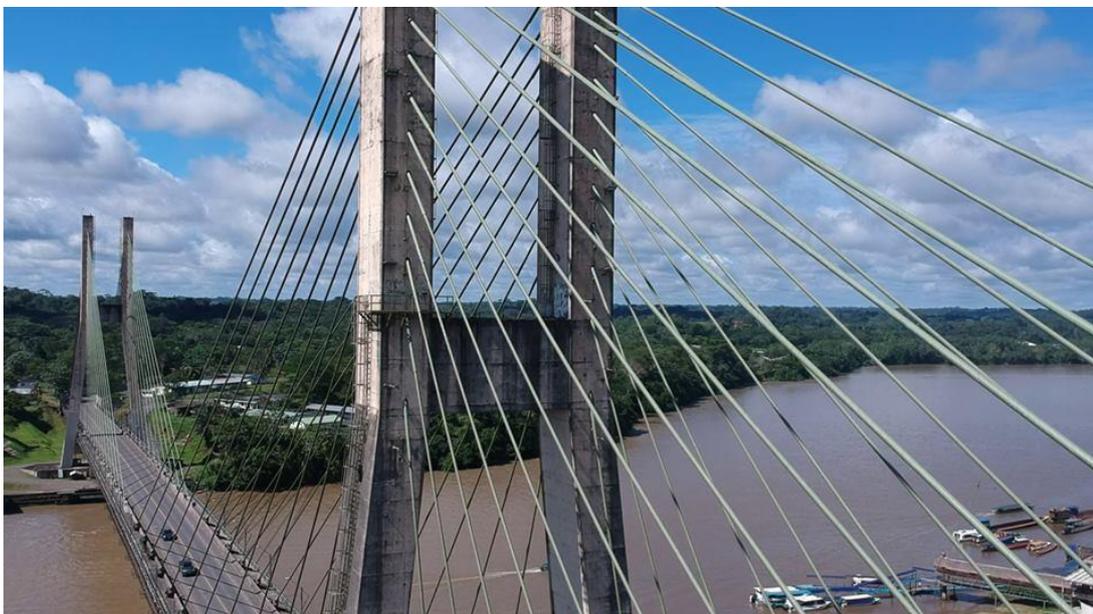
Temos o registro fotográfico de pontos estratégicos da cidade de Coca, que é um ponto de convergência entre a selva e algumas atividades comerciais, administrativas, políticas, etc. As imagens integram o banco de dados do projeto GIS Science — sistema remoto para gestão integrada do território e dos “recursos naturais” e foram gentilmente cedidas pelo Professor Massimo de Marchi, da Universidade de Padova da Itália.

Figura 4: Cidade de Puerto Francisco de Orellana (a Cidade se encontra na península entre os rios Napo, Payamino e Coca, nesta foto se vê a confluência entre Coca e Napo)



Fonte: Foto obtida por drones através do projeto *GIS Science* — sistema remoto para gestão integrada do território e dos recursos naturais, cedida pelo Professor Massimo de Marchi-Universidade de Padova — Itália.

Figura 5: Ponte do Puerto de Francisco de Orellana (Ponte sobre o Rio Napo)



Fonte: Foto obtida por drones através do projeto *GIS Science* — sistema remoto para gestão integrada do território e dos recursos naturais, cedida pelo Professor Massimo de Marchi-Universidade de Padova — Itália.

Figura 6: Vista aérea do Rio Napo (na confluência entre Rio Coca e Napo)



Fonte: Foto obtida por drones através do projeto *GIS Science* — sistema remoto para gestão integrada do território e dos recursos naturais, cedida pelo Professor Massimo de Marchi-Universidade de Padova — Itália.

Figura 7: Embarcação sobre o Rio Napo



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Nos dias que permanecemos na cidade de Coca, tive um contato permanente com várias lideranças indígenas, aproveitando cada momento para conversar e fazer entrevistas. Nos foi possível conviver com as diferenças dadas *a priori*, tentando desconstruir nossas “verdades” e imergir neste universo de existência, nesta “outredade”. Como expressa Leff (2003, p. 19, grifo nosso):

A compreensão do ser no saber, a concentração das identidades nas culturas, incorpora um princípio ético que se traduz em diretriz pedagógica; para além da racionalidade dialógica, da dialética entre fala e escuta, da disposição para compreender e colocar-se no lugar do outro, a política da diferença, a ética da *outredade* e a hibridização de identidades levam a interiorizar o outro em um, no jogo de mesmidades que introjetam outredades sem renunciar ao seu ser individual e coletivo. As identidades híbridas que assim se constituem não são a expressão de uma essência, tampouco na entropia do intercâmbio subjetivo e comunicativo. Elas emergem da afirmação de seus sentidos diferenciados frente a um mundo homogeneizado e globalizado.

A realização da pesquisa nas cidades de Quito e Otavalo não nos causou tanto estranhamento, por estarmos em um ambiente relativamente familiar qual seja, o ambiente da Universidade e dos movimentos sociais, lugares estes, em que as normas e os universos simbólicos já são, por mim, de alguma forma, conhecidos. Na cidade de Coca, em minha instância junto à Fundação Alejandro Labaka, tivemos uma relação diferente com nossos entrevistados, o que, em alguns momentos, nos causou muito estranhamento, sobretudo a necessidade de aprender novas gramáticas e formas de se relacionar.

Eu fui da cidade de Quito a Coca de ônibus, por dois motivos: a viagem de avião era muito dispendiosa e, também, porque queria pousar meus olhos nas paisagens que me conduziriam até a RAE. A viagem terrestre de ônibus dura um dia inteiro.

Figura 8: Trecho da viagem da cidade de Quito até a Região Amazônica Equatoriana



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Chegando ao terminal terrestre da cidade de Coca, depois de um dia inteiro de viagem, eu sentia meu coração bater acelerado, era como se todos meus sentidos estivessem aguçados para tudo que via e sentia. Eu estava tão eufórica por ter chegado até aquele lugar que, até então, só tinha visto em fotos e sobre o qual muito lera, então eram muitas sensações misturadas. Neste redemoinho de emoções, eu quase não acreditava ter ali chegado, parecia um sonho (depois de quase dois anos pesquisando aquela região).

Já era noite, tomei um táxi e me dirigi à Fundação, uma das agentes¹⁷ já me esperava, ela me recebeu gentilmente, me instalou no quarto e se despediu. Mal larguei minha mochila no quarto e logo desci, estava com muita vontade de conversar e tinha muitas perguntas habitando minha cabeça. Abaixo o registro do quarto em que estive durante minha instância junto a Fundação Alejandro Labaka.

¹⁷ K.B. Agente Administrativa da Fundação Alejandro Labaka.

Figura 9: Quarto da hospedagem junto a fundação Alejandro Labaka



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Estavam lá, naquela noite, somente dois franceses que não falavam quase nada de espanhol, mesmo assim, busquei estabelecer algum diálogo. Então, eles gentilmente me explicaram que iriam embora no outro dia, mas que viriam muitos indígenas e que os agentes da fundação me dariam todas as informações que eu necessitasse. Um pouco frustrada e respirando com mais vagar, me dirigi novamente ao quarto. Apesar do cansaço da viagem, eu estava inquieta, abri a mochila que havia trazido e comecei, de forma muito lenta, me organizar para dormir, fazia um calor úmido, típico daquela região.

No outro dia havia mais pessoas na casa, mas as comunidades convidadas para o curso ainda não estavam ali, pois chegariam somente no outro dia. Decidi aproveitar o dia e caminhar pela cidade e fazer um reconhecimento.

No terceiro dia no alojamento, eu estava ainda deitada, quando comecei a escutar várias vozes vindas do lado de fora, então, levantei e me arrumei para descer para o café da manhã (figura 10). À medida que caminhava até alcançar o *hall* da casa, ia cumprimentando todos e recebia de volta olhares que deixavam transparecer desconfiança e surpresa. Lembro-me de ter ficado um tempo sentada à mesa sem falar com ninguém, muito embora, sentisse uma enorme vontade de iniciar um diálogo qualquer. Me sentia deslocada, desconfortável e observada.

Figura 10: Café da manhã na sede da Fundação Alejandro Labaka, Coca (RAE)



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Pensei que estar ali exigia o melhor de mim, como pesquisadora e pessoa, não sabia como atuar, senti um desamparo enorme. Fiquei imóvel, refletindo sobre os desafios de estar neste lugar e me aventurar a fazer uma dupla tradução (linguística e simbólica). Eu não falo *Waorani*, nem *Kicwha*, nem *Shuar*, então, percebi que nosso encontro se produzia em outro idioma, para mim e para eles, considerando que nossa língua mãe, não era o espanhol. Tivemos cada um que ir até a metade desta ponte para dialogarmos, foi desafiador e de muito aprendizado.

O fato de ser pesquisadora, mulher e de outro país, fazia com que existisse, a princípio, um relativo distanciamento. Muito embora, meu esforço fosse para produzir uma aproximação para gerar empatia e reciprocidade. Na medida do possível e, sem saber muito bem como, busquei diminuir as distâncias, apagar as fronteiras e derrubar as barreiras. Os obstáculos não eram só linguísticos, uma vez que eu não falava a linguagem nativa, também eram de ordem cosmológica, das formas de ver, de sentir e de estar no mundo.

Este vínculo de confiança, não acontece de forma espontânea, requer paciência e humildade. Todavia, creio que o estranhamento inicial foi, aos poucos, substituído por confiança, amizade e empatia. Passado este primeiro momento de distanciamento, muitos vinham falar comigo e me perguntar se eu também iria entrevistá-los.

No meu horizonte sobrevoavam como pássaros, questões sobre como desconstruir a relação “sujeito-objeto” na pesquisa. Como adentrar nestes universos existenciais

desconhecidos e complexos? Como dar sentido a estas outras formas de conhecimento? Talvez, mais do que nunca, tenhamos sentido a necessidade de reinventar formas de fazer ciência. Senti o quão limitado, incompleto e inexperiente sou, frente a multiplicidade e a potência de outras formas de viver e ser. Nesta postura de humildade, incompletude e inexperiência, busquei conhecer a diversidade destes mundos e, através da escrita, contar uma ínfima parte desta história.

Em muitos momentos fiquei surpreendida ao me deparar com suas cosmovisões baseadas na igualdade como pressuposto. Vou ilustrar com uma das histórias registradas no diário de campo:

Um dia eu decidi sair para ver se encontrava café para comprar (pois me desesperava o fato de estar muitos dias, sem tomar café). Quando eu disse que iria sair, três meninas (que estavam no alojamento) disseram que iriam comigo, já tinha estabelecido certo vínculo com elas. Saímos e enquanto caminhávamos, elas iam me relatando histórias de suas vidas e de suas infâncias (DIÁRIO DE CAMPO DA AUTORA, REGIÃO AMAZÔNICA EQUATORIANA, 2017).

Depois desta saída, elas estavam quase sempre comigo, me perguntando sobre a minha vida (onde trabalhava, quanto ganhava, se era casada, se tinha filhos, o que eu comia, como eu me divertia, por que eu estava ali, o que eu tanto anotava). O que demonstrava que, de alguma forma, elas também me entrevistavam. Uma relação muito justa, porque eu sempre estava perguntando algo para elas, então, elas também queriam me questionar. O que me levava a refletir sobre o quanto é interessante a possibilidade de romper, ainda que minimamente, a relação pesquisador-entrevistado de forma unilateral.

Uma situação que me chamava a atenção e causava, em alguns momentos, desconforto era a questão da propriedade dos objetos, pois não existe esta noção de propriedade individual e uso pessoal de um objeto. Transcrevo parte do diário de campo a fim de exemplificar tal situação:

Não raro eu chegava no quarto, em que estava com mais três meninas e meu computador não estava lá, então alguém chegava e dizia: “Eu estava usando o computador, notem, o computador era algo sem dono, não era “o meu computador”. As noções de propriedade, pareciam estar diluídas em outras relações. Para exemplificar, não era incomum uma delas dizer: “eu vou usar o celular” (de novo, “não era o meu celular”) ou “estou com este chinelo, você tem outro”, ou seja, já que você tem outro, eu posso usar este (DIÁRIO DE CAMPO DA AUTORA, REGIÃO AMAZÔNICA EQUATORIANA, 2017).

A possibilidade de acompanhar a formação no curso de turismo comunitário, me possibilitou ter mais proximidade, sobretudo, com indígenas da etnia Waorani. Além de acompanhar, no espaço da Fundação Alejandro Labaka, apresentações culturais dos grupos

Waoranis, Shuar, Ashuar e Kichwas Amazônicos. Na figura 11 está o registro de umas das atividades em grupo do curso de turismo comunitário. Na figura 12 podemos observar a apresentação da uma dança ritual da etnia Waorani.

Figura 11: Atividade de formação em turismo ecológico comunitário para as etnias Shuar, Achuar, Waorani e Kichwas na Fundação Alejandro Labaka, Coca (RAE)



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 12: Mulheres Waoranis apresentam dança ritual na Fundação Alejandro Labaka



Fonte: Arquivo pessoal da autora

2.4 MARCHA INDÍGENA DA CIDADE DE PUYO A CIDADE QUITO

Acompanhei a marcha indígena que saiu da cidade de Puyo (província de Pastaza na Região Amazônica Equatoriana) até a capital, cidade de Quito, a marcha durou sete dias. O trajeto percorrido na caminhada foi de aproximadamente 250 Km. A principal reivindicação era a suspensão de concessões de territórios indígenas da Amazônia Equatoriana para empresas petrolíferas. Ao acompanhar a caminhada foi possível ter contato com muitas lideranças indígenas e realizar entrevistas. Abaixo temos o registro de uma reunião deliberativa com representantes das organizações: Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), Coordenação Indígena das Bacias Amazônicas (COICA), Nacionalidades Waoranis do Equador (NAWE). Nas figuras 13 e 14 temos o registro da reunião das lideranças indígenas de várias etnias, antes do início da marcha, em Pastaza na Região Amazônica Equatoriana.

Figura 13: Mesa com lideranças indígenas de várias etnias durante a marcha de novembro de 2017.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 14: Reunião de indígenas durante a marcha de novembro de 2017.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A figura 15 é o registro da reunião e do pronunciamento das lideranças indígenas na chegada da marcha a cidade de Quito. Neste ato, foi formalizado a exigência das organizações indígenas para que não houvesse mais concessões de territórios amazônicos para as empresas mineradoras e petroleiras. Estavam presentes muitos coletivos ecologistas e os meios de comunicação nacional e internacional que estiveram acompanhando a marcha indígena.

Figura 15: Reunião e pronunciamentos de lideranças indígenas na chegada da marcha a cidade de Quito



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 16: Durante a marcha, um indígena da etnia Shuar levava sua sucuri junto ao corpo



Fonte: Arquivo pessoal da autora

No quadro a seguir, está a relação dos entrevistados, o grupo social ao qual pertencem e o local, a fim de facilitar uma melhor visualização dos atores que compuseram o universo empírico da pesquisa.

Quadro 1: Informações gerais sobre entrevistas

Entre vista	Vínculo	Grupo Social	Localidade
01	Jornalista	Yasunidos, PHM	Cuenca/Equador
02	Geógrafo	Yasunidos, coletivo de geógrafos críticos e ONG Acción Ecológica	Quito, Equador
03	Cientista Político, Gestor	Integrante do governo Rafael Correa Investigador da Universidade de Paris VII	Quito/ Equador Paris/ França
04	Liderança Indígena	Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE)	Quito, Equador
05	Drº em Sociologia	Professor da FLACSO	Quito/ Equador
06	Drª em Antropóloga	Professora da FLACSO	Quito/ Equador
07	Drª em Antropologia	Professora da FLACSO	Quito/ Equador
08	Pesquisadora associada a FLACSO	Pesquisadora da FLACSO	Quito/ Equador/ EUA
09	Sociólogo	Fundação Alejandro Labaka	Coca/ Equador
10	Liderança indígena Kichwa	Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE)	Quito/ Equador
11	Drª em Antropologia	Professora da Universidade Andina Simon Bolivar (UASB)	Quito/ Equador
12	Drª em Geografia	Professora da Universidade Andina Simon Bolivar (UASB) e integrante do Geógrafos críticos	Quito/ Equador
13	Dr. em Sociologia	Professor da Universidade Andina Simon Bolivar (UASB)	Quito/ Equador
14	Dr. em Sociologia	Professor da Universidade Andina Simon Bolivar (UASB)	Quito/ Equador
15	Indígena Kichwa	Mobilização e organização da comunidade /Fundação Alejandro Labaka	Coca/ Equador
16	Indígena Shuar, Assessor de projetos	Fundación Alejandro Labaka	Coca/ Equador
17	Dirigente Indígena Waorani	Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE)	Coca/ Equador
18	Indígena Waorani/ Estudante de Antropologia	Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE)	Coca/ Equador
19	Dr. em Antropologia/ Indígena	Professor na Universidade de Wisconsin	Estados Unidos
20	Indígena Waorani	Dirigente da Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE)	Coca/ Equador
21	Indígena Waorani	Asociación Ome Yasuni	Coca/ Equador
22	Antropólogo	ONG — Land is Life trabalha com populações indígenas amazônicas	Coca/ Equador
23	Economista	Ex-Ministro de energia no governo de Rafael Correa Pesquisador do <i>Sumak Kawsay</i> . Responsável pela Iniciativa <i>Yasuni-ITT</i> .	Quito/ Equador
24	Jornalista	Coletivo Yasunidos	Quito/ Equador

Entre vista	Vínculo	Grupo Social	Localidade
25	Indígena Waorani ¹⁸		Bloco 43 — Amazônia/ Equador
26	Liderança indígena Shuar	Movimento indígena	Bloco 31 — Amazônia/ Equador
27	Indígena Kichwa	Liderança de movimento indígena CONAICE	Otavalo/ Equador
28	Jornalista/ Gestor	Ministro da Secretaria do <i>Buen Vivir</i>	Quito/ Equador
29	Sociólogo/ Gestor governamental	Assessor da Secretaria do <i>Buen Vivir</i>	Quito/ Equador
30	Sociólogo/ Gestor	Coordenador do trabalho junto aos povos indígenas amazônicos	Quito/Coca/Equador
31	Antropólogo	Integrante do governo Rafael Correa para a delimitação das áreas de territorialidade dos povos em isolamento	Quito/ Equador
32	Indígena Waorani	Liderança do movimento mulheres indígenas	Coca/ Equador
33	Indígena Shuar ¹⁷		Coca/ Equador
34	Indígena Waorani	Liderança indígena e guia turístico	Coca/ Equador
35	Indígena Shuar ¹⁷		Coca/ Equador
36	Indígena Kichwa ¹⁷		Coca/ Equador
37	Sociólogo	Integrante do coletivo Yasunidos, da ONG Acción Ecológica, Professor na Universidade Central do Equador (UCE)	Quito/ Equador
38	Filósofo	Professor na Universidade Central do Equador (UCE)	Quito/ Equador
39	Gestor cultural	Yasunidos	Quito/ Equador
40	Jornalista, responsável pela comunicação da ONG	ONG Acción Ecológica	Quito/ Equador
41	Indígena Kichwa amazônico	Dirigente de juventude da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE)	Pastaza/ RAE/Equador
42	Indígena Kichwa amazônico	Guia turístico Integrante da organização Amauta Ecotur	Pastaza/ RAE/Equador
43	Investigador, advogado, gestor ambiental, especialista em filosofias andinas	Pesquisador e autor de vários livros sobre o Sumak Kawsay	Equador/Bolívia
44	Técnico da Nacionalidades Waoranis do Equador (NAWE)	Nacionalidades Waoranis do Equador (NAWE)	RAE/Equador

O projeto de tese continha uma proposta inicial e, portanto, embrionária de pesquisa, prevíamos a necessidade de ajustes metodológicos e conceituais em sua execução. O campo de pesquisa sempre pode nos surpreender com novas interrogações. O real é um todo complexo, heterogêneo e multifacetado.

¹⁸ Aparecem alguns atores indígenas sem identificação de grupo social, isso porque estes entrevistados não faziam parte de nenhuma organização e entrevistá-los foi uma escolha da autora, para não ouvir somente os indígenas que tem vinculação com os movimentos.

O campo nos trouxe surpresas, exigiu flexibilidade, mudou hipóteses, depois de alguns dias tínhamos mais perguntas que respostas. A ciência social é uma ciência complexa, nossa investigação em humanidades não possui variáveis controláveis. A realidade social não existe como a realidade física, mas se constrói no discurso (ORTIZ, 2019). Com isso nossa abordagem requer, a captura de um instantâneo dentro de um fluxo complexo, heterogêneo e mutável. Para mim o grande desafio desta proposta foi me deparar com a urgente necessidade de uma metodologia de orientação decolonial.

Autores como Stavenhagen (1971) há bastante tempo questionam como decolonizar as ciências sociais, propondo um enfoque global para uma crítica radical das ciências sociais modernas/coloniais, afirmando a necessidade de decifrar os mecanismos que relacionam as situações particulares com os eventos societários, descobrindo as relações e interconexões mutuas, analisando as rupturas, os conflitos e as contradições. Este autor propunha deselitizar e desmistificar a investigação e a produção científica e intelectual, porque, quase sempre, o investigador configura os conhecimentos à margem dos pesquisados. Além disto, estes não participam do processo investigativo, nem dos resultados e nem da escrita científica. Desta forma, “as ciências sociais devem se desprender de seu enfoque moderno/colonial, rompendo com seu próprio passado e buscando novos caminhos” (STAVENHAGEN, 1971, p. 48, tradução nossa).

Há muitas propostas metodológicas pretensamente decoloniais, mas que em seu cerne seguem colonizantes e eurocêntricas. Existem muitas posturas críticas ao positivismo, ao reducionismo, a colonialidade do conhecimento, mas que, todavia, não alcançam dar o salto epistêmico que permita se desprender da configuração conceitual ocidental. Nenhuma é radical, harmônica e coerente, ainda que expressem outras formas de conhecer e fazer investigação, mas seguem aprisionadas em noções modernas ocidentocêntricas, convertendo-se em propostas neocoloniais. Ainda que configurem discursos antimodernidade, não delineiam ações decoloniais concretas. É necessário investigar, ou melhor, decolonizar, não sobre os investigados, mas com os investigados, ou melhor com os colonizados, com os subalternos e não sobre eles (ORTIZ; ARIAS, 2019, p. 91-92, tradução nossa).

Autores como Ortiz (2017a, 2017b, 2017c) e Ortiz, Arias e Pedrozo (2018a, 2018b, 2019) contribuem com importantes ideias sobre as bases e traços característicos do que denominam um “fazer decolonial”. Em suas reflexões e análises questionam por que e para que uma metodologia outra, bem como, a urgente necessidade de caminhar rumo a um processo decolonizante. Os autores compreendem o *fazer decolonial* como um processo decolonizante, desenvolvido através de ações como: o observar comunitário, o conversar alternativo e o reflexionar configurativo. Segundo Ortiz e Arias (2019, p. 92, tradução nossa) “emerge assim

o fazer decolonial, não como uma nova metodologia, mas como uma opção, como uma forma outra de conhecer, pensar, ser, fazer e viver”.

Certamente, temos um longo caminho rumo a uma metodologia de pesquisa decolonial, existem muitas questões a serem visibilizadas, existem situações que precisam ser ditas pelos seus nomes, afinal são processos históricos de negação e encobrimento. Decolonizar a metodologia de pesquisa pressupõe não somente deselitizar e desmistificar a investigação e a produção científica e intelectual, mas reconhecer que a academia se constitui historicamente como um *locus* privilegiado, que possui um *ethos* cuja prática radica em regurgitar aquilo que lhe é estranho e que as tentativas de crítica são ainda muito tímidas. Um primeiro passo seria assumir que existe uma academia colonial/neocolonial/capitalista/eurocêntrica e compreender o que implica a produção de conhecimento desde esta perspectiva. Ficam alguns pontos para sentipensar¹⁹, como produzir processos de ruptura? como gerar brechas? como visibilizar outros saberes e práticas na academia ocidental? ou, de outra forma, como decolonizar a ciência e a produção de conhecimento?

¹⁹ Com a expressão “sentipensar”, o autor De la Torre (2000) apresenta o processo mediante o qual se configuram pensamento e sentimento, duas formas de interpretar a realidade, mediante a reflexão e a emoção até que se convertam em um mesmo ato de conhecimento e ação.

3 CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DO EQUADOR E AS CONDIÇÕES PARA O NASCIMENTO DA PROPOSTA INICIATIVA YASUNI-ITT

3.1 EQUADOR ASPECTOS GEOGRÁFICOS E O CONTEXTO POLÍTICO

Neste capítulo, apresentamos aspectos geográficos, discutimos o contexto político e econômico do Equador, abordamos as lutas indígenas, o movimento Aliança País e a chegada de Rafael Correa a presidência. Além disto, apresentamos o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, presente na Constituição de 2008, trazendo consigo a compreensão de que a “natureza” é um sujeito de direitos, o que em parte, possibilita a formalização da proposta Iniciativa *Yasuni-ITT* junto ao governo. Problematizamos as práticas extrativistas em áreas biodiversas, que colocam em risco os ecossistemas e as populações indígenas, em que pese toda efervescência e esperança em outro modelo de desenvolvimento que houve no momento das discussões da assembleia constituinte voltadas ao *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, que antecederam a aprovação da Constituição.

Começamos pela situação geográfica, localizado na América do Sul, o Equador faz limite ao norte com a Colômbia, ao sul com o Peru e a oeste com o Oceano Pacífico. O território do país abrange 256.370 Km², possuindo quatro regiões distintas: Costa, Serra, Oriente e Ilhas Galápagos (localizadas a 960 Km da Costa), muito conhecidas por terem sido estudadas por Charles Darwin, que elaborou a Teoria da Evolução das Espécies, depois de sua passagem pela região equatoriana insular. O país possui características topográficas e ecológicas muito diversas. Seu nome se origina da linha imaginária que divide o planeta em dois hemisférios (norte e sul) e que atravessa o país em toda a sua dimensão.

O país é atravessado por duas cadeias montanhosas da Cordilheira dos Andes. Entre as quais se situa um planalto central (altiplano), no qual se localiza a cidade de Quito, a capital do país. No litoral, se desenvolvem as culturas de café, cacau e, em especial, a banana, produto do qual o Equador é um dos grandes exportadores mundiais. A região leste é coberta pela selva amazônica, onde existem importantes reservas de petróleo.

O país foi uma colônia da Espanha e alcançou sua independência²⁰ em 1830. Como em outros países latino-americanos o processo de independência do Equador se deu mais pela necessidade de novas relações econômicas e de produção, as quais beneficiavam uma nova classe social emergente. Jovens pertencentes a classe média e alta ao estudar na Europa, no final

²⁰ Formalmente se pode considerar que os países da América Latina são independentes, todavia, ainda são vigentes os processos de *colonialidade* de poder e saber, discutiremos isso ao longo deste texto.

11 espécies por cada 1.000 km² (UTE p. 8, 2012 *apud* NARVÁEZ, 2013, p.31, tradução nossa).

Se considerarmos a privilegiada biodiversidade de fauna e de flora, somada aos “recursos naturais” não renováveis, o Equador poderia propiciar uma condição socioeconômica satisfatória e uma vida digna para as pessoas, sem necessidade de exploração da “natureza”. No entanto, o Equador é um país com enormes desigualdades econômicas, sociais e políticas, fruto de um modelo político e econômico com matizes coloniais, baseado na exploração de “recursos naturais” (NARVAEZ, 2006).

Economicamente, o país possui uma economia baseada principalmente na renda petroleira, sendo que, no ano de 2008, o petróleo representou 22,2% do Produto Interno Bruto (PIB), 63,1% das exportações e 46,6% do Orçamento Geral do Estado. Com a exploração das reservas de petróleo (no final dos anos 60 do século XX) a Região Amazônica assumiu uma relevância político-econômica estratégica na economia nacional (LE QUANG, 2009). Nesta região, são extraídos 520 mil barris por dia de petróleo, renda que chegou a representar, por alguns anos, quase 48% do Orçamento Geral do Estado e nos últimos anos constitui aproximadamente 26% (NARVAEZ, 2006). O país viveu uma situação de maior crise socioeconômica e de degradação ambiental, a partir dos anos 90, do século XX, provocada pelo denominado neoliberalismo²².

O denominado “giro a esquerda na América Latina”²³, experimentado por diversos países a partir dos anos 90 do século XX, fez com que distintos movimentos sociais e variados setores da esquerda europeia tenham dirigido sua atenção à região latino-americana, buscando inspiração nas resistências locais contra o neoliberalismo que se instalou desde os anos 80 (no Chile, a partir dos anos 70), com o chamado ajuste neoliberal.

No final do século XX e início do século XXI eclodem movimentos sociais populares de insurreição na América Latina que reconfiguram os mecanismos de mediação das relações de poder no continente, tanto no que se refere às relações interestatais quanto às relações internas entre classes e segmentos sociais. Tal contexto vem desnudando a necessidade de reformas no aparelho do Estado, como uma maneira de contemplar os setores que foram privados de voz e

²² Tanto que, no ano de 2001, o governo, levado por uma grave crise econômica, abandona a moeda nacional, o sucre, e adota o dólar.

²³ Os países que hoje conformam o território de *Abya Yala* possuem muitas semelhanças em face aos processos históricos partilhados, entre os quais podemos citar: a colonização perpetrada pelas nações europeias, o quase extermínio dos povos originários, a escravização de povos africanos, a exploração das riquezas “naturais” e os processos ditatoriais. Estes processos históricos vivenciados ao longo dos últimos cinco séculos marcaram profundamente os países latino-americanos e contribuíram para a constituição de um imaginário social comum, apesar das especificidades existentes.

de direitos nos Estados, que se constituíram com as “independências” políticas no século XIX, mas que, em suas constituições, mantiveram a colonialidade do poder (QUIJANO, 2000).

A ascensão de governos progressistas em alguns países da América Latina é, em parte, fruto da luta de movimentos sociais que historicamente foram invisibilizados, mas que paulatinamente vem ganhando força, ainda que permaneçam estruturas institucionais coloniais na maioria dos países. Esta situação marca um ponto de inflexão importante.

O contexto político no qual se baseia esta tese, parte do reconhecimento das especificidades sociais, econômicas e políticas do Equador. Enfocamo-nos, em parte, na etapa que se identifica com a chegada de Rafael Correa ao poder, em janeiro de 2007. Esta eleição contou com o amplo apoio do movimento Aliança País e a denominada Revolução Cidadã. Aliança País foi um movimento político para o qual convergiram diversas organizações da sociedade civil que apoiaram Rafael Correa a chegar à presidência do Equador.

A vitória eleitoral de Rafael Correa derivou de um acúmulo de forças progressistas²⁴, resultado de mais de duas décadas de lutas, contra as políticas neoliberais. Foi precedida por uma onda de revoltas indígenas, iniciadas em 1990, quando esses atores ressurgem de forma contundente na arena política.

Houve muitas lutas de resistência indígena no Equador, desde o século XVII, mas ao longo desta história as demandas do movimento e sua orientação política foram se transformando. No início do século XVI, foram movimentos de resistência aos violentos processos de colonização, tais movimentos se prolongaram até os séculos XVII e XVIII.

Nos anos 70 do século XVIII a principal reivindicação dos movimentos indígenas fora o direito à terra, uma vez que a posse da terra se concentrava na mão de grandes latifundiários e da Igreja Católica. As lutas do século XVIII ao século XX resultaram em uma lei denominada: lei de reforma agrária e colonização, de 1964, a qual permitiu uma pequena repartição de terras, ainda que tenha subsistido a estrutura latifundiária.

A partir dos anos 90 do século XX, o movimento indígena do Equador ganha visibilidade ao se converter em um importante ator político, demonstrando seu poder organizativo e de convocatória de suas bases. Apresentando propostas alternativas ao modelo de vida imperante (capitalista/moderno/colonial), através do pensamento político-econômico oriundo de suas cosmovisões.

²⁴ A expressão progressista é adotada relativamente aos processos políticos na América Latina que se distanciam das políticas econômicas e sociais abertamente neoliberais, vale dizer, com uma clara tendência a uma economia de mercado.

Através de grandes jornadas de luta conseguiram algumas vitórias de suas reivindicações, disputando poder e incidindo nas instituições do Estado-nação (CONAIE, 2020). Exemplos de importantes reivindicações alcançadas pelo movimento são: a declaração do estado plurinacional; a oficialização do idioma *Kichwa*; a educação intercultural e o reconhecimento de suas cosmovisões que se plasmaram na constituição, através do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*.

Em muitos países latino-americanos, as mobilizações sociais tiveram como resultado a emergência de governos progressistas, com matizes de esquerda ou centro-esquerda. Tais governos, mantidas as especificidades, “combinaram políticas econômicas heterodoxas com ampliação no gasto social e inclusão pelo consumo, dando início ao denominado ciclo progressista latino-americano que se estendeu pelo menos até 2015-2016” (SVAMPA, 2019, p.11, tradução nossa).

Uma das principais críticas aos governos do Equador, da Bolívia e da Venezuela, remete ao denominado paradoxo latino-americano, o qual se caracteriza pela existência de governos que se definem como progressistas ou, inclusive, revolucionários, mas baseiam suas estratégias políticas na intensa exploração dos “recursos naturais”. Tal fenômeno recente na história latino-americana tem sido denominado neoextrativismo, o qual tem gerado graves conflitos ambientais, sociais e culturais nestes países.

Uma das faces dos processos neoextrativistas na América Latina, no final do século XX e início do século XXI é a exploração de “recursos naturais” (em especial do petróleo) na Amazônia equatoriana. Neste território se dão inter-relações complexas no qual em diferentes momentos, se refletem interesses distintos. Segundo Narváez (2013, p. 17, tradução nossa), tais interesses: “demonstram as contradições entre o capital transnacional representado por diversas empresas²⁵, camponeses, organizações sociais, ONG’s, instituições de pesquisa, militares, comerciantes furtadores dos recursos da floresta e os povos indígenas.”

Gudynas (2009, 2011, 2016), Acosta (2010, 2011, 2012, 2016) e Svampa (2012, 2016) são críticos a traços do denominado neoextrativismo (praticados por governos progressistas), ainda que reconheçam as diferenças entre os governos de corte neoliberal e os considerados progressistas. Tais autores ressaltam que existe pouca diferença entre uns e outros, no que tange a matriz geradora de recursos, bem como, na concepção de desenvolvimento que se encontra profundamente enraizada em ambos governos.

²⁵ Empresas como: TEXACO, CONOCO, MAXUS, OCCIDENTAL, CITY, ENCANA-Andes Petróleo, YPF-REPSOL, PETROBRAS, PERENCO, AGIP, etc.

Nos últimos anos os preços ofertados pelas matérias-primas como ouro, cobre, petróleo e gás natural foram tão atrativos que governos de diferentes orientações ideológicas optaram pelo extrativismo como um dos eixos estratégicos de sua política econômica (SVAMPA, 2012).

A história latino-americana mostra que esse processo extrativista levou a uma generalização da pobreza e abriu caminho para crises econômicas recorrentes. Ao mesmo tempo, consolidou mentalidades “rentistas”. Tudo isso aprofunda a frágil e escassa institucionalidade democrática da região, incentiva a corrupção, desestrutura as sociedades e as comunidades locais, e deteriora gravemente o meio ambiente. Tal realidade se agrava ainda mais com as práticas clientelistas e patrimonialistas, que contribuem para frear a construção da cidadania. O certo é que a grande disponibilidade de recursos naturais que caracteriza as economias primário-exportadoras, particularmente quando se trata de minérios ou petróleo, tende a distorcer a estrutura econômica e a alocação de fatores produtivos, pois redistribui regressivamente a renda e concentra a riqueza em poucas mãos (ACOSTA, 2012, p.52).

As economias latino-americanas no início do século XXI, foram favorecidas pelo preço das *commodities* no mercado internacional e, de alguma forma, viveram uma época de relativo crescimento econômico. Simultaneamente tivemos uma mudança de época, caracterizada pelo questionamento do “consenso neoliberal” e as formas tradicionais de representação política (SVAMPA, 2012). Além das intensas mobilizações sociais, como os Fóruns Sociais Mundiais (FSM) e os movimentos antiglobalização e, no caso do Equador, as lutas indígenas.

As denominadas práticas neoextrativistas se contrapõem ao intenso processo de discussão/debate da assembleia que culminou com a aprovação²⁶ da Constituição do Equador²⁷ de 2008, na qual é consagrado o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* como um eixo transversal a todas leis

Ao longo de mais de três séculos, a ideia da terra como pilhagem e, mais que isso, o permanente processo de desapropriação e despejo dos territórios das comunidades e povos originários, tomaram novo fôlego nesta etapa de desenvolvimento do capitalismo. Particularmente para o caso dos países da América Latina e Caribe, esta fórmula de “acumulação por desapropriação” tem se traduzido em um feroz embate contra os direitos dos povos originários, diante dos intentos governamentais para “levar o desenvolvimento” com obras de infraestrutura: hidroelétricas, represas, gasodutos, estradas, portos, aeroportos e, por suposto, com a entrega de enormes porções de territórios as empresas mineiras nacionais e estrangeiras para continuar atendendo as necessidades e demandas de acumulação capitalista a nível global (LO BRUTTO; VAZQUEZ SALAZAR, 2015, p.56, tradução nossa).

²⁶ Após a eleição de Rafael Correa (em 2006), foi aprovada pela população do país, por meio de um referendo com 63,93% dos votos, uma nova Constituição, em setembro de 2008.

²⁷ A consagração do *Sumak Kawsay /Buen Vivir* como direito na Constituição Equatoriana e como princípio na Boliviana “traduz a opção político-jurídica de afastamento da tradicional teoria constitucional europeia, seguida por diversos países na América Latina, dentre eles o Brasil, que vive um intenso processo de reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais” (NETO; ARAÚJO, 2015, p.3).

Estes processos neoextrativistas demonstram sua força e vitalidade nesta etapa do capitalismo, segue vigente o saqueio dos territórios em nome do desenvolvimento. No entanto, para as comunidades o resultado é em geral a violência, a destruição e a contaminação de seus territórios.

3.2 OS DIREITOS DA NATUREZA, *SUMAK KAWSAY* E AS POLÍTICAS EXTRATIVISTAS

O *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e o *Suma Qamaña/Vivir Bien* ganham notoriedade²⁸ ao se materializar nas Constituições²⁹ do Equador, de 2008, e da Bolívia, de 2009. Os presidentes Rafael Correa e Evo Morales, eleitos em 2006 e 2005, respectivamente, incorporaram alguns aspectos das cosmovisões dos povos originários (GUDYNAS, 2013) e estabeleceram o *Sumak Kawsay/Buen Vivir e o Suma Qamaña/Vivir Bien* como princípios transversais das ações governamentais e do novo projeto de Estado. A concepção de *Sumak Kawsay/Buen Vivir* está no preâmbulo da constituição.

Nós, o povo soberano do Equador reconhecendo nossas raízes milenares, forjadas por mulheres e homens de distintos povos, celebrando a natureza, a Pacha Mama, da qual somos parte e que é vital para nossa existência, invocando o nome de Deus e reconhecendo nossas diversas formas de religiosidade e espiritualidade, apelando a sabedoria de todas as culturas que nos enriquecem como sociedade, como herdeiros das lutas sociais de libertação frente a todas as formas de dominação e colonialismo e com um profundo compromisso com o presente e o futuro, decidimos construir **uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza para alcançar o *Buen Vivir*, o *Sumak Kawsay***; uma sociedade que respeita em todas suas dimensões, a dignidade das pessoas e das coletividades; um país democrático, comprometido com a integração latino-americana — sonho de Bolívar e Alfaro — a paz e a solidariedade com todos os povos da terra (EQUADOR, 2008, tradução e grifo nosso).

Institucionalmente, o reconhecimento, no âmbito formal, das cosmovisões indígenas, através do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, poderia significar uma mudança histórica na política do país, assim como, na concepção de desenvolvimento (LE QUANG; VERCOUTERE, 2013). O *Buen Vivir* é a tradução para o espanhol (ou mestiça) da expressão *Sumak Kawsay* dos povos *Kichwas*³⁰. Conforme as discussões de intelectuais indígenas e não indígenas, o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* representa uma concepção de vida, distante dos parâmetros mais caros a

²⁸ O debate sobre a notoriedade do *Buen Vivir* é feito por Matthieu Le Quang (2013) e René Ramírez (2012).

²⁹ Ambas as constituições foram aprovadas por referendo, a Equatoriana, em setembro de 2008, com 63,93% dos votos e a Boliviana, em janeiro de 2009, com 61,43%. O voto é obrigatório em ambos os países. Disponível em <http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/Constitucion-2008.pdf>. Acesso em 05 ago. 2014.

³⁰ Existem diferentes formas de escrita para esta palavra, aparecendo como *Kichwa*, quechua, quéchua e quichua. Neste trabalho adotamos a grafia mais comumente utilizada em textos acadêmicos em espanhol que é *Kichwa*.

modernidade ocidental/capitalista/eurocêntrica e ao crescimento econômico. Este paradigma questiona a relação custo-benefício como axiomática social, o individualismo, a busca pelo lucro, a exploração da “natureza”, a relação estratégica entre os seres humanos, a mercantilização total de todas as esferas da vida humana e de outras as formas da vida (ARCINIEGAS; SCHUBERT, 2015; HUANACUNI, 2010).

A compreensão/aceitação da cosmovisão subjacente ao *Sumak Kawsay/Buen Vivir* poderia representar a possibilidade de construir uma outra sociedade, fundada em valores respeitosos com a “natureza” e com a vida em toda variedade de manifestações. E, desta forma, enfrentar a crise planetária, econômica, ética e política; se constituindo como um paradigma contra-hegemônico ao modelo que fundamenta o projeto civilizacional da modernidade eurocêntrica, colonialista e capitalista (DUQUE, 2019; DUSSEL, 2016; LANDER, 2016; QUIJANO, 2010; QUINTERO, 2015).

A Constituição do Equador de 2008 é a primeira no mundo a reconhecer os direitos da “natureza”, que passa a ser a Mãe Terra (*Pachamama*), um organismo vivo e, portanto, digno da proteção constitucional. No capítulo sétimo constam os “Direitos da Natureza”, que em seu artigo 71, dispõe: “a natureza ou *Pacha Mama*, onde se reproduz e se realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente a sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos”. E no artigo 74: “[...] o Estado incentivará as pessoas naturais e jurídicas e os entes coletivos, para que protejam a natureza e promovam o respeito a todos os elementos que formam um ecossistema³¹”.

No entanto, mesmo depois da aprovação da Constituição de *Montecristi*³², em 2008, vêm sendo implementadas políticas de cunho desenvolvimentista e, sobretudo, práticas extrativistas. Ao mesmo tempo se difunde um discurso em defesa dos direitos dos povos indígenas, baseado no reconhecimento do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, como objetivo social a ser cumprido desde as políticas públicas do Estado (ARCINIEGAS; SCHUBERT, 2015).

Esta situação levou o movimento indígena e ecologista a tecer duras críticas ao Estado equatoriano, acusando-o de manter estruturas desenvolvimentistas nas relações econômicas e sociais (ARCINIEGAS; SCHUBERT, 2015). Principalmente quando se considera que a Constituição, estabelece que a finalidade do desenvolvimento seja o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*.

³¹ EQUADOR. Constitución de la Republica del Ecuador. 2008. Disponível em: https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf. Acesso em: 5 out. 2018.

³² “*Montecristi* é o nome de um município do Equador, localizado na província de Manabí, no litoral noroeste do país. Foi escolhido como sede da Assembleia Constituinte que entre 30 de novembro de 2007 e 25 de outubro de 2008, debateu, escreveu e aprovou a atual Constituição da República do Equador, reconhecendo em seu primeiro capítulo, o caráter ‘intercultural’ e ‘plurinacional’ do país” (ACOSTA, 2016a, p.19).

“O que implica em uma ruptura conceitual com a interpretação do desenvolvimento das últimas seis décadas” (ESCOBAR, 2005, p.72) ou como observa Acosta (2009, p.6), o *Buen Vivir* “representa uma oportunidade de construir coletivamente um novo regime de desenvolvimento”.

Desta forma, para além da complexa trama que envolve a disputa sobre as interpretações acerca do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, temos então uma questão central: como chegar ao denominado “desenvolvimento para o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*”. Esta incoerência se expressa quando o Estado opera de forma contrária ao que está previsto na Constituição, sobretudo, no que tange a proteção da “natureza” e dos povos ancestrais, adotando práticas extrativistas em áreas protegidas.

A Iniciativa *Yasuni-ITT* cuja proposta era manter inexplorados os campos de petróleo no Parque Nacional de Yasuní (PNY), tinha absoluta consonância com a proposta da Constituição Equatoriana que preconiza o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, um desenvolvimento respeitoso com a Mãe Terra, considerando seus ciclos de reprodução e a proteção dos ecossistemas. A inovadora proposta do Equador chamou a atenção mundial, ao pretender reverter a extração e produção de matérias-primas, ou seja, de bens primários que sustentam uma economia extrativista. Esta modalidade de acumulação começou a ser estruturada há quinhentos anos, com a “conquista³³” e a colonização da América, da África e da Ásia, fez com que os países colonizados exportem a “natureza” (ACOSTA, 2016b).

[...] recordemos que os extrativismos são apropriações de enormes volumes de recursos naturais (como ocorre com as petroleiras ou mineradoras convencionais) ou por meio de alta intensidade (como acontece com a exploração de ouro que utiliza mercúrio) que são destinados sobretudo, a exportação para os mercados globais como matérias-primas ou *commodities*. É evidente que esta apropriação de recursos naturais não está voltada a satisfazer as necessidades dos equatorianos, mas serve as demandas de consumo de outros continentes e outras sociedades. No Equador existe todo tipo de extrativismo, todos eles desencadeiam diferentes impactos ambientais, como a contaminação pelos derrames petroleiros amazônicos, os rejeitos mineiros ou a destruição de manguezais pela indústria do camarão. Se invade a selva e se perde a biodiversidade, **se expulsa as comunidades e se destrói suas formas tradicionais de vida. Estas questões são parte dos chamados impactos locais que ocorrem ao redor dos enclaves extrativistas** (GUDYNAS, 2016, p.28, tradução e grifo nosso).

Se pode questionar se o novo extrativismo (denominado de neoextrativismo) é compatível com o *Sumak Kawsay/ Buen Vivir*? Segundo Gudynas (2016), a persistência de empreendimentos extrativistas nos países progressistas tende a minimizar ou ignorar os impactos ambientais, desestimular as reclamações de grupos locais ou movimentos indígenas,

³³ A palavra conquista aparece entre aspas, para marcarmos nossa posição crítica relativamente aos processos que se deram nestes territórios desde então.

ou, ainda apelar ao sacrifício de uns, em benefício do bem-estar geral. A justificativa mais recorrente é a necessidade de recursos para programas de assistência e proteção social, recursos captados dos excedentes destes empreendimentos. Este argumento figurou no discurso do Presidente Rafael Correa como justificativa para abandonar a Iniciativa *Yasuni-ITT*.

Com o objetivo de aumentar exportações, o novo extrativismo repete a apropriação intensa dos recursos naturais, que provoca fortes impactos sociais e ambientais. A diferença do extrativismo clássico de governos conservadores para este novo é que a presença do Estado hoje é muito maior. São cobrados impostos altos, como no caso do petróleo no Equador e do gás na Bolívia, ou das exportações de soja da Argentina (GUDYNAS, 2011, p.34).

O extrativismo, prática iniciada ainda no período colonial e que assume outras facetas no século XXI é a prática desenvolvimentista mais criticada desde a perspectiva do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, tal como é formulada pelos movimentos e intelectuais indígenas e ecologistas, pelos impactos econômicos, sociais e ambientais que acarreta.

Se produz uma curiosa situação, onde a “alternativa” progressista de desenvolvimento é sem dúvida uma mudança frente ao reducionismo mercantil, mas é também convencional em relação a muitas ideias clássicas de desenvolvimento. [...] Este é um estilo de desenvolvimento que aceita as condições do capitalismo atual, em que o Estado deve reduzir ou recompensar algumas de suas arestas negativas. Este é um “capitalismo benévolo” que aponta sobretudo a lidar com a pobreza e a desigualdade com retificações e compensações (GUDYNAS, 2011, p.34, tradução nossa).

Esta situação apresenta um dilema: como o tema do desenvolvimento, mais particularmente do desenvolvimentismo ou, de outra maneira, como o Estado se utiliza da construção de sentidos e símbolos dos indígenas *Kichwas* do Equador para gerar uma identificação com as demandas destes povos. Isso no marco de uma democracia com altos traços de colonialidade de poder (QUIJANO, 2000). Nas palavras do intelectual indígena Huanacuni (2010, p. 29, tradução nossa):

A Mãe Terra está se transformando, todavia, grande parte da humanidade não consegue assimilar as dimensões e consequências deste tempo. Os modelos “civilizatórios”, desenvolvimentistas e modernistas, hegemônicos no planeta durante os últimos séculos, estão chegando, se já não chegaram ao topo, agora é necessário seu descenso. Não se trata somente de um problema econômico, social, político ou cultural. As promessas de progresso e desenvolvimento que em algum momento guiaram a toda humanidade, já mostraram suas limitações e efeitos devastadores, sobretudo em países “altamente desenvolvidos” como os europeus, nos quais hoje em dia, a prioridade já não é o desenvolvimento, mas encontrar a forma de reverter todo o dano causado.

A Constituição do Equador, de 2008, determina como prioridade o desenvolvimento que tem como objetivo não o crescimento econômico ou o bem-estar material, mas o *Sumak Kawsay* no artigo 275:

O regime de desenvolvimento é o conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, socioculturais e ambientais que garantem a realização do *Buen Vivir*, do *Sumak Kawsay* [...] O *Buen Vivir* requererá que as pessoas, comunidades, povos e nacionalidades gozem efetivamente de seus direitos e exerçam responsabilidades no marco da interculturalidade, do respeito as suas diversidades e da convivência harmônica com a natureza (CONSTITUIÇÃO DO EQUADOR, 2008, tradução nossa).

Em consonância com a Constituição foi elaborado para o país um Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual retoma os conceitos de *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e adota o nome: Plano Nacional para o *Buen Vivir*³⁴.

“No Plano Nacional para o *Buen Vivir* se estabelece, como objetivo, a transição de uma sociedade primário-exportadora, a uma sociedade do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, os doze objetivos previstos no plano se articulam sobre este conceito” (LE QUANG, VERCOUTÈRE, 2013, p. 19). Cabe destacar que o plano “determina uma meta pós-extrativista, mas não oferece detalhes convincentes das mediações para alcançá-la e as medidas governamentais apontam em sentido contrário” (GUDYNAS, 2016, p. 179).

O Plano Nacional para o *Buen Vivir* de 2009-2013, adverte que o conceito dominante de *desenvolvimento* entrou em uma profunda crise; este fato se relaciona não somente pela perspectiva colonialista, a partir da qual se erigiu, deve-se, também, aos questionáveis resultados que produziu no mundo inteiro (SENPLADES, 2009). Por isto, é necessário encontrar respostas desde o *Sul Global*³⁵ que permitam repensar as relações sociais, culturais, econômicas e ambientais. Prossegue, “segundo o novo pacto de convivência estabelecido na Constituição de 2008, este plano propõe um deslocamento da palavra desenvolvimento para incorporar no debate o conceito de *Sumak Kawsay/Buen Vivir*” (SENPLADES, 2009, p. 32, tradução nossa).

No Plano Nacional para o *Buen Vivir*, se propõe uma ruptura com o conceito de desenvolvimento hegemônico afirmando a inexistência do mesmo na cosmovisão dos povos indígenas andinos e se ratifica que “o objetivo que nos convoca não é o desenvolvimento desde uma perspectiva unilinear da história, mas a construção da sociedade do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*” (SENPLADES, 2009, p. 32-33, tradução nossa).

O *Buen Vivir* é nosso horizonte, oferece alternativas para construir uma sociedade mais justa, na qual o centro da ação pública seja o ser humano e a vida. Supera os limites das visões convencionais de desenvolvimento que o concebem como um

³⁴ Secretaria Técnica Planifica Ecuador. Disponível em: <https://www.planificacion.gob.ec>. Acesso em: 04 ago. 2015.

³⁵ Neste texto adotamos a expressão “*Sul Global*” não como uma geografia, mas como uma posição nas relações de poder e dominação do ocidente sobre o mundo não ocidental (SANTOS, 2010; GROSGOUEL, 2016).

processo linear, de etapas históricas sucessivas, que reduzem este conceito a uma noção exclusiva de crescimento econômico (SENPLADES, 2009, tradução nossa).

Neste sentido, é muito pertinente a análise trazida por Catherine Walsh, que agrega elementos importantes, demonstrando as contradições entre o que consta nos Planos de Desenvolvimento para o *Buen Vivir*³⁶ e as ações governamentais:

Os planos de desenvolvimento para o *Buen Vivir*, a ideia de ter um desenvolvimento mais humano, trazem muitos discursos bonitos do social, mas, no fundo com um modelo de desenvolvimento muito ocidental/colonial/capitalista que utiliza e esvazia o conceito de *Buen Vivir*. Existe apenas um discurso lindo de *Buen Vivir*, mas a adoção de modelo ocidental de desenvolvimento, o qual se baseia em uma economia neoextrativista (informação verbal)³⁷.

O imaginário sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento ganhou novos contornos, depois da segunda guerra mundial, e parece ter contribuído para isto o discurso do presidente estadunidense Harry Truman, de 1949, em seu “IV ponto”. Neste discurso o presidente dos Estados Unidos empregou pela primeira vez a palavra *subdesenvolvido* para os países que ainda não tivessem atingido o estágio industrial. Nas palavras do presidente Truman:

Faz-se necessário lançar um novo programa que seja audacioso e que ponha as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas em todo o mundo vive em condições vizinhas à da miséria. Não têm muito que comer. São vítimas de enfermidades. Sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para elas quanto para as regiões mais prósperas³⁸.

À época tal pronunciamento resultou na assinatura do *Act for International Development* (AID), Programa para o Desenvolvimento Internacional, em junho de 1950. Talvez não seja possível ignorar o fato de que para os norte-americanos e para os ocidentais, de forma ampla, a luta contra o “subdesenvolvimento” assumiria os contornos da “missão civilizadora” no tempo das colônias como objetivo quase messiânico.

Depois disto, os países e povos não seriam mais considerados em termos de sua diversidade cultural, social e humana, mas seriam catalogados como *país subdesenvolvido* e

³⁶ A professora da Universidade Andina Simon Bolivar, Catherine Walsh tem interessantes discussões acerca das mudanças de perspectivas nos Planos de Desenvolvimento para o *Buen Vivir*.

³⁷ Entrevista concedida por C.W Entrevista XI. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo.mp3 (90 min.). C. W. Doutora em Antropologia, pesquisadora e professora da Universidade Andina Simon Bolivar. Tradução da autora.

³⁸ Tradução nossa do original: “Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas.” Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address>. Acesso em 10 de ago. 2015.

país desenvolvido em função do Produto Interno Bruto por habitante (PIB/habitante) e Produto Nacional Bruto (PNB), cujo caráter é estritamente econômico, desconsiderando dimensões humanas, culturais e sociais.

Desta forma, em 1943, mais de dois milhões de pessoas, sem saber, passaram a ter o *status* de subdesenvolvidas. E o mundo estaria vivendo a ilusão de que a modernização, enquanto sinônimo de desenvolvimento, guiaria as nações subdesenvolvidas rumo ao progresso social, cultural e político (LO BRUTTO; VAZQUEZ SALAZAR, 2015).

A aparição do termo subdesenvolvido sugeria não somente a possibilidade de uma mudança rumo a um estágio final, mas a capacidade de provocar dita mudança. Portanto, o desenvolvimento tomaria um sentido transitivo que corresponderia a um princípio de organização social. Ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento foi considerado como um estado prévio que existia naturalmente. Depois de haver afirmado a existência do subdesenvolvimento, os Estados Unidos apresentaram uma proposta generosa que, de maneira retórica, pareceria acima do enfrentamento ideológico capitalismo-comunismo. Neste sentido, o exercício de poder esteve ligado ao uso de palavras e o discurso de desenvolvimento buscou justificar a intervenção em nome da liberdade e da modernização (LO BRUTTO; VAZQUEZ SALAZAR, 2015, p. 54, tradução nossa).

Desde o discurso do presidente dos Estados Unidos, no ano de 1949, se ditaria para todo o mundo o modelo de desenvolvimento das sociedades “consideradas avançadas”. Estas são definidas como as que possuem altos níveis de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, rápido crescimento da produção material e os níveis de vida e adoção generalizada da educação e valores “modernos” (ESCOBAR, 1996; ESTEVA, 2000).

Se analisarmos em linhas gerais o que aconteceu na América Latina desde a colonização, veremos o genocídio, o etnocídio e o epistemicídio de muitas etnias, os quais seguem vigentes. O que sustenta tal genocídio é certa perspectiva eurocêntrica, ou seja, a visão de que a Europa é o centro do mundo sendo, portanto, a representação do mundo civilizado (DUSSEL, 2007b). Sendo assim, o que não estiver em consonância com a denominada modernidade/ocidental/capitalista é visto como atraso, como algo a ser superado. Para situar nossa problemática de pesquisa, o Equador é um país que possui uma economia extrativista, baseada na exploração dos “recursos naturais” ou na denominada exportação da natureza (ACOSTA, 2016a).

A proposição da Iniciativa *Yasuni-ITT* foi possível no contexto de efervescência política de uma nova Constituição que preconiza os direitos da “natureza” e o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*. No entanto, o “avatar” do desenvolvimento, percebido (quase que exclusivamente) como crescimento econômico mostra a força de sua crença.

O abandono da Iniciativa, com a liberação da exploração dos campos de petróleo ITT, terá como possíveis consequências, o desaparecimento dos povos de recente contato e em isolamento (que são Patrimônio Cultural da Humanidade), além de afetar de forma irreversível os ecossistemas. Dados oficiais demonstram que a extração de petróleo nesta zona, no ritmo atual (ano de 2017), poderá abastecer o “mercado internacional” por aproximadamente 20 anos. No entanto, para obter esta renda, o país colocará em risco de extermínio os povos de recente contato e em isolamento e os ecossistemas. Eis o “*avatar*” em ação!

4 A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA AMAZÔNIA EQUATORIANA E OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA INICIATIVA *YASUNI-ITT*

Neste capítulo abordamos os antecedentes da proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT*, buscando compreender os diversos processos de exploração vivenciados nos territórios de posse ancestral e, também, como esta proposta que nasce dos anseios e da necessidade das populações indígenas em lutar pela proteção e preservação de seus territórios, se materializará no projeto ambiental assumido pela gestão de Rafael Correa. Apresentamos o projeto ambiental e os objetivos da Iniciativa *Yasuni-ITT*. Discutimos o abandono da Iniciativa e o giro discursivo do presidente para tentar justificar a necessidade de exploração dos campos de ITT. Além disto, situamos geograficamente o território das disputas, abordando a questão dos povos Tagaeri-Taromenane e a criação da zona intangível.

A exploração de petróleo no Equador nos conduz “a uma história de ocupações, de devastação ambiental, de desapropriação de territórios indígenas, de saqueio do país, de roubo de informação, de pressão aos governantes, mas é também uma história de luta e resistência contra os impactos do petróleo” (ALERTA VERDE, 2014, p.10, tradução nossa). A atuação das empresas petrolíferas estrangeiras no Equador gerou uma série de denúncias, de ações diretas, de investigações e de processos, alguns dos quais ainda se encontram parados em alguma instância judicial no Equador ou no exterior.

O caso que ficou conhecido como “processo do século” (ACOSTA, 2016a) se refere à empresa norte-americana Chevron (antes Texaco) que foi acusada perante tribunais do mundo inteiro, pelos danos causados em pelo menos, um milhão e meio de hectares na Amazônia Equatoriana, desde os anos 1964. O geógrafo integrante do coletivo de geógrafos críticos referiu em sua entrevista:

Em 26 anos de extração de petróleo na Amazônia Equatoriana, a empresa Chevron (antes, Texaco) contaminou mais de um milhão hectares de uma das regiões mais biodiversas do planeta, destruindo as condições de vida e de subsistência de seus habitantes, causando a morte de centenas de pessoas e um incremento súbito dos índices de câncer e outros graves problemas de saúde. Calcula-se que mais de 60,56 bilhões de litros de águas tóxicas foram derramadas nos rios, 880 fossas de dejetos de hidrocarbonetos foram abertas e mais de 6,654 bilhões de metros cúbicos de gás natural foram queimados ao ar livre (informação verbal)³⁹.

³⁹ Entrevista concedida por M.B. Entrevista II. [Jul. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (90 min.). M. B. Geógrafo, integrante do coletivo de geógrafos críticos e da ONG Acción Ecológica. Tradução da autora.

A reprimenda imposta à empresa pelo Estado Equatoriano foi insignificante e consistiu tão somente em cobrir os poços de resíduos tóxicos, o que não possuía nem os efeitos mínimos para reparar os prejuízos que ainda continuam. Nas áreas afetadas se registram altos índices de câncer e os povos *Tetetes* e *Sansahuari* que habitavam esta zona se extinguíram, enquanto os povos *Cofanes*, *Sionas* e *Siekopai* correm o mesmo risco e tiveram que abandonar seus territórios, buscando refúgio em outras áreas (ALERTA VERDE, 2014).

Não só os indígenas, mas também os camponeses desta região foram afetados, perderam suas terras e animais devido a contaminação causada pelos derrames petrolíferos. No ano de 2013, a Suprema Corte do Equador condenou a empresa a pagar US\$ 9,5 milhões, pelos danos ambientais e prejuízos ao país. A Suprema Corte reconheceu que as atividades da empresa violaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o Pacto dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, bem como, a Constituição do Equador, a primeira no mundo a reconhecer os “direitos da natureza”. A empresa se negou a pagar, afirmando que a sentença era “ilegítima e inaplicável”⁴⁰. O caso se estendeu, o processo passou por tribunais de diversos países e a disputa ainda não chegou ao fim.

Como refere Acosta (2016) em um país cuja economia é extrativista, dependente da exploração petrolífera, a ideia de não o explorar pareceria, no mínimo, uma insanidade. No entanto, o Equador surpreendeu o mundo quando no ano de 2007 propôs deixar debaixo da terra o petróleo existente nos campos de *Ishpingo*, *Tambococha* e *Tiputini* (ITT) no Parque Nacional Yasuni (PNY), na Amazônia Equatoriana, em troca de uma contribuição financeira da comunidade internacional.

Historicamente, a ocupação da Amazônia Equatoriana pode ser situada entre o saqueio e o abandono, “a região passou por distintos momentos de intervenção e exploração: extração de borracha, de madeira, de peles e, nos últimos anos, a exploração petrolífera e a mineira são parte deste saqueio” (MALDONADO; BAYÓN, 2017; informação verbal)⁴¹.

A presença do Estado na Amazônia Equatoriana foi praticamente nula, possibilitando que a igreja, através das missões religiosas, e as empresas petrolíferas, por intermédio dos seus agentes junto à comunidade, organizassem de acordo com seus interesses esta grande extensão de terra, bosques e a vida de muitas populações (MALDONADO, BAYÓN, 2017). Desta forma, as nacionalidades amazônicas residentes e a população de camponeses/agricultores que

⁴⁰ Environmental Justice Atlas. Chevron-Texaco oil extraction and legal case, Ecuador. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/chevron-texaco-ecuador>. Acesso em jan. 2018.

⁴¹ Entrevista concedida por D.S Entrevista IX. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo.mp3 (90 min.). Sociólogo. Coordenador do projeto Povos. Tradução da Autora.

se estabeleceu neste local, teve que resistir, enfrentar ou se submeter a esta história de permanente assédio territorial.

As lutas indígenas tinham por objetivo impedir que a atividade petroleira se expandisse em seus territórios. A origem da proposta, apresentada publicamente pela primeira vez no ano de 2007, é, portanto, anterior, uma vez que diversos coletivos trabalharam para apresentar o projeto da Iniciativa *Yasuni-ITT*. Muitos entrevistados mencionaram que a proposta nasce a partir da reivindicação de grupos indígenas, abaixo temos o comentário de um dos integrantes da ONG *Acción Ecológica*.

O projeto ambiental que acabou por se consolidar como Iniciativa Yasuni-ITT tem uma longa história: é resultado de um esforço coletivo que surge das lutas de resistência dos povos indígenas. Principalmente dos indígenas do centro sul da Amazônia Equatoriana, através das organizações comunitárias amazônicas como a Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE), a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE); dos camponeses mestiços (brancos e indígenas) na Região Amazônica Norte e dos povos indígenas afetados pela atividade da companhia Chevron, antes denominada Texaco (informação verbal)⁴².

Já existia nesta região um processo de luta contra a exploração dos “recursos naturais” e os prejuízos sociais, culturais e ambientais em decorrência da atuação da empresa petroleira Texaco. A resistência destas populações se materializou numa demanda jurídica de transcendência internacional, contra a *Chevron-Texaco*.

Este processo iniciado no ano de 1993 se constituiu num marco de resistência da sociedade amazônica e nacional, contra as práticas depredadoras das empresas extrativistas petroleiras. “Independentemente do resultado deste processo se estabelece um precedente impar ao colocar no banco dos réus uma das empresas petroleiras mais poderosas do mundo” (ACOSTA, 2016a, p. 214)⁴³.

A partir destes processos sociais, nos quais interviram diversos grupos, particularmente a organização não governamental *Acción Ecológica*, *Oil Watch* e *Pachamama*, se começou a discutir a moratória petroleira. Uma ideia embrionária da Iniciativa está presente no livro intitulado: “*Ecuador post-petrolero*”, dez anos antes de ser proposta pela gestão do presidente Rafael Correa. “Gradualmente ganha força a ideia de não impedir somente, a ampliação da fronteira petroleira, mas em reforçar as propostas de conservação e de respeito aos territórios indígenas” (ACOSTA; MARTINEZ; SACHER, 2013, p.24).

⁴² Entrevista concedida por A.A Entrevista XXIII. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (120 min.). A. A. Economista, Ex-ministro de Energia do governo Rafael Correa, responsável pela Iniciativa Yasuni-ITT. Tradução da autora.

⁴³ A ONG *Acción Ecológica* produziu um boletim em que sintetiza a lista de fraudes promovidas pela empresa petroleira Chevron-Texaco, essas informações estão no documento Alerta Verde, número 170, janeiro de 2014. Disponível em: <http://goo.gl/fQV3kW>. Acesso em: 7 jun. 2019.

Dentro deste processo de luta e de aprendizagem, no qual se combinam a resistência e a construção de alternativas, compreendemos claramente, que a extração de petróleo por si só não era suficiente para desenvolver o país. O Equador já possui uma longa tradição de exploração petrolífera na Amazônia e não se desenvolveu. Começamos a exportar petróleo amazônico desde 1972; ainda que muito antes, a partir da segunda década do século XX, em menor quantidade, havíamos exportado petróleo a partir da província de Santa Elena. Desde que fluiu pela primeira vez o petróleo em 23 de março de 1967 e mais concretamente desde agosto de 1972, quando zarpu o primeiro carregamento de petróleo para o mercado internacional, foi extraído mais de 4 milhões de barris de petróleo. O país recebeu em termos nominais aproximadamente US\$ 90 milhões. E não nos desenvolvemos. Então, cabe uma pergunta: convém seguir fazendo o mesmo (informação verbal)⁴⁴?

A pergunta é pertinente, principalmente se considerarmos a deterioração ambiental e social da população amazônica nos últimos 40 anos e o desmatamento, erosão, contaminação do solo, da água e do ar nesta região.

Em relação à contaminação das águas superficiais, tem-se a confissão do representante legal da empresa Texaco, que reconheceu mediante uma carta pública, haver vertido mais de 60,56 bilhões de litros de água de formação nos rios da Amazônia Equatoriana. Todos esses venenos estão presentes no ambiente até hoje, causando às populações locais doenças de pele, infecções vaginais, intestinais e outros problemas no sistema respiratório, no sistema reprodutivo, circulatório, e múltiplos tipos de câncer (garganta, estômago, rins, pele, cérebro) que levam a morte (informação verbal)⁴⁵.

Neste contexto, se pode questionar, *a que interesses atende o extrativismo praticado?* Se analisarmos historicamente parece não ter revertido para as populações atingidas, muito antes pelo contrário, tem destruído suas formas de vida, degradado de forma irreversível os ecossistemas, causado contaminação das águas e do solo e, por consequência, provocado doenças.

A região nordeste da Amazônia é totalmente diferente do que era antes. Eu tive a oportunidade de estar nesta região no ano de 1969. Naquela época havia selva, agora já não há selva, existe muita deterioração ambiental e também humana. **Os Estados amazônicos registram a maior pobreza de todo o Equador, mas dentre estes, são os Estados petrolíferos os mais pobres de dita região** (ACOSTA, 2016a, p.215, grifo nosso).

Os antecedentes históricos relativos à proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT*, com a devastação ambiental e extermínio de povos inteiros, daria motivos suficientes para que não se explorasse petróleo desta região. Se observarmos o mapa da região amazônica veremos que ela é toda dividida em blocos petrolíferos, inclusive os indígenas mais jovens já se localizam no

⁴⁴ Entrevista concedida por A.A Entrevista XXIII. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (120 min.). A. A. Economista, Ex-ministro de Energia do governo Rafael Correa, responsável pela Iniciativa Yasuni-ITT. Tradução da autora.

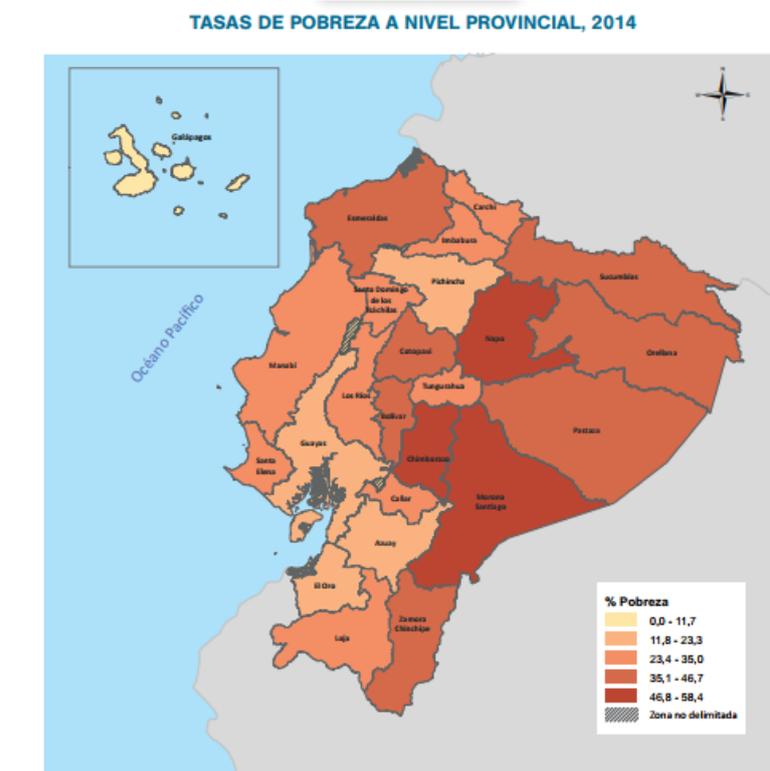
⁴⁵ Entrevista concedida por M.B. Entrevista II. [Jul. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (90 min.). M. B. Geógrafo, integrante do coletivo de geógrafos críticos e da ONG Acción Ecológica. Tradução da autora.

território a partir do número dos blocos petroleros. Existe uma preocupação com as mudanças e transformações no território amazônico, como refere a antropóloga e professora que trabalha com estas populações.

Existe a eliminação dos povos indígenas em marcha neste momento, inclusive pode-se olhar os mapas da Amazônia Equatoriana antes dos anos 50 e depois dos anos 80 do século XX, a Amazônia está quase toda dividida em blocos petroleros; inclusive alguns indígenas dizem que vivem em tal bloco petrolero, o que poderia representar/indicar uma mudança na percepção de seu território (informação verbal)⁴⁶.

Se sobrepusermos os mapas da figura 18 e 19, observaremos que as províncias amazônicas com maiores índices de pobreza e pobreza extrema se encontram nos lugares onde existem blocos petroleros. Ainda que se possa questionar e discutir a forma como se constroem e em que se baseiam estes indicadores.

Figura 18: Taxas de pobreza a nível provincial

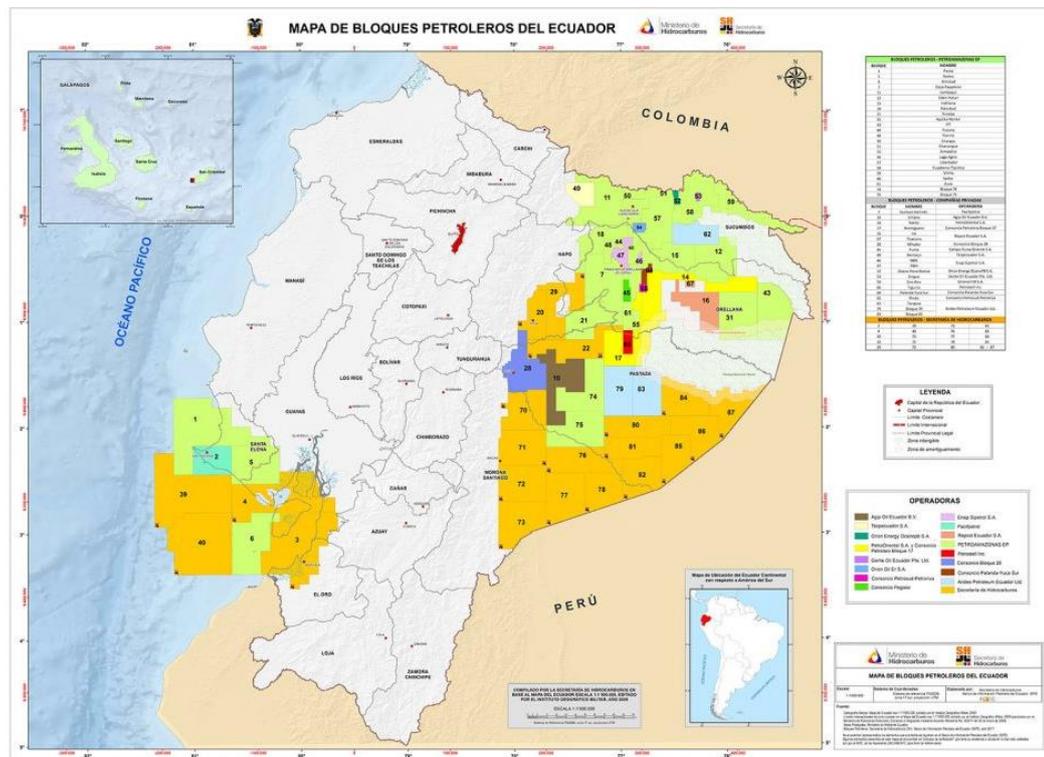


Fuente: Encuesta de Condiciones de Vida, 2014. Censo de Población y Vivienda 2010 (Estimación de Áreas Pequeñas).
Elaboración: Instituto Nacional de Estadística y Censos-INEC, Banco Mundial.
Diseño visual de mapas: Organización de Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura-FAO.

Fonte: Pesquisa das condições de vida, 2014. Censo de população e moradia, 2010. Instituto Nacional de Estatística e Censos/INEC, Banco Mundial.

⁴⁶ Entrevista concedida por L.C Entrevista VI [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.). L. C. Antropóloga, Professora da FLACSO, pesquisadora das populações amazônicas. Tradução da autora.

Figura 19: Blocos petroleros na Região Amazônica



Fonte: Pesquisa das condições de vida, 2014.Censo de população e moradia, 2010. Instituto Nacional de Estatística e Censos/INEC, Banco Mundial.

Como referem as organizações Pachamama e Acción Ecológica, na região em que está prevista a atividade petrolera relativa ao Bloco ITT, existem duas zonas de proteção muito importantes: *Cuyabeno* e o *Yasuni*. Os processos geológicos destes territórios, explicam a biodiversidade e mais do que isso a importância e necessidade de proteção, como refere o entrevistado.

Estas áreas possuem uma enorme biodiversidade como resultado de não terem sido afetadas pela glaciação, são reservas do Pleistoceno o que faz com que sejam especialmente ricas em termos de vida. Quando ocorreu a glaciação, as partes norte e sul do planeta foram cobertas pelo gelo, até mais da metade da Europa, todos os Estados Unidos, desta forma, foi na zona central que se concentrou e não foi afetada a vida, isso explicaria a enorme biodiversidade desta região do Equador. É, portanto, imperiosa necessidade de proteção destes ecossistemas e das populações indígenas (informação verbal)⁴⁷.

Diante do exposto nos sobram motivos para compreender o que significa para os povos indígenas a exploração de petróleo em seus territórios. As dinâmicas extrativistas alteram

⁴⁷ Entrevista concedida por A.A Entrevista XXIII. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (120 min.). A. A. Economista, Ex-ministro de Minas e Energia do governo Rafael Correa, responsável pela Iniciativa Yasuni-ITT. Tradução da autora.

completamente os ecossistemas, causando destruição destes territórios e colocando em risco de desaparecimento povos inteiros.

4.1 O PROJETO AMBIENTAL INICIATIVA YASUNI-ITT

O presidente do Equador, apresentou na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2007, um projeto ambiental denominado “Iniciativa Yasuni-Ishpingo-Tambococha-Tiputini (*Yasuni-ITT*)”. Através do qual, o governo assumia a responsabilidade de não explorar as reservas de petróleo correspondentes aos campos ITT no Parque Nacional de Yasuni (PNY), na Amazônia equatoriana, indefinidamente.

Desta forma, deixaria debaixo da terra, aproximadamente 856 milhões de barris de petróleo (20% das reservas comprovadas de petróleo do país) evitando, com isso, a emissão de 410 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂); garantindo assim, a conservação da biodiversidade e o respeito aos povos indígenas isolados (não contatados) e contatados do território localizado no PNY.

O projeto previa que, por não explorar o petróleo destes campos, o país receberia da comunidade internacional uma compensação financeira no valor de 50% estimado destas reservas petrolíferas. Caso a proposta se concretizasse, o país obteria, portanto, o montante correspondente a US\$ 350 milhões anuais.

Ao manter inexploradas as reservas do *Yasuni-ITT*, o Equador esperava, como contrapartida, uma contribuição financeira da comunidade internacional, que deveria assumir sua responsabilidade compartilhada e diferenciada em função dos muitos níveis de destruição ambiental provocada pelas diversas sociedades no planeta — particularmente, pelas mais ricas. **A proposta não pretendia simplesmente uma compensação financeira para seguir forçando o desenvolvimentismo, como entendeu o governo equatoriano, mas se inseria na construção do Bem Viver, que não é uma simples proposta de desenvolvimento alternativo, mas, como já vimos, uma alternativa ao desenvolvimento** (ACOSTA, 2016a, p.219, grifo nosso).

A proposta da Iniciativa Yasuní-ITT se alicerçava em quatro importantes pilares: a) a proteção do território e, com isso, a vida dos povos indígenas que vivem isolados; b) a conservação da biodiversidade existente (inigualável em todo planeta, a maior já registrada pelos cientistas até o momento (ACOSTA, 2016a); c) o cuidado com o clima global através da manutenção de petróleo no subsolo, evitando, assim, a emissão de 410 milhões de toneladas de CO₂; d) “dar o primeiro passo rumo a uma economia pós-petrolífera, o que teria um efeito demonstração em outras latitudes” (ACOSTA, 2016a, p. 218). E como quinto pilar:

assumir a possibilidade de encontrar, coletivamente, respostas concretas aos graves problemas mundiais derivados das mudanças climáticas, provocadas pelo próprio ser humano e exacerbadas especialmente nesta última fase de expansão global do capital” (ACOSTA, 2016a, p.218-219).

A proposta, paulatinamente, foi ganhando adesões dentro e fora do Equador, o ex-presidente da Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), argumentou: “a Iniciativa *Yasuni-ITT* é a proposta mais concreta que se apresentou na história da humanidade, para lutar contra a mudança climática e o aquecimento global, significa passar da retórica aos fatos concretos”⁴⁸. David Batker, fundador de ONG *Earth Economics*, com sede em Tacoma (Estados Unidos), declarou que a Iniciativa *Yasuni-ITT* representava a liderança mundial na luta contra o aquecimento global.

O projeto ambiental angariou simpatias, além de ser inovador no Equador, possui uma transcendência simbólica, “ao representar uma alternativa entre o modelo atual de desenvolvimento, baseado na extração não sustentável de “recursos naturais” e um modelo futuro voltado ao respeito da natureza, a diversidade cultural e a satisfação das necessidades humanas” (LARREA, 2007, p. 28, tradução nossa). Estava previsto que os recursos advindos da Iniciativa constituiriam um fundo administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e seriam investidos para desenvolver energias renováveis (hidráulica, geotérmica, eólica e solar).

Os juros provenientes do fundo seriam destinados aos seguintes projetos: a) evitar o desmatamento e conservar, de maneira efetiva, 44 áreas protegidas correspondentes a 4,8 milhões de hectares, ou seja, o equivalente a 20% do território equatoriano; b) a reflorestação e a regeneração natural de um milhão de hectares de bosque, cujos solos são ameaçados atualmente pela degradação (reduzindo assim a taxa de desmatamento do Equador, que é uma das mais elevadas da América do Sul); c) melhoramento da eficiência energética nacional e economia de energia; d) desenvolvimento social das zonas de influência da Iniciativa, com investimentos em educação, saúde, habitação e geração de empregos em atividades sustentáveis como o ecoturismo; e) investigação e desenvolvimento em ciência e tecnologia visando, a médio e longo prazo de uma mudança no modelo de desenvolvimento encaminhando-se rumo a uma sociedade do *bioconhecimento* (LE QUANG, 2013).

A Iniciativa *Yasuni-ITT* evitaria a extração e o consumo de milhões de toneladas de CO₂, além disso, se pode mencionar os benefícios associados ao desmatamento evitado, a

⁴⁸ Discurso *Yasuni-ITT* ante la ONU, Nova Iorque, set. 2011. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/01/2011-09-23-Discurso-Yasuni-Itt-en-la-Onu-New-York.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2016. (ANEXO II)

reflorestação, uma maior eficiência energética e o desenvolvimento de energias renováveis, as emissões que seriam evitadas somariam entorno de 800 milhões de toneladas de CO₂ nos próximos 30 anos. Através da Iniciativa *Yasuní-ITT* se poderia evitar a emissão de milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera, representando uma contribuição do Equador na luta contra o aquecimento global (LE QUANG; VERCOUTERE, 2013).

Segundo dados da Agência Internacional de Energia, 80% da energia primária consumida no mundo em 2008, foi proveniente de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão). O referido consumo segue aumentando, em nível mundial, devido ao desenvolvimento de países fortemente povoados como China, Índia ou Brasil. Ainda que estes recursos estejam se esgotando, são os limites físicos de absorção do carbono pela atmosfera que obrigam a pensar em uma transição energética. Estas energias fósseis emitem grandes quantidades de gases de efeito estufa que ameaça a estabilidade climática do planeta (LE QUANG; VERCOUTERE, 2013, p. 33, tradução nossa).

A proposição da Iniciativa *Yasuní-ITT* (sugerida por um país considerado “pobre” da América Latina) parece não produzir impactos profundos, sobretudo, se nos ativermos a uma questão quantitativa e desconsiderarmos os efeitos simbólicos que a mesma produziu. Este projeto se configurou como uma proposta inovadora, relativamente a não emissão de gases de efeito estufa, ao chamar a corresponsabilidade os países mais industrializados e, em geral, também os mais poluidores. Colocou em xeque certa racionalidade instrumental/utilitarista que historicamente tem pautado as questões de extrativismo e desenvolvimento.

A Iniciativa *Yasuní-ITT* possui vínculos estreitos com o conceito de *Buen Vivir* que requer uma nova visão de sociedade e de desenvolvimento. Para alcançar este projeto de revolução social, se enfrenta a um recurso natural que é a base da sociedade capitalista termo industrial: o petróleo. Propõe passar a uma sociedade *pospetroleira*, do bioconhecimento, entendido como conhecimento para a vida (LE QUANG; VERCOUTERE, 2013, p. 99, tradução nossa).

A proposta não compreendia meramente e tão somente uma compensação econômica (ACOSTA, 2016a), muito embora não se possa desconsiderar esta dimensão. Ali se encerravam outros sentidos epistemológicos e simbólicos, visando representar a aposta em uma alternativa *ao* desenvolvimento (o qual ainda é percebido, quase que exclusivamente, como crescimento econômico e progresso linear) e não *de* desenvolvimento.

Esta ambiciosa proposta se relaciona de forma direta com o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* estabelecido na Constituição Equatoriana de 2008, sobretudo, no que tange a proteção aos direitos da “natureza”. A *Pachamama* (Mãe Terra) é o espaço em que se reproduz e se realiza a vida, sendo necessário, portanto, superar a visão utilitarista, segundo a qual a natureza é percebida como um recurso mercantilizável a ser explorado.

Os países mais ricos doaram apenas \$13,3 milhões para o fundo destinado a Iniciativa, ou seja, somente 0,37% do esperado. Desta forma, o Presidente Rafael Correa decidiu abandonar a proposta e dar início aos trabalhos de exploração do petróleo.

A ideia de deixar o petróleo debaixo da terra, preservando a vida dos ecossistemas, das populações indígenas de recente contato e dos povos em isolamento, rapidamente gerou simpatia e transcendência além-fronteiras. Além de representar uma ação concreta no enfrentamento as questões de mudança climática, a não exploração do petróleo destes campos carregava uma transcendência simbólica, colocando em xeque certa racionalidade instrumental, pautada na possibilidade de ganhos imediatos, através de ações extrativistas.

As razões éticas e ambientais para o projeto eram indiscutíveis, pela existência de valores intangíveis nesta região, a vida das populações indígenas, a preservação de uma das regiões mais biodiversas do planeta. A proposta angariou muitas adesões no Equador e internacionalmente.

A Iniciativa *Yasuni-ITT* foi cercada por uma série de campanhas publicitárias por parte do governo e teve uma grande repercussão na mídia nacional e internacional. A importância da proteção aos campos ITT passou por um amplo debate e divulgação, teve uma forte incidência na educação, através de peças publicitárias e trabalhos nas escolas com as crianças e adolescentes equatorianos. Abaixo algumas peças das campanhas publicitárias.

Figura 20: Campanhas publicitárias do governo do Equador pela Iniciativa *Yasuni-ITT*



Fonte: Yasuni-ITT. Disponível em: www.yasuni-ITT.gov.ec. Acesso em: 11 set. 2018.

Figura 21: Campanhas publicitárias do governo do Equador pela Iniciativa *Yasuni-ITT*



Fonte: Yasuni-ITT. Disponível em: www.yasuni-ITT.gov.ec. Acesso em: 11 set. 2018.

O abandono da Iniciativa *Yasuní-ITT* e, conseqüentemente, a liberação de exploração de petróleo nestes campos é emblemático, por vários motivos, principalmente, pela aposta na possibilidade de outro modelo de desenvolvimento que representou. O anúncio da exploração de petróleo nos campos de ITT por parte do governo, gerou muitas manifestações de movimentos indígenas e ecologistas. Conformou-se um coletivo ecologista denominado *Yasunidos*⁴⁹ que congregou muitos outros coletivos (movimentos indígenas, ecologistas, ciclistas, yogues, animalistas e movimento feminista) e, assim, a pauta de proteção do *Yasuní-ITT* repercutiu na mídia internacional.

O coletivo *Yasunidos* foi constituído por um público majoritariamente jovem e através de suas reivindicações e ações despertou o país para o debate sobre a necessidade de proteção à natureza e os povos indígenas de recente contato e em isolamento. Através das mobilizações, reuniões e passeatas o coletivo *Yasunidos* conseguiu 756 mil assinaturas as quais foram entregues ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) para solicitar uma consulta popular, com o objetivo de decidir sobre a extração de petróleo nos campos de Ishpingo, Tiputini e Tambococha (ITT) no Parque Nacional *Yasuní*. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) invalidou, sem justificativa, um grande número de assinaturas para que não se formalizasse o pedido de consulta.

⁴⁹ Documento do Coletivo *Yasunidos* — Somos um coletivo de coletivos, diverso e inclusivo, somos pessoas organizadas na defesa da vida em todas suas manifestações e formas, buscamos uma participação ativa na tomada de decisões de nosso país e do mundo, pois elas determinam nossa vida cotidiana e nosso futuro. Partimos de uma realidade de devastação ambiental e de mudança climática, produto de uma ideologia que colocou seus esforços e expectativas nas promessas de uma sociedade capitalista e antropocêntrica em que a vida não passa de uma mercadoria. Queremos transformar nossas relações intersubjetivas com a natureza e outros animais, buscando frear a história de destruição e morte. Disponível em: http://www.accionecologica.org/images/2005/petroleo/documentos/fin_utopia_inicio_siguiete_Yasunidos.compresse.pdf. Acesso em: maio de 2017.

Houve uma adesão muito importante dos jovens na proteção ao Yasuni, isso porque muitos cresceram com a ideia de que o Equador era um país que estava propondo uma iniciativa ambiental que permitiria salvar um dos lugares mais biodiversos do planeta, bem como, os povos indígenas isolados e, desta forma, se converteria em um exemplo para o mundo”(informação verbal)⁵⁰.

Temos o registro fotográfico de uma das marchas organizadas pelo coletivo Yasunidos. As marchas sempre agregavam um número expressivo de participantes, isso, conforme análise dos próprios integrantes do coletivo, se deve pela ampla divulgação da Iniciativa *Yasuni-ITT* nos meios de comunicação do país e meios internacionais.

Figura 22: Caminhada do coletivo Yasunidos em defesa da Iniciativa



Fonte: Página de Facebook: YASunidos. Disponível em: <https://www.facebook.com/YASunidos/photos/pcb.2590270677663087/2590268380996650/>. Acesso: 11 set. 2018.

Além disso, intelectuais do mundo todo enviaram uma carta ao presidente⁵¹, pedindo que o Yasuni não fosse explorado, entre estes, se pode citar, Vandana Shiva, Boaventura de Sousa Santos, Arturo Escobar, entre outros. Este fato denota, em parte, como algumas questões tem uma repercussão que extrapola o limite territorial e, através de uma rede internacional de organizações, se transforma em uma pauta transnacional.

⁵⁰ Entrevista concedida por P.C Entrevista XL. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (90 min.). P. C. Jornalista, responsável pela comunicação do coletivo Yasunidos. Tradução da autora.

⁵¹ Assinaram a carta em apoio a Iniciativa do Equador de não extrair o petróleo dos campos *Yasuni-ITT*. Como milhões de cidadãos do mundo, reconhecem esta atitude como um passo pioneiro na luta internacional por uma civilização pós-petroléira (AGRUPACIÓN ECOLOGISTA, YASUNIDOS, 2013).

Apesar do governo ter lançado a proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT*, gestores e lideranças de movimentos ecologistas e indígenas referem que desde o início sempre existiu o denominado “Plano B”. Este plano estava previsto para o caso o país não alcançasse o montante de dinheiro esperado. A ideia principal do denominado Plano B, consistia em explorar o petróleo dos poços de ITT de uma forma menos prejudicial ao meio ambiente.

4.2 O ABANDONO DA INICIATIVA *YASUNI-ITT* E O GIRO NO DISCURSO ARGUMENTATIVO

Houve um giro no discurso governamental sobre a Iniciativa, os argumentos iniciais que justificavam a necessidade e importância do projeto, visando a proteção dos ecossistemas e dos povos indígenas de recente contato e os povos em isolamento, cederam lugar a outro discurso, completamente distinto. A gestão governamental tratou de difundir um discurso contrário ao que inicialmente justificava a importância da Iniciativa *Yasuni-ITT*, já não havia mais povos em isolamento, nem a necessidade de proteção ao território.

A justificativa da gestão estatal para exploração de petróleo nos campos de ITT PNY recaiu sobre três pontos chaves: a) a necessidade econômica (para investir estes recursos e sanar a questão da pobreza na região amazônica); b) o dano ambiental mínimo, através da utilização de técnicas adequadas (o que afetaria menos de um por mil do PNY e, assim, se garantiria a proteção das populações indígenas e dos ecossistemas) e; c) a irresponsabilidade dos países desenvolvidos que haviam falhado com o Equador, ao não conceder a recompensa monetária para manter os campos de ITT inexplorados e assumir a corresponsabilidade na proteção a biodiversidade.

No pronunciamento feito pelo presidente Rafael Correa denominado *Anuncio a la Nación* Iniciativa *Yasuni-ITT*⁵², de agosto de 2013, o presidente se dirige ao povo e principalmente aos jovens, expondo argumentos que visavam justificar a necessidade de exploração dos campos de petróleo de ITT. No início do discurso o presidente resgata a ideia inicial da proposta:

Há seis anos atrás com a maior alegria e entusiasmo e talvez com alguma ingenuidade era apresentado ao mundo a Iniciativa *Yasuni-ITT*, propondo ao planeta manter indefinidamente inexploradas as reservas petrolíferas do Bloco Ishpingo-Tiputini-Tambococha (conhecido como ITT), reservas estas, estimadas em 920 milhões de barris de petróleo, que correspondem a 20% das reservas comprovadas no país. Com isso se evitaria a emissão de 400 milhões de toneladas de CO₂ colaborando, desta forma, na luta contra o aquecimento global. A comunidade internacional deveria contribuir com \$ 3,6 milhões que representava aproximadamente cerca de 50 % do

⁵² O documento “*Anuncio a la Nación* Iniciativa *Yasuni-ITT*” se encontra no Anexo III.

que receberia o Estado com a exploração de ITT (DISCURSO 7, ANUNCIO A LA NACIÓN INICIATIVA YASUNI-ITT, tradução nossa).

O documento afirma que a Iniciativa *Yasuni*-ITT não visava a caridade e, sim, a corresponsabilidade na luta contra as mudanças climáticas e que, neste caso, o principal contribuinte seria o povo Equatoriano. Sendo um país que contamina pouco, ainda assim, sacrificaria \$ 3,6 milhões oriundos da renda petroleira. Segundo o presidente, esta compensação tinha uma perfeita lógica ambiental e econômica: constituía um pagamento justo pela geração de bens ambientais.

Sem a selva amazônica, principal pulmão do mundo, provavelmente a vida no planeta desapareceria. Não obstante, nós os países amazônicos não recebemos nada em troca por esse fundamental bem para a vida. A proposta pretendeu despertar as consciências do mundo e gerar uma nova realidade: passar da retórica aos fatos, exigindo a corresponsabilidade da comunidade internacional na luta contra o aquecimento global (DISCURSO 7, ANUNCIO A LA NACIÓN INICIATIVA YASUNI-ITT, tradução nossa).

O presidente afirmou: “lamentavelmente, temos que dizer que o mundo nos falhou”. A análise presidencial sobre o fracasso da Iniciativa reconhece que houve erros cometidos sobretudo, por ser uma proposta inovadora, todavia, conforme sua perspectiva estes erros não foram decisivos.

Penso que a Iniciativa se adiantou no tempo e não pode ou não quis ser compreendida pelos responsáveis pela mudança climática. Tivemos também a má sorte já que o lançamento da Iniciativa coincidiu com a pior crise econômica global dos últimos oitenta anos. Mas ninguém se engane: o fator fundamental do fracasso é que o mundo é uma grande hipocrisia e a lógica que prevalece não é a da justiça, mas a lógica do poder (DISCURSO 7, ANUNCIO A LA NACIÓN INICIATIVA YASUNI-ITT, tradução nossa).

Muito embora, “as províncias amazônicas sejam as mais pobres no Equador, e dentro destas, as províncias petroleiras são ainda mais pobres” (informação verbal)⁵³, o argumento acionado pela gestão foi a de combate à pobreza e a necessidade de prover os serviços básicos a estas comunidades.

A grande luta meus queridos jovens é um mundo onde reine a justiça e não somente a conveniência do mais forte. Enquanto isso, temos que vencer a pobreza e construir hospitais, escolas adequadas, moradias, energia, alcançar que cada território tenha os serviços públicos indispensáveis (DISCURSO 7, ANUNCIO A LA NACIÓN INICIATIVA YASUNI-ITT, tradução nossa).

⁵³ Entrevista concedida por G. P. Entrevista XLI. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Pastaza. Região Amazônica Equatoriana, 2017. 1 arquivo .mp3 (90 min.). Presidente de juventude da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). Tradução da autora.

Rafael Correa mencionou: “os recursos naturais são a grande oportunidade que Deus nos deu para sair da miséria” (DISCURSO 7, ANUNCIO A LA NACIÓN INICIATIVA YASUNI-ITT, tradução nossa). Este argumento de necessidade de exploração de recursos para combater a pobreza, acentua os conflitos sociais, entorno dos enclaves extrativistas, ou seja, a extração de matérias-primas para abastecer a demanda de mercados mundiais. “Nos últimos anos, os preços oferecidos pelo cobre, o ouro, o petróleo ou o gás natural foram tão atrativos que governos latino-americanos de diferentes orientações ideológicas, optaram pelo extrativismo como eixo estratégico de suas políticas econômicas” (LANG, 2013, p. 9).

No entanto, o extrativismo pode ser considerado uma boa opção a médio e a longo prazo? Como questiona Lang (2013) é um caminho responsável com o futuro do continente? Gudynas (2013) destaca o crescente descontentamento com este modelo em todos países da América do Sul e a articulação de resistências.

Lang (2013) refere que existe agora uma nova retórica para legitimar estes empreendimentos e já não se fala em ajuste estrutural na América Latina, o discurso introduz elementos como a necessidade de “erradicação da pobreza e responsabilidade social empresarial”. Esta foi parte da justificativa acionada pelo governo de Rafael Correa para abandonar a Iniciativa *Yasuni-ITT*.

Mediante tal contexto, é possível inquirir se o discurso governamental de combate à pobreza visa se tornar um discurso público legitimador à exploração do PNY. Ao se dirigir a nação, visando justificar a exploração de petróleo nestes territórios, o presidente declarou: “nossos povos ancestrais e minorias étnicas vivem na pobreza e alguns pretendem mantê-los nesta situação em nome da ‘preservação de suas culturas’, como se a miséria, o maior insulto à dignidade humana, fosse parte do folclore” (ANUNCIO A LA NACIÓN INICIATIVA YASUNÍ ITT, CUADERNILLO 7, 2014, p. 7, tradução nossa).

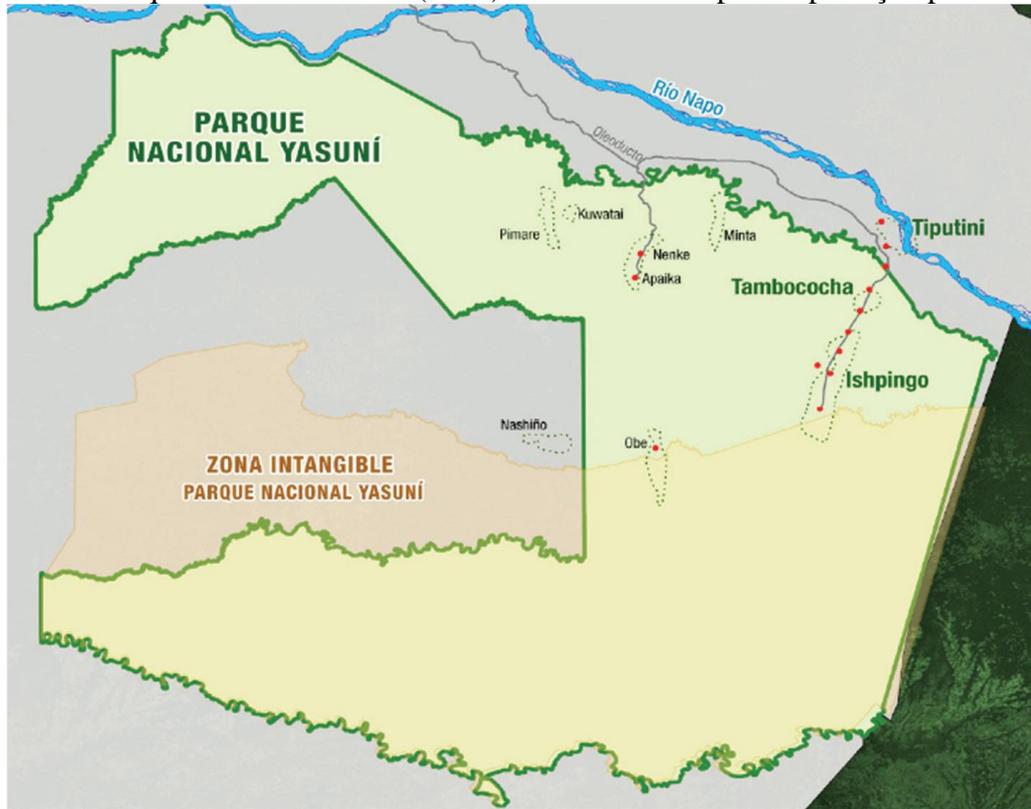
De outra parte, movimentos sociais organizados referem que o governo se utiliza do discurso da necessidade econômica para justificar a exploração do petróleo e, também para criminalizar, os protestos das organizações sociais ecologistas e indígenas:

O atual governo equatoriano utiliza uma tese de exploração e venda da natureza e coloca à disposição todo seu aparato governamental para defender a “necessidade” de exploração em larga escala da natureza. O qual gera fortes conflitos de criminalização das manifestações sociais, em particular no Equador, leva o nome de “criminalização dos defensores da natureza” (YASUNÍ, EL LUGAR DE LA UTOPIA, 2013, tradução nossa).

Além disto, o governo afirmava que a área explorada não sofreria impactos porque segundo informações oficiais, a parte afetada do PNY seria ínfima, “você podem observar o

gráfico do Parque — que possui mais de um milhão de hectares — que a exploração petroleira com as técnicas adequadas afetará a menos de um por mil hectares” (ANUNCIO A LA NACIÓN INICIATIVA YASUNÍ ITT, CUADERNILLO 7, 2014, p. 8, tradução nossa).

Figura 23: Parque Nacional *Yasuni* (PNY) e a área afetada pela exploração petroleira



Fonte: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/08/2013-08-15>. Acesso em: 11 set. 2018.

Este mapa é muito importante, o governo o utilizou para justificar a famosa frase: “*afetará a menos de um por mil hectares*”, no entanto, aqui também se pode observar que o campo de Ishpingo faz fronteira com a Zona Intangível.

No bloco Ishpingo há um poço de exploração que está a 500 metros das casas dos povos em isolamento, se pode ver desde uma vista aérea, está quase dentro das casas dos povos em isolamento, eu pergunto, qual é a proteção para estes povos, com um poço a 500 metros das suas casas?”(informação verbal)⁵⁴.

Existem pelos menos duas questões muito complexas que estão, em parte, na justificativa adotada pela gestão governamental para exploração de petróleo nos campos de ITT, quais sejam: a necessidade de enfrentar a pobreza e a uma suposta crença de que a utilização das “técnicas adequadas” para exploração, provocariam os impactos ambientais mínimos. Frente a

⁵⁴ Entrevista concedida por O. B Entrevista XXXVII. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (90 min.). O. B. Sociólogo, Integrante do coletivo Yasunidos, da ONG Acción Ecológica, Professor na Universidade Central do Equador (UCE). Tradução da autora.

isto, queremos aqui deixar dois questionamentos. Em mais de quarenta anos de exploração petrolífera, o território amazônico é um dos mais empobrecidos de todo país. Como se pode garantir impactos mínimos em uma zona de alta biodiversidade? E com povos de recente contato e isolados?

Muitas organizações têm denunciado que a exploração de petróleo em uma zona de alta biodiversidade, com povos não contatados, produz impactos destrutivos irreversíveis aos ecossistemas (como, por exemplo, a contaminação das águas). Existe uma preocupação com a preservação deste território, sobretudo depois das profundas marcas de destruição deixada pelos anos de exploração da empresa Texaco, como refere o entrevistado da ONG Acción Ecológica.

Existem valores intangíveis nesta zona, e assim, nos parece que não há técnicas que possam assegurar impactos mínimos”, muito embora, isto tenha se configurado como uma das promessas/justificativas governamentais para a exploração dos campos de ITT no PNY”. A experiência com a petrolífera Texaco deixou marcas de destruição profundas na Amazônia Equatoriana, durante os mais de 20 anos de exploração petrolífera (informação verbal)⁵⁵.

“O que vai acontecer com a exploração de petróleo nestes campos é o etnocídio e o genocídio dos povos indígenas em situação de vulnerabilidade” (informação verbal)⁵⁶, comenta o entrevistado do coletivo Yasunidos. A complexidade da atividade petrolífera não pode ser resumida a uma relação binária-linear de causa-efeito, porque as questões ambientais se misturam aos objetivos econômicos e sociais que o Estado deve enfrentar. Neste sentido, companhias petrolíferas, Estado e sociedade civil são atores que possuem histórias, percepções, recursos, interesses e dinâmicas diferenciadas, mas suas ações e interações influenciam diretamente no cotidiano das populações atingidas pelos projetos de exploração.

4.3 O TERRITÓRIO EM QUE SE CONFIGURAM AS DISPUTAS E OS POVOS EM ISOLAMENTO

O território que compreende o projeto ambiental Iniciativa *Yasuni-ITT* abrange o bloco 43 e está na parte leste do Parque Nacional Yasuní (PNY). O parque possui 982 mil hectares em plena selva amazônica equatoriana, está localizado a 300 quilômetros ao leste de Quito, capital do Equador. É a maior área do Equador continental e, foi declarado como Reserva da

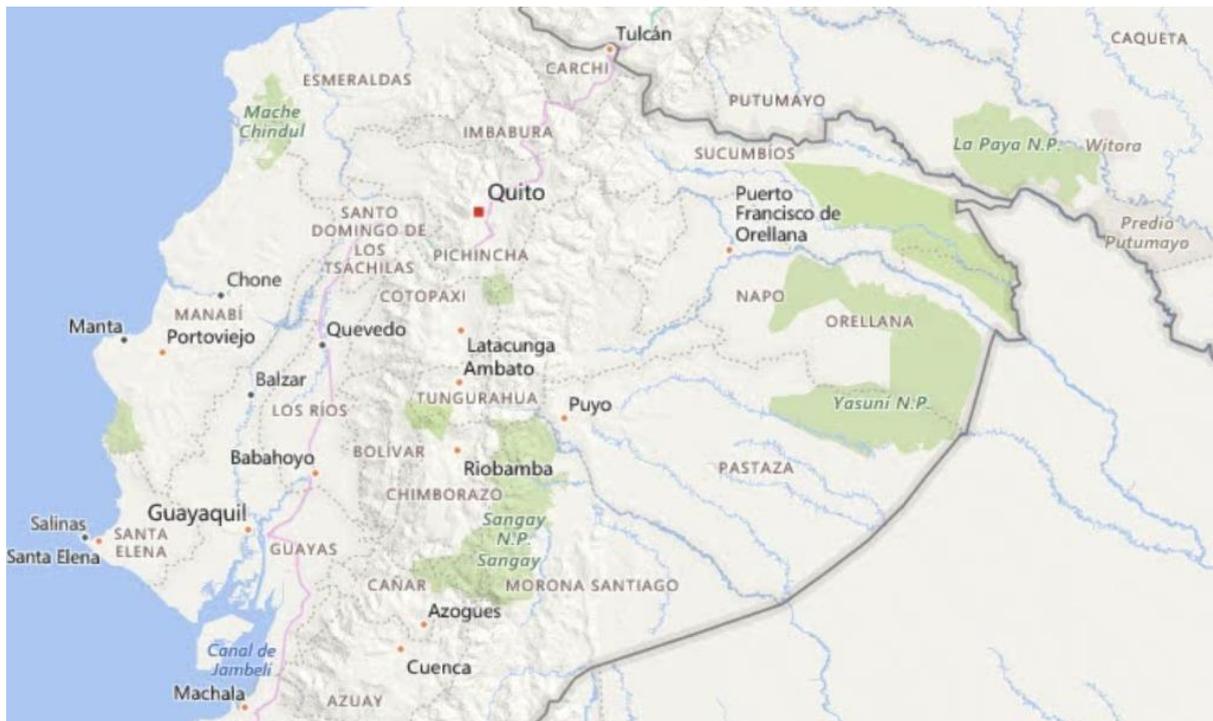
⁵⁵ Entrevista concedida por M.B Entrevista II. [Jul. 2017]. Entrevistador: autora. Porto Alegre, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.). M. B. Geógrafo, integrante do coletivo de geógrafos críticos. Tradução da autora.

⁵⁶ Entrevista concedida por K.C. Entrevista I. [Jun. 2017]. Entrevistador: autora. Porto Alegre, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.). Jornalista, integrante do coletivo Yasunidos. Tradução da autora.

Biosfera em 1989, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), por possuir uma das maiores biodiversidades do mundo.

No mapa abaixo podemos observar a região do Parque Nacional de *Yasuni* (PNY), em verde com formato de uma ferradura invertida, na Região Amazônica Equatoriana.

Figura 24: Parque Nacional Yasuní (PNY) na Região Amazônica Equatoriana (RAE)

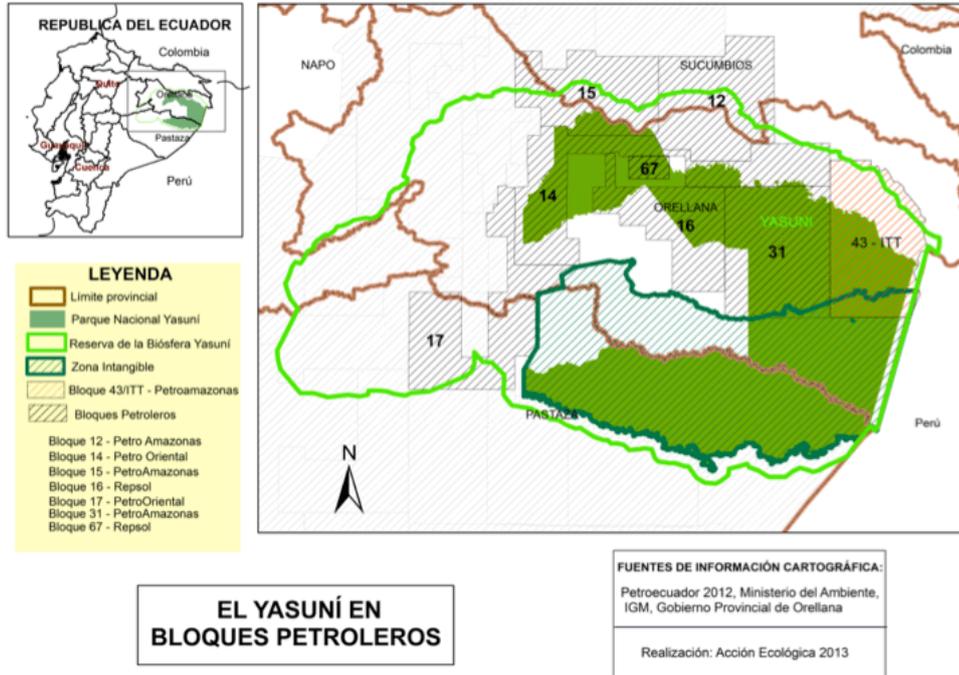


Fonte: Instituto Geográfico Militar del Ecuador. Disponível em: http://www.geoportaligm.gob.ec/terria#atlas_ambiental&map=2d. Acesso em: 3 set. 2018

O PNY alberga 165 espécies de mamíferos, 150 espécies de anfíbios, 121 espécies de répteis, 80 espécies de morcego, 593 espécies de aves, 2274 espécies de árvores e arbustos e 280 espécies de cipós, sem contar as numerosas espécies de invertebrados que ainda não foram estudados. Em somente um hectare deste parque, podem ser encontradas 655 espécies de árvores, isto é um número maior do que pode ser encontrada hoje em todo território dos Estados Unidos e Canadá juntos. O número de insetos está estimado em mais de 100 mil espécies por hectare, ou seja, o maior número no mundo (SCIENTISTS CONCERNED FOR YASUNÍ NATIONAL PARK, 2004; HORN, 2006).

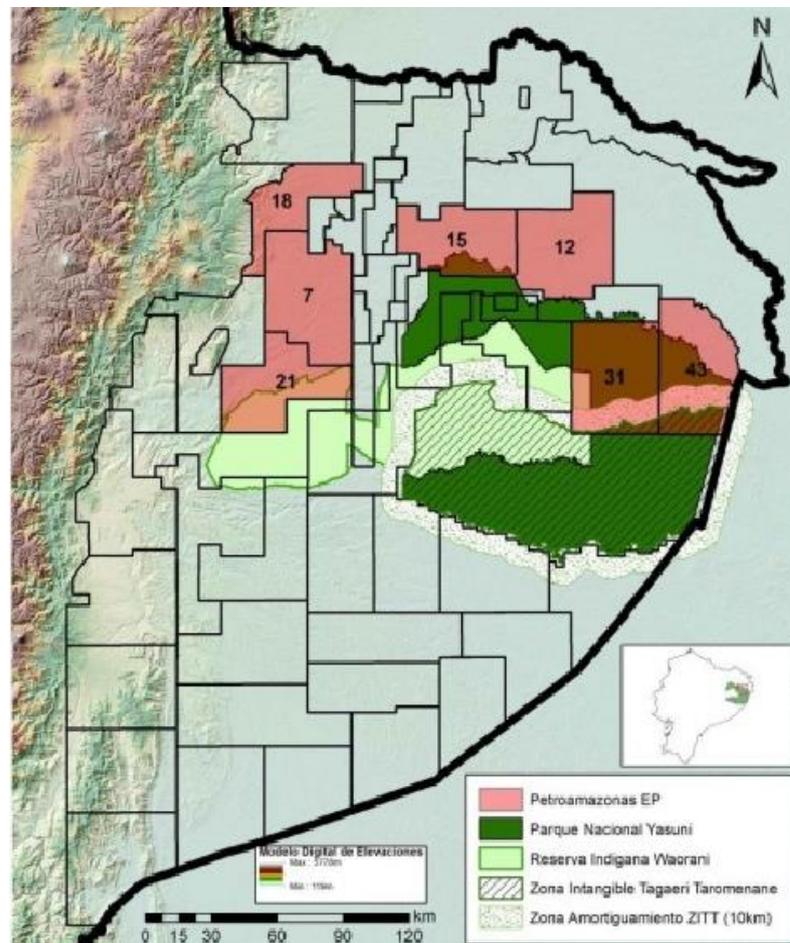
Esta região abriga também a Reserva Étnica dos povos Waorani (REW) e parte da Zona Intangível dos povos *Tagaeri Taromenane* (ZITT). No mapa das figuras 25 e 26, a seguir, observamos que a parte norte do Parque Nacional Yasuni (PNY) possui os blocos petrolíferos 12, 14, 16, 67, 31 e o bloco 43 que corresponde aos campos de ITT.

Figura 25: Parque Nacional Yasuni e os blocos petroleros



Fonte: Acción Ecológica.

Figura 26: Parque Nacional Yasuni e os blocos 31 e 43 (ITT)



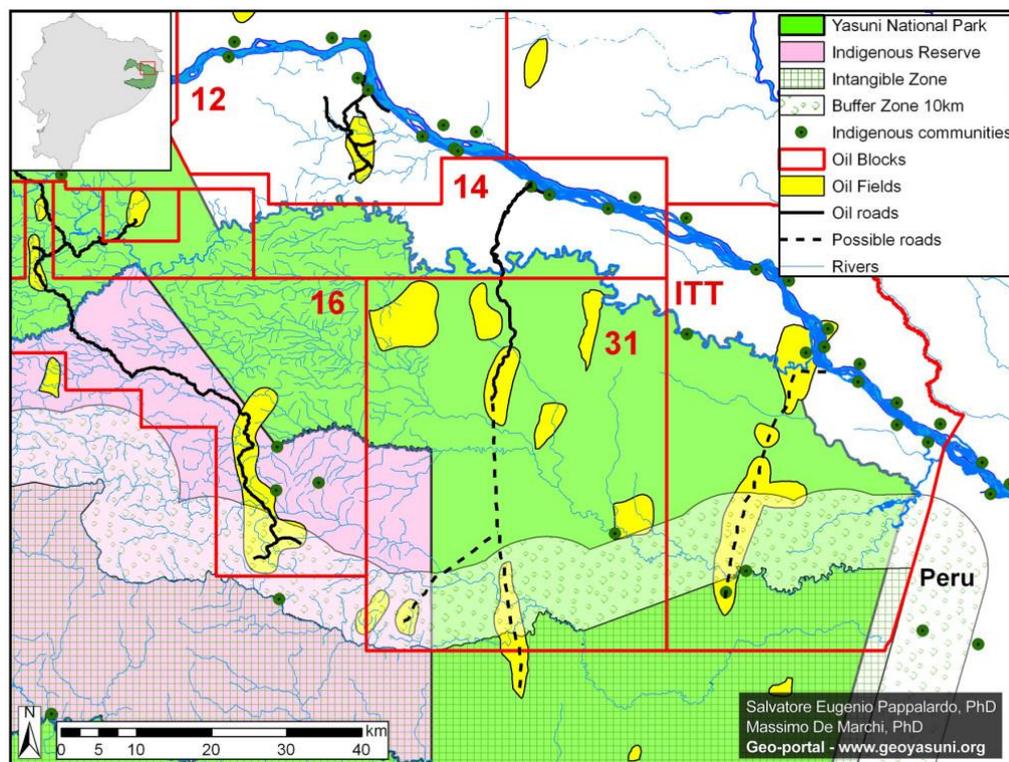
Fonte: PAPPALARDO; DE MARCHI; FERRARESE, 2013.

A exploração de petróleo no campo foi aprovada pelo Congresso Equatoriano, no ano de 2014. O presidente anunciou que no dia 07/09/2016 se daria, oficialmente, o início da exploração de petróleo no campo Tiputini⁵⁷, em parte localizado na área de influência da Reserva Étnica *Waorani* (REW), dentro do Parque Nacional Yasuní (PNY) na Amazônia Equatoriana.

Os poços onde a exploração já ocorre estão fora da reserva do Parque Nacional Yasuni (PNY), grupos de ambientalistas e indígenas demonstraram preocupação com a proximidade da área. O campo de Tambococha, de onde será extraído petróleo a partir do ano 2017, fica no limite de *Yasuni*, e a maior parte do campo ITT está localizada dentro da reserva.

No mapa da figura 27, se pode analisar com maior precisão os blocos petrolíferos. Observando atentamente o bloco 43, o qual abarca os campos de ITT, percebemos que este atinge muitas comunidades indígenas.

Figura 27: Mapa com os blocos petrolíferos dentro Parque Nacional Yasuni e as comunidades indígenas



Fonte: PAPPALARDO; DE MARCHI; FERRARESE, 2013.

⁵⁷ O início da extração no campo de Tiputini fez com que o Equador batesse o seu recorde de produção diária de petróleo. Nesse campo, são extraídos atualmente 23 mil barris diários. Os três campos — Ishpingo, Tambococha e Tiputini — têm reservas de 1,6 bilhões de barris, o que significa 20% do total das reservas de petróleo do país.

Os campos de ITT estão na zona conformada pelo bloco 43, a exploração neste bloco, atinge toda Zona de Amortecimento e parte da Zona Intangível dos povos *Tagaeri Taromenane* (ZITT). “Uma parte do bloco ITT pertence a ZITT e a exploração do petróleo desta zona agravaria as múltiplas agressões das quais são vítimas os povos destes territórios. Constituiria, além disso, uma infração aos direitos internacionais destas populações” (LE QUANG, 2013, p.26, tradução nossa).

Neste sentido, é ilustrativa a entrevista do ex-ministro de Minas e Energia, o qual foi responsável pela proposição da Iniciativa *Yasuni-ITT* junto ao governo de Rafael Correa.

Para justificar a necessidade da Iniciativa Yasuni e a não exploração dos campos ITT apresentamos razões éticas indiscutíveis, nesta área vivem povos indígenas não contatados, povos em isolamento voluntário: os *Tagaeri*, os *Taromenane* e os *Oñamenane* (parte da nacionalidade *Waorani*). Portanto, temos uma responsabilidade enorme, a atividade petroleira da companhia Chevron-Texaco, entre os anos sessenta e noventa do século XX, provocou a desaparecimento de povos inteiros, os *Tetetes*, os *Sansahauris*. As vozes, os risos, os comentários, as brincadeiras, os cantos, as invocações destes povos nunca mais voltaremos a ouvir, desapareceram todos. Foi um choque com a “cultura ocidental e cristã” que exterminou estes povos. E para completar a tragédia, de forma muito irônica, os nomes destes povos desaparecidos, servem para denominar os campos petroleiros no norte da Amazônia Equatoriana, em que antes viviam estes povos. E mais sobre a Texaco recai também todos os danos econômicos, sociais e culturais causados aos indígenas *Siona*, *Secoya*, *Cofán*, *Kichwa* e *Waorani*. No âmbito psicossocial as denúncias são múltiplas: violência sexual por parte dos operadores da companhia contra as mulheres adultas e adolescentes mestiças e indígenas, abortos, discriminação e racismo, deslocamentos forçados, nocivo impacto cultural e ruptura da coesão social (informação verbal)⁵⁸.

A Zona Intangível dos povos *Tagaeri Taromenane* (ZITT) dentro do Parque Nacional Yasuní (PNY) foi estabelecida a partir do decreto presidencial (nº 552) de 1999, no marco das medidas cautelares expedidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O decreto prevê que nestas zonas é vedada, indefinidamente, a atividade extrativista, incluindo a atividade petroleira, com o objetivo de garantir a vida e a existência dos povos indígenas isolados (não contatados). As zonas intangíveis são “espaços protegidos de grande importância cultural e biológica, nos quais não se pode realizar nenhum tipo de atividade extrativa devido ao alto valor que têm para a Amazônia, para o Equador, para o mundo e para as gerações atuais e futuras” (EQUADOR, 1999).

A ZITT abarca aproximadamente 700 mil hectares da zona sul do Parque, equivalente ao núcleo do PNY e parte do território dos *Tagaeri Taromenane*; dois grupos indígenas

⁵⁸ Entrevista concedida por A. A. Entrevista XXIII. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (120 min.). A. A. Economista, ex-ministro de Minas e Energia do governo Rafael Correa, responsável pela Iniciativa Yasuni-ITT. Tradução da autora.

pertencentes à etnia *Waorani* que vivem na Amazônia Equatoriana, entre os rios *Yasuní* e *Curaray*, compartilhando o território com outros grupos *Waorani*.

A proposta contempla a criação de uma área intangível de 748 mil hectares e uma zona de amortecimento de 10 km ao redor, com a suposta intenção de isolar os impactos diretos sobre a área. Contrariamente, a criação desta franja de amortecimento é um espaço permissivo que fomenta a presença de atividades petrolíferas e turísticas, convertendo-se uma porta para atores externos. Desta forma, o Estado deixa aberta a possibilidade de exploração de recursos que foram e são a causa do genocídio.⁵⁹

Nos últimos 40 anos o território dos indígenas *Tagaeri Taromenane* foi ocupado por blocos petrolíferos (a partir do *boom* petrolífero dos anos 80), estes povos buscaram o isolamento, como forma de preservação. A visibilidade recente desta etnia é resultado da expansão da fronteira extrativista em suas zonas de refúgio. A criação da ZITT que poderia ser uma medida de proteção, implicou na possibilidade de intervir no resto do PNY e, desta forma, a ZITT do *Yasuní* limita em todos os pontos cardeais com blocos petrolíferos.

A delimitação da ZITT não corresponde à territorialidade exercida pelos povos em isolamento, como adverte a Organização não Governamental (ONG) *Acción Ecológica*⁶⁰, “a simples colocação de letreiros de advertência, não é suficiente para deter as incursões ilegais na zona, bem como, não garante a livre circulação dos povos em isolamento”.

Tanto a escassez de recursos que permitem sua sobrevivência, como a contaminação ambiental, ambas provocadas pela atividade petrolífera, empurram cada vez mais os povos em isolamento a buscar o sustento em outras áreas. Esta pressão sobre seus territórios tem contribuído também para a intensificação de conflitos interétnicos.⁶¹

Uma característica particular dos povos *Tagaeri e Taromenane* no *Yasuní* é a agressividade que eles têm manifestado reiteradamente, desde o “*boom*” petrolífero, em relação ao mundo exterior, e principalmente às intrusões de forasteiros em seu território. No entanto, embora se tenha registro de alguns ataques a partir da entrada de empresas petrolíferas na zona, a situação se agravou nos últimos anos à medida que aumentava a pressão sobre o território desses povos causada pela extração ilegal de madeira, a extração legal de petróleo e a expansão da fronteira agrícola. Os conflitos que foram sendo gerados estão relacionados às características demográficas e ideológicas de sua estrutura social de caçadores-coletores-horticultores culturalmente relacionados aos *Waoranis*. Esses grupos isolados se caracterizam historicamente por uma relação agressiva com as “não pessoas”, que eles denominam, “os *coworis*”, na língua *Wao Tededo* e a guerra é central para a manutenção de sua identidade de grupo e sua territorialidade. Neste marco, é muito provável que a presença e a intromissão

⁵⁹¿La buena intención de proteger a los últimos salvajes que habitan la Amazonía? Decreto de zona intangible en Ecuador. Nathalia Bonilla, José Proaño. Disponível em <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=44563>> Acesso em: jun 2017.

⁶⁰ Organização não governamental (ONG) ecologista com atuação de mais de trinta anos no Equador. Disponível em <<http://www.accionecologica.org/>> Acesso em: 04 ago. 2016.

⁶¹ “*La geografía imposible de la Zona Intangible Tagaeri Taromenane*”, comunicado à imprensa de [geoyasuni.org](http://www.geoyasuni.org). Disponível em: <http://www.geoyasuni.org/?page_id=830> Acesso em: 09 jul. 2016.

de agentes externos em seu território possam desencadear conflitos, confrontos e ataques (COLLEONI; PROAÑO, 2010, p. 26, tradução nossa).

A Organização Não Governamental (ONG) *Acción Ecológica* teceu duras críticas relativas à delimitação da Zona Intangível, argumentando que esta foi estabelecida “em cumplicidade com as grandes transnacionais, as quais possuem concessões petroleiras na Reserva da Biosfera *Yasuní*. Estas companhias têm fornecido mapas, informações, infraestrutura e, por último, tem exercido uma considerável pressão”.⁶² O resultado é que “os limites previstos na ZITT, correspondem aos interesses das petroleiras e não as práticas de mobilidade e assentamento dos povos *Tagaeri-Taromenane*”.

Merece destaque a preocupação do antropólogo que trabalha com populações indígenas no território amazônico, o qual menciona que:

a territorialidade destes povos é diferente da questão do território, a territorialidade equivaleria as zonas de mobilidade destes povos, que como vivem em isolamento, obviamente, desconhecem que existe uma Zona Intangível que rege seu direito de ir e vir no território (informação verbal).⁶³

Houve várias contendas devido a tentativa de delimitar a territorialidade dos povos em isolamento. Em certo momento o presidente desqualificou o trabalho de uma equipe de antropólogos que fizeram um mapa indicando as áreas de possível presença dos povos em isolamento. Na entrevista com o antropólogo que foi responsável por parte do trabalho de identificação das áreas de presença dos povos em isolamento, ele mencionou que fez um texto sobre o comentário do presidente, porque no programa semanal de rádio e televisão o mesmo, havia questionado o trabalho da equipe.

Eu tive que fazer um comentário para responder ao Presidente que em seu último “Enlace cidadão⁶⁴” (de setembro de 2013), falou sobre o mapa que fizemos, referindo-se ao mapa como: o “oval que mostrou o antropólogo este”, porque o mapa que tem estas figuras as quais se referem a “presença” e indica justamente isso, lugares aonde se encontram evidência de presença de povos isolados e, por isso, se refere aos sítios geográficos como “Armadillo”, “Maxus”, “Cunchiyacu” y “Nashiño”. Quando o fizemos, em nenhum momento pensamos em expressar quais eram os clãs dos povos isolados, muito menos suas territorialidades (já que a mesma é ainda muito maior do que as figuras no mapa que fizemos e somente podem ser determinadas com estudo de longo prazo). Agora foi um exagero dizer que as figuras cobrem meio país, claro que a delimitação vai até o Peru, precisamente para expressar que aí também temos evidências de presença, mas a região inteira de Yasuni não cobriria meio país, 100 mil

⁶² “Ecuador: Critican decreto de zona intangible en Pque. Nacional Yasuni”, Nathalia Bonilla y José Proaño, *Acción Ecológica*. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=44563>. Acesso em: 11 jun. 2016.

⁶³ Entrevista concedida por J. P. Entrevista XXII. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.). Antropólogo que trabalha com populações indígenas na Amazônia Equatoriana. Tradução da autora.

⁶⁴ *Enlace Ciudadano* — foi um programa de rádio e televisão governamental Equatoriano que se transmitiu de 20 de janeiro de 2007 até o dia 20 de maio de 2017 de forma semanal, aos sábados pela manhã. Foi conduzido pelo Ex-presidente da República Rafael Correa (2007-2017) durante seus anos de governo, como uma espécie prestação de contas semanal de seu trabalho.

hectares é meio país? Porque se assim fosse cada bloco petrolífero de 200 mil hectares cobriria o país inteiro, enfim, se segue querendo justificar o que é injustificável (informação verbal)⁶⁵.

A Organização Internacional *Oilwatch* enviou uma carta ao presidente do Equador, recordando que “a extração de petróleo não é de nenhuma maneira uma atividade benigna e as profundas marcas deixadas pela Texaco (Chevron) na Amazônia são uma cruel lembrança disto”.⁶⁶ A ONG *Acción Ecológica* refere que:

qualquer programa de proteção aos povos isolados passa, necessariamente, por proibir a extração petrolífera no território que ocupam estes povos e isto deveria representar um passo rumo a um novo modelo econômico, em direção a uma economia pós-petrolífera.⁶⁷

O antropólogo que trabalha com populações indígenas na Amazônia Equatoriana referiu em sua entrevista:

existem pelo menos duas razões inquestionáveis para a defesa do Parque Nacional Yasuní (PNY): a biodiversidade e os povos indígenas que vivem nesta região (em isolamento). Desta forma, existem razões biológicas e culturais, por isso, o PNY merece especial proteção (informação verbal).⁶⁸

Esperanza Martinez coordenadora da ONG *Acción Ecológica*, afirma “o petróleo bruto destes campos possui má qualidade (são pesados), viscosos (entre 13,8 e 15,4 graus, *API*)⁶⁹”. Este tipo de petróleo tem algumas características: primeiro, cotizam menos no mercado; segundo, a exploração provoca mais impactos; terceiro, é mais difícil retirá-lo e também transportá-lo. Geralmente para exploração é necessário injetar petróleo leve no solo, para dissolver o petróleo pesado e, assim retirá-lo, o que torna este processo de alto custo (YASUNÍ, EL BUEN VIVIR, 2014, cap.1).

Além destas questões, também deve-se enfatizar os impactos diretos à vida das populações residentes nestes territórios. No ano de 2003, mais de 30 mulheres e crianças da etnia *Taromenane* foram assassinados na reserva de *Yasuní*. A partir deste episódio se começou

⁶⁵ Entrevista concedida por E.P. Entrevista XXXI. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (110 min.). Antropólogo que trabalha com populações indígenas na Amazônia Equatoriana. Tradução da autora.

⁶⁶ A organização *Oilwatch* se configura como uma rede de resistência às atividades petrolíferas nos países tropicais. Disponível em: <http://www.oilwatch.org/es/quienes-somos>. Acesso em: 02 ago. 2017.

⁶⁷ “Ecuador: Critican decreto de zona intangible en Pque. Nacional Yasuni”, *Nathalia Bonilla y José Proaño*, *Acción Ecológica*. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=44563>. Acesso em: 11 jun 2016.

⁶⁸ Entrevista concedida por P.C. Entrevista XL [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (110 min.). Coordenador de comunicação da ONG *Acción Ecológica*. Tradução da autora.

⁶⁹ *API (American Petroleum Institute)* é uma medida da densidade do petróleo em comparação com a água e que permite determinar se o petróleo é pesado ou leve. Se os graus são superiores a 10, é mais leve que a água e, portanto, flutuará. A gravidade de *API* é também utilizada para comparar a densidade de frações extraídas de petróleo. Assim, se uma fração de petróleo flutua em outra, significa que é mais leve e, portanto, sua gravidade *API* é maior. Os graus de *API* servem, também para diferenciar a qualidade do óleo (ACOSTA, 2009).

a reivindicar que esta zona fosse protegida. Em 2006, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), prescreveu medidas cautelares, segundo as quais, o Equador deveria implementar ações para a proteção dos povos em isolamento.

Em maio de 2006 a CIDH outorgou medidas cautelares, a favor dos povos indígenas *Tagaeri e Taromenane* que habitam a selva Amazônica Equatoriana, situada na zona de fronteira com o Peru e se encontram em situação de isolamento voluntário ou ocultos. A informação disponível indica que membros do grupo *Taromenane* foram assassinados no dia 26 de abril de 2003, no setor de Cononaco (rio Chiripuno), no contexto de represálias ligadas ao corte ilegal da madeira no Parque Yasuni e a invasão do território indígena. Com base nos antecedentes sobre este assunto, a CIDH solicitou ao Estado Equatoriano a adoção de medidas necessárias para proteger da presença de terceiros no território no qual habitam os beneficiários.⁷⁰

Cabodevilla (2013) ressalta a falta de conhecimento sobre os povos indígenas nesta zona, alerta para a necessidade de um levantamento por parte do Estado, para saber onde se situam estas populações e a composição, em termos numéricos. Conforme ele, “não existe investimento e, talvez, nem interesse em apurar estas informações por parte do Estado”.

A Constituição de 2008 é clara, se existir a “presunção” da presença de povos autóctones, a zona não pode ser explorada”; vale dizer, não seria necessário provar a existência destes povos, mas ao contrário, provar a inexistência, para que a exploração fosse liberada (CABODEVILLA, 2013).⁷¹

Para a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) um ponto central no debate sobre a exploração de petróleo nos campos de ITT no PNY é a proteção dos direitos (incluindo a questão do território) dos povos em isolamento. A organização reivindicou o cumprimento da disposição do Artigo 57 da Constituição Federal (CF), a qual prevê que: “os territórios dos povos em isolamento são de possessão ancestral, irredutível e intangível e neles estará vetado todo tipo de atividade extrativa”.

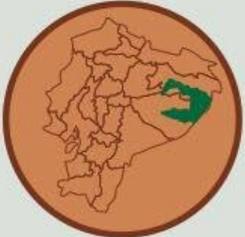
⁷⁰ Organização dos Estados Americanos. Disponível em:

<http://www.oas.org/es/cidh/indigenas/proteccion/cautelares.asp#inicio>. Acesso em: 12 ago 2017.

⁷¹ Entrevista de Miguel Angel Cabodevilla concedida a Carlos Andrés Veras, publicado em setembro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zRC3iKaDUY>. Acesso em: 27 jun. 2017. Miguel Angel Cabodevilla é um missionário da ordem Capuchino que se dedica desde o ano de 1984, a trabalhar com a população indígena da Amazônia Equatoriana.

Figura 28: Cartaz do coletivo Yasunidos em defesa da Iniciativa Yasuni-ITT

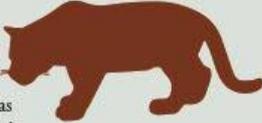
Pueblos Tagaeri y Taronenane ¿ocultos u ocultados?



«...usted me dice que hay pueblos no contactados, nosotros no conocemos de esto, hemos hecho los estudios en el bloque 31, [...] todo eso está en duda, no son hechos comprobados, se podría pensar inclusive que son hechos prefabricados...»
*Wilson Pástor
Gerente Gen. Petroamazonas, Feb. 2010.*

La inmensa biodiversidad del Yasuní, se la debemos, sobre todo a la presencia y acción, durante miles de años, de los pueblos que lo habitan.

¿Quiénes son?
Los Tagaeri y Taronenane son dos grupos de personas que habitan su territorio ancestral el actual Parque Nacional Yasuní. Han sido acorralados, por la apertura de vías, actividades petroleras, contaminación, deforestación.

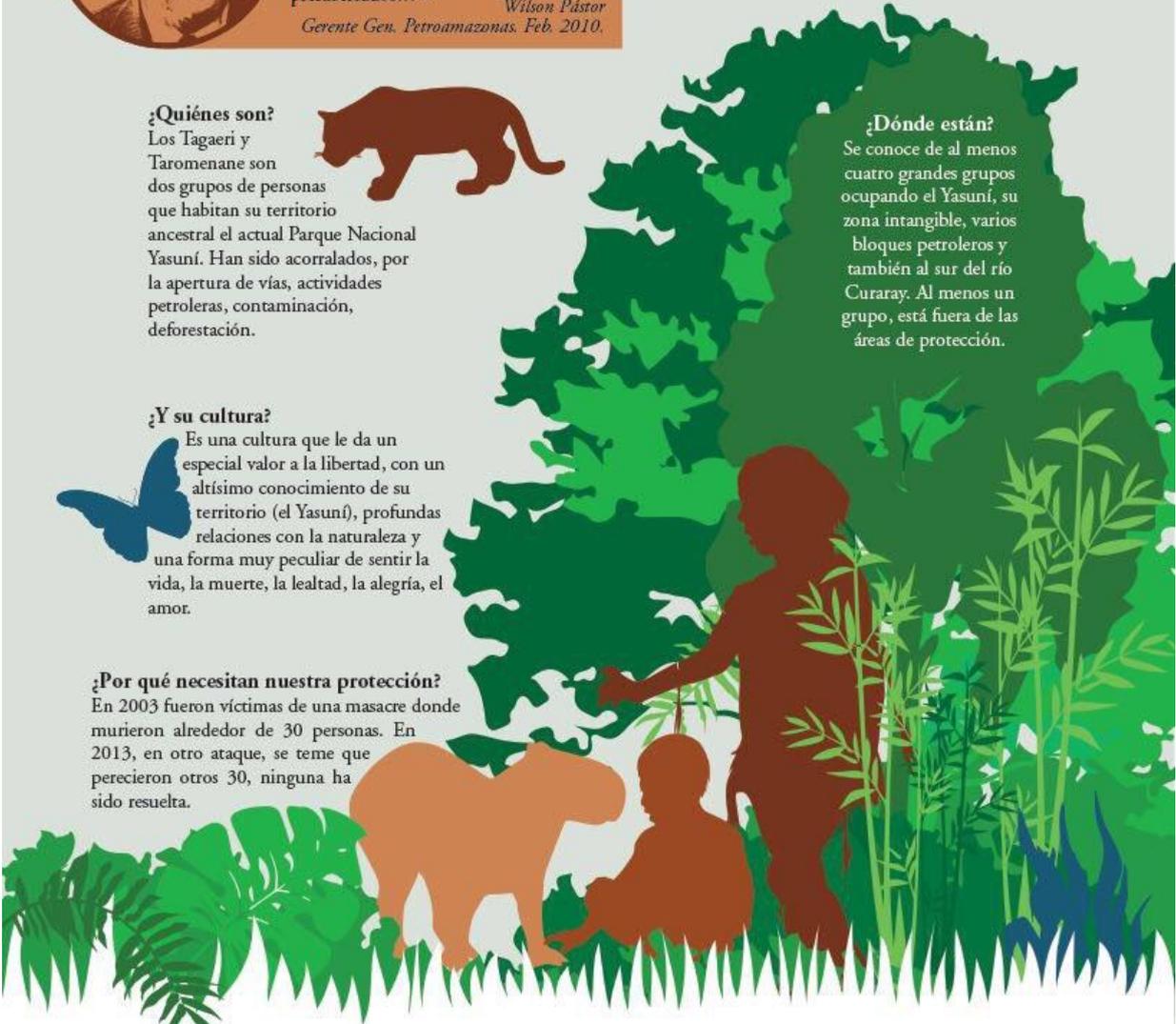


¿Dónde están?
Se conoce de al menos cuatro grandes grupos ocupando el Yasuní, su zona intangible, varios bloques petroleros y también al sur del río Curaray. Al menos un grupo, está fuera de las áreas de protección.

¿Y su cultura?
Es una cultura que le da un especial valor a la libertad, con un altísimo conocimiento de su territorio (el Yasuní), profundas relaciones con la naturaleza y una forma muy peculiar de sentir la vida, la muerte, la lealtad, la alegría, el amor.



¿Por qué necesitan nuestra protección?
En 2003 fueron víctimas de una masacre donde murieron alrededor de 30 personas. En 2013, en otro ataque, se teme que perecieron otros 30, ninguna ha sido resuelta.



Art. 57.- Los territorios de los pueblos en aislamiento voluntario son de posesión ancestral irreductible e intangible, y en ellos estará vedada todo tipo de actividad extractiva. El Estado adoptará medidas para garantizar sus vidas, hacer respetar su autodeterminación y voluntad de permanecer en aislamiento, y precautelara la observancia de sus derechos. La violación de estos derechos constituirá delito de etnocidio, que será tipificado por la ley.

Constitución de la República del Ecuador

Fonte: Twitter de Amazonía por la Vida. Disponível em: <https://twitter.com/SOSyasuni/status/925508839457345537/photo/3>. Acesso em: 29 ago. 2018.

Como refere o entrevistado do coletivo de geógrafos críticos: “atualmente existem postos militares, com policiais armados, os quais impedem a entrada de organizações ambientais para monitorar a contaminação das águas nas novas áreas exploradas” (informação verbal)⁷². A imagem de satélite abaixo, figura 29, ilustra as vias construídas no bloco 31, ao lado do bloco 43 (ITT), as quais desrespeitam o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), segundo investigação realizada por várias organizações ambientais internacionais.

Figura 29: Via construída no bloco 31 ao lado do bloco 43 (bloco ITT)



Fonte: Geoyasuni.org. Disponível em: <http://www.geoyasuni.org>. Acesso em: 11 dez. 2017.

O professor Massimo De Marchi, da Universidade de Padova, Itália, pesquisador e integrante do projeto Geoyasuni⁷³, juntamente com outros pesquisadores internacionais, escreveu uma carta⁷⁴ ao presidente do Equador, Rafael Correa. Nesta carta os

⁷² Entrevista concedida por M.B Entrevista II. [Jul. 2017]. Entrevistador: autora. Porto Alegre, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.). M. B. Geógrafo, integrante do coletivo de geógrafos críticos. Tradução da autora.

⁷³ A equipe de geoyasuni.org é composta por estudantes de mestrado, doutorandos, técnicos e professores de Geografia da Universidade de Padova (Itália) que realizam estudos e pesquisa geográfica com atividades de campo na área de Yasuni. Disponível: http://www.geoyasuni.org/?page_id=2. Acesso em: 11 dez. de 2017.

⁷⁴ De minha consideração, na véspera do dia 15 de agosto de 2014, a um ano do término da Iniciativa Yasuní-ITT, lhe escrevo para compartilhar duas perguntas científicas. Junto a outros três investigadores internacionais contribuí para preparar o informe de pesquisa denominado: “**¿Bloque 31: sendero ecológico o carretera petrolera?** Imagens satélites de alta resolução revelam que a empresa Petroamazonas transgrediu o estudo de impacto ambiental ao construir uma via dentro do Parque Nacional Yasuní”, apresentado em junho de 2014. Com a investigação baseada em imagens de satélites de alta definição (50 cm) se demonstra que: dentro do Parque Nacional Yasuní existe uma nova via que, pese os 4 metros de largura e a denominação de caminho Ecológico, permite o trânsito de veículos pesados; apesar dos 4 metros de faixa foi destruído na floresta um corredor de 26 metros que em alguns lugares chega a 60 metros dentro do parque. O desmatamento total é de 63,64 hectares, o que é 34,40% a mais do que o valor de 47,33 hectares que foi apresentado em um informe do Ministério do Ambiente a Assembleia Nacional em setembro 2013. Disponível: http://www.geoyasuni.org/?page_id=2. Acesso em: Ago de 2017. Tradução da autora.

autores questionam a largura das vias que desrespeitam o Estudo de Impacto Ambiental⁷⁵ (EIA) aprovado para exploração no bloco 31.

Nesta etapa em que a exploração de petróleo nos campos de ITT já está ocorrendo, outras questões têm provocado inconformidades entre representantes de movimentos indígenas e ecologistas e o governo. Dentre as questões de maior relevância estão: o desrespeito ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e, também, a impossibilidade de entrar nos referidos campos para monitorar as ações das empresas que estão a cargo da exploração.

O coletivo de geógrafos críticos denunciou que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) aprovado pelo governo não está sendo respeitado, apresentando documentos e relatórios técnicos sobre isso, “só para citar um dado as vias construídas, segundo o EIA, poderiam ser de até 4 metros de largura e se constatou que existem trechos com 26 metros de largura” (informação verbal)⁷⁶. Face a estas divergências, as organizações (*Yasunidos, Geógrafos críticos, Acción Ecológica, Pachamama e OilWatch* entre outras) criaram uma central de monitoramento, em que são fornecidos mapas e informações relativas ao processo de construção dos empreendimentos que possibilitarão a exploração do bloco 31 e 43. Temos abaixo o registro de algumas situações que demonstram desrespeito ao EIA/RIMA nos blocos 31 e 43, as situações foram registradas pela da central de monitoramento e estão disponíveis na página criada para este propósito.

A Central de Processos de Tiputini (CPT) é a estação petroleira do Bloco 43, estava dentro do Parque Nacional Yasuni, mas a mudança de seus limites a deixou a um quilômetro. Ainda que tenha existido a promessa de encapsulamento do gás, o gás segue sendo liberado ao ar livre, como pode ser observado na imagem abaixo, figura 30.

⁷⁵ O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um instrumento técnico de avaliação de impactos ambientais, destinado a minimizar ou eliminar os efeitos negativos e a maximizar os positivos que surgem pelo desenvolvimento ou ampliação de um projeto. Tem um caráter multidisciplinar, para cobrir o ambiente de forma integral, abarcando os componentes físicos, biológicos, socioeconômicos, culturais, a fim de determinar as condições existentes e capacidades do meio e prever os efeitos e consequências da realização de um projeto, indicando medidas e controles a ser aplicados (PÉREZ, 1997, tradução nossa).

⁷⁶ Entrevista concedida por M.B Entrevista II. [Jul. 2017]. Entrevistador: autora. Porto Alegre, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.). M. B. Geógrafo, integrante do coletivo de geógrafos críticos. Tradução da autora.

Figura 30: Central de Processos de Tiputini (CPT) é a estação petroleira do Bloco 43



Fonte: uMap. Disponível em: https://umap.openstreetmap.fr/es/map/el-1x1000-en-el-yasuni_445707#10/-0.7052/-75.8070. Acesso em: 9 ago. 2019.

Apesar da promessa, por parte das empresas (e isso constar no EIA), de fazer trilhas ecológicas com placas removíveis, a via para exploração petroleira, foi construída de lastro (cascalho ou saibro que se coloca no leito das estradas de ferro, para fixar os dormentes; balastro) e areia, o que modifica a geomorfologia. Na figura 31 temos a fotografia que mostra a construção de vias para exploração petroleira com lastro e areia.

Figura 31: Construção de vias para exploração petroleira com lastro e areia



Fonte: uMap. Disponível em: https://umap.openstreetmap.fr/es/map/el-1x1000-en-el-yasuni_445707#10/-0.7052/-75.8070. Acesso em: 9 ago. 2019.

Na imagem abaixo se pode observar o desmatamento na plataforma Tambococha (não previsto no EIA), em novembro de 2018.

Figura 32: Desmatamento na plataforma Tambococha (não previsto no EIA), em novembro de 2018.



Fonte: uMap. Disponível em: https://umap.openstreetmap.fr/es/map/el-1x1000-en-el-yasuni_445707#12/-0.8301/-75.4582. Acesso em: 9 ago. 2019.

A partir do exposto, podemos considerar que, apesar dos esforços de grupos ecologistas em monitorar as ações das empresas extrativistas, o estudo de impacto ambiental (EIA) não está sendo respeitado, o que deixa o território ainda mais vulnerável e, muito provavelmente, produz maior nível de destruição e de contaminação.

Se observarmos a história do território amazônico Equatoriano percebemos o permanente assédio às populações indígenas e colonas. Os diversos processos de exploração de “recursos naturais”, em especial a exploração petrolífera causou não só a destruição dos territórios, mas provocou, também, o extermínio de povos inteiros como os Tetetes e *Sansahuari*. A exploração da empresa Texaco deixa um rastro de destruição na Amazônia, sem que se tenha até o momento, nenhuma medida importante de reparação para estes povos e territórios. Os anos de exploração da empresa Texaco neste território poderiam ter um efeito demonstrativo das consequências das dinâmicas extrativistas em ambientes sensíveis. Cabe salientar que o equilíbrio que o planeta levou bilhões de anos para estabelecer nesta parte do território Amazônico, em pouco mais de 50 anos foi quase totalmente destruído, em nome de quê? Parecem insuficientes ou pouco operativos os mecanismos legais para frear a exploração destrutiva. O que pensar quando os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) não são respeitados? De outra parte, como resistir as dinâmicas

extrativistas provocadas pelo avatar do desenvolvimento? E, ainda, mesmo que haja condenação das empresas responsáveis pela destruição, poderíamos nos perguntar: como recuperar o extermínio de povos inteiros?

5 A REEMERGÊNCIA DO *SUMAK KAWSAY/BUEN VIVIR* E A INICIATIVA *YASUNI-ITT*

Neste capítulo, nos interessa inquirir quais processos políticos, culturais e sociais concorrem para que o conceito de *Sumak Kawsay/Buen Vivir* “reemerja”. Discorreremos sobre os processos que conforme nossa análise, foram decisivos para a reemergência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, quais sejam: a) a reorganização dos movimentos indígenas na América Latina, sobretudo, a partir dos anos 80; b) o papel do Estado-nação e das políticas públicas; e c) a atuação em *rede* de movimentos sociais, principalmente de movimentos *altermundialistas*, que veem este conceito como uma ferramenta mobilizadora. Também nos debruçamos sobre as questões do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e a Iniciativa *Yasuni-ITT*, buscando compreender as possíveis relacionidades/lógicas/dinâmicas entre esta proposta e as cosmovisões dos povos indígenas.

5.1 A “REEMERGÊNCIA” DO *SUMAK KAWSAY/BUEN VIVIR*

É necessário, primeiramente, explicitar por que optamos por utilizar a expressão “reemerja”. O *Buen Vivir* é a tradução ao espanhol das palavras *Sumak Kawsay* dos povos originários *Kichwas*. Os movimentos indígenas do altiplano andino, reivindicam que o *Sumak Kawsay* se refere às suas cosmovisões e, muito mais do que um termo ou um conceito, expressa sua cultura, tradição e filosofia.

Existe uma extensa discussão sobre uma possível bifurcação entre os dois termos (OVIEDO, 2014, entre outros), nesta perspectiva, o *Sumak Kawsay* ou *Sumak Allin Kawsay* estaria em relação direta com a cosmovisão milenária dos povos indígenas andinos e, a expressão *Buen Vivir*, seria uma tentativa de tradução mestiça ou pós-moderna do *Sumak Kawsay* a qual teria servido de plataforma política aos governos do Equador e da Bolívia e, portanto, expressariam situações muito distintas. Entendemos os fundamentos dessa proposta de bifurcação e por isso cremos ser importante explicitar porque optamos por utilizar as duas expressões.

A escolha foi por utilizar as duas expressões juntas por uma opção baseada nos seguintes argumentos. Podemos concordar, a partir de nossa convivência e campo de pesquisa, que as cosmovisões milenárias são presentes no cotidiano das populações indígenas, não sendo, portanto, apenas a junção de duas palavras com o objetivo de (re)inventar uma tradição que nunca houve entre os povos habitantes de *Abya Yala*. De outra parte, também podemos

compreender e concordar que não podemos cair em essencialismos e reducionismos de que estas cosmovisões se plasmaram no tempo e no espaço, uma vez que isso significaria, negar o próprio dinamismo interno destas culturas.

Neste sentido, talvez pudéssemos dizer que a reemergência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e a notoriedade deste conceito é possível, justamente pela pressão dos atores dos movimentos indígenas que passam a incidir na institucionalidade do Estado-nação, reivindicando seus direitos coletivos. Então, nosso ponto de questionamento em relação a bifurcação entre o *Sumak Kawsay* e o *Buen Vivir* é: como separar completamente as vivências dos povos originários de suas lutas políticas? Uma vez que os próprios atores indígenas compreendem a necessidade de reivindicação pelo respeito de suas formas de vida e buscam seus direitos através da incidência na institucionalidade do Estado-nação. Utilizamos a expressão “reemerge”, porque estas concepções, estas práxis, estas formas de organização da vida a partir da comunidade (*Ayllu*), sempre existiram, mas foram negadas/invisibilizadas/perseguidas desde a chamada “conquista” dos territórios de *Abya Yala*.

Conforme Grosfoguel (2016) quatro grandes genocídios e epistemicídios constituíram a estrutura de conhecimento da modernidade, ao longo do século XVI. São eles: contra os muçulmanos e judeus na conquista de Alandaluz (Espanha, hoje); contra indígenas, na conquista da América; contra africanos na colonização da África e também, o sequestro massivo de africanos para escravidão nas Américas; e também, contra milhares de mulheres queimadas vivas na Europa, acusadas de serem bruxas, tudo isso acontece ao mesmo tempo, entre 1450 e 1650, durante a formação da modernidade.

Para produzir a situação periférica dos povos “conquistados” e de centro da Europa, é estabelecida uma classificação antropológica: esta inventa hierarquias de dominação entre superiores e inferiorizados. E esta hierarquia está presente na raiz de toda ciência moderna (BAUTISTA, 2017).

Os povos indígenas latino-americanos tiveram sua história marcada pela colonização, ou seja, pela despossessão dos territórios e recursos, foram submetidos a opressão, discriminação e a negação e extermínio cultural (etnocídio) e epistemicídio. “Tzvetan Todorov, se contrapondo a maioria dos historiadores, afirma que a denominada ‘conquista’ da América foi um verdadeiro genocídio, chegando a dizer que nenhuma das grandes matanças do século XX pode ser comparada à hecatombe do século XVI” (BAÉZ, 2010, p.139).

A ideia de raça que estamos discutindo não se refere somente ao que se define como etnocentrismo ou aquela ideia de superioridade e inferioridade que ocorre em todas as partes onde se estabelece relações de poder. Refere-se a algo muito específico ao que se debateu na

reunião que ficou conhecida como Controvérsia de *Valladolid*, ocorrida em 1549, na Espanha, cujos protagonistas principais foram Juan Ginés Sepúlveda e o Frei Bartolomé de las Casas⁷⁷. Neste encontro foi questionado: quem são estes que estamos conquistando e submetendo? São homens, são humanos ou são bestas? São semi-humanos, são semi-bestas, tem ou não tem alma? Ora, vejamos a importância deste debate, o que se discutiu neste caso não é somente a velha ideia de superioridade e inferioridade entre as pessoas em situação desigual de poder, mas, o que se está questionando é se os habitantes das “novas” terras seriam humanos ou não humanos.

À época para solucionar a contenda, o rei de Castelo e Aragão decidiu que sim, eram humanos, mas pagãos e necessitavam ser catequizados, isto seguiu uma bula papal prévia que reconhece o mesmo. Apesar disto, depois de meio século completo de escravização e dominação dos habitantes destas terras, a ideia de inferioridade “natural” destes povos, penetrou muito profundamente nas práticas sociais, e não importa se formal e legalmente foram considerados como humanos, foram admitidos como humanos no mais baixo nível de humanidade, quase como se não o fossem. As maiores vítimas deste processo são os que foram denominados, desde aquele momento, como índios.

É necessário fazer uma distinção entre colonialidade e colonialismo. Existe, sem dúvida, uma relação visceral entre estas duas palavras. Enquanto o colonialismo é uma experiência muito antiga da espécie humana, tendo existido muitos colonialismos; a colonialidade, de que estamos tratando, se originou com a “conquista” e “colonização” dos povos originários nos territórios de *Abya Yala*, que hoje denominamos América, em particular América Latina (MIGNOLO, 2008; QUIJANO, 2010).

Diferente do Colonialismo que teve datas marcadas para seu fim nos países que foram invadidos pela Europa, a Colonialidade não está circunscrita ao tempo e ao espaço do período das grandes navegações ou das independências, mas acompanha todo processo subsequente caracterizado pelas mudanças do capitalismo, acompanhada pela racialização da humanidade; pela instalação dos Estados-nação; pela ascensão da razão única e universal; e, para completar o ciclo da Colonialidade, pela constituição de subjetividades hierarquizadas (ALMEIDA; SILVA, 2015, p. 45).

A *colonialidade* de poder é um conceito que dá conta da continuidade das relações de dominação e exploração dentro do Estado-nação.

⁷⁷ Em julho de 1549, o Conselho das Índias, a pedido do rei Carlos V, ordenou que a conquista fosse suspensa. As denúncias do Frei Bartolomé de las Casas sobre os abusos cometidos pelos conquistadores levariam à Controvérsia de Valladolid, um fecundo debate entre Juan Ginés Sepúlveda e Frei Bartolomé de las Casas, que colocaram sobre a mesa as duas principais correntes de legitimidade da conquista e direito da coroa de subjugar os denominados “índios”.

Concebemos a colonialidade como um sistema ideológico que se apoiando em algumas ciências sociais, como a história, a antropologia e a sociologia, justificou a lógica de dominação de uns povos sobre outros. Dominação que na maioria dos casos também se valeu de razões filosóficas e preceitos morais que expunham argumentos altruístas, caridosos ou benéficos para ajudar o outro, primitivo ou atrasado, a superar os distintos estados de inferioridade em que se encontrava a respeito da “Civilização”. **Portanto, a colonialidade se refere a um “padrão de poder” que opera através da naturalização de hierarquias raciais e sociais que possibilitam a reprodução de relações de dominação territoriais e epistêmicas que não somente garantem a exploração pelo capital, de uns seres humanos por outros, em escala mundial, mas também subalternizam e eliminam os conhecimentos, as experiências e as formas de vida dos que são dominados e explorados** (QUIJANO, 2000, p. 201, tradução e grifo nosso).

Não houve somente a apropriação de territórios físicos e expropriação de riquezas, houve o quase total extermínio físico e, também, o apagamento destas culturas. Conforme discute Rampinelli (2015, p. 319):

A “conquista” da América Latina no século XVI consistiu não apenas na tomada do território e na expropriação de suas riquezas, mas no extermínio de determinados grupos, na destruição de culturas e na forçosa obrigação do esquecimento de seu passado, imposto pelos europeus aos povos originários. Por isso, três grandes crimes podem ser tipificados, sendo eles o de genocídio, o de etnocídio e o de memoricídio.

Façamos o exercício proposto por Bautista (2014): suponhamos que um país imaginário invadisse a Europa e os Estados Unidos, assassinasse todos os intelectuais e pensadores, destruísse todas universidades, queimasse todas as bibliotecas e livros. Além disto, escravizasse toda a população destes países por cem anos e passados todos estes anos, perguntasse aonde estão seus saberes? Foi isso que ocorreu com as populações indígenas que viviam nos territórios de *Abya Yala*. Foi a destruição física, mas sobretudo, a destruição da cultura, dos saberes, o que se denomina epistemicídio.

As identidades e conhecimentos destes povos foram expropriadas, foram submetidos a escravidão, cabe dizer, as piores formas de escravidão. Os nomes principais não são conhecidos, estes povos possuíam uma diversidade étnica: eram Incas, Astecas (*zapotecas, mixtecas, totonacas*), Maias, etc. No entanto, depois de 300 anos todos foram reduzidos a identidade conhecida como “índios”. E assim, em torno da ideia de raça, se vão produzindo novas identidades histórico-sociais. Produzindo novas identidades histórico-sociais: a primeira é produzida em conjunto com a noção de “índio”; e a segunda é produzida com a nomeação territorial deste continente, América, gerando a primeira identidade histórica neste período novo. Houve a consolidação, desenvolvimento e expansão mundial da *colonialidade* do poder, o que provou a vitalidade histórica destes processos.

[...]alguns nomes e símbolos de suas memórias históricas puderam sobreviver, mas todas aquelas sociedades e identidades ou *peoplehoods*, terminaram desintegradas e

suas populações sobreviventes e descendentes também terminaram admitindo esta derrota e a nova identidade colonial comum. Estas identidades foram subsumidas “em trezentos anos, depois da “conquista”, ao se iniciar o período republicano, todos eram “índios” (QUIJANO, 2000, p. 84).

E não nos esqueçamos que a colonialidade se desenvolve em eixos de poder, de saber e do ser (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Isso produz uma estrutura complexa com níveis que se inter cruzam: “[...] controle da economia, controle da natureza e dos recursos naturais, controle do gênero e da sexualidade e controle da subjetividade e do conhecimento” (MIGNOLO, 2010, p. 12, tradução nossa).

O eurocentrismo e a afirmação da modernidade como projeto mundial, desprezou e desqualificou outras epistemologias, vale dizer, outras formas de ser e estar no mundo, para construir e afirmar um mundo de pensamento único.

O eurocentrismo é uma forma de dar sentido a realidade social segundo uma perspectiva científica específica surgida na Europa, com pretensões de universalidade que se erige como a única forma válida de conhecimento. Da mesma forma, serve para legitimar o poder do capital e seus aliados e naturalizar os processos sociais, apresentando-os como imóveis, imodificáveis. De acordo com esta narrativa, a vida social não é possível sem as instituições básicas do capitalismo — família patriarcal, Estado-nação e empresa, entre outras — e sustenta que o bem-estar comum se alcança seguindo as ideais de evolução, progresso, desenvolvimento, livre iniciativa privada, egoísmo individual e democracia representativa (MARañÓN, 2014, p.31, tradução nossa).

Apesar da violência imposta aos povos originários pela Colonialidade/Capitalista/Modernidade, resistiram no tempo parte de suas cosmovisões. Desta forma, é no mínimo esperançoso que as formas de conhecimento destes povos, os quais foram subalternizados, despertem atenção mundial, mesmo com todos os conflitos, as descontinuidades e tensões carregadas nestes processos.

Por isso, quando o movimento indígena latino-americano *volta* a propor o *Buen Vivir*, se trata de outro processo, de outra perspectiva, não é por acidente que isto ocorre nos territórios de *Abya Yala*, porque este lugar é o espaço original, o tempo inaugural do padrão de poder da Colonialidade moderna/capitalista/eurocêntrica. A população que denominamos indígena é a primeira população indigineizada do planeta, porque a população indígena existe em tudo que se denomina sul, ou seja, existe em todas partes (QUIJANO, 2000).

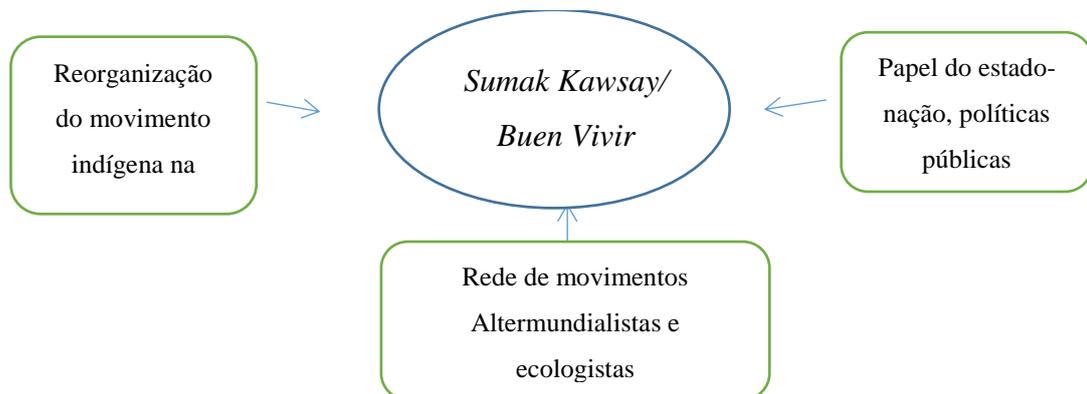
Já era possível “perceber elementos do *Buen Vivir* enquanto resistência indígena contra a colonialidade do poder, nos desenhos do cronista indígena Guamán Poma de Ayala — cuja obra *Primer Nueva Crónica y Buen Gobierno* permaneceu desconhecida por vários séculos” (QUIJANO, 2010, p.35). Esta obra, que foi escrita entre 1612-1615, era uma carta-denúncia

dirigida ao rei da Espanha contendo mais de mil páginas e trezentos desenhos, buscava retratar a vida pré-colombiana e os horrores da “conquista” e da “colonização” no vice-reinado do Peru.

O *Buen Vivir* seria, provavelmente, a formulação mais antiga de resistência indígena contra a colonialidade do poder (QUIJANO, 2010, p. 2). E é na *Abya Ayala* que ocorrendo a primeira resistência, com a formulação do termo *Buen Vivir*, porque foi neste território onde começou a primeira grande resistência, a qual foi derrotada, foi enterrada e agora reaparece, não por acidente.

Relativamente ao *Sumak Kawsay/Buen Vivir* nos parece que três processos possibilitam seu ressurgimento: a) a reorganização dos movimentos indígenas na América Latina (sobretudo, a partir dos anos 80); b) o papel do Estado-nação e das políticas públicas; e c) a atuação em rede de movimentos sociais (principalmente de movimentos *altermundialistas*) que veem este conceito como uma ferramenta mobilizadora⁷⁸. Na figura abaixo apresentamos o esquema visual da reemergência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*.

Figura 33: A reemergência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*



Fonte: Elaboração própria

Nossa intenção é organizar um esquema que nos permita vislumbrar alguns dos processos que contribuem para a visibilidade do conceito *Sumak Kawsay*, o qual tem despertado atenção mundial. O esquema explicativo é um esforço de sistematizar algumas reflexões, não tem o objetivo de ser um esquema estanque, inclusive porque cada uma das dimensões apontadas, engloba outros fenômenos igualmente complexos. Feito esta ressalva, analisaremos de forma concisa cada uma das três dimensões.

Um debate interessante proposto por Le Quang e Vercoutare (2013) aponta que apesar deste conceito ter sido expresso em línguas indígenas, seria um equívoco considerar que se trata

⁷⁸ David Cortez (2010), no texto La construcción social del “Buen Vivir” (*Sumak Kawsay*) en Ecuador Genealogía del diseño y gestión política de la vida, traz esta discussão de forma muito interessante.

de noções exclusivamente indígenas. Desta forma, o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* desperta uma série de contradições, sobretudo no que tange a certa pureza na preservação intacta das culturas indígenas. A crítica que pesa sobre este ponto recai exatamente na possibilidade de que estes saberes sejam também contemporâneos e que tenham sido reformulados, permeados por transformações da realidade. Existe, de nossa parte, concordância com esta discussão, uma vez que as culturas são dinâmicas e sincréticas e também se reinventam.

De outra parte, alguns grupos têm discutido que, muito embora o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* seja proveniente das cosmovisões e das vivências dos povos originários, na contemporaneidade, muitos grupos (de diversas partes do globo) tem se somado à ideia e contribuído na construção deste conceito. Existe, inclusive, uma reflexão por parte de autores como Acosta (2010), Ramirez (2012) e Le Quang (2013), de que foram os processos políticos impulsionados através das constituições Equatoriana e Boliviana que possibilitaram que este conceito ganhasse notoriedade mundial.

Por que as propostas indígenas despertaram atenção? Como explicar o interesse de setores sociais e políticos dos países do Norte pelas propostas geradas no Sul? Parte da explicação pode ser encontrada na própria natureza das mesmas. As noções de *Sumak Kawsay (Buen Vivir)* no Equador e de *Suma Qamaña (Vivir Bien)* na Bolívia são frequentemente apresentadas ou percebidas como conceitos finitos, recuperados intactos das tradições *Kichwa* e *Aimara*, respectivamente. Nesta perspectiva, os povos indígenas aparecem como “a ponta de lança na luta contra o neoliberalismo encarnado pelas instituições financeiras internacionais e pelas políticas de governos nacionais corruptos, aparecem como fontes legítimas de alternativas ao sistema econômico e aos modos de vida que conduziram à crise global” (LE QUANG; VERCOUTERE, 2013, p.10, tradução nossa).

No entanto, há que considerar que as populações indígenas, na América Latina, não podem ser analisadas desde perspectivas essencializadoras, vale dizer, estas culturas não permaneceram intactas e plasmadas no tempo. Existe uma vasta e interessante discussão acadêmica sobre o que significaria ser indígena na América Latina. Há variações neste significado, desde perspectivas eurocêntricas que associam esta definição ao atraso e à inferioridade, até discussões mais recentes que a situam no plano da diferença cultural.

Bonfil Batalla (1987) é um teórico que traz importantes aportes ao tema:

A categoria “índio” denota a condição de colonizado e faz referência necessariamente a uma relação colonial. A mesma nasce quando Colombo toma posse da ilha espanhola em nome de Reis Católicos. Antes do descobrimento europeu a população do continente Americano estava formada por uma grande quantidade de sociedades diferentes, cada uma com sua própria identidade, que se encontravam em graus

diferentes de desenvolvimento evolutivo: desde as altas civilizações Mesoamericanas e dos Andes, até as bandas coletoras da floresta amazônica. Em que pese os processos de expansão dos povos mais avançados como Incas e Mexicas, por exemplo os quais haviam consolidado vastos domínios politicamente unificados, as sociedades pré-hispânicas apresentavam um mosaico heterogêneo de diversidades, contrastes e conflitos de todas as ordens. Não havia índios, nem conceito algum que qualificasse de maneira uniforme a toda população do continente (BONFIL BATALLA, 1987, p.30-31, tradução nossa).

No contexto da colonização, do quase extermínio destas populações, é necessário entender a dinâmica da colonialidade e perceber o quanto estas populações resistiram a tais processos. Desta forma, se pensarmos nas narrativas historicamente dominantes, somos ainda pouco críticos a tais processos. Após as dinâmicas coloniais, na maioria dos países latino-americanos, as populações indígenas sobreviventes foram consideradas um problema a ser resolvido pelo Estado. Este imaginário certamente persiste e, por isso, temos um arraigado racismo estrutural (QUIJANO, 2000).

Na tentativa de compreender e resistir às dinâmicas da colonialidade de poder os movimentos indígenas buscaram sua reorganização. Sobre isso há três pontos importantes: primeiro, não estamos tratando de algo homogêneo, imutável, consistente e contínuo ao longo do tempo. Seria um equívoco pensar assim, porque estes movimentos nem sempre existiram desta forma, vale dizer, eles se reinventaram desde o período colonial (QUIJANO, 2005). Segundo, cabe considerar as condições em que tais movimentos ressurgem em processos de reidentificação, nos quais “camponeses mestiços” e os denominados até então como “índios” passam a se identificar como “indígenas”. Terceiro, foi justamente a ausência e a hostilidade dos Estados-nações para com estas populações que permitiu a emergência de ações de organização e de mobilização nos países andino-amazônicos que ganharam atenção internacional depois do levantamento indígena de Chiapas, México

O levantamento indígena de Chiapas mostra ao mundo as contradições do capitalismo, na fase do neoliberalismo e torna visível as ameaças da globalização da economia para os povos e a “natureza”. Em janeiro de 1994, homens e mulheres com o rosto coberto, demonstraram a continuidade da resistência indígena frente a um sistema de dominação excludente desde as suas origens, mas cujos povos mantiveram vivas suas cosmovisões, “apesar da exploração, opressão e dominação a que foram submetidos por mais de 500 anos”⁷⁹.

A partir do ano de 1980 surgem importantes organizações indígenas latino-americanas que possuem como uma de suas pautas principais a questão da autoridade comunal. Uma destas organizações é a Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA),

⁷⁹ Revista Chiapas. Disponível em: <http://www.revistachiapas.org/chiapas-pres.html>. Acesso em 10 jan. 2019.

integrada por organizações das mais importantes populações da Bacia Amazônica do Peru, Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia e Venezuela. E a organização da União Nacional de Comunidades Aimaras (UNCA) em Puno. Estes movimentos indígenas têm pressionado os governos, reivindicando o reconhecimento de sua autonomia e autodeterminação, de seus territórios e também de suas cosmovisões. No caso do Equador, cujo regime político permite que movimentos sociais disputem eleições, temos o *Pachakutik*⁸⁰, que é um movimento indígena que elege representantes para pressionar por suas demandas junto ao Estado.

O ressurgimento e a reorganização de movimentos indígenas na América Latina, a partir dos anos 80, se constitui como um processo relevante para luta histórica de resistência destes povos contra o extermínio, o etnocídio e o epistemicídio dos quais são vítimas. Estes movimentos têm reivindicado o reconhecimento de suas cosmovisões e saberes ancestrais, parece ser este o caso do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*. Desta forma, o ressurgimento de tais movimentos também vai contribuir para que o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* ganhe visibilidade e desperte atenção internacional.

Nosso segundo ponto de análise se refere às questões político-institucionais, o denominado giro a esquerda na América Latina, experimentado por diversos países a partir dos anos 90. Situação que fez com que muitos movimentos sociais e variados setores da esquerda europeia tenham dirigido sua atenção a região latino-americana, buscando inspiração nas resistências locais contra o neoliberalismo selvagem que se instalou desde os anos 80. Mediante tal contexto, muitos indivíduos e coletivos dos países do Norte manifestaram interesse nas experiências das populações historicamente subalternizadas para dar resposta à crise atual (LE QUANG; VERCOUTÈRE, 2013).

Os processos histórico-sociais vivenciados ao longo dos últimos cinco séculos marcaram profundamente os países latino-americanos e contribuíram para a constituição de um imaginário social comum, marcado pela *colonialidade* do poder, apesar das especificidades existentes. Tal contexto desnuda a necessidade de reformas no aparelho do Estado, como uma maneira de contemplar os setores que foram historicamente privados de voz e de direitos. Os Estados que se constituíram com as independências políticas, no século XIX, mantiveram em suas instituições a *colonialidade* do poder (QUIJANO, 2005). A partir da instauração das Repúblicas na América Latina, as estruturas de poder colonial se reforçaram ou simplesmente mudaram de dinâmica e, embora as instituições coloniais tenham trocado de nome, cabe

⁸⁰ O Movimento de Unidade Plurinacional *Pachakutik* (MUPP-18) é um movimento político equatoriano de tendência indígena que surgiu em 1º de novembro de 1995, com o objetivo de representar os interesses do movimento indígena liderado pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE).

mencionar que a base da exploração contra os indígenas persistiu (ARCINIEGAS; SCHUBERT, 2015).

Neste sentido, é importante mencionar a ascensão de governos progressistas, no início do século XXI, em alguns países da América Latina, os quais fizeram alianças estratégicas com os movimentos sociais que historicamente foram invisibilizados, mas que paulatinamente vem ganhando força, poderia representar mudanças significativas. O conceito de *Buen Vivir* ganha força ao se materializar nas constituições da Bolívia (2009) e do Equador (2008), bem como, nos Planos Nacionais de Desenvolvimento para o *Buen Vivir*⁸¹ do governo Rafael Correa a partir de 2008. Neste contexto é possível refletir sobre a capacidade de inovação política e de organização social dos movimentos indígenas, uma vez que a incorporação do *Buen Vivir* em textos constitucionais demonstra um esforço de “diálogo intercultural” (SANTOS, 2010).

A apresentação da natureza como *Pachamama* ou a Mãe Terra, assim como a sua definição enquanto sujeito de direitos, significou uma ação intercultural inédita nas normas e práticas jurídicas dos direitos ambientais e humanos reconhecidos pela comunidade internacional (ACOSTA, 2010; WALSH, 2009). Ao considerar a natureza como *Pachamama*/Mãe Terra, a cosmovisão indígena do *Buen Vivir* questiona a utilização desta como fonte de recurso a serviço da produção capitalista.

Seria uma tentativa modesta e contraditória dos Estados-nações de incluir na institucionalidade as reivindicações de grupos, historicamente excluídos dos processos participativos, como os indígenas. Estes Estados-nações vêm reconhecendo as cosmovisões andinas/saberes ancestrais e formulando políticas a partir destes pressupostos, devido, principalmente, por pressão dos segmentos indígenas organizados nestes países. A constituição Equatoriana e Boliviana são ferramentas muito importantes, em que pese as muitas contradições e entraves, para que se tenham políticas públicas realmente voltadas para o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*.

Nosso terceiro ponto de análise se refere ao reconhecimento do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* por parte de intelectuais e de militantes de movimentos *altermundialistas* e ambientalistas. *Altermundialização* é uma palavra que vem do termo francês "alter-mondialisation", também conhecido como globalização alternativa, alter-globalização ou movimento da justiça global.

⁸¹ Plano Nacional de Desenvolvimento para o *Buen Vivir* (PNBV). Disponível em: <http://www.planificacion.gob.ec/wpcontent/uploads/downloads/2012/07/Plan_Nacional_para_el_Buen_Vivir.pdf> Acesso em: 19 de jan. 2019.

Este movimento social defende a interação e a cooperação global e se opõe ao que considera como efeitos negativos da globalização econômica, que frequentemente causa depreciação e não promove adequadamente valores humanos, como a proteção ambiental e climática, a justiça econômica, a proteção laboral, a proteção de culturas indígenas, a paz e as liberdades civis (HINKELAMMERT, 2004).

O movimento *altermundialista* em seus diferentes significados pretende ser o portador de uma esperança, recusando a fatalidade. É esse o sentido da afirmação “um outro mundo é possível”. “Não vivemos nem ‘o fim da História’ nem ‘o choque de civilizações’. A estratégia desse movimento se organiza em torno da convergência dos movimentos sociais pela cidadania que enfatizam a solidariedade, as liberdades e a paz”⁸².

Um aspecto importante que parece contribuir para que o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* ganhasse visibilidade são os movimentos *altermundialistas*, os quais para fazer frente a atual crise ecológica global têm atuado em rede visando a proteção da “natureza”, seja através de ações diretas, da vigilância e da exigência do cumprimento de determinados protocolos internacionais. Muitos outros reconhecidos pensadores (ACOSTA, 2011; BAUTISTA, 2012, 2014; DUSSEL, 2007b; HOUTART, 2012; QUIJANO, 2010; entre tantos outros) discutem a importância de propostas como a do *Buen Vivir* e a necessidade de construir novos paradigmas para realizar o *Bem Comum da Humanidade*.

Outros movimentos têm se somado as reivindicações dos movimentos indígenas, questionando, sobretudo, a utilização da natureza como fonte de recurso a serviço da produção capitalista. Muitos coletivos têm buscado alternativas e formas de resistir ao modelo capitalista, o *Buen Vivir* é parte destas lutas (ACOSTA, 2011).

[...] processos similares foram construídos em outras partes do mundo. Na Europa, adquiriu importância o movimento social por um **decrecimento sustentável**; na África, o **ubuntu**, uma filosofia humanista e altruísta; a nível global, o movimento pelos comuns e a **produção colaborativa**, que teve como resultado, por exemplo, o *software* livre (LANG, 2016, p. 34, grifo nosso).

A visão andina do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* não é a única fonte para impulsionar este conceito. No mundo, cada vez mais, se levantam vozes que respaldam esta visão. Ainda que de forma muito lenta, se passa a compreender que o estilo de vida global dominante é inviável, não existe possibilidade de sustentar este modelo de vida baseado na produção e consumo indiscriminado. Desta forma, “o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* não tem suporte histórico somente no mundo indígena, mas se basearia também em alguns princípios filosóficos universais

⁸² LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2009. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-altermundialismo-e-a-crise-da-globalizacao>> Acesso em: 20 abr. 2018.

aristotélicos, marxistas, ecologistas, feministas, cooperativistas, humanistas e outros” (ACOSTA, 2011, p. 191, tradução nossa).

A construção discursiva do *Sumak Kawsay* ocorre no marco da consolidação do capitalismo em termos de globalização e os efeitos negativos gerados pela aplicação de programas neoliberais na região. Neste contexto, se destaca o protagonismo alcançados pelo movimento indígena equatoriano, entre outros, assim como também um contexto internacional que agudizou os debates em torno do sentido histórico e político da celebração dos 500 anos em 1992, especialmente a respeito das populações originárias. Além disso, é uma época em que se articulam uma certa sensibilidade ambiental que se expressou em eventos como a RIO 92, impulsionando uma agenda internacional que buscava alternativas diante do fracasso de programas de desenvolvimento inspirados nos velhos postulados do industrialismo (CORTEZ, 2011, p.17, tradução nossa).

Movimentos sociais fundamentados nas Epistemologias do Sul, tal como formulada por Santos (2010a) como o conjunto de experiências dos povos subalternizados — entre os quais os povos indígenas — marginalizadas e desqualificadas ao longo da história pelo sistema dominante desde o início do processo de colonização, coincidem com a proposta do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*. O *Sumak Kawsay/Buen Vivir* se apresenta como a síntese de um conceito filosófico que possui complexidades e contradições, se baseia nas experiências comunitárias dos indígenas do altiplano andino. Atualmente, esta cosmovisão se converte em um novo projeto político e civilizatório que vem ganhando força dentro dos movimentos sociais de toda América Latina e outros movimentos do *Sul Global* (SANTOS, 2010).

Parece haver um consenso entre os pesquisadores/estudiosos do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* que este tem origem nas experiências dos povos originários, todavia, cabe considerar que as discussões no âmbito acadêmico identificam o *Buen Vivir* como um conceito em construção, inacabado, indefinido e agregariamos em disputa. Apoiamo-nos nas palavras de Acosta (2012, p. 22, tradução nossa) as quais nos possibilitam uma aproximação ao *Buen Vivir*:

[...] “O que é o Bem Viver? Dizemos que é um projeto civilizatório e cultural alternativo ao capitalismo e a modernidade, que se baseia nas matrizes civilizatórias indígenas que recorre a cosmovisão do *Suma Qamaña*, do *Sumak Kawsay*, do *Tekokavi*, do *Ñandereno*, do *Ivimarei*, do *Qhapajñan*, que sobre esta base incorpora as concepções alternativas das resistências ao capitalismo e a modernidade que integra utopias e projetos sociais em harmonia com a natureza e a comunidade, articulando formas de consumo, de comportamento e de condutas não degradantes, assumindo formas de espiritualidade que respondem a relação ética com a vida e deslocando tecidos sociais solidários e complementares, armaduras culturais e âmbitos simbólicos, imaginários e significações coesivas do coletivo de saberes”. O discurso do Viver Bem é convocativo, é mobilizador, também é parte das cosmovisões indígenas e das esperanças das pessoas mobilizadas contra o projeto neoliberal, contra o extrativismo, contra as causas estruturais da crise ecológica, contra o capitalismo.

Parece-nos que frente à crise civilizatória que vivemos, urge pensar estratégias, mediações, diagnósticos e opções coletivas, bem como, discutir e conhecer práticas sociais que

historicamente foram invisibilizadas na América Latina, como o conceito de *Sumak Kawsay/Buen Vivir*. Esta cosmovisão dos povos originários se constitui como uma proposta epistemológica, filosófica e política que rechaça relações de exploração e dominação que são impostas pelo padrão de poder moderno/colonial e defende a necessidade de estabelecer relações de reciprocidade, solidariedade, complementariedade e espiritualidade entre as pessoas e das pessoas com a *Pachamama*, Mãe Terra.

5.2 O *SUMAK KAWSAY/ BUEN VIVIR* E A INICIATIVA *YASUNI-ITT*

Buscamos nesta seção vislumbrar quais são aspectos relevantes sobre o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e uma possível relação com a proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT*. Pretendemos visualizar a compreensão do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* que se aproxima do que pudemos observar em campo, mais do que realizar uma revisão sobre o que tem se discutido sobre este conceito em textos acadêmicos.

Le Quang (2013), Ramírez (2012), Acosta (2010, 2011, 2016), entre outros, discutem que o *Sumak Kawsay* ganha notoriedade ao ser incorporado como um eixo transversal na Constituição de 2008 do Equador. Desde então, as cosmovisões subjacentes ao *Sumak Kawsay/Buen Vivir* despertaram muito interesse e um acalorado debate no âmbito dos movimentos sociais e da academia em várias partes do globo.

Conforme Walsh (2012) a novidade trazida pelas constituições equatoriana e boliviana, reside no esforço de “interculturalizar”: “ressaltando lógicas, racionalidades e modos socioculturais de viver historicamente negadas e subordinadas e fazer que estas lógicas e modos de viver contribuam de forma substancial, a uma nova construção e uma transformação de orientação *decolonial*” (p. 9, tradução nossa). Um dos elementos que não se pode desconsiderar neste processo, é o importante protagonismo dos atores indígenas. Como refere a professora Catherine Walsh na entrevista que nos concedeu em nosso encontro, no âmbito da Universidade Andina Simon Bolivar (UASB).

O *Buen Vivir* se incorpora na constituição devido ao protagonismo do movimento indígena sobretudo, a partir dos anos 90, quando estes atores ressurgem de forma contundente na arena política. O movimento indígena conseguiu influir na consciência de muitas pessoas no Equador, através de alianças estratégicas com outras organizações, como as organizações afroequatorianas, feministas e ecologistas. O movimento indígena conseguiu incidir na consciência de muitas pessoas, até porque

as demandas propostas não eram somente para os povos indígenas, mas para a sociedade em seu conjunto (informação verbal)⁸³.

O significado que reiteradamente se discute na maioria dos textos acadêmicos especializados no assunto e nos movimentos indígenas é que a expressão *Sumak Kawsay* dos povos andinos *Kichwa*, significa: “*Sumak*, plenitude, grandeza, o justo, o superior. *Kawsay* é a vida em realização permanente, dinâmica, é a interação da totalidade, da existência em movimento, a vida entendida desde a integralidade, é a essência de todo ser vital. Portanto, *Kawsay* é, estar sendo” (HUANACUNI, 2010; MACAS, 2010). Assim, uma tradução aproximada para *Sumak Kawsay* seria: *vida em plenitude, vida em harmonia com o todo*.

No entanto, existem pensadores indígenas que são bastante críticos a esta definição, ressaltando que é difícil a tradução para outras línguas, sobretudo as línguas romanas devido a sua estruturação e construção sintática. Como comentou, no encontro que tivemos, um pensador e liderança indígena:

Este horizonte que representa o *Buen Vivir* precisa ser preenchido de conteúdo, na medida que seja possível restaurar e reconstruir tudo aquilo que foi perdido. Por isso, não há, todavia, uma definição exata e qualquer tradução que façamos seja do *Suma Qamana*, *Sumak Kawsay* ou *Teko Kavi* em Guaraní que poderiam significar *Vivir Bien*, são aproximações, nenhuma compreende ou traduziria literalmente o que significa, mas todas são aproximações, ante um conteúdo que não é fácil levar a outras línguas ou as línguas romanas, porque tem estruturas e uso de construção sintática distintas. Então, podemos aproximar os conteúdos que sejam presentes em *Suma Qamana*, *Sumak Kawsay*, ou *Teko Kavi*, todavia, nenhum vai esgotar o conteúdo destas palavras ou destes conceitos (informação verbal)⁸⁴.

Porque estas cosmovisões expressas em diferentes línguas indígenas *Kichwas*, *Aimaras*, *Guaraní*, entre outras, resultam de um acúmulo histórico milenar, das vivências ancestrais destes povos, bem como, de suas experiências de luta e resistência. “Estas cosmovisões têm origem no centro da vida comunitária, representando o vital da matriz civilizatória destes povos, os quais ainda possuem vigência, apesar da interrupção violenta da colonialidade e a agressão do modelo capitalista moderno” (MACAS, 2010, tradução nossa)⁸⁵.

⁸³ Entrevista concedida por C. W. Entrevista XI. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo.mp3 (90 min.). C. W. Doutora em Antropologia, pesquisadora e professora da Universidade Andina Simon Bolívar. Tradução da autora.

⁸⁴ Entrevista concedida por B. I. Entrevista IV [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Otavalo, 2017. 1 arquivo.mp3 (90 min.). B.I. Indígena *Kichwa*, liderança da CONAIE. Doutor em história. Tradução da autora.

⁸⁵ Luís Macas, advogado *Kichwa* equatoriano, ex-presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) e ex-candidato presidencial pelo movimento *Pachakutik*. Exposição apresentada no Fórum Público: “El Buen Vivir de los Pueblos Indígenas Andinos”, organizado pela Coordenadoria Andina de Organizações Indígenas (CAOI), Lima, 28 de janeiro de 2010.

Como destaca esta liderança indígena em sua entrevista:

Os ritos, os cultos, correspondiam a necessidade de atuar simbolicamente em uma realidade dificilmente controlável e eram muito racionais. Se inscreviam em um pensamento que podemos denominar simbólico (que identifica o símbolo com a realidade). A função social deste último consistia por uma parte, em expressar o caráter holístico do mundo e assim criar uma forte convicção da necessária harmonia entre a natureza e os seres humanos e, por outra parte, em manifestar a força das representações e os ritos da ação humana em seus entornos naturais e sociais. Os povos eram diferentes entre si, com expressões também variadas, mas com a mesma cosmovisão fundamental (informação verbal)⁸⁶.

Os povos indígenas concebem através de diferentes expressões o conceito de *Sumak Kawsay/Buen Vivir* (HUANACUNI, 2010), os aspectos que são comuns poderiam ser assim resumidos:

Ao falar de *Buen Vivir* se faz referência a toda comunidade, não se trata do tradicional “*bem comum*” reduzido ou limitado somente aos humanos, abarca tudo que existe, preserva seu equilíbrio e busca a harmonia entre os seres humanos e tudo o que existe. Ainda que com distintas denominações, segundo cada língua, contexto e forma de relação, **os povos indígenas originários denotam um profundo respeito por tudo que existe, por todas as formas de existência debaixo e em cima do solo que pisamos**. Alguns chamamos a Mãe Terra, para os irmãos da Amazônia é a Mãe Selva, para alguns como o povo Mapuche: *Ñuke Mapu*, para outros *Pachamama*, ou para outros, como os Urus que sempre viveram sobre as águas, será a *Cotamama* (Mãe Água) (HUANACUNI, 2010, p. 45, tradução e grifo nosso).

O *Sumak Kawsay*, na concepção dos povos originários, propõe a recuperação de nosso próprio “ser” através do reconhecimento de que somos filhos e filhas da Mãe Terra. A partir disto, se estabelece uma relação fraternal com os outros membros que conformam a natureza: animais, cerros, plantas, rios, porque todos têm um papel na manutenção e na continuidade da vida.

Como consequência, surge uma relação com nossos semelhantes baseada na complementariedade, na cooperação, na reciprocidade e na solidariedade, como também uma forma respeitosa de suprir nossas necessidades (HUANACUNI, 2010). Neste sentido, o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* expressaria uma relação diferenciada entre humanos e não humanos, ao incorporar uma dimensão ética, ecológica, de reciprocidade e de espiritualidade.

A natureza segundo esta concepção, não é um ente separado dos humanos. Ao contrário, a natureza é entendida como a Mãe Terra e toda a vida depende de um equilíbrio entre ecossistemas, portanto, somos codependentes e estamos interligados, numa compreensão que se aproxima do entendimento da Ecologia Profunda (BOFF, 2010).

⁸⁶ Entrevista concedida por F.S. Entrevista XXIII. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (120 min.). F. S. Indígena Kichwa, ex-dirigente da CONAIE, Doutor em Filosofia. Tradução da autora

Neste continente na época pré-colonial, viviam povos originários, com seus saberes, suas cosmovisões, suas representações, havia uma correspondência com sua situação material e seu modo de se relacionar com o cosmos. “Desde tempos imemoráveis acostumamos a falar com nossas águas e a respeitá-las, com nosso sol e nossa lua, com os ventos, os pontos cardeais e todos os animais e plantas que nos acompanham” (CHOQUEHUANCA, 2010, p.67, tradução nossa).

Estes aspectos relacionais indissociáveis entre as pessoas e a Mãe Terra apareceram repetidas vezes nas falas dos entrevistados, ilustramos o significado do *Buen Vivir* com as palavras de uma liderança jovem indígena Kichwa:

Para nossos povos o *Buen Vivir* é ter água, terra e território sadios, boas relações e saúde, a solidariedade e o respeito entre as pessoas, significa o compartilhar, a minga, ou também “minka” que para nós é o conhecimento sobre o trabalho compartilhado para o bem comum. É o encontro onde circula a palavra se “sentipensa” e se constrói o *Buen Vivir*. Por isso, nós queremos respeito as nossas diferenças culturais. Queremos um Estado igualitário, participativo, equitativo, que respeite os direitos coletivos, direitos humanos, a diversidade, a interculturalidade e a plurinacionalidade. Nós queremos ter um projeto de Estado que seja voltado ao *Sumak Kawsay* que passe da formalidade a um projeto político com ações concretas para nossos povos e nacionalidades. O governo entendeu que *Buen Vivir* era construir estradas, pontes, escolas e hospitais, mas isso não é *Buen Vivir* para nosso povo (informação verbal)⁸⁷.

Segundo pensadores indígenas para compreender o horizonte do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* ou do *Suma Qamaña/Vivir Bien* devemos entender a diferença entre *viver bem* e *viver melhor*. De um lado temos as concepções do *Sumak Kawsay* e do *Suma Qamaña* do bem viver; do outro lado há a concepção ocidental/ocidentalocêntrica do viver melhor. Choquehuanca (2010, p.48, tradução nossa) vai afirmar que “estas duas formas de vida vêm de cosmovisões diferentes, dois caminhos, dois paradigmas com horizontes históricos distintos”. Sob a lógica do ocidente, a humanidade está preocupada não em “*viver bem*”, mas em “*viver melhor*”. Na concepção ocidentalocêntrica viver melhor significa ganhar mais dinheiro que o outro, ter mais poder que o outro, mais sucesso que o outro, consumir mais que o outro, etc. Desta forma:

[...] viver melhor significa o progresso ilimitado, o consumo inconsciente, estimular a acumulação material e induzir a competitividade; uma competição com os outros para ser melhor, ter cada vez mais, para criar mais e mais condições para viver melhor. No entanto, para que alguns possam viver melhor, milhões e milhões tem tido, historicamente, que “viver mal”. Esta é a contradição capitalista. **A visão do viver melhor, produziu uma sociedade desigual, desequilibrada, depredadora,**

⁸⁷ Entrevista concedida por G. P. Entrevista XLI. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Pastaza. Região Amazônica Equatoriana, 2017. 1 arquivo.mp3 (90 min.). G. P. Indígena Kichwa, liderança do setor de juventude da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). Tradução da autora.

consumista, individualista, insensibilizada e antropocêntrica” (HUANACUNI, 2010, p.48, tradução e grifo nosso).

Na concepção do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* a preocupação principal não é acumular mais, mas, é estar em permanente harmonia com o todo. Esta concepção nos convida a não consumir mais do que os ecossistemas possam suportar, a evitar a produção de resíduos que não tenhamos como absorver.

O *Buen Vivir* não pode ser concebido sem a comunidade, justamente porque irrompe para contradizer a lógica capitalista, seu individualismo inerente, a monetarização de todas as esferas da vida, a desnaturalização dos seres humanos e a visão da natureza como um recurso que pode ser explorado, uma coisa sem vida, um objeto a ser utilizado (HUANACUNI, 2010, p.48, tradução nossa).

Além disto, “o *Buen Vivir* implicaria em um novo modelo de civilização no qual o ócio tem um papel importante, como os sentimentos, isso não tem preço. Isto supõe tempo para participação política, para emancipação, para a contemplação e para as relações interpessoais” (LE QUANG, 2013, p. 97).

O *Buen Vivir* implica que as liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais dos indivíduos se ampliem e floresçam de modo que permitam alcançar simultaneamente aquilo que a sociedade, os territórios, as diversas identidades coletivas e cada um — percebido como um ser humano universal e particular — valoriza como objetivo de vida desejável [...]. O conceito de *Buen Vivir* nos obriga a reconhecer-nos, compreender-nos e valorizar uns aos outros, afim de possibilitar o florescimento, a autorrealização e a construção de um futuro compartilhado (RAMÍREZ, 2008, p.10, tradução nossa).

Necessariamente a felicidade do ser humano é um dos objetivos da sociedade do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, todavia, esta felicidade não corresponde a uma busca pela riqueza e pelo crescimento. Pelo contrário, “se alcança através da qualidade das relações sociais e da relação com a natureza, no marco de uma democracia participativa e direta, que busca a unidade dentro da diversidade, da solidariedade e uma melhor cooperação entre as pessoas” (LE QUANG, 2013, p. 98, tradução nossa).

A formulação do *Buen Vivir* aparece como uma exigência ético-política, um modo de vida em ação, isto não é uma ética formal, mas uma ética que tem um conteúdo de afirmação da vida comunitária, da vida cósmica, da vida mítica (entendida como uma narrativa racional com base em símbolos) e que inclui a natureza na totalidade do cosmos (DUSSEL, 2007b).

Como nos adverte Huanacuni (2010, p.32, tradução nossa):

O *Buen Vivir* vai muito além da satisfação das necessidades ou o acesso a serviços e bens, vai além do bem-estar baseado na acumulação material. O *Buen Vivir* não pode ser equiparado com o desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento é

inapropriado e altamente perigoso de ser aplicado as sociedades indígenas, tal como é concebido na sociedade ocidental.

O *Sumak Kawsay/Buen Vivir* tem se constituído desde algumas perspectivas acadêmicas, como uma proposta que questiona a racionalidade moderna/capitalista/eurocêntrica (ACOSTA, 2012; DUSSEL, 2007b; GUDYNAS, 2010; QUIJANO, 2010; QUINTERO, 2015), todavia, estes processos não são homogêneos, carregam disputas e continuidades/descontinuidades.

O *Buen Vivir* aparece como uma categoria na filosofia de vida das sociedades indígenas ancestrais, que foi perdendo terreno como consequência das práticas e mensagens da modernidade ocidental, assim como, pela colonialidade do poder. Sua contribuição, no entanto, sem uma equivocada idealização do modo de vida indígena, nos convida a assumir outros saberes e práticas, neste caso dos povos e nacionalidades tradicionalmente marginalizadas⁸⁸.

Muitos autores (ACOSTA, 2011; HOUTART, 2012; QUIJANO, 2010; entre outros) discutem a importância de conceitos como o *Buen Vivir* e a necessidade de construir novos paradigmas para realizar o *Bem Comum da Humanidade*. Este conceito não se vincula/identifica com a ideia do Estado de Bem-Estar ou do conforto parecido com o *American Way of Life*, mas se inscreve em outra matriz paradigmática. “Devemos sair das lógicas impostas pelo mercado e lutar pelos direitos da natureza ou da mãe terra, com o objetivo de reconhecer o planeta como um bem comum mundial que devemos proteger” (AZAM, p. 102, 2010 *apud* LE QUANG E VERCOUTERE, 2013, p. 38).

O *Sumak Kawsay/Buen Vivir* pode ser entendido como um novo horizonte que se abre aos povos, como uma alternativa diante da decadência civilizatória de um sistema-mundo que por cinco séculos se expandiu no planeta e produziu não somente desigualdades estruturais a nível global, mas destruição (WALLERSTEIN, 1998). Estas desigualdades têm um caráter de injustiça sistemática e que, na atualidade, nos está demonstrando um caráter perverso da acumulação a nível global, a qual produz destruição, desigualdade, pobreza e miséria.

Não somente para a humanidade dos países denominados de “terceiro mundo”, mas este tipo de miséria começa a ameaçar os povos do denominado “primeiro mundo” e, mais que isso, ameaça a vida de toda humanidade. Em suma, este tipo de acumulação do capital global está produzindo a destruição da vida no planeta (LANDER, 2013; BAUTISTA, 2017).

Essa situação faz com que tenhamos uma mudança de perspectiva em direção ao que foi desprezado, subvalorizado, excluído e encoberto pelo próprio sistema mundo moderno, aqui

⁸⁸ Entrevista concedida por A.A Entrevista XXIII. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (120 min.). A. A. Economista, ex-ministro de Energia do governo Rafael Correa, responsável pela Iniciativa Yasuni-ITT. Tradução da autora

falamos sobretudo, das culturas indígenas. Justamente as culturas indígenas agora estão demonstrando ser mais racionais, mais universais que o conhecimento que produziu a modernidade eurocêntrica/capitalista/colonial.

A classificação das culturas indígenas como selvagens, atrasadas, barbaras e pré-históricas é um preconceito moderno, que criou uma imagem negativa destes povos. E, contrariamente, uma imagem idealizada do mundo moderno, do mundo ocidental. Todavia, é precisamente este mundo moderno, através de sua economia, sua política, sua tecnologia e eficiência, que está colocando em risco a vida no planeta e não as culturas que foram negadas, historicamente, pela modernidade.

Então, quando adotamos uma mudança de olhar, de perspectiva, as culturas indígenas não aparecem com esta carga de negatividade que a modernidade eurocêntrica lhes imputou. Ao contrário, é o mundo moderno que aparece como selvagem e bárbaro e quem produz a destruição que estamos vivendo: com a crise climática, a exploração das pessoas e a destruição dos ecossistemas. O *Buen Vivir* aparece como um horizonte, não nos esqueçamos que as culturas indígenas foram dizimadas e quase completamente exterminadas e se conseguiram sobreviver, não foi graças ao mundo moderno, mas apesar deste. Temos a necessidade de reconstruir estes conhecimentos que se foram perdendo e que agora se apresentam como alternativa, ante a destruição proporcionada pelo conhecimento produzido pelo mundo moderno.

O *Buen Vivir* não é algo definido ou acabado, é algo que recém está sendo valorizado e, por isso há a possibilidade, a necessidade e a importância de construção. Temos a urgência de resgatar os conhecimentos das culturas indígenas, ante os desafios do mundo moderno, frente a possibilidade de que a vida humana se extermine, portanto, necessitamos restaurar estes saberes e conhecimentos do mundo indígena. Ante o diagnóstico de impossibilidade da vida se seguirmos ao padrão de acumulação do capital global (QUIJANO, 2005) e de que já estamos chegando ao do ponto de não retorno, ao ponto que a situação seja inevitável, emerge a necessidade de voltar o olhar ao que temos negado, por muito tempo e agora se apresenta como um campo de possibilidades para reconstruir tudo de uma nova forma (BAUTISTA, 2017).

Parte das críticas acadêmicas ao *Sumak Kawsay* residem no argumento de que seria uma tradição inventada (VIOLA-RECASENS, 2014), a qual idealizaria as formas de vida do mundo indígena andino.

Para mim nos encontramos diante do caso de uma “tradição inventada”, na medida em que alguns intelectuais, ao divulgar uma versão idealizada da cosmovisão e dos valores das culturas andinas e convertê-la em uma alternativa a visão desenvolvimentista (individualista, economicista, etnocida e ambientalmente

agressiva) promovida por décadas por governos e instituições de desenvolvimento teria contribuído para exagerar e reificar seu significado⁸⁹.

É bastante discutível tal argumento. Pode-se perguntar qual tradição não é inventada, em alguma medida? De outra parte, indagar o que poderia significar o não reconhecimento das cosmovisões subjacentes ao *Sumak Kawsay*? E neste sentido, várias outras perguntas podem ser justapostas. Não existiam tradições, filosofias e cosmovisões anteriores a “conquista” nos territórios de *Abya Yala*? Estas culturas realizavam a exploração intensiva da “natureza”? O fato de considerar que se idealiza estas culturas, também não traz consigo certa colonialidade de poder e saber? Estas perspectivas não carregam certa leitura *neocolonial* que pensa somente a partir de seus próprios paradigmas, parâmetros e categorias? Neste sentido, é ilustrativa a entrevista do pesquisador das filosofias andinas:

Como se pode criticar o *Sumak Kawsay* sem conhecer e reconhecer, sem ter uma aproximação e vivência com as comunidades, sem uma imersão profunda nas formas de vida destes povos. Leituras superficiais podem ser interpretadas como uma tentativa de aplacar estas cosmovisões, são interpretações parciais e racistas porque não podem aceitar que exista uma filosofia dos povos andinos (informação verbal)⁹⁰.

Igualmente importante retomar parte da entrevista acerca do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* da pesquisadora e professora Catherine Walsh, com quem pudemos estar e conversar durante nossa instância no Equador.

Buen Vivir não é um termo utilizado em comunidades indígenas, nas comunidades é mais presente o *Sumak Kawsay* ou *Sumak Allin Kawsay*, mas a questão mais importante aqui não é exatamente onde surge, como surge, a **importância é construir novos processos, novas relacionalidades**, outra noção de “natureza”, outra relação do Estado com o extrativismo, **capaz de superar o paradigma capitalista/moderno/colonial**. E, sobretudo a possibilidade de imaginar outra sociedade (informação verbal, grifo nosso)⁹¹.

Como refere a professora Catherine Walsh, talvez mais importante que questionar a existência do *Buen Vivir* nas comunidades, seja pensar a potência que a construção deste conceito possibilita, ao questionar o modo de vida que tem nos levado inexoravelmente a

⁸⁹ A discussão sobre o *Sumak Kawsay* ser uma tradição inventada aparece no artigo: Discursos “pachamamistas” versus políticas desarrollistas: el debate sobre el *Sumak Kawsay* en los Andes escrito por Andreu Viola Recasens, Profesor titular de Antropología Social, Universidad de Barcelona, Espanha, em Íconos. Revista de Ciencias Sociales. Num. 48, Quito, enero 2014, pp. 55-72 Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Sede Académica de Ecuador. Tradução nossa.

⁹⁰ Entrevista concedida por A. O Entrevista XLIII. [Out. 2020]. Entrevistador: autora. Porto Alegre, 2020. 1 arquivo.mp3 (90 min.). A. O. Investigador, advogado, gestor ambiental, especialista em paradigmas andinos Tradução da autora.

⁹¹ Entrevista concedida por C.W Entrevista XI. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo.mp3 (90 min.). C. W. Doutora em Antropologia, pesquisadora e professora da Universidade Andina Simon Bolivar. Tradução da autora.

destruição da vida no planeta. Neste sentido, a construção do *Buen Vivir* nos permite e convoca a pensar novas formas de ser e estar no mundo não baseadas na exploração da “natureza” pelo homem e na construção de outras relacionalidades voltadas ao respeito, a solidariedade, ao cuidado entre todas as formas de vida. A degradação dos ecossistemas está nos levando ao ponto de não retorno, isso por si só deveria ser razão suficiente para questionar e mudar radicalmente nossa forma de viver.

6 INICIATIVA YASUNI-ITT E AS COSMOVISÕES EM DISPUTA

Neste capítulo discutimos as cosmovisões que disputam a narrativa da Iniciativa *Yasuni-ITT*. Nosso percurso empírico-analítico visou mapear, compreender e dar sentido ao mosaico de interesses e narrativas dos diferentes atores. Além disto, intenciona-se trazer a perspectiva dos povos indígenas sobre a Iniciativa *Yasuni-ITT* e a exploração de petróleo nos territórios de posse ancestral. E, por fim, discutir o turismo comunitário como uma das alternativas de desenvolvimento voltado ao *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e, também, dar eco a alguns processos de resistência contra o extrativismo desde as comunidades indígenas.

As análises propiciadas pelo campo de pesquisa desta tese nos permitem inscrever os diferentes discursos encontrados entorno da Iniciativa *Yasuni-ITT* em dois polos. Advertimos que estes polos não operam como tipos ideais (weberianos) e não funcionam como blocos homogêneos, constantes e imutáveis. Consideramos que existe, de cada lado, uma multiplicidade discursiva. A ideia de agrupá-los desta maneira é uma tentativa de propiciar um elemento (imagético) para tornar inteligível nossa análise. A intenção é demonstrar as diferentes cosmovisões em jogo neste conflito, através de um exercício de oposições.

Neste sentido, pode-se indagar, por exemplo, o que significa a exploração petrolífera para os povos indígenas amazônicos que tem suas formas de vida diretamente afetada por esta atividade? De outra parte, qual é a perspectiva de um gestor governamental cuja racionalidade instrumental é baseada na relação custo-benefício? Estas racionalidades distintas representam dois universos que são constituídos e sustentados por duas cosmovisões completamente diferentes. Os povos indígenas possuem suas cosmovisões, de outra parte, é importante reconhecer que a civilização moderno/ocidental/capitalista é, também, sustentada por cosmovisões.

No entanto, há que atentar para o fato de que não existe uma univocidade entre os atores em cada um destes polos. Cabe mencionar que alguns indígenas⁹², sobretudo, os mais alinhados com a gestão de Rafael Correa, apoiaram a exploração petrolífera no Parque Nacional Yasuni (PNY). De igual maneira, houve gestores governamentais que foram contrários à exploração. Como já referido, a intenção é demonstrar o conflito através de um jogo de oposições, sem que

⁹² O antropólogo indígena Carlos Viteri Gualinga que integrou a gestão do governo de Rafael Correa, fez uma defesa pública favorável a exploração de petróleo nos campos de ITT, recorrendo a justificativa de responsabilidade do governo com as comunidades indígenas “empobrecidas” da Amazônia.

isso represente e assevere/afirme que houve uma posição unívoca, uma compreensão única, entre os grupos de atores entrevistados.

Num dos polos se encontrariam as racionalidades instrumentais baseadas na relação custo-benefício (BAUTISTA, 2017; MARAÑÓN, 2014), sustentadas pelo pensamento e as subjetividades forjadas pela civilização moderno/ocidental/capitalista e, sob as quais, a natureza é apenas um recurso a ser explorado e o desenvolvimento é percebido quase exclusivamente como crescimento econômico. Em contrapartida, no outro polo estariam as perspectivas alinhadas as cosmovisões dos povos originários com a compreensão de que a natureza não é apenas um recurso mercantilizável, mas um tecido complexo de relações e que nossa vida depende do equilíbrio dos ecossistemas. Nesta perspectiva não existe uma concepção de que desenvolvemos, tendo em vista que não existem etapas, anteriores e posteriores, de vida.

Partindo-se de uma mentalidade rentista, qual é o panorama da Iniciativa *Yasuni-ITT* que se apresenta? Vejamos, em um país dependente da exportação da “natureza” (ACOSTA, 2016b), a exploração dos campos de ITT, os quais possuem 20% das reservas comprovadas de petróleo do país, representa o ingresso de um montante importante e que não pode ser desperdiçado.

Nesta perspectiva, a única questão em jogo é a econômica — quase que exclusivamente — e, assim, todos os outros fatores, climáticos, ambientais, políticos, culturais e sociais são considerados externalidades (ALIER, 2007; GUDYNAS, 2009). Neste sentido, se pode indagar: “quem tem o poder de impor a linguagem econômica como linguagem suprema numa discussão ambiental [?]” (ALIER, 2007, p.64) Quem tem a capacidade de simplificar a complexidade destas situações, desqualificando outros pontos de vista, outras epistemologias, outras formas de ser e estar no mundo? Como desconsiderar todos os outros fatores, climáticos, ambientais, políticos, culturais e sociais em jogo neste conflito?

Recordemos que um dos argumentos da gestão governamental para exploração de petróleo dos campos de ITT, foi a necessidade destes recursos para combater a “pobreza”⁹³ das populações indígenas amazônicas. Todavia, se utilizarmos esta mesma racionalidade custo-benefício, esta justificativa possui muitos limites, uma vez que, comprovadamente, se explora petróleo neste território há mais de 40 anos e, no entanto, as províncias petroleiras são as mais empobrecidas de toda região amazônica.

Então, a pergunta é: qual é a racionalidade em jogo? Se considerarmos a justificativa de combate à “pobreza”, se percebe uma contradição entre o discurso utilizado/acionado pelos

⁹³ A palavra pobreza aparece entre aspas no texto, devido a nossa crítica ao conceito de pobreza ser focado exclusivamente no critério econômico.

gestores governamentais, sobretudo no que tange ao investimento dos recursos oriundos da exploração dos campos de petróleo de ITT para o enfrentamento da situação de “pobreza” das populações indígenas da região Amazônica. Uma vez que, historicamente, não foi nesse território que foram investidas as divisas geradas pela exploração de petróleo (ver mapas da página 69 e 70).

Ao contrário, os 40 anos de exploração petrolífera na Região Amazônica produziram empobrecimento, miséria, doenças, extermínio e expulsão dos territórios para a maioria das populações indígenas e camponesas desta região. Então, como sustentar a racionalidade custo-benefício-eficiência-rentabilidade e o argumento do desenvolvimento? Senão através de certa crença, através de uma operação mistificadora.

Como nos alerta Rist (2002) a força principal do desenvolvimento reside na sua capacidade de sedução e que tal definição se impôs como uma linguagem corrente, carregando consigo uma ideia de crescimento, progresso e justiça. Como consequência uma visão, dentre tantas, de crescimento e desenvolvimento se universalizou e, assim, a potência do conceito de desenvolvimento é a crença que nele se deposita, sem que tenha apresentado uma solução para a humanidade e persista como um de seus maiores problemas (RIST, 2002).

Rist (2002) interpreta o *desenvolvimento* como uma crença, uma religião moderna, portanto, incontestável e que determina comportamentos obrigatórios para reforçar a coesão social. A capacidade de sedução deste conceito transcende inclusive o econômico e o político, porque está naturalizado culturalmente no imaginário coletivo da sociedade. Nas últimas seis décadas, o conceito de desenvolvimento foi fortemente criticado porque, conforme leituras mais críticas, esconde uma ideologia de dominação. “A noção de desenvolvimento leva implicitamente um sentido de tempo linear, vale dizer, se encontra contida em uma visão evolucionista, teleológica, própria do surgimento do capitalismo e da consolidação das ideias de modernidade” (LO BRUTTO; VAZQUEZ SALAZAR, 2015, p. 52, tradução nossa).

Os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico estão intimamente vinculados, a tal ponto que um pressupõe o outro. Tanto que o termo desenvolvimento, quando compreendido como crescimento econômico, legitima seus sentidos epistemológicos, analíticos e simbólicos porque provém de uma das noções caras à modernidade, a qual foi forjada no iluminismo: o conceito de progresso e a promessa emancipatória que ele implica, isto é, a liberação e a superação das condições de necessidade e escassez (ARCINIEGAS; SCHUBERT, 2015).

A liberdade moderna está inscrita nas coordenadas de produção e, por consequência, da escassez. O desenvolvimento, portanto, seria a aposta da humanidade para libertar-se do jugo

da escassez. Estes são conceitos aceitos por várias perspectivas acadêmicas e por este motivo é necessário discutir outra visão, em relação ao entendimento do desenvolvimento e do crescimento, constituída desde outros paradigmas epistemológicos (ARCINIEGAS; SCHUBERT, 2015).

Esta visão de desenvolvimento sustenta um modo de vida que tem se manifestado no esgotamento de um modelo industrial depredador, baseado na dominação da “natureza” pelo ser humano, na ideia de que o bem-estar e a riqueza se conseguem com a acumulação de bens, o crescimento ilimitado e o consumo desenfreado (CHOMSKI, 1999; HARVEY, 2003; LANDER, 2009; MARTÍN, 2006; SANTOS, 2010).

A civilização de domínio científico-tecnológico sobre a chamada “natureza” — que identifica o bem-estar humano com a acumulação de objetos materiais e com o crescimento econômico desmedido, e cuja máxima expressão histórica é o capitalismo — está com os dias contados. Sua dinâmica destrutiva, de mercantilização de todas as dimensões da vida, mina aceleradamente as condições que a tornam possível. A incorporação de novos territórios de exploração, a apropriação do conhecimento de outros e a manipulação dos códigos da vida (biotecnologia) e da matéria (nanotecnologia) nos aproximam aceleradamente dos limites de um planeta finito. Agora que a humanidade precisa incorporar a diversidade e a multiplicidade de culturas, formas de conhecer, pensar e viver, dentro do conjunto das redes da vida (como alternativa para responder a essa crise civilizatória), paradoxalmente **povos e culturas indígenas e camponeses de todo o planeta estão sendo ameaçados pelo avanço inexorável da lógica do processo de acumulação por desapropriação** (LANDER, 2016, p. 215-216, grifo nosso).

O desenvolvimento, percebido como crescimento econômico “transformou-se em uma espécie de mandato global e todo mundo, desde às esquerdas até às direitas, tem corrido na busca pelo desenvolvimento” (ACOSTA, 2016a, p. 181). Podemos questionar juntamente com outras vozes: como é possível um modelo de desenvolvimento com crescimento permanente em um sistema finito? Nas palavras de Acosta (2016a, p.193, tradução e grifo nossos):

Cheguei à conclusão que o desenvolvimento é um fantasma, não é uma possibilidade real para a maioria dos países do mundo, inclusive é irrepetível a nível mundial o estilo de vida produtivista e consumista dos países ricos, por isto precisamos começar a pensar alternativas fora deste mundo, precisamos de outra economia, outra economia para outra civilização, **temos que nos libertar da religião do crescimento econômico permanente, não há como existir crescimento econômico permanente em um mundo com limites finitos, isso é uma irracionalidade.**

Pode-se questionar como opera o avatar do desenvolvimento? É possível perceber que as dinâmicas extrativistas em zonas biodiversas são a máxima expressão deste avatar. A exploração de “bens naturais” em um curto prazo de tempo para atender a pressão de mercados internacionais, produz a destruição dos ecossistemas e de populações indígenas, então, ainda que aplicássemos uma lógica binária de custo-benefício, não seria justificável a exploração

destas áreas, uma vez que existem valores intangíveis nestas regiões. Qual o preço a pagar pela destruição de uma região biodiversa? Qual o valor do extermínio de povos inteiros? Existe um valor monetário para isso? Existe alguma forma de calcular estes danos?

O que nos leva ao que pensadores, como Bautista (2010), denominam de operação mistificadora. Vale dizer: a justificativa para explorar estes territórios é gerar ingressos para ser investidos em serviços básicos para as populações. No entanto, no caso da Amazônia equatoriana, o que se constata é que os 40 anos de exploração petrolífera deixaram um rastro de contaminação e destruição, sem que nenhuma instituição pública ou privada, formal ou informalmente tenha restituído, ainda que minimamente, os prejuízos materiais e imateriais a estes povos.

Os povos indígenas estão questionando o termo desenvolvimento a partir do horizonte 2do *Buen Vivir* (HUANACUNI, 2010) e tudo que este implica, já que para a maioria destes povos e comunidades “o desenvolvimento significou a deterioração da ‘natureza’ e a destruição das comunidades” (HUANACUNI, 2010, p.55). Este termo está ligado a exploração, a marginalização, a depredação e a dependência, pois desde a lógica ocidental, desenvolvimento significa ganhar à custa de outros (DUSSEL, 1994).

O desenvolvimento está associado com os países denominados de “primeiro mundo”, que tem ocasionado a deterioração da vida, alterando os ciclos da natureza, entre outros fatores, pela emissão de gases na atmosfera, produzindo uma excessiva contaminação e pelas políticas promovidas desde as iniciativas transnacionais privadas, que longe de beneficiar a vida o satisfazer as necessidades da sociedade, provocam grandes impactos ambientais, alguns irreversíveis, pois, sabemos que as consequências da contaminação são cumulativas no tempo, a desaparecimento da biodiversidade especialmente na Amazônia, está gerando mudanças estruturais de vida (HUANACUNI, 2010, p. 55, tradução nossa).

Existem muitas contradições entre o discurso macroeconômico que aplaude o crescimento e os conflitos sociais em nossos territórios de *Abya Yala*, como nos adverte Lang (2013, p. 8, tradução nossa).

Ao mesmo tempo que o discurso macroeconômico felicita o crescimento como um êxito, os conflitos sociais aumentam em nosso continente: marchas multitudinárias de muitos quilômetros, bloqueios, presos e mortos. Estes conflitos surgem ao redor de projetos que tem um denominador comum: *extrair matéria-prima para abastecer a demanda do mercado mundial*.

No caso da Iniciativa *Yasuni-ITT* tornou-se evidente que a mentalidade rentista e a necessidade de ingressos para sustentar o inusual investimento público⁹⁴ se sobrepôs aos

⁹⁴ No ano de 2013 (justamente o ano de suspensão da Iniciativa Yasuni-ITT), necessitando recursos para sustentar uma taxa incomum de investimento público, o governo equatoriano contratou com empresas chinesas um

direitos da natureza e a proteção dos povos indígenas preconizados na Constituição. Demonstrando a contradição entre o que prevê a Constituição de Montecristi e as ações governamentais, com práticas extrativistas, indo em contra às ideias preconizadas pelo *Sumak Kawsay/Buen Vivir*.

No entanto, houve um processo de conscientização sobre a importância da proteção da biodiversidade e dos povos indígenas, o qual foi possibilitado pela proposição da Iniciativa *Yasuni-ITT*. Como afirma o entrevistado responsável pela comunicação do coletivo Yasunidos: “durante os seis anos de divulgação da campanha pela Iniciativa, se produziu muita consciência no povo equatoriano em geral, sobre a importância da proteção da biodiversidade do território e dos povos indígenas em isolamento” (informação verbal)⁹⁵.

Todavia, existem dúvidas por parte de alguns atores se realmente houve, por parte da gestão, o real interesse na proteção e preservação dos campos de ITT. Como refere um dos entrevistados do coletivo Yasunidos:

Para mim, o plano A do governo, hoje eu penso, sempre foi a exploração de petróleo e não o plano B, como querem dizer alguns integrantes da gestão. O que mais nos causou indignação é que, enquanto discutíamos e estávamos preocupados com a proteção do bloco 43 ou dos campos de ITT, o governo já explorava *ilegalmente* o bloco 31, porque não havia licença ambiental para a exploração deste território, o qual possui as mesmas prerrogativas do bloco 43, por também possuir alta biodiversidade e povos em isolamento. Isso era muito contraditório e nos levava a crer que o presidente sempre teve a intenção de explorar o bloco ITT (bloco 43).

[...]

Penso que não é demais dizer que houve sabotagem à proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT* dentro do próprio governo, o *lobby* das empresas petroleiras no governo era muito presente, mas não somente das empresas, havia parte da gestão que sempre esteve a favor da exploração destes campos (informação verbal)⁹⁶.

Houve uma pressão muito forte de grupos empresariais, vinculados à exploração petroleira, para que o governo decretasse o fim da Iniciativa. Os principais argumentos que tentaram legitimar o discurso de abandono da proposta sempre se relacionavam com a necessidade de recursos para o Estado investir em gastos públicos e para mitigar as situações das populações mais empobrecidas da Amazônia. Além da pressão por parte dos grupos de empresas petroleiras para que o governo abandonasse a Iniciativa, havia problemas de gestão

financiamento de US\$ 2 bilhões para investimentos naquele ano, em troca de até 90% das exportações de petróleo dos próximos sete anos.

⁹⁵ Entrevista concedida por P.B.G. Entrevista XXIV. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.). P.B.G. Jornalista, responsável pela comunicação do coletivo Yasunidos. Tradução da autora.

⁹⁶ Entrevista concedida por P.B.G. Entrevista XXIV. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.). P.B.G. Jornalista, responsável pela comunicação do coletivo Yasunidos. Tradução da autora.

interna do governo com relação à proposta. Como argumenta o entrevistado responsável pela proposição da Iniciativa *Yasuni-ITT* junto ao governo.

Houve sucessivas trocas na equipe de coordenação da Iniciativa *Yasuni-ITT*, um dos motivos pelo qual fracassou esta proposta, foi a ausência de uma estratégia política, faltou uma visão de longo prazo. A Iniciativa foi muito grande para o presidente Rafael Correa ele não conseguiu entender a grandeza da proposta. Não foi presidente suficiente para esta grande proposta. Acabou cedendo aos interesses do capital transnacional e nacional” (informação verbal)⁹⁷.

Para as racionalidades instrumentais baseadas no custo-benefício-eficiência-rentabilidade o território é apenas um meio para um fim, porque a natureza é percebida como um recurso mercantilizável. Para os povos indígenas o território, não é apenas um pedaço de terra, mas é um tecido complexo de relações vividas profundas e sagradas. Nas cosmovisões dos povos indígenas andinos, a terra é a *Pachamama*, a “*Mãe Terra*, entidade que reproduz e organiza a vida” (SIMBAÑA, 2011, p. 222) e, portanto, deve ser respeitada e preservada (BOFF, 2010).

Há o entendimento de que o ser humano e a natureza formam uma comunidade indivisível, na qual os seres vivos estão relacionados, dependendo uns dos outros e se complementando. Segundo estes princípios, é necessária a mudança de uma concepção antropocêntrica de organização econômica e social que ameaça a sobrevivência da espécie humana e de toda forma de vida no planeta, para um paradigma biocêntrico, em que a vida em todas suas manifestações esteja no centro.

Autores indígenas que discutem o *Buen Vivir* insistem na importância de renunciar a lógica do *viver melhor*, afirmando ser esta uma visão individualista que retira o ser humano da sociedade. Produzindo, necessariamente, a exploração do ser humano pelo ser humano e da natureza pelo ser humano, que é, finalmente, subjacente a esta ideologia de progresso (desenvolvimento).

Na perspectiva do *Buen Vivir* é necessário recuperar a primazia da vida sobre a do capital, recuperar a dimensão comunitária da vida, isto se traduziria pela necessária relação renovada do ser humano com a natureza, passando do antropocentrismo ao biocentrismo. E também, cessar a dominação sobre a natureza e a compreensão de que a natureza é apenas um recurso mercantilizável. É importante refletir sobre as palavras de Viteri Gualinga (2002, p.1, tradução e grifo nossos):

⁹⁷ Entrevista concedida por A.A Entrevista XXIII. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (120 min.). A. A. Economista, Ex-ministro de Energia do governo Rafael Correa, responsável pela Iniciativa Yasuni-ITT. Tradução da autora.

Na cosmovisão das sociedades indígenas, na compreensão de sentido que tem e deve ter a vida das pessoas, **não existe o conceito de desenvolvimento**. Vale dizer, não existe a concepção de um processo linear da vida que estabeleça um estado anterior ou posterior, a saber, de subdesenvolvimento e desenvolvimento; dicotomia pela qual devem transitar as pessoas para a consecução do bem-estar que ocorre no mundo ocidental. Tão pouco existem os conceitos de riqueza e pobreza determinada pela acumulação ou falta de bens materiais.

As contradições na atuação da gestão governamental são notáveis porque ao mesmo tempo em que se difundia o discurso do *Buen Vivir*, se adotavam práticas extrativistas. É importante analisar a fala da entrevistada que atuou como assessora da Assembleia Constituinte do Equador, a qual expressa que:

O discurso de Correa sempre foi de que o extrativismo era necessário para eliminar a pobreza. E eu pergunto como a eliminação da pobreza pode ser vista como algo mau? Com este argumento foi mais fácil justificar a exploração. Então, como se pode pensar em *Buen Vivir* com uma economia extrativista, com a exploração da natureza. Existe uma distinção entre os princípios da constituição e as práticas que esvaziam a palavra *Buen Vivir* de conteúdo. O governo de Rafael Correa construía novas estradas e rotas e denominava: “*caminhos para o Buen Vivir*”, ou seja, a ideia de um país desenvolvido, modernizado, era para o presidente o *Buen Vivir* (informação verbal)⁹⁸.

O entendimento de alguns grupos ecologistas e de parte do movimento indígena é que de dezembro de 2007 até agosto de 2013, a Iniciativa representou uma brilhante carta de apresentação internacional, para um país que declarou em sua constituição que a natureza é um sujeito de direitos, mas que não houve, desde setores estratégicos do governo, a compreensão do que representava a inovação trazida pela Iniciativa *Yasuni-ITT* e nem um real compromisso com a proposta. Conforme observou este entrevistado integrante do coletivo Yasunidos:

A denúncia de mal-uso dos fundos destinados pelo próprio governo Equatoriano a Iniciativa *Yasuni-ITT*, sob a coordenação da senhora Ivonne Baki (que compôs a segunda equipe responsável pela Iniciativa). O grupo inicial que propôs a Iniciativa acabou se afastando, porque aos poucos este grupo compreendeu que a intenção do governo era utilizar esta campanha para se promover internacionalmente como um governo verde, ecologista e de esquerda. E quando havia realmente a possibilidade de se conseguir investimentos significativos para a Iniciativa, o presidente dava um passo para trás, houve inclusive denúncias sobre esta situação. Então houve a substituição do primeiro grupo que formulou a Iniciativa e assumiu um outro grupo designado pelo próprio presidente, sob a coordenação de Ivonne Baki. Houve denúncias na controladoria sobre o mau uso de recursos do Estado por parte da senhora Ivonne Baki que viajou a várias partes do mundo representando outros interesses que não era a Iniciativa *Yasuni-ITT*. O fato desta senhora assumir a comissão da Iniciativa gerou várias críticas dos movimentos indígenas e ecologistas, isto porque ela,

⁹⁸ Entrevista concedida por C.W Entrevista XI. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo.mp3 (90 min.). C. W. Doutora em Antropologia, pesquisadora e professora da Universidade Andina Simon Bolivar. Tradução da autora.

explicitamente, em outros momentos, havia defendido o interesse das empresas petrolíferas (informação verbal)⁹⁹.

Muitos entrevistados referiram que a Iniciativa seria mais interessante se não previsse o financiamento da comunidade internacional em troca da preservação dos territórios. Segundo eles, esta ação produziria igualmente conscientização sobre a necessidade de proteção a biodiversidade e aos povos indígenas e sairia de uma lógica de mercado, ou seja, de que alguém tem que pagar para que não se explore a Amazônia. Como destaca na sua entrevista, um dos integrantes do coletivo Yasunidos: “poderíamos entender que a única forma de continuar a respirar e comer é se decidirmos preservar o planeta, caso contrário, nossa vida corre um grave perigo de extinção” (informação verbal)¹⁰⁰.

No entanto, em que pese todas as contradições que acompanharam a proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT*, a mesma tem importância e transcendência simbólica por ser a primeira no mundo a propor que se deixe o petróleo debaixo da terra, chamando a atenção mundial para a preservação de áreas biodiversas para a proteção dos povos indígenas de recente contato e em isolamento. Como também, auxiliando no retardo das mudanças climáticas, sendo hoje uma das estratégias de Painel Intergovernamental para a Mudança de Clima (IPCC)¹⁰¹.

O interessante é que a Iniciativa Yasuni-ITT foi a primeira proposta a nível mundial de deixar o petróleo debaixo da terra. E hoje é uma das estratégias de IPCC que é uma das organizações mais importantes do mundo sobre mudança climática que propõe deixar 2/3 do petróleo debaixo da terra para não subir 2 graus a temperatura (informação verbal)¹⁰².

Muito embora, haja importância e transcendência simbólica desta proposta, não se pode esquecer que a exploração de petróleo dos campos de ITT representa o abastecimento de petróleo para o mercado internacional por mais 15 a 20 anos, mas os danos a este ecossistema são incalculáveis e irreversíveis, porque existem valores intangíveis neste território.

⁹⁹ Entrevista concedida por P.B.G. Entrevista XXIV. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.). P.B.G. Jornalista, responsável pela comunicação do coletivo Yasunidos. Tradução da autora.

¹⁰⁰ Entrevista concedida por P.B.G. Entrevista XXIV. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.). P.B.G. Jornalista, responsável pela comunicação do coletivo Yasunidos. Tradução da autora.

¹⁰¹ “Essas quatro letras, IPCC, correspondem às iniciais de *Intergovernmental Panel on Climate Change*, que quer dizer Painel Intergovernamental para a Mudança de Clima. Esse é o nome de uma entidade criada em 1988, pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nessa época, já havia preocupações acerca do aquecimento global. Muitos estudos a respeito estavam sendo desenvolvidos e o IPCC foi estabelecido com a missão de avaliar as pesquisas, interpretá-las e reunir todas as informações relevantes, tanto técnicas quanto socioeconômicas, em relatórios abrangentes, de fácil compreensão e acessíveis a todos”. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2134:catid=28&Itemid=23. Acesso em 14 de set. de 2019.

¹⁰² Entrevista concedida por P.B.G. Entrevista XXIV. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.). P.B.G. Jornalista, responsável pela comunicação do coletivo Yasunidos. Tradução da autora.

Para mim, ainda que se tenha um olhar estritamente econômico, não convém seguir explorando a Amazônia, destruindo as comunidades e suas formas de viver. Tem petróleo para explorar por 15 a 20 anos e depois? Vamos afetar/destruir um ecossistema, vamos exterminar povos de recente contato e em isolamento em nome de que? (informação verbal)¹⁰³.

O sucessor do presidente Rafael Correa, no ano de 2017, Lenin Moreno, não resgatou a proposta da Iniciativa. Moreno no intento de angariar alguma simpatia dos movimentos ecologistas e indígenas, apresentou uma proposta de consulta popular, em que constava uma pergunta, relativa à ampliação da zona intangível dos povos Tagaeri-Taromenane (ZITT). No entanto, a referida consulta não explicitava onde se daria tal ampliação, quais seriam pontos e direções, o que deixou a consulta muito vaga e pouco convincente. De outra parte, o novo mandatário, assegurou que a área de exploração petrolífera no PNY, não seria superior a 300 hectares. É outra informação bastante questionável, porque, conforme dados das organizações que monitoram as ações de exploração no Parque Nacional Yasuni (PNY), já havia exploração superior a 300 hectares, somente na parte norte do parque. Neste sentido, é importante retomar parte da fala do entrevistado que foi responsável pela Iniciativa *Yasuni-ITT* na gestão de Rafael Correa:

O presidente Lenin Moreno poderia ter assumido a Iniciativa *Yasuni-ITT* e anunciado que no Equador não exploraríamos mais uma gota de petróleo e realizado uma consulta para ter respaldo do povo, isto teria sido fantástico. Segundo pesquisas que realizamos, se houvesse uma consulta, ganharia a ideia de não explorar mais petróleo no PNY (informação verbal)¹⁰⁴.

Nos parece emblemático pensar que para abastecer a voracidade do “mercado” durante alguns poucos anos, destruamos um ecossistema, uma biodiversidade incalculável e povos indígenas. Como nos adverte Alier (2007), parece que vamos até a última fronteira, vamos pela última gota de petróleo onde quer que esteja. As razões éticas, ambientais, culturais e sociais parecem não ser suficientes para frear a exploração no PNY. Então, assistiremos mais uma vez o genocídio, o etnocídio destes povos e a contaminação/destruição deste território.

6.1 A INICIATIVA *YASUNI-ITT* E A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NOS TERRITÓRIOS DESDE A PERSPECTIVA DOS POVOS INDÍGENAS

¹⁰³ Entrevista concedida por A.A Entrevista XXIII. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (120 min.). A. A. Economista, Ex-ministro de Energia do governo Rafael Correa, responsável pela Iniciativa *Yasuni-ITT*. Tradução da autora.

¹⁰⁴ Entrevista concedida por A.A Entrevista XXIII [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (120 min.). A. A. Economista, Ex-ministro de Energia do governo Rafael Correa, responsável pela Iniciativa *Yasuni-ITT*. Tradução da autora.

O território como algo a ser explorado ou, em última instância, como um “recurso natural”, traz em si certa racionalidade instrumental e uma carga simbólica de colonialidade do poder. Para os indígenas Waoranis o território tem outros significados. A entrevista de uma das lideranças Waoranis que vive no PNY nos comentava como estes povos percebem o território:

Sou da comunidade de Bamenó, pertencço a associação Ome Yasuní. Vivo na Zona Intangível Yasuní. A selva é território ancestral para os povos Waoranis, das famílias em isolamento. A selva é para nós a casa onde vivemos, também vivem as famílias Taromenani e Tagaeri e somos todos família Waoranis. Vivemos na mesma selva, falamos o mesmo idioma, a mesma vida e cultura. Como nós dizemos, quando chega a civilização do branco, quando a empresa Texaco chegou a este país, chegou na Amazônia Equatoriana, nós sofremos muito, nós perdemos nossos territórios. **Agora as petroleiras querem chegar em todos os lados do território, vão destruir tudo e onde vamos viver? Sem território não vivemos.** Onde vão viver nossos filhos, as futuras gerações? Por isso pedimos algo que possa ficar para nossos filhos e nossa família Waorani. Queremos viver em nossa selva sem a exploração de petróleo (informação verbal)¹⁰⁵.

O que significa território para os indígenas amazônicos equatorianos da etnia Waorani? Vejamos, eles aludem “nossa selva”, “nossa casa”, “nossa família”. É necessário atentar para o fato que a expressão “nossa selva” não remete a uma racionalidade instrumental de “propriedade da terra” como seria, por exemplo, ser dono de uma vasta extensão de terra, mas tem uma relação com o vivido. O excerto da entrevista abaixo é ilustrativo de como este ator percebe a relação da sociedade ocidental com a terra.

Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Para ele uma porção de terra tem o mesmo valor que outra coisa qualquer, pois um forasteiro chega de noite e extrai da terra aquilo que necessita e vai embora. A terra não é sua mãe, mas é sua inimiga e quando já a conquistou segue seu caminho (informação verbal)¹⁰⁶.

Um aspecto relacional importante do território para os povos indígenas é que foi aí onde viveram e estão enterrados seus antepassados. Desta forma, as diversas dinâmicas que implicam viver se dão no território; tem-se uma inversão, não é o território que pertence aos povos indígenas, como seria numa perspectiva de propriedade dentro de uma lógica ocidental, mas eles é que pertencem ao território, como eles dizem: *eu sou desta terra, eu sou deste lugar, eu sou daqui*.

Além da perspectiva diferenciada sobre o território, há também outra compreensão do tempo, porque o tempo não é linear, com etapas sucessivas, mas é cíclico, por isso, os ancestrais,

¹⁰⁵ Entrevista concedida por P.B. Entrevista XXI. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo.mp3 (90 min.). P.B. Liderança Waorani, é representante da Associação OME Yasuní, vive na comunidade de Bamenó em Pastaza, Região Amazônica Equatoriana (RAE). Tradução da autora.

¹⁰⁶ Entrevista concedida por P.B. Entrevista XXI. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo.mp3 (90 min.). P.B. Liderança Waorani, é representante da Associação OME Yasuní, vive na comunidade de Bamenó em Pastaza, Região Amazônica Equatoriana (RAE). Tradução da autora.

os avôs, os espíritos (*os apus*), estão coexistindo neste tempo-espaço, estão presentes “falando” com os humanos e não humanos. Do que pude perceber através da vivência em campo, o território não remete a um lugar específico, mas a uma trama complexa de relações de reciprocidade e cuidado. Desta forma, não há como compreender o sentido de território para os povos indígenas Waoranis sem antes entender estas relacionalidades profundas, encarnadas nestas vivências/sentires.

Estas relacionalidades são laços familiares e de parentesco com outros humanos, mas são também a relação com todos os outros seres vivos e não vivos que conformam esta teia de relações. A ideia de que os rios, as montanhas, as árvores são irmãos contém em si uma relação profunda, não só de inseparabilidade do homem e da natureza, mas uma relação de complementariedade e de reciprocidade. Do que pude observar em campo, a relação com o território é de cuidado e espiritualidade e é mediada por questões sagradas.

Temos então elementos do *Sumak Kawsay* através deste componente de espiritualidade, uma visão segundo a qual não existem partes, não existe a separação, tão cara à episteme moderna, homem-natureza ou sociedade-natureza ou ainda, cultura-natureza. A ideia subjacente é que somos todos um, estamos todos conectados. Desta forma, os rios, as árvores e as plantas não são exteriores a nós humanos, mas são nossos irmãos, por isso, a terra é a Mãe Terra, a *Pachamama*, a quem devemos reverenciar e da qual somos parte. O território é algo sagrado, este caráter espiritual dificilmente pode ser entendido pelos preceitos forjados pela racionalidade instrumental capitalista/moderna/eurocêntrica¹⁰⁷.

No caso da região amazônica, historicamente estas populações habitavam estes territórios sem realizar a exploração “intensiva” dos, assim chamados, “recursos naturais”. Neste sentido, é pertinente retomar parte da fala do entrevistado que discute o *Sumak Kawsay* como uma tradição e filosofia andina:

Isto representa o equilíbrio, quando o movimento indígena aborda a questão da relação harmoniosa com a “natureza”, eles referem que estão tratando de recompor o equilíbrio, ou seja, buscar não explorar mais que a Pachamama possa suportar. Viver em harmonia, não representa algo como o “paraíso” terrestre, mas remete a uma ideia de equilíbrio, respeito, solidariedade, complementariedade e reciprocidade” (informação verbal)¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Neste sentido, a importância de decolonizar nosso imaginário, porque nossa formação educativa e cultural em todos os âmbitos é ocidentalocêntrica, assim nossa educação nos inculca valores e quais são os valores que aprendemos: a competição, o egoísmo, o consumismo, o sucesso é ter mais que o outro, precisamos nos desprender deste imaginário.

¹⁰⁸ Entrevista concedida por A.O.F. Entrevista XLIII [out. 2020]. Entrevistador: autora. Porto Alegre, 2020. 1 arquivo .mp3 (100 min.). A.O.F. Investigador, advogado, gestor ambiental, especialista em paradigmas andinos.. Tradução da autora.

Nesta entrevista temos um elemento muito importante que merece destaque, porque justamente uma das críticas que recai sobre a concepção de *Sumak Kawsay* é sobre a relação harmoniosa com a natureza, existe, neste ponto, certo reducionismo na compreensão do que significa uma relação harmoniosa. A qual nos parece muito bem explicada na ideia de recompor o equilíbrio, de não consumir mais que os ecossistemas possam suportar.

A visão instrumental e utilitária da natureza e mais do que isso, a exploração intensiva e as práticas depredadoras próprias de um capitalismo nascente se fizeram presentes nos territórios do que hoje conforma a América Latina e Caribe desde seus inícios. Neste sentido, a chegada de Cristóvão Colombo ao continente americano em 1492, constituiu o anúncio de uma longa cadeia de saqueio e extração dos recursos naturais de nossa região, a qual continuou de forma ininterrupta durante mais de cinco séculos (LO BRUTTO; VAZQUEZ SALAZAR, 2015, p. 56, tradução nossa).

O território amazônico equatoriano viveu várias etapas de exploração — pele, de borracha, de madeira e, mais recentemente, de petróleo — e esteve à mercê das empresas exploradoras e das missões religiosas. Esta região assumiu uma importância econômica estratégica devido às descobertas das reservas de petróleo e ao preço dos *commodities* no mercado internacional nos últimos anos. A entrevista da liderança indígena Waorani é representativa de como eles percebem o papel do Estado em seus territórios. Há uma referência explícita a intervenção governamental na delimitação das áreas:

Antes todo território (da Amazônia) era nosso, depois no ano de 1988 o governo declarou o Parque Nacional Yasuni e em 1999 criaram a Zona Intangível Tagaeri Taromenane (ZITT). Agora a gente nem pode mais caçar e levar uma caça para dar de presente para um parente, é proibido, o Estado não deixa, eles é que decidem o que podemos fazer no nosso território (informação verbal)¹⁰⁹

Uma das nacionalidades que habita esta região são os povos Waoranis, considerados de recente contato, porque somente a partir dos anos 1960, que estes povos tiveram um contato mais intenso com os povos considerados “brancos”¹¹⁰ e “mestiços”. É muito interessante o depoimento do sociólogo entrevistado que trabalha na região amazônica:

os povos indígenas amazônicos não eram mais que sombras disformes e fugidias para sociedade equatoriana em geral, mas com as descobertas das reservas petrolíferas, os setores empresariais e alguns setores estatais, passaram a perceber as populações indígenas como um entrave à exploração destes “recursos” (informação verbal)¹¹¹.

¹⁰⁹ Entrevista concedida por P.B. Entrevista XXI [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo.mp3 (110 min.). P.B. Liderança Waorani, representante da Associação OME Yasuni, vive na comunidade de Bameno em Pastaza, Região Amazônica Equatoriana (RAE). Tradução da autora.

¹¹⁰ Mereceria uma discussão os processos de construção social da branquitude e da mestiçagem, todavia, por não ser um dos objetivos deste estudo e exigir um rigoroso aprofundamento teórico, apenas reiteramos que somos críticos a tais processos e que compreendemos a importância desta discussão.

¹¹¹ Entrevista concedida por D.S. Entrevista IX [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo.mp3 (90 min.). D.S. Sociólogo, coordenador do projeto Povos na Fundação Alejandro Labaka.

Desde o *boom* petrolero, nos anos 80 do século XX, os indígenas assistiram à ocupação, à exploração e à destruição de seus territórios. Muito embora, a partir de uma perspectiva formal, desde a Constituição de Montecristi de 2008 sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e, portanto, merecedores da proteção do Estado.

Como argumentou a liderança indígena em sua entrevista, anteriormente todo território era deles e eles tinham, portanto, a possibilidade de ir e vir livremente para caçar, pescar e coletar. No entanto, como salienta a antropóloga, que possui interessantes pesquisas sobre as dinâmicas territoriais na Amazônia: “a instalação dos blocos petroleros na região amazônica, mudou radicalmente o cotidiano e as formas de vida destes povos, porque eles foram sendo cada vez mais cercados e ameaçados em seus próprios territórios e houve a desaparecimento de povos inteiros” (informação verbal)¹¹². Existe uma radical mudança nas dinâmicas que se dão nos territórios, devido aos enclaves extrativistas, os quais produzem transformações, muitas vezes irreversíveis para as comunidades.

Nossa luta é para preservar este território, a Iniciativa *Yasuni-ITT* é apenas um pedacinho deste território. Eu nunca acreditei que o governo não fosse explorar o petróleo destes campos. Creio que a ideia sempre foi explorar, talvez de uma forma menos pior, um pouco menos destrutiva. O bloco 31 já estava sendo explorado, mesmo sem ter a licença legal para isso. Agora vão explorar o petróleo do bloco 43, o bloco de ITT, não sabemos como vamos nos proteger. Com a exploração e a construção das estradas temos medo do que vai restar de nossos territórios e da nossa gente, por isso temos que lutar, sobretudo pelos irmãos que vivem em isolamento (informação verbal)¹¹³.

A Iniciativa *Yasuni-ITT*, como refere a liderança indígena, representa uma pequena parte do vasto território do Parque Nacional Yasuni (PNY). Ele acredita que a intenção do governo sempre foi explorar, ou seja, nunca houve o real interesse de evitar a exploração de petróleo nos campos de ITT (bloco 43).

Do que pudemos observar em campo, existe negligência por parte do Estado, no que tange à proteção dos povos e à conservação dos territórios. De outra parte, existe uma oferta “real” de “bens” e “serviços” por parte das empresas petroleras. As empresas se utilizam de estratégias de cooptação e divisão das comunidades e das lideranças indígenas. Um dos entrevistados indígenas mencionava preocupação pelo futuro das comunidades, principalmente

¹¹² Entrevista concedida por L.C Entrevista VI [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.). L. C. Antropóloga, Professora da FLACSO, pesquisadora das populações amazônicas. Tradução da autora.

¹¹³ Entrevista concedida por P.B. Entrevista XXI [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo.mp3 (110 min.). P.B. Liderança Waorani, representante da Associação OME Yasuni, vive na comunidade de Bamenno em Pastaza, Região Amazônica Equatoriana (RAE). Tradução da autora.

devido a atuação das empresas que se utilizam da oferta de “presentes” para conseguir o apoio das comunidades, ele nos contou que:

Eles tratam de tentar comprar os povos. Os grupos petroleros enviam seus funcionários nas comunidades e oferecem a construção de casas, de escolas, de postos de saúde, dizem que vão dar televisão, carro e dinheiro. E que vão construir as vias que é para levar o petróleo, mas que os indígenas também se beneficiarão, pois poderão sair de carro das comunidades para a cidade para vender seus produtos. A construção destas vias abre a selva para todo tipo de incursão, exploração, estes grupos que entram sempre produzem violência. Eles prometem muito para que as pessoas concordem com a exploração na Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) e depois não dão nada. Eu digo para a comunidade, se eles vêm e exploram, teremos dinheiro para 10 ou 15 anos e depois, não teremos a selva e não teremos nada. Nossos filhos e netos vão viver como? (informação verbal)¹¹⁴

Além da oferta de “bens” e “serviços”, como forma de tentar se aproximar das comunidades e garantir seu apoio para projetos de exploração, as empresas fazem doações de alimentos, roupas, calçados e outros utensílios. Como refere a liderança indígena entrevistada, o consumo de alimentos industrializados altera a dieta dos povos amazônicos e acaba provocando diversas doenças.

As empresas vão nas comunidades e levam sacolas para doar, cheias de pão, refrigerantes, bolachas, todo tipo de doces, pirulitos e balas (principalmente) e iogurtes. O consumo deste tipo de alimento provoca a perda de dentes nos adultos e principalmente nas crianças. O consumo de produtos lácteos ocasiona infecções intestinais, porque não somos acostumados a este tipo de dieta, nossa dieta era principalmente a base de carne de caça, de pesca e de frutas e mais recentemente da agricultura. Não utilizamos nem sal e nem açúcar na nossa alimentação. É uma verdadeira desgraça a mudança na alimentação, estamos muito doentes por causa das mudanças alimentares, principalmente pelo consumo de refrigerante e doces em geral. Eles nos destroem de várias formas, contaminam, trazem a violência e a destruição para comunidade (informação verbal)¹¹⁵.

A questão da mudança na dieta alimentar é um ponto muito importante porque impacta diretamente na saúde das populações indígenas. Assistimos à doação de uma carga de refrigerantes da Coca-Cola para uma comunidade, enquanto estávamos na Amazônia. Isto também representa uma forma de violência e extermínio para estes povos, pois debilita sua saúde, uma vez que não são acostumados ao consumo de açúcar e lácteos, principalmente.

Na ausência da proteção e cumprimento do papel do Estado para com estas populações, existem algumas comunidades que estabelecem relações paternalista e clientelares com as empresas, aceitando as ofertas de “presentes” das empresas”. Tanto assim, que em alguns blocos petroleros do PNY, os povos indígenas, veem

¹¹⁴ Entrevista concedida por F. C. Entrevista XLIII [Out. 2017]. Entrevistador: autora. PASTAZA, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.). F.C. Indígena Kichwa amazônico, guia turístico, integrante da organização Amauta Ecotur. Tradução da autora

¹¹⁵ Entrevista concedida por F. C. Entrevista XLIII [Out. 2017]. Entrevistador: autora. PASTAZA, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.). F.C. Indígena Kichwa amazônico, guia turístico, integrante da organização Amauta Ecotur. Tradução da autora.

como algo “positivo” a exploração, porque acessam algumas benesses (casas, carros, telefones celulares, televisões, quadras de esporte, entre outras coisas) que não teriam se não fosse pelas empresas petroleiras (informação verbal)¹¹⁶.

A oferta de “presentes” por parte das empresas, resulta atrativa para algumas comunidades, sobretudo, as que estão menos engajadas em movimentos e lutas sociais na defesa dos territórios. A ausência do Estado em cumprir com os direitos básicos e coletivos destas populações, as torna presas fáceis na mão das empresas petroleiras. As empresas prometem suprir as necessidades destas comunidades nas áreas de educação, saúde, lazer, habitação, entre outras. Então, para as comunidades menos acessíveis e mais vulneráveis, e que recebem menos recursos e serviços por parte do governo, se tornam quase irresistíveis tais ofertas.

E não nos esqueçamos que as populações indígenas estão sob as pressões do paradigma da cultura ocidental que associa felicidade, sucesso e realização aos bens materiais. Então, muitos jovens se identificam e defendem a cultura ancestral e tem uma compreensão muito profunda do que significa a venda dos seus territórios. De outra parte, alguns jovens, sobretudo, os menos engajados nos movimentos indígenas, são mais suscetíveis a sedução das “dádivas” das empresas.

Há também outras estratégias de cooptação e divisão das comunidades e lideranças indígenas pelas empresas petroleiras, situações que impactam diretamente nas relações familiares e de gênero. Embora tenha feito mais entrevistas com homens, as mulheres, eram as mais próximas a mim no campo, quando conheci M.S (mulher indígena da etnia Shuar), conversei várias vezes com ela, além dela me contar sua própria história, um dia ela fez o seguinte relato:

Os funcionários das empresas petroleiras veem “convidam” os homens para sair, para ir a festas, eles dão bebidas de álcool para os homens. Aí eles se afastam da casa, da família, já querem estar fora de casa, fazendo outras coisas. Eu já ouvi de muitas mulheres, amigas, companheiras indígenas que queriam se matar porque seus maridos saem, mudam os costumes e arrumam outras mulheres da cidade. Daí eles mudam, não querem mais ficar nas comunidades. Antes não era assim, não eram violentos. Às vezes a comunidade se reúne para discutir estes problemas, mas agora bem menos também. Isso está acontecendo em todas comunidades, trazem maus costumes. Existe um aumento da violência contra a mulher indígena e também muito suicídios de mulheres jovens por causa do abandono, da violência e todas outras formas de abuso. E tem ainda os abusos dos funcionários das empresas, principalmente com as mulheres indígenas mais jovens (informação verbal)¹¹⁷.

¹¹⁶ Entrevista concedida por D. V. Entrevista [Out. 2020]. Entrevistador: autora. PASTAZA, 2020. 1 arquivo .mp3 (60 min.). D. V. Técnico da Nacionalidades Waoranis do Equador (NAWE). Tradução da autora

¹¹⁷ Entrevista concedida por M.S Entrevista XXXII [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.). M. S. Indígena, da etnia Shuar. Tradução da autora.

Temos neste comentário a evidência das várias formas de cooptação das lideranças masculinas e, sobretudo, a questão das transformações das relações familiares nas comunidades. As mudanças nas relações familiares são, em geral, muito ruins principalmente para as mulheres das comunidades, porque elas veem suas relações familiares diretamente afetadas por estas situações. Existem muitos casos de abandono e violência intrafamiliar contra as mulheres. Fora isso, existe a violência perpetrada por homens externos às comunidades, no caso a violência dos funcionários das empresas para com as mulheres indígenas. No caso da empresa Texaco estas agressões foram alvo de denúncia em muitas organizações internacionais de direitos humanos. Muito embora, exista um grande número de organizações indígenas, principalmente na defesa dos territórios, que são lideradas por mulheres.

Um ponto que enseja uma análise importante é a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) a qual é um direito coletivo, prevista legalmente por diversos organismos internacionais, visando alcançar um “desenvolvimento sustentável”¹¹⁸ dos povos e dos territórios. Segundo López (2016, p. 4, tradução nossa):

Apesar dos importantes avanços no direito que produziu a Constituição de 2008, no Equador se vive um profundo mal-estar devido a distância entre o texto constitucional e a realidade. A CLPI ainda não foi materializada na legislação secundária, nem na institucionalidade estatal, nem no orçamento público e, portanto, não existe na prática. Projetos de exploração mineira, especialmente e, várias leis já aprovadas, não levaram em consideração os povos indígenas, suas aspirações e o direito legítimo de construir seu destino.

O artigo 57 da constituição do Equador¹¹⁹, na seção 7 garante que os povos indígenas sejam consultados de forma livre, prévia e informada (CLPI) dentro de um período de tempo razoável, sobre planos e programas que visam a prospecção, produção e comercialização de recursos não renováveis, localizados nas suas terras e que possam ter um impacto ambiental ou cultural sobre eles. No entanto, esses direitos foram violados em muitas situações, como no caso do bloco 22 no PNY em que os indígenas Waoranis não foram devidamente consultados, antes do anúncio das novas concessões a empresas petroleiras.

Os enclaves extrativistas causam a contaminação, destruição nos territórios e a expulsão e extermínio dos povos indígenas, conforme nos adverte o entrevistado integrante da ONG Acción Ecológica: “a contaminação das águas causa sérios danos, os elementos presentes nestas

¹¹⁸ Em vários documentos consta a expressão desenvolvimento sustentável, todavia, reiteramos nossa crítica a estas novas roupagens que distintas organizações buscaram dar ao desenvolvimento, no intento de humanizá-lo (RADOMSKY, 2011).

¹¹⁹ Além disto, existem outros dois acordos internacionais do qual o Equador é signatário, que garantem o direito à consulta das populações indígenas: a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pela nação em 1998 e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotado em 2007.

águas são cancerígenos, o que resta para as populações após longos períodos de exploração petroléira, é degradação e morte” (informação verbal)¹²⁰.

Podemos considerar que a Amazônia se constitui como a periferia dentro da periferia. Às faces da violência, da exploração são múltiplas e diversas, destruição do território, todas formas de violência contra os povos e a contaminação do território e as doenças (informação verbal)¹²¹.

A contaminação da água, do solo e do ar causada pela exploração de petróleo, em muitos casos está muito próxima às casas dos indígenas deste território, o que impacta diretamente no adoecimento e morte destas populações, como nos relata a entrevistada indígena da etnia Shuar:

O rio está contaminado pelos derrames dos poços petroléiros. A 250 metros da minha casa, está um poço petroléiro, minha mãe e meu pai morreram de câncer e eu te pergunto, o que fazer? Não há como evitar, contaminam tudo. A minha mãe dizia: *me dói a cabeça, me sinto mal com este cheiro de petróleo, me sinto mal*, adoeceu e morreu por causa do petróleo, para nós o que sobra são as doenças. Eu sempre trabalhei cultivando mandioca, milho e tenho minhas galinhas, eu pescava no rio, agora é difícil não podemos pescar porque o rio está contaminado (informação verbal, grifo nosso)¹²².

A maioria dos entrevistados das comunidades, que foram e são afetados pelas atividades de exploração petroléira, tem a percepção de que estas dinâmicas extrativistas destroem seus territórios e afetam, de forma quase irreversível, suas formas de vida, tanto que muitos afirmaram: “*não queremos mais exploração petroléira em nossos territórios*”. Ilustramos esta situação destacando a percepção da liderança Waorani que nos disse:

O petróleo não trouxe desenvolvimento para os Waorani. Só nos trouxe vazamentos de óleo e doenças”. Perfurar a floresta pode não só causar danos e contaminação do ecossistema da Amazônia através de vazamentos de óleo e despejos de lixo tóxico, mas a construção de estradas para acessar essas regiões remotas pode estimular o desenvolvimento de outras indústrias, como mineração e agricultura, o que poderia levar ao tipo de desmatamento massivo que dizima nosso povo e a Amazônia (informação verbal)¹²³.

Na entrevista que realizamos com um dos indígenas que trabalha na fundação Alejandro Labaka, o mesmo comentou que: “depois de 26 anos de litígio, os habitantes prejudicados pelas atividades da Texaco seguem lutando para reivindicar seus direitos e os danos ambientais

¹²⁰ Entrevista concedida por M.B Entrevista II. [Jul. 2017]. Entrevistador: autora. Porto Alegre, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.). M. B. Geógrafo, integrante do coletivo de geógrafos críticos. Tradução da autora.

¹²¹ Entrevista concedida por A.A Entrevista XXIII. [Set. 2017]. Entrevistador: autora. Quito, 2017. 1 arquivo .mp3 (120 min.). A. A. Economista, Ex-ministro de Energia do governo Rafael Correa, responsável pela Iniciativa Yasuni-ITT. Tradução da autora.

¹²² Entrevista concedida por M.S Entrevista XXXIII [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.). M. S. Indígena, da etnia Shuar. Tradução da autora.

¹²³ Entrevista concedida por P.B. Entrevista XXI [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo.mp3 (110 min.). P.B. Liderança Waorani, representante da Associação OME Yasuni, vive na comunidade de Bamenó em Pastaza, Região Amazônica Equatoriana (RAE). Tradução da autora.

causados pela petroleira seguem ali” (informação verbal)¹²⁴. Existem muitas áreas contaminadas por diversas empresas petroleiras em diversos pontos da Amazônia. As empresas petroleiras utilizam todo seu poderio para sair ilesas, ainda que vários processos tenham conduzido as mesmas ao banco dos réus, é muito difícil condená-las. Tem-se o emblemático caso da Chevron-Texaco que até hoje não restituiu minimamente os prejuízos e a destruição causados ao território e as populações.

6.2 A CONVIVÊNCIA NA AMAZÔNIA E AS MÚLTIPLAS FACES DO *SUMAK KAWSAY/BUEN VIVIR* NA COMUNIDADE

O conceito de *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, desde sua notoriedade a partir das constituições Boliviana e Equatoriana, foi alvo de pesquisas no âmbito acadêmico e recebeu muitos questionamentos. Uma das tantas discussões acadêmicas que surgem em torno do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* é sobre este ser uma tradição inventada¹²⁵ para servir como uma plataforma política aos governos progressistas da Bolívia e do Equador ou ainda representar uma visão essencializada das formas de vida do mundo indígena andino.

Sobre isso, gostaríamos de trazer outra perspectiva, uma narrativa vivencial, a partir da pesquisa de campo e da convivência com grupos indígenas na América Latina¹²⁶. Existem muitas especificidades e diferenças entre as tantas etnias indígenas (14 nacionalidades) no Equador, então, nosso exercício é de nos debruçarmos sobre as práticas que remetem aos aspectos do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* que observamos na convivência que tivemos com estes grupos.

A perspectiva decolonial é uma opção não somente teórica e, justamente por essa escolha, acreditamos ser importante discutir algumas categorias a partir da fala dos atores indígenas, não nos remetendo somente aos intelectuais e as metanarrativas sobre a temática do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*. Mais do que pensar, a partir das discussões que tem se estabelecido em diferentes âmbitos acadêmicos, nos interessa refletir desde nossa vivência com as populações indígenas, sobretudo, as do altiplano andino e da Amazônia equatoriana. Buscamos trazer elementos do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* presentes no mundo vivido destas populações e

¹²⁴ Entrevista concedida por W.H Entrevista XV [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.). W. H. Indígena, assessor na Fundação Alejandro Labaka. Tradução da autora.

¹²⁵ Esta expressão já foi discutida no capítulo 5 deste estudo.

¹²⁶ A experiência vivencial que tivemos com movimentos indígenas e comunitários no contexto de países como Equador, Bolívia, Peru e Chile a partir do ano 2009.

que apesar de toda violência dos processos da colonialidade/neocolonialidade de poder, resistiram no tempo. Queremos dar destaque a nossa vivência durante a marcha indígena e também o acompanhamento da formação em turismo comunitário, junto a Fundação Alejandro Labaka, buscando refletir sobre processos de resistência às dinâmicas extrativistas, para pensar algumas expressões do *Sumak Kawsay* na comunidade.

A convivência com grupos indígenas durante a marcha nos permite discutir algumas relacionadades/racionalidades dos grupos indígenas. Como já referido na parte da pesquisa de campo desta tese, acompanhamos a marcha indígena que saiu da cidade de Puyo (capital da província de Pastaza na Região Amazônica Equatoriana) até a capital do Equador, cidade de Quito em outubro de 2017.

A participação na marcha indígena foi um dos tantos momentos, no qual nos foi possível, observar aspectos das cosmovisões indígenas do altiplano andino e da Amazônia Equatoriana. Em muitos momentos ficamos em silêncio caminhando, ouvindo e observando o ritmo e as situações que aconteciam a nossa volta.

A marcha era organizada em tempos, tinha os tempos para caminhar e para as paradas que eram para a alimentação e cuidados gerais. Aproveitamos todos os momentos para compreender/apreender as distintas lógicas/relacionalidades/racionalidades implicados nas situações vivenciadas, denominamos estes momentos de *pedagogia da marcha*. Pedagogia porque muitas situações nos propiciaram aprendizados importantes.

Na marcha indígena tinha água, comida e uma logística de distribuição, ninguém ficava sem alimento ou sem água. Caso alguém estivesse machucado era cuidado, era atendido. Os mais velhos eram, quase sempre, os que menos demonstravam cansaço, permaneciam fortes e ativos na caminhada. Enquanto marchávamos por horas, alguns conversavam alegremente, outros cantavam e tocavam instrumentos, como flautas e quenás, outros riam gostosamente de qualquer coisa, aparentemente, sem muita importância. Os espaços na marcha eram distribuídos por etnia, então se olhássemos de longe podíamos ver as vestimentas tradicionais de cada grupo na marcha.

Figura 34: Grupos indígenas tocando flauta durante a marcha



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 35: Diferentes grupos indígenas durante a marcha



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 36: Diferentes etnias indígenas durante a marcha na chegada na cidade de Quito



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Havia uma lógica que não era dita, mas era implícita, o alimento, a comida era de todos e para todos. É algo muito impressionante, porque todos organizam, trazem alimentos e é para ser compartilhado. *Compartilhar é quase mais importante do que comer*. Causa certa surpresa, porque se tem a garantia de que será alimentado, todos são convidados, inclusive se você não levou nada para compartilhar. Um dia um indígena Waorani comentou comigo que existe uma intencionalidade na alimentação, não é só o estômago que recebe o alimento, mas todo corpo (temos, então, presente a ideia de inseparabilidade da totalidade do corpo). Nas palavras do entrevistado:

Quando compartilhamos os alimentos, são também os sentimentos que são compartilhados, não existe a separação entre o que intenciono e o que estou servindo. Por isso, existe um ritual para preparar, compartilhar e agradecer o alimento, porque o que estamos comendo é carregado de intencionalidade, se alimenta a totalidade do corpo (que não é separado do espírito) (informação verbal)¹²⁷.

Na cultura ocidental não percebemos que não é somente o corpo físico, orgânico que é alimentado, mas uma totalidade. Além disto, como refere o pensador Boliviano Rafael Bautista¹²⁸ existe uma intencionalidade/energia quando cozinhamos, quando preparamos o

¹²⁷ Entrevista concedida por C. O. Entrevista XXV [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo.mp3 (110 min.). C. O. Indígena Waorani que vive no Parque Nacional Yasuni, Região Amazônica Equatoriana (RAE). Tradução da autora.

¹²⁸ Rafael Baustista discute esta e outras ideias no espaço de formação denominado “*Talleres para la descolonización*”.

alimento. Podemos pensar como é um almoço preparado por nossa mãe e como nos nutrimos com alimentos preparados em um restaurante, quais intencionalidades existem nestes dois casos? O alimento preparado pela mãe tem seu carinho, sua intencionalidade de nos nutrir. Então qual a intencionalidade de uma comida comprada na rua, preparada por um estranho que nem nos conhece? O ato de compartilhar alimentos que percebemos na marcha é um ritual presente em outras comunidades.

Figura 37: compartilhamento dos alimentos em atividade comunitária dos povos Kichwas¹²⁹



Fonte: Pablo Arciniegas

Observamos em muitos momentos um forte sentimento de pertencimento ao grupo, à grande família, eles dizem: *somos todos família* (assim mesmo, no singular, porque *é uma só família*). Vejam bem, neste caso, a família é conformada por uma extensa rede de relações e de parentesco. O sentimento de solidariedade e coesão, se expressa no compartilhamento de água,

¹²⁹ Arquivo pessoal do Sociólogo Pablo Arciniegas (comunidade no interior da província de Azuay/ Equador).

de alimentos e de cuidados com todos. Ainda que sejam de diferentes etnias com suas especificidades, eles se tratam por “irmãos”. Isto nos remete a uma relação contida na ideia de Ayllu que não é somente uma organização da sociedade de seres humanos, mas é um sistema de organização da vida de todos os seres, de tudo que existe, de tudo que flui em equilíbrio no planeta ou Mãe Terra (CHOQUEHUANCA, 2020).

Figura 38: Casa tradicional da etnia Waorani na Amazônia



Fonte: Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE)¹³⁰

Nas casas Waoranis vivem de cinco a seis famílias sob a autoridade de um ancião que pode ser uma mulher ou homem. As cantigas são muito presentes na vida dos povos Waoranis. Um dos entrevistados indígenas, com quem convivemos, às vezes parava de conversar comigo e começava a cantar, certo dia ele comentou: “nós cantamos para ter sorte na caça, para agradecer, bom, cantamos para quase tudo” (informação verbal)¹³¹.

A formação política se dá em todos os espaços, seja nas conversas entre todos, na ação, na organização igualitárias das tarefas. Na marcha, não precisava escala, todos trabalhavam

¹³⁰ Esta foto e outras foram gentilmente cedidas pela Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE) para este trabalho. Disponível em: <https://www.facebook.com/nawewao2019>. Acesso em: set de 2020.

¹³¹ Entrevista concedida por C. O. Entrevista XXV [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo.mp3 (110 min.). C. O. Indígena Waorani que vive no Parque Nacional Yasuni, Região Amazônica Equatoriana (RAE). Tradução da autora.

para organizar a comida, acomodar os mais idosos e as crianças. Tínhamos observado estas práticas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹³² no Brasil, mas no caso deste movimento se faz necessário o aprendizado de uma rigorosa disciplina.

Em muitos momentos nos foi possível observar que não existe uma hierarquia para a organização do trabalho, há uma forma diferenciada de divisão do trabalho, é como se o trabalho pertencesse a todos e, desta forma, todos se comprometessem. Não existe também uma tarefa que possa ser considerada mais importante que outra. Durante minha convivência com diversos grupos não observei graves contendas.

Esta pedagogia do aprender fazendo é algo que os zapatistas também dizem como mandar/obedecendo. É interessante porque é aprender na *práxis*, no vivencial; aprender com o outro, aprender com os mais velhos. Realizar as tarefas juntos se constitui como um aprendizado e uma troca simbólica muito importante. É aprender “com” o outro e não “do” outro, já na educação ocidental, alguém ensina e alguém aprende, a maioria das instituições educativas ainda funciona sob estes parâmetros.

O trato com as crianças é outro aspecto muito interessante, a educação, a qual não é chamada de educação, mas de orientação, é realizada pelo exemplo, é no fazer que se orientam as crianças. Eu nunca ouvi um indígena de qualquer etnia gritar com os seus filhos, ou gritar com as crianças da comunidade. Muito importante valorizar a abordagem deste entrevistado indígena, quando fala sobre como se educam as crianças, nestas linhas percebemos uma importante filosofia de vida:

Nossas crianças não recebem educação, recebem orientação. Não aprendem a ser vencedores, porque, para uns vencerem, outros têm de perder. Aprendem a partilhar o lugar onde vivem e o que tem para comer. Tem o exemplo de uma vida onde o indivíduo conta menos do que o coletivo. Este é o mistério indígena, um legado que passa de geração para geração. O que as nossas crianças aprendem desde cedo é a pôr o coração no ritmo da terra (informação verbal)¹³³.

As crianças são de responsabilidade de todos, outro ponto que merece atenção: como todos somos *família*, o filho do “outro” deve ser tão bem cuidado, querido e respeitado quanto o “meu”.

Nós nos ajudamos entre a comunidade, fazemos a minga, cuidamos uns dos filhos dos outros, agora faz uns anos que constituímos um fundo comum, juntamos dinheiro dos

¹³² Trabalhei por muitos anos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por isso conheço muitas dinâmicas internas deste movimento.

¹³³ Entrevista concedida por B. I. Entrevista IV [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Otavalo, 2017. 1 arquivo.mp3 (90 min.). B.I. Indígena Kichwa, liderança da CONAIE. Doutor em história. Tradução da autora.

pais de família para emergências e também para podermos fazer algum programa de família, sair da comunidade junto com nossos filhos (informação verbal)¹³⁴.

Eles riam de nossa preocupação com as crianças, como uma mãe bastante protetora e acostumada a cuidar sozinha da filha, custava compreender que todos cuidavam de todas as crianças. E também que as crianças aprendiam a se cuidar desde muito pequenas.

Certo dia um pequenino com menos de dois anos estava subindo a escada e eu, muito temerosa por sua segurança, o peguei no colo e o retirei dali, levando-o para a planta baixa da casa, obviamente com medo que ele caísse e se machucasse. Ao chegar na planta baixa e soltá-lo no chão, sua mãe me observava e ria de mim, sem disfarçar; eu não entendia e tentei argumentar que era perigoso para a criança, ela disse que ele não cairia, pois era acostumado a subir nas árvores, desde que tinha menos de um ano. O que para mim ainda não era motivo suficiente para deixá-lo livremente subir as escadas (DIARIO DE CAMPO DA AUTORA, AMAZÔNIA EQUATORIANA, 2017).

Sempre observávamos várias coisas e anotávamos, certo dia, um indígena jovem, com quem já havíamos conversado outras vezes, nos perguntou: “*o que você tanto anota neste caderno?*” A pergunta nos surpreendeu e refletimos como explicar o que apontávamos. O que poderíamos dizer? Dizer que as anotações eram sobre eles ou sobre as impressões que tínhamos das coisas que eles faziam? Tal situação causou-nos desconforto, uma sensação de impotência nos invadiu, não queríamos causar a impressão de que os percebíamos como algo exótico ou diferente. Percebendo nosso embaraço para responder, ele calmamente apenas sorriu e disse que não importava.

Depois deste episódio, sentíamos certa apreensão, não queríamos que eles se sentissem vigiados com nossa presença, mas como evitar isso? Como é difícil desconstruir esta relação sujeito-objeto na pesquisa, sobretudo quando as diferenças são dadas a priori, em universos simbólicos distintos e, principalmente, quando não dispomos de tempo necessário para ter uma relação mais próxima e profunda.

Ilustramos parte das cosmovisões presente nas nacionalidades indígenas amazônicas Waoranis, através de um evento atual, do ano de 2020, o qual, portanto, não integra a pesquisa de campo. No entanto, o que chama atenção é forma pela qual as nacionalidades Waoranis conduziram esta situação.

A revista Time 100¹³⁵ reconheceu a indígena Waorani Nemonte Nenquimo, presidente dos povos Waorani de Pastaza, como uma das cem personalidades mais influentes do mundo

¹³⁴ Entrevista concedida por M. S. Entrevista XXXIII [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.). M. S. Indígena, da etnia Shuar. Tradução da autora.

¹³⁵ A notícia foi disponibilizada no dia 24 de setembro de 2020. Disponível em: <time.com/collection/100-most-influential-people-2020/5888337/nemonte-

no ano de 2020. O reconhecimento da revista se deve a luta destes povos (do território de Pastaza) na defesa da floresta amazônica contra as indústrias e as companhias de petróleo. A Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE) lançou no mesmo dia uma carta, abaixo transcrevemos parte do documento:

O reconhecimento da revista Time para nossa companheira Nemonte Nenquimo e para todo nosso povo é uma grande honra. Sabemos que no mundo ocidental tudo se baseia no individualismo (por isso dão reconhecimento a indivíduos), mas para nós não há luta, nem saúde, nem alegria, nem futuro sem família, sem o povo e sem nossa selva. Dedicamos este reconhecimento a nossos ancestrais, que morreram defendendo a vida, a nossos anciãos (Pikenani), as mulheres lutadoras e aos bebês que, todavia, ainda estão nas redes, mas que logo serão os herdeiros desta selva¹³⁶.

Neste excerto se apresentam elementos que merecem reflexão. Primeiro, atentar para a ideia de indivíduo, tão cara a modernidade ocidental que sustenta justamente uma subjetividade “*egocentrada*”, da qual nascem as noções de competição, de ganância e de não pertencimento. Interessante observar que o documento traz elementos que ouvimos repetidas vezes de diferentes etnias indígenas, “não somos nada sem a família, sem a comunidade e sem a selva”. Temos presente uma noção que extrapola a ideia de indivíduo, porque somos alguém na medida em que pertencemos a (grande) família e a selva, portanto, a identidade é relacional, numa complexa teia de inter-relações de família e parentesco, que não é somente entre humanos, mas abarca outras formas de vida.

6.3 TURISMO COMUNITÁRIO: UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA VOLTADA AO SUMAK KAWSAY

Uma vivência muito interessante foram os dias em que acompanhamos o curso de turismo comunitário junto a Fundação Alejandro Labaka na Região Amazônica do Equador. O curso teve duração de cinco dias, participaram 40 indígenas (havia bastante jovens) das etnias Waorani, Shuar, Ashuar, e Kichwas amazônicos, de dez comunidades da Amazônia Equatoriana. Há aspectos que merecem destaque neste curso de turismo ecológico.

O curso de formação em turismo comunitário, de 40 horas, se destinava a capacitar os indígenas para desenvolver empreendimentos em suas comunidades. Acompanhamos o curso todos os dias, tinha uma dinâmica muito interessante o professor conhecia muito bem as

nenquimo/?fbclid=iwar0bdrxoxve_rb0ugdkskhxou4oonsgykxauimexkvazmkmqj0opyuvufvw> acesso em: set de 2020.

¹³⁶ Documento na íntegra se encontra na página. Disponível em: <https://www.facebook.com/nawewao2019>. Acesso em: set de 2020. Tradução da autora.

comunidades e trouxe vivências consideradas bem-sucedidas de outras comunidades que já possuíam estes projetos.

Figura 39: Turma do curso de turismo ecológico comunitário



Fonte: Arquivo pessoal da autora

O instrutor/professor do curso era um grande entusiasta da proposta de turismo comunitário e o fato de conhecer as comunidades indígenas, fazia com que tivesse muita didática ao explicar os conteúdos. Inclusive ele falava algumas palavras em Kichwa e Waorani.

Figura 40: Slides apresentados no curso de turismo comunitário



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Percebemos o interesse pelas iniciativas de turismo comunitário, sobretudo, dos mais jovens e das mulheres. Muitos jovens das comunidades também têm projetos e trabalhos na área da fotografia e produção de vídeos, produzem imagens para documentários (em sua maioria, internacionais) sobre o território. Existem também cursos de guia turístico para os indígenas e muitos falam fluentemente outros idiomas como inglês, francês e italiano. Na fotografia abaixo se reproduz a dinâmica em que os participantes escreviam no quadro o significado de turismo comunitário.

Figura 41: Dinâmica do curso de turismo comunitário



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Na fotografia abaixo um grupo de mulheres jovens indígenas discute como organizar um empreendimento na comunidade a partir dos conhecimentos e orientações obtidos no curso.

Figura 42: Mulheres indígenas jovens participantes do curso de turismo comunitário



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 43: Grupo indígena apresenta os atrativos da comunidade para o turismo comunitário voltado ao público infantil



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 44: Grupo de indígenas Waoranis apresenta os atrativos da comunidade para o turismo comunitário



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Muitos indígenas referiram que queriam trabalhar com projetos que não agredissem à selva. É ilustrativa a entrevista desta liderança Waorani:

Nós pensamos em preservar a selva (ömædë) alguns trabalham com um turismo comunitário que preserva toda vida, mas queremos que nos respeitem, porque somos mais antigos que os próprios equatorianos. Para nós a palavra é uma só: **não mais petróleo, queremos manter nossa tradição, idioma e forma de viver, esta é a nossa mensagem. A única forma que queremos de desenvolver são as visitas de turistas,**

porque ele vem, visitam, conhecem a gente, nossa forma de vida e não danificam nossa Mãe Terra. Este é o desenvolvimento para o *Buen Vivir*. Agora o petróleo só nos traz prejuízo e aí eles vão embora e deixam só destruição e contaminação para nós. Para mim o Parque Nacional Yasuni está muito explorado, você viu? Já está cheio de blocos petroleiros, então qual é a proteção para o nosso território? Para nós é muito triste, os povos não são respeitados. As ONG's internacionais também as vezes querem nos explorar, querem nos dizer o que temos que fazer. Os povos em isolamento vão ter conflitos e vão ser mortos. Por isso a única saída é acabar com a exploração petroleira em todo Parque Nacional Yasuni (PNY). Para nós o *Buen Vivir* é boa vida e como tenho boa vida? Se estou na minha casa, se estou na selva, quero ver a selva, quero respirar o ar puro e quero ouvir os pássaros cantar (informação verbal, grifo nosso)¹³⁷.

Esta entrevista representa como os indígenas percebem as contradições entre as lógicas/dinâmicas de um capitalismo predatório que destrói a natureza e não reverte em nenhum benefício para eles, mas, ao contrário, representa a destruição e o extermínio. E, por outro lado, como se configuram as possibilidades de um desenvolvimento voltado para o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* destas comunidades, o qual visa respeitar as culturas, as filosofias e as formas de viver destes povos.

Os empreendimentos de turismo comunitário podem representar uma das possibilidades de desenvolvimento voltado para o *Sumak Kawsay*. Sobre este ponto gostaríamos de retomar a entrevista acima e também dar eco ao que vivenciamos com os povos indígenas. Parte dos dilemas e contradições sobre a Iniciativa *Yasuni-ITT*, teve como argumento a necessidade de recursos para combater a “pobreza” na Amazônia, a questão é que existem outras formas de produzir ingressos que revertam para estas populações, sem a exploração direta e intensiva dos “recursos naturais”.

Então, aqui temos um efeito demonstrativo de que o modelo extrativista que é capitalista/moderno/colonial/patriarcal poderia dar lugar a uma pluralidade de propostas. Existem iniciativas oriundas das próprias comunidades baseadas em outras racionalidades, que respeitam as diversas dinâmicas que se dão no território e as formas de vida destes povos, as quais poderiam receber apoio institucional do governo.

Existem muitos empreendimentos na Amazônia voltados para o turismo comunitário. A ideia é propiciar aos turistas uma vivência que se aproxime do dia-a-dia das comunidades indígenas. As comunidades organizam um complexo turístico que inclui toda logística, desde o trajeto para chegar à comunidade e compreende todo planejamento para a estadia.

Os turistas chegam para permanecer dias nas comunidades, nas casas tradicionais e podem experimentar a culinária, as bebidas, as vestimentas, as pinturas corporais, as danças, os

¹³⁷ Entrevista concedida por P. B. Entrevista XXI. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo.mp3 (110 min.). P.B. é representante da Associação OME Yasuni, vive na comunidade de Bamenó em Pastaza, Região Amazônica Equatoriana (RAE). Tradução da autora.

rituais. Há comunidades que oferecem atividades diversificadas, como passeios nos rios (que podem ser em canoas ou mergulhos diurnos e noturnos) e trilhas na selva (caminhadas com a observação de animais exóticos) e até a atividade de pesca e caça (que é menos comum).

Eu faço turismo ecológico porque esta atividade não agride e destrói a natureza, levo as pessoas para conhecer e valorizar a selva. Além disso eu posso gerar consciência sobre a importância de proteger nossa selva, nossa casa, se destruímos a selva, nos destruiremos. Então, temos nossa fundação que organiza o turismo e que faz muitas coisas pela comunidade. Também recebe voluntários do mundo inteiro para conhecer nossos costumes, nossas formas de vida, e vem para cá médicos que querem conhecer nossa medicina ancestral (informação verbal)¹³⁸.

Figura 45: Lanças de caça Waoranis para mostrar para os turistas



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 46: Mulheres da etnia Waorani produzem peças artesanais para os turistas



Fonte: Arquivo pessoal da autora

¹³⁸ Entrevista concedida por F. C. Entrevista XLIII [Out. 2017]. Entrevistador: autora. PASTAZA, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.). F.C. Indígena Kichwa amazônico, guia turístico, integrante da organização Amauta Ecotur. Tradução da autora.

Interessante observar que o turismo comunitário é uma das tantas formas de auto-gestão e organização alternativa de renda para estas populações, sem que para isso se necessite destruir a selva. Mereceriam certamente mais atenção estas experiências, uma vez que estão consonantes com as formas de vida comunitária destes povos e respeitam suas cosmovisões. Sem contar que existe a gestão direta dos recursos, o que representa significativas melhorias na vida destas populações.

Uma experiência muito importante que, de alguma maneira também se relaciona com a Iniciativa *Yasuni-ITT* e com o *Buen Vivir*, é a do grupo de indígenas Kichwas da região de Sarayaku na região Amazônica. A proposta de resistência deste grupo se chama “*Kawsak Sacha/Selva Viviente*” e visa ser uma resposta propositiva e afirmativa ante a exploração de petróleo nesta região. Esta ação dos povos Kichwas de Sarayaku pode ser compreendida como a necessidade de tornar efetivos os direitos da natureza e dos povos originários previsto na Constituição do Equador de 2008.

A comunidade de Sarayaku no lançamento oficial de sua proposta na cidade de Quito, no ano de 2018, declarou seu território como área de proteção livre de exploração extrativa, petroleira, mineira ou madeireira. Enfatizando que era uma demanda pelo reconhecimento jurídico-político da existência de outros seres — espíritos, árvores, cascatas, *Pachamama* — como vivos e conscientes igual aos humanos, exigindo respeito as suas formas de vida (cosmopolíticas).

A proposta da qual são protagonistas os povos de Sarayaku é parte de uma longa trajetória de luta e resistência destes povos aos processos extrativistas, sobretudo, os petroleiros. Além de se constituir como um novo marco na elaboração de conceitos e propostas que estes povos apresentam ao Estado e as organizações internacionais, como um passo à frente nas resistências que se constroem desde estes povos e territórios.

Igualmente importante é visibilizar a resistência dos povos Waoranis que através da luta conseguiram frear a exploração de petróleo em seu território (no bloco 22) no Parque Nacional Yasuni (PNY). A mobilização dos jovens e das mulheres possibilitou a realização de um mapeamento comunitário do território e, assim, levaram o Estado a instâncias judiciais. Um dos argumentos foi que houve a manipulação e engano por parte do governo Equatoriano na consulta livre, prévia e informada (CLPI) sobre os possíveis impactos da exploração petroleira no território.

Figura 47: Mulheres da etnia Waorani protestando pela defesa dos territórios



Fonte: Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE)

Figura 48: Audiência pública dos povos da etnia Waorani pela defesa do seu território



Fonte: Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE)

Figura 49: Povos da etnia Waorani no dia do deferimento do pedido de cessação da exploração petroleira no Bloco 22



Fonte: Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE)

A luta dos povos Waoranis derrotou nos tribunais a exploração petroleira no bloco 22, conseguindo frear as atividades extrativistas e conseguindo desta maneira a preservação deste território. O comentário desta liderança Waorani sintetiza a percepção sobre a questão da autodeterminação sobre seus territórios: “nós é que devemos decidir o que acontece em nossas terras. Nós nunca iremos vender nossa floresta para as companhias de petróleo. O interesse do governo pelo petróleo não é mais valioso do que nossos direitos, nossas florestas, nossas vidas” (informação verbal)¹³⁹.

Temos presente, neste relato, a ideia de que as vidas destes povos, valem mais que o petróleo, no entanto, temos percebido uma inversão destes valores, através das práticas exploratórias e destrutivas que se dão nestes territórios. É possível saber, por exemplo, que jamais se ouvirão novamente os cantos dos povos *Tetetes* e *Sansahuari* e que tantos outros cantos correm risco de desaparecimento, sem se sentir tocado, enternecido, provocado, implicado por estas situações? Se isso não nos toca, creio que perdemos a capacidade de ouvir as batidas do coração da Mãe Terra.

¹³⁹ Entrevista concedida por P. B. Entrevista XXI. [Out. 2017]. Entrevistador: autora. Coca, 2017. 1 arquivo.mp3 (110 min.). P.B. é representante da Associação OME Yasuni, vive na comunidade de Bamenno em Pastaza, Região Amazônica Equatoriana (RAE). Tradução da autora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve múltiplos atravessamentos e mudanças em nossa vida nestes últimos cinco anos. Foram anos de entrega, de aprendizado, de investimento e, em alguns momentos, de sofrimento, por que não dizer? De um ponto de vista mais existencial, posso afirmar que existia uma pesquisadora antes do campo e existe outra agora ao finalizar esta tese. Você, caro leitor, poderá dizer: sim, somos processos, estamos em constante mudança. Então, caberia perguntar quais são as mudanças? Tentarei responder, oxalá tenhamos êxito!

Através da trajetória da pesquisa e da produção desta escrita, fomos compreendendo com maior profundidade os processos de colonialidade e neocolonialidade de poder e saber. Percebemos o quanto temos uma formação acadêmica ainda muito eurocêntrica e eurocentrada. A formação que tivemos foi dentro de um currículo bastante colonizado. Não tivemos durante toda graduação em ciências sociais a indicação de leitura de sequer um texto de reconhecidos pensadores latino-americanos (Dussel, Quijano, Echeverría, Grosfoguel, entre tantos). Como compreender tal situação? Senão mediante a compreensão que o eurocentrismo ainda domina a academia brasileira.

Estes vazios formativos voltados a uma perspectiva decolonial, reverberaram na dificuldade em propor uma metodologia de pesquisa decolonizada. Através dos múltiplos questionamentos que o campo nos produziu, tivemos que trilhar um árduo caminho buscando interlocução para nossas inquietações e reflexões acadêmicas. Se fosse hoje a campo, certamente a proposta metodológica seria muito diferenciada.

A realidade social não existe em si, é uma construção discursiva (ORTIZ, 2019), então caberia questionar de que forma se constrói este discurso? O qual, em última instância, é o que dá sentido à realidade. De que forma construímos nossas categorias analíticas?

Descobrimos novas formas de sentipensar a realidade social através da convivência com os povos indígenas e do encontro com as obras de reconhecidos pensadores latino-americanos, os quais nos possibilitaram perceber os processos/atravessamentos/sentires que vivemos na formação acadêmica de forma mais crítica. A busca por um processo de decolonização é profundo, intenso e transformador, uma vez que nossas instituições são colonizadas e colonizantes. Esta não é somente uma postura acadêmica que deve ser assumida com muita honestidade, compromisso e humildade, mas deve ser compreendida como uma *práxis* que atravessa nosso ser/estar no mundo. Precisamos decolonizar nosso imaginário e em alguns momentos des(aprender) e reaprender para poder imergir em outras lógicas e relacionalidades não ocidentais. É uma tarefa para vida toda, certamente.

À guisa de conclusão, retomarei algumas ideias e percepções que consideramos importantes para finalizar esta tese. Primeiro ponto que gostaria de sublinhar: a violência da “conquista” ou dos processos de colonialidade na América Latina, ou neocolonialismo, ainda vigentes nos territórios de *Abya Yala*. Segundo ponto: o projeto civilizatório — eurocêntrico — e um terceiro ponto: os limites da compreensão da proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT* e as contradições da cosmovisão subjacente ao *Sumak Kawsay* dentro do Estado-nação moderno.

Sobre a violência da “conquista” nos territórios de *Abya Yala*, precisamos reafirmar e nomear os processos de genocídio, etnocídio e epistemicídio aos quais foram submetidas as populações que aqui viviam. Ao exterminar estas pessoas destruímos, em parte, estes saberes e conhecimentos milenares. Além disto, as condenamos ao esquecimento forçado de suas culturas, tradições e filosofias.

Os povos originários para além de visões romantizadas, continuam sofrendo com processos genocidas, epistemicidas, além de serem invisíveis para a maioria das pessoas, das instituições, dos Estados-nações. Não se conhece e nem se tem interesse por estes personagens, que por muito tempo, foram apenas sombras disformes na sociedade dos que se denominavam “brancos” e para a maioria dos Estados-nações percebidos como um problema a ser resolvido.

De outra parte, é necessário também questionar certa imagem de um indígena hiper-real, ou aquela percepção idílica presente no imaginário social de que estes povos viviam no paraíso terrestre, numa relação *harmônica* com a “natureza” e que, por isso, possuem a obrigação implícita de proteger a “natureza”. Outra forma de expressar seria o mito do bom selvagem. Este imaginário também produz o encobrimento do outro (DUSSEL, 2007a) e traz consigo a negação da condição de contemporaneidade destes personagens que estão vivos no aqui e agora. Desconhecer e menosprezar as especificidades culturais, representa a impossibilidade de compreender as dinâmicas históricas, sociais e culturais destes povos nos últimos 500 anos.

Precisamos assumir desde muitas instituições o racismo estrutural herdado e alimentado a partir da “conquista”, necessitamos dar nome, visibilizar estes processos de encobrimento e extermínio. Uma das possibilidades de fazer frente a tais processos é que comecemos por denominá-los, assumi-los, compreendê-los em distintas instituições. A cosmovisão subjacente ao eurocentrismo precisa ser nomeada e enfrentada, uma vez que as pretensões de universalidade e de único conhecimento válido acaba por legitimar o poder do capital e naturalizar os processos sociais, o que impede a possibilidade de pensar na transformação social para além dos limites que impõe o capitalismo (MARAÑÓN, 2014).

A civilização capitalista/moderno/eurocêntrica/patriarcal através de múltiplas estratégias coloniza as instituições e também nossa subjetividade, a qual se estrutura e se produz e reproduz

desde estes paradigmas, parâmetros, valores e pressupostos. Para resistir a tais processos precisamos produzir brechas, fraturas, linhas de fuga que nos permitam decolonizar nossas instituições, nosso imaginário, pois só assim poderemos construir outros mundos possíveis. Parte da decolonialidade poderia residir em transformar e aprofundar os processos para construção de uma democracia radical, que extrapole a mera gestão do Estado, mas propicie a participação de amplos setores (excluídos) da sociedade na construção do *Bem Viver* (GARCIA LINERA, 2020).

De outra parte, é importante *conhecer e reconhecer* a importância das cosmovisões dos povos originários. Recordemos que para estas cosmovisões um aspecto importante é o relacional, não existe a ideia de indivíduo, somos família, somos comunidade, não existe um eu separado dos outros, por isso *intersomos*, eu sou porque tu és, que também é a filosofia do Ubuntu na África. Creio que a civilização “ocidentalizada” levará ainda alguns anos para compreender o que significa o aspecto espiritual e de interconexão do cosmos, da teia da vida, o qual traz implícito um conteúdo importante de afirmação da vida, sobretudo, da vida comunitária. Os rios, as florestas, outros seres vivos são constituídos da mesma energia e princípio vital que os humanos.

Esta cosmovisão se apresenta incompreensível para a ciência ocidental padrão ou hegemônica porque desde Descartes e Bacon se operou a radical separação entre seres humanos e “natureza”, entre sentir e pensar, entre corpo e mente. Esta ciência tem uma metodologia do *cogito ergo sum*, penso, logo existo, quando a partir das cosmovisões indígenas seria *sinto, logo existo*. Como nos diz Aleyne Watene¹⁴⁰, do Povo Maori: “não sei de onde saiu o dito “penso logo existo” nós não gostamos. Por isso, compartilho o que diz meu povo: *pertenço e, portanto, sou*”. Precisamos compreender e aprender a noção de que pertencemos, que não estamos separados, que somos um pequeno fio que compõe o tecido da vida.

A separação dos humanos com a “natureza” traz como consequência que pensemos nas outras formas de vida como inferiores, tendo, portanto, menor valor que a vida humana, assim percebemos a “natureza” de forma utilitária ou como afirma Grosfoguel (2016, p. 36) “como um meio para um fim”. Nossa concepção de que estamos separados da “natureza”, é o que, em parte, produz a exploração sem limites dos “recursos naturais”, porque não compreendemos ainda, que nossa vida depende do equilíbrio dos ecossistemas. Estamos vivendo a sexta extinção

¹⁴⁰ Conforme nos conta Monsalvo (2020), “Aleyne, em sua apresentação na I Assembleia Mundial de Saúde dos Povos em Savar, Bangladesh, disse ser de Aotearoa, que em idioma Maori significa: Terra da longa nuvem branca. Não vamos achar Aotearoa nos mapas, porque o conquistador impôs a este território, o nome de Nova Zelândia”. Cartas que salen del Cuerpo. Carta 448. Disponível em: www.altaaalegremia.com.ar. Acesso em 15 de nov. 2020.

de espécies em massa do planeta, sem que isso não nos cause assombro. E por quê? Porque existe um sistema cuja voracidade não conhece limites, esta civilização constantemente cria novas “necessidades” de consumo e, portanto, requer cada vez mais matérias-primas. O que constitui uma irracionalidade em si, pois criamos um modo de vida como se os recursos não tivessem fim, vivemos como se pudéssemos consumir infinitamente, num planeta com “recursos naturais” finitos (ACOSTA, 2016a).

Neste sentido, a Iniciativa *Yasuni-ITT* para além do fracasso governamental, o qual foi “provocado pelas incoerências do governo equatoriano, pela insensibilidade das nações poderosas e pela voracidade dos interesses petrolíferos e do capital transnacional, deixou-nos alguns resultados satisfatórios” (ACOSTA, 2016a, p. 227). Mediante a crescente reivindicação de reduzir e evitar as emissões de CO₂, o projeto se configurou como uma proposta concreta de proteção à “natureza”, para evitar a extração do petróleo (ACOSTA, 2016a).

O fracasso da Iniciativa *Yasuni-ITT* pode ser considerado relativo: ainda que se tenha liberado a exploração de petróleo nestes campos, a mobilização em torno desta pauta, tem resultados simbólicos expressivos. “Foi cunhado o termo “*yasunizar*” para designar a luta pela não exploração de petróleo em zonas sensíveis” (ACOSTA, 2016a, p.228), em lugares como o delta do rio Níger, na Nigéria; as ilhas Lofoten na Noruega; San Andrés y Providencia na Colômbia; ou Lanzarote nas ilhas Canárias, Espanha¹⁴¹. Na França e em outros lugares da Europa se realizam esforços para evitar o *fracking*.

A iniciativa *Yasuni-ITT* gerou muitas adesões e visibilidade, no entanto, em que pese sua importância e transcendência simbólica, representa apenas uma pequena parte da Amazônia Equatoriana. Não se pode desconsiderar a intensa apropriação de “recursos naturais” (ecocídio) nesta região que há mais de 40 anos sofre com a exploração petrolífera e que anteriormente sofreu com a extração ilegal da borracha e da madeira, de peles e também com a ampliação da fronteira agrícola.

Neste sentido, a proposta da Iniciativa *Yasuni-ITT*, ainda que de forma bastante modesta, poderia expressar uma nova relação com a Mãe Terra. Não explorar estes campos de petróleo, nos permitiria pensar para além da relação de expropriação da “natureza”, chamando a atenção para a mudança climática, para a destruição de regiões biodiversas e de povos de recente contato e em isolamento. Tem um efeito demonstrativo de que necessitamos estabelecer urgentemente uma forma respeitosa, de reciprocidade, de solidariedade e cuidado com a “natureza”, porque

¹⁴¹ O sociólogo português Boaventura Sousa dos Santos, também menciona esta discussão. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Vis%C3%A3o_Yasunizar_1Maio2014.pdf. Acesso em: 20 ago. 2017.

isso representa nada mais, nada menos que a possibilidade de continuidade da vida, principalmente a humana, no planeta. Parece-nos urgente refletir sobre os limites do planeta terra para suportar a exploração imposta sobretudo, nos últimos 500 anos de expansão deste padrão de poder do capital global.

Face a isso, cabe questionar a ideia defendida, por parte dos governos progressistas, de que necessitamos do extrativismo para sair do extrativismo, isso é muito contraditório. Governos alinhados com esta visão, sustentam a necessidade de políticas de transição para gerar recursos/fundos para financiar outro tipo de economia, cuja base não seria extrativista. Neste caso, fica a dúvida de quais seriam as políticas de transição, para superar o extrativismo, partindo-se de um modelo extrativista. Como se poderia estruturar o que se denomina *extrativismo para o social*. Estas ideias estão presentes em muitos textos de Alvaro Garcia Linera (intelectual e ex-vice-presidente da Bolívia) e René Ramirez (Equador). No caso do Equador, teremos neste ano, novo pleito eleitoral e cremos ser importante dar voz ao questionamento proposto por Oleas¹⁴²:

Haverá um candidato capaz de explicar que deixar o petróleo debaixo da terra é hoje mais necessário que nunca, para aliviar a pressão antrópica sobre um planeta exausto, para garantir o direito de seus habitantes — camponeses e nacionalidades indígenas — a preservar sua cultura e determinar sua própria prosperidade e para proteger a flora e a fauna megadiversas desta região?

Neste sentido, cremos ser importante reiterar nossa compreensão acerca do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*. Muito embora, parte dos estudiosos deste tema, o identifiquem como uma alternativa ao desenvolvimento (ACOSTA, 2009, 2011; HIDALGO-CAPITAN; CUBILLO-GUEVARA, 2012, 2016), nossa perspectiva se relaciona com a declaração feita pelo Movimiento al *Buen Vivir* Global, a qual entende que o *Sumak Kawsay/Buen vivir* é um sistema sócio-político-espiritual:

Deixamos claro que o *Buen Vivir* não é um modelo de desenvolvimento nem uma alternativa ao desenvolvimento, como o apresentaram de forma deformada os governos progressistas. O *Buen Vivir* é um sistema sócio-político-espiritual que reproduz o sistema da natureza, significa, da vida, em uma versão e aplicação humana. Tão pouco é somente um projeto cultural, mas é um paradigma integral aplicável a todos os elementos que compõem a vida social e natural, queremos construir um mundo vital, recíproco, complementar, correspondente, mútuo, onde “caibam todos os mundos, como dizem os zapatistas (MOVIMIENTO AL BUEN VIVIR GLOBAL, 2020, tradução nossa)¹⁴³.

Em nosso entendimento o *Buen Vivir* não propõe uma volta a um passado idílico, a uma vida pré-capitalista, como referiram intelectuais como Hidalgo-capitan (2012) e Viola Recasens

¹⁴² Artigo de Julio Oleas Montalvo. Disponível em: <https://lalineadefuego.info/2020/09/27/especial-colonialidad-del-poder-elecciones-y-rentismo-petrolero/> Acesso em 15 set. 2020. Tradução da autora.

¹⁴³ Disponível em < <https://www.facebook.com/groups/770540906839242> > Acesso em 02 de nov. 2020.

(2014). A proposta deste sistema sócio-político-espiritual pode ser entendida e construída, na medida em que, compreendemos os sentires/viveres encarnados nesta cosmovisão, para isso, no entanto, é necessário abandonar o projeto civilizatório eurocêntrico, descartando assim, parte dos cânones da ciência hegemônica ou padrão.

Desmistificar, (des)aprender, decolonizar nosso imaginário, nossa subjetividade é a possibilidade de imaginar e construir outros mundos possíveis, nos quais se diminuam as desigualdades que são a fonte da exploração, da violência, da pobreza, do adoecimento e sofrimento. Precisamos ser capazes de coletivamente resistir ao que nos oprime e olhar para além dos limites que nos oferece o pensamento hegemônico.

Nasce então, a necessidade de nos aproximarmos de formas de conhecimento críticos, historicamente invisibilizados, que permitam compreender a complexa realidade social e a prefigurar uma sociedade em que os indivíduos sejam livres e socialmente iguais, significa que tenham um lugar igual nas relações sociais de poder, de forma que desapareçam as hierarquias sociais que por séculos foram legitimadas a partir de diferenças biológicas (patriarcado e racismo), onde ser reconheçam as heranças coloniais de *Abya Yala* e se proponham alternativas, de acordo com os espaços/tempo, que surjam da interculturalidade e da ecologia de saberes.

Finalizo com uma licença política-poética, transcrevendo parte do discurso de David Choquehuanca, atual vice-presidente da Bolívia:

Os povos das culturas milenares, da cultura da vida mantemos nossas origens desde o amanhecer dos tempos remotos. Os filhos herdamos uma cultura milenar que compreende que tudo está inter-relacionado, que nada está dividido e que nada está fora. Por isso dizemos, vamos todos juntos, ninguém fica para trás, que todos tenham tudo e que não falte nada a ninguém. O bem-estar de todos, representa o bem-estar próprio, que ajudar é motivo de crescer e ser feliz, que renunciar em benefício do outro nos faz sentir fortalecidos, que nos uniremos e nos reconheceremos em todo caminho de ontem, de hoje, de amanhã e sempre, da onde nunca nos afastamos. Durante séculos os cânones civilizatórios de *Abya Yala* foram desestruturados e muitos deles exterminados, o pensamento originário foi sistematicamente submetido ao pensamento colonial. Não conseguiram nos apagar, estamos vivos, somos de Tiwanacu, somos fortes, somos como a pedra, somos Cholke, somos Sinchi, somos Rummy, somos Jenecherú, fogo que nunca se apagava, somos de Samaipa, somos Jaguar, somos Katari, somos Comanches, somos Maias, somos Guaranis, somos Mapuches, somos Aymaras, somos quechuas, somos Jokis e somos todos os povos da cultura da vida que despertamos a rama, igual, rebelde com sabedoria. Hoje na Bolívia e no mundo vivemos uma transição que se repete a cada 2.000 anos, no marco da ciclicidade do tempo, passamos do não tempo, ao tempo, dando início ao novo amanhecer, a um novo Pachakuti em nossa história. Um novo sol e uma nova expressão na linguagem da vida onde a empatia pelo outro ou o bem coletivo substituem ao individualismo egoísta. Estamos no tempo de recuperar nossa identidade, nossa raiz cultural, temos filosofia, história temos tudo, somos pessoa e temos direito. Ao compreender a vida em termos de energia temos a possibilidade de modificar nossa história, a matéria e a vida como a convergência da força *chachawarmi* quando nos referirmos a complementariedade dos opostos. O novo tempo que estamos começando será sustentado pela energia do Ayllu, da comunidade, dos consensos, da horizontalidade, dos equilíbrios complementares e do bem comum

(DISCURSO DO VICE-PRESIDENTE DO ESTADO PLURINACIONAL, BOLIVIA, 2020)¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Transcrição do discurso de posse do vice-presidente do Estado plurinacional de Bolívia. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Dp8JMY4GssM>> Acesso em 8 de nov. 2020.

REFERÊNCIAS

- ACCIÓN ECOLÓGICA. Petróleo en Áreas Protegidas. **Alerta Verde**, n. 55. Quito. 1998.
- _____. Yasuní por siempre. **Alerta Verde**, n. 133. Quito. 2004.
- _____. **Propuesta para la Reserva de la Biosfera Yasuní**. Un llamado eco-lógico para la conservación, el clima y los derechos. 2005. Disponível em: <http://www.llacta.org>. Acesso em:
- ACOSTA, Alberto. Nuevos enfoques para la teoría del desarrollo. In THIEL, Reinhold E. (Ed.). **Teoría del desarrollo** — Nuevos enfoques y problemas. Caracas: Editorial Nueva Sociedad. 2001.
- _____. **Desarrollo Glocal** — Con la Amazonía en la mira. Quito: Corporación Editora Nacional. 2005.
- _____. **Bitácora Constituyente**. Quito: Ed. Abya Yala, 2008.
- _____. El Buen Vivir, una utopía por (re)construir. **Revista Casa de las Américas**, n. 257. Habana, Cuba. 2010.
- _____. **La maldición de la abundancia**. Quito: Ed. Swissaid y Abya-Yala. 2009.
- _____. Hacia la Declaración Universal de los Derechos de la Naturaleza Reflexiones para la acción. **Revista AFESE**, Quito, n. 54, p. 1-17. 2010.
- _____. 2011. Solo imaginando otros mundos, se cambiara éste: Reflexiones sobre el Buen Vivir. In: FARAH, I.; VASAPOLLO, L. (Orgs.). **Vivir bien: paradigma no capitalista?** CIDES-UMSA, 1. ed. La Paz, Bolivia: Ed. Plural, 2011.
- _____. **El Buen Vivir: Sumak kawsay, una oportunidad para pensar otros mundos**. Barcelona: Icaria, 2012.
- _____. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante. 2016a. 264 p.
- _____. Extrativismo e neoextrativismo; duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhar; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016b.
- ACOSTA, Alberto; ESPERANZA, Martínez (Eds.). **Derechos de la Naturaleza** — El futuro es ahora. Quito: Ed. Abya Yala. 2009.
- ALERTA VERDE, n. 170, janeiro de 2014. **Boletim de Acción Ecológica**. 2014. Disponível em <http://goo.gl/fQV3kW>. Acesso em: jun. de 2019.
- ALIER, J. M. **Economía ecológica y política ambiental**. México: Ed. Fondo de Cultura Económica. 2001.

_____. Una economía post petrolera. **Conferencia en FLACSO**, 26 nov. 2007. Quito. 2007.

ARCINIEGAS, P. A.; SCHUBERT, J. **Democracia Participativa dos Indígenas do Equador: dilemas entre o “Buen Vivir” e o desenvolvimentismo**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/sicp/files/2015/09/12_ARCINIEGAS-SCHUBERT.Democracia-Participativa-dos-Indi%C2%A6%C3%BCgenas-do-Ecuador_-dilemas-entre-o-%C3%94%C3%87%C2%A3Buen-Vivir%C3%94%C3%87%C3%98-e-o-desenvolvimentismo.pdf Acesso em: 12 out. 2015.

AGRUPACIÓN ECOLOGISTA, YASUNIDOS, 2013. Disponível em: <https://yasunidosinternational.wordpress.com/> Acesso em 12 de nov. de 2018.

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

BAUTISTA, J. J. **Hacia la descolonización de la ciencia social latinoamericana: cuatro ensayos metodológicos y epistemológicos**. La Paz, Bolivia: Rincón Ediciones. 2012.

_____. **¿Qué significa pensar desde América Latina?** Madrid, España: Akal. 2014.

BAUTISTA, R. Hacia una constitucion del sentido significativo del “vivir bien”. In: FARAH, I; VASAPOLLO, L. (Orgs.). **Vivir bien: paradigma no capitalista?** CIDES-UMSA, 1ª Ed. Plural editores. La Paz. Bolivia. 2011.

_____. Del Mito del Desarrollo al Horizonte del “Vivir Bien” ¿Por qué fracasa el socialismo en el largo siglo xx? **Yo soy si Tú eres ediciones**, n. 1, La Paz, Bolivia. 2017.

BOFF, Leonardo, **La Madre Tierra, sujeto de dignidad y de derechos**. Cochabamba: Mimeo, 2010.

BOLÍVIA. **Decreto Lei nº 300 de 15 de outubro de 2012 que estabelece a Lei Marco da Mãe Terra e do Desenvolvimento Integral para o Vivir Bien**. Diário Oficial da Bolívia, 15 out. 2012, Edição 0431, La Paz.

BONFIL BATALLA, Guillermo. **Lo indio desindianizado**. México Profundo: Una civilización negada. México: Debolsillo, 1987.

CABODEVILLA, M. Á. ¿Zona intangible o espejismo intangible? **Revista Vanguardia**, n. 6, p. 2-8, Quito. 2006.

_____. Entrevista de Miguel Angel Cabodevilla concedida a Carlos Andrés Veras, publicado em setembro de 2013. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zRC3iKaDUY>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CABODEVILLA, M; BERRAONDO M. **Pueblos no contactados ante el reto de los derechos humanos, un camino de esperanza para los Tagaeri y los Taromenani**. Orellana, Equador: Ediciones CICAME. 2005.

CHOQUEHUANCA, D. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. **América Latina en Movimiento, ALAI**, n. 452, p. 6-13, 2010.

_____. **Discurso de David Choquehuanca en toma de posesión como vicepresidente de Bolivia.** 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dp8JMY4GssM>. Acesso em: 8 nov. 2020.

CONAIE - La Confederación de Nacionalidades Indígenas do Ecuador frente a la Asamblea Constituyente. **Proyecto político de la CONAIE 1994.** Quito: CONAIE, 1994.

_____. **Proyecto político de la CONAIE 2012.** Quito: CONAIE, 2012;

_____. **CONAIE**, Quito. Versão eletrônica. Disponível em: <<http://www.cebem.org/cmsfiles/archivos/principios-lineamientos-conaie.pdf>> Acesso em: 04 fev. de 2015.

CORTEZ, D. **La construcción social del Buen Vivir (Sumak Kawsay) en Ecuador.** Quito: Aportes Andinos, 2011.

DE LA TORRE. S. E.; MORAES. M.C. **Sentipensar: Fundamentos e Estratégias Para Reencantar a Educação.** Ed. Wak. 2018. 200 p.

DISCURSO 7, ANUNCIO A LA NACIÓN INICIATIVA YASUNI-ITT. Disponível em: https://issuu.com/pais35/docs/discurso_7. Acesso em: 17 set. 2018.

DUQUE. C. A. A. **La ampliación ontológico-política del Buen Vivir/Vivir Bien como praxis transmoderna: a expansão ontológico-política do Bem Viver/Viver Bem como uma prática transmoderna.** Tese (doutorado) 2019. Universidade Estadual de Campinas/Instituto De Filosofia E Ciências Humanas. 2019.

DUSSEL, E. **El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad.** Quito: Ed. Abya Yala. 1994.

_____. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

_____. **Política de la Liberación.** Historia mundial y crítica. Colección Estructuras y Procesos Serie Filosofía. Madrid, Espanha: Editorial Trotto. 2007a.

_____. **Materiales para una Política de la Liberación.** Facultad de Filosofía, UANL. Madrid, Espanha: Plaza y Valdés Editores. 2007b.

_____. **E. 14 Tesis de ética Hacia la esencia del pensamiento crítico.** Colección Estructuras y Procesos, Serie Filosofía. Madri, Espanha: Ed. Trotta. 2016.

EQUADOR. **Decreto Presidencial No. 552**, publicado en el Suplemento del Registro Oficial No. 121 del 2 de febrero de 1999. Disponível em: <http://yasunitransparente.ambiente.gob.ec/documents/348542/351074/1999+Creación+Zona+Intangible.pdf/61bafc5c-8cdf-4f57-be25-981aadc9463b;jsessionid=xy7kLowckmJevzc-ttz25W+B>. Acesso em: 3 out. 2016.

_____. **Decreto Presidencial No. 2187**, publicado en el Registro Oficial el 3 de enero de 2007.

_____. **Constituição do Estado Plurinacional do Equador de 19 de julho**, Assembleia Constituinte, Quito. 2008. Disponível em: <http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/Constitucion-2008.pdf/>. Acesso em 05 ago. de 2018.

_____. Ministerio del Medio Ambiente. **Fondo para el logro de los ODM**. 2008. Línea base del Programa para la Conservación y el Manejo Sostenible del Patrimonio Natural y Cultural de la Reserva de la Biosfera Yasuní. Quito: Ecuador. 2008.

_____. **Plan Nacional de Desarrollo**. Plan nacional para el Buen Vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural. Quito: SENPLADES. 2009.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Santafé de Bogotá, Colombia: Norma, 1996.

_____. **El fin del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea**. Bogotá, Colombia: Ed. CEREC. 1999.

_____. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, Edgardo. **En La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2000.

_____. **Más allá del Tercer Mundo, globalización y diferencia**. Bogotá, Colombia: Ed. Imprenta Nacional. 2005.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.) **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GARCIA ALVAREZ S. J. **Sumak Kawsay o Buen Vivir como Alternativa al Desarrollo en Ecuador: Aplicación y Resultados en el Gobierno de Rafael Correa (2007-2014)**, Quito, Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar, Ed. Abya Yala, 2016.

GARCIA LINERA, 2020. Disponível em: <https://revistacrisis.com.ar/notas/bolivia-no-tiene-escrito-su-destino?fbclid=IwAR0sIRkdW4erC5aso3zPWxXtH7b6ClplsebQ1R1eERdZ-Xog3-u8XttO524>. Acesso em 30 de out. 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y ontológico, **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, n. 4, p. 33-45, 2016.

GUDYNAS, Eduardo. Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento. **América Latina em Movimento - ALAI**, v. 462, n. 1-20, 2011. Disponível em: <http://loomioattachments.s3.amazonaws.com/uploads/4b8f3b4112dd1e775500bced50f5747b/em-viver-germinando-alternativas-ao-desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

_____. La ecología política del giro biocéntrico en la nueva Constitución del Ecuador. **Revista de Estudios Sociales**, n. 32, Bogotá, 2009.

_____. **El mandato ecológico: derechos de la naturaleza y políticas ambientales en la nueva Constitución**. Quito, Ecuador: Ed. Abya-Yala. 2009.

_____. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: JURGEN, S. et al. **Extractivismo, Política y Sociedad**. CAAP/CLAES, Quito, p. 187-225. 2009.

_____. Posextrativismo y alternativas ao Desarrollo desde la sociedade civil. In: LANG, M.; LOPES, C.; SANTILLANA, M. (Comps.). **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI**. 2. ed. Ciudad autónoma de Buenos Aires: América Libre, 2013.

_____. Transições ao pós-extrativismo. Sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, G; LANG, M. FILHOS, J. P. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

HARVEY, D. **El nuevo imperialismo**. Madri, Espanha: Ed. Akal, 2003.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L. **El Buen Vivir**. La (re)creación del pensamiento del PYDLOS. Cuenca: Ed. PYDLOS, 2012.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay. **Íconos — Revista de Ciencias Sociales**, n. 48, p. 25-40, feb. 2014. Disponível em: <<http://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/1204/1103>>. Acesso em 14 sep. 2016.

HINKELAMMERT, Franz Josef; DUCHROW, Ulrich. **Property for People, Not for Profit: Alternatives to the Global Tyranny of Capital**. [S.l.]: Ed. Progressio. 2004. 7 p.

HOUTART, F. El concepto de sumak Kawsay (Buen Vivir) y su finalidad con el bien común de la humanidad. In: BIRGIT, D. HOUTART, F. (Comps.). **Un paradigma poscapitalista: el bien común de la humanidad**. Panamá: Ruth Casa Editorial. P. 15 – 67. 2012.

HUANACUNI MAMANI, Fernando. **Vivir Bien / Buen Vivir: Filosofía, Políticas, estrategias y experiencias regionales**. La Paz, Bolivia: Ed. Prisa. Ed. 4. 2010.

KRISHNA-HENSEL, Sai. **Global Cooperation: Challenges and Opportunities in the Twenty-first Century**. [S.l.]: Ed. Ashgate Publishing. 2006. 202 p.

LANDER, E. Hacia outra noção de riqueza. In: ACOSTA, A.; MARTINEZ, E. (Orgs.) **El Buen Vivir, una via para el desarrollo**. Quito: Ed. Abya Yala. P. 31-37. 2009.

_____. **Crisis civilizatoria, límites del planeta, asaltos a la democracia y pueblos en resistencia en Alternativas al Capitalismo**. Colonialismo del siglo XXI. Quito, Equador: Ed. Abya Yala, Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo, Fundación Rosa Luxemburgo. 2013.

_____. Com o tempo contado. Crise civilizatória, limites do planeta, ataques à democracia e povos em resistência. In: DILGER, G; LANG, M. FILHOS, J. P. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LANG, M. Por que buscar alternativas. In; LANG, M.; LOPEZ, C.; SANTILLANA, M. (Comps.) **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI**. 2. ed. Ciudad autónoma de Buenos Aires: América Libre, 2013.

_____. **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LANG, M. FILHOS, J. P. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário.** Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

_____. **Consenso dos commodities e megamineração.** 2012. Disponível em: <https://alainet.org/active/53571&lang=es>. Acesso em: fev. 2019.

LARREA, A. M. La disputa de sentidos por el buen vivir como processo contrahegemónico. In: LARREA, Ana María (Org.). **Los nuevos retos de América Latina: Socialismo y Sumak Kawsay.** Quito, Equador: Ed. SENPLADES, 2010.

LARREA, C. **¿Petróleo o conservación en el Yasuní?** Un dilema histórico para el Ecuador. Conferencia FLACSO. Quito. 2007.

LE QUANG, M. **Dejar el Petróleo bajo Tierra.** 1 ed. Quito, Equador: Ed. Iaen, 2013.

LE QUANG, M. VERCOUTÉRE, T. **Ecosocialismo y Buen Vivir: Diálogo entre dos alternativos al capitalismo.** 1 ed. Quito, Equador: Editorial IAEN, 2013. 92 p.

_____. Dejar el crudo en tierra o el camino hacia otro modelo de desarrollo. **América Latina en Movimiento.** 13 set. 2009. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/active/33018>. Acesso em: 08 ago. 2018.

LEFF, E. **Globalización, racionalidad ambiental y desarrollo sustentable.** En La guía ambiental, población y medio ambiente. México: Ed. IAP. 1998.

_____. **El saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder.** México: Ed Siglo XXI. 2002.

_____. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable. **Desarrollo y medio ambiente**, n. 7, p. 13-40. jan./jun. Paraná. 2003.

_____. **Racionalidad ambiental: La reapropiación social de la naturaleza.** México. Ed. Siglo XXI. 2004.

_____. **III Encuentro Internacional sobre el desarrollo sostenible en el Petén,** México. 2005.

LO BRUTTO, G. **Cooperación internacional para el desarrollo y democracia en México.** México: BUAPICSYH-CEDES, 2014.

LO BRUTTO, G.; VAZQUEZ SALAZAR, Carlos Otto. ¿Buen vivir o desarrollo? Buscando alternativas y horizontes. **Tla-melaua**, v. 8, n. 37, p. 50-68. Puebla, México. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-69162015000100050&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 07 ago. 2019.

MACAS, L. El Sumak Kawsay. **Yachaykuna**, n. 13. Quito, Equador: ICCI, 2010.

MALDONADO, P.; BAYÓN. M. Nacionalidad Waorani, Tagaeri y Taronenani: una história de permanente acoso territorial. In: VALLEJO, I.; AVILA, R. (Orgs.). **El último grito del**

Jaguar. Memórias del I congreso sobre pueblos indígenas aislados en la Amazonía ecuatoriana. Quito, Ecuador: Ed. Abya Yala. 2017

MARAÑÓN, B. P. **Buen vivir y descolonialidad:** crítica al desarrollo y la racionalidad instrumentales. 1. Ed. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014.

MARTÍNEZ, E. Ecuador ¿Un tercer boom petrolero? **Semanario Peripecias**, n. 52. 2007.

MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica social: revista- red de estudios sociales**, n. 5, p. 95-108. 2015.

MIGNOLO, Walter. “La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso”. **Tabula Rasa**, n.8, p. 243-282. Bogotá, Colombia, 2008.

_____. **Desobediência epistémica.** Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

_____. **Historias locales-diseños globales:** colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

NARVÁEZ, I. **Poder étnico vs. poder-transnacional Maxus-huaorani.** Quito: Ed. Porvenir. 1996.

_____. **RAE**, conflictos socioambientales. Quito: Ed. Porvenir. 1998.

_____. **Operación ITT** ¿La última frontera extractiva? Quito: Petroecuador. 1999.

_____. **Derecho ambiental y sociología ambiental.** Quito: Ed. Jurídica Cevallos. 2004.

_____. Políticas y normativas para la prevención y remediación de daños a recursos hídricos. En **IEE**, Quito. (Inédito). 2006.

_____. Huaorani: en el vórtice de la conservación del Yasuní (La propuesta del “contrato natural”) **Tercer Encuentro de la Sección de Estudios Ecuatorianos de la LASA**, Quito. 2006a.

_____. Los waorani en el Yasuní: contrapoder de los ‘poderes salvajes. NARVÁEZ, I.; MARCHI, M.; PAPPALARDO, S. E. (Coords.). Pappalardo **Yasuní, zona de sacrificio:** análisis de la Iniciativa ITT y de los derechos colectivos indígenas. Quito: FLACSO, Sede Ecuador, 2013.

OACNUDH, 2012 Diretrizes do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OACNUDH) In: VALLEJO, I.; AVILA, R. (Org.s). **El último grito del Jaguar.** Memórias del I congreso sobre pueblos indígenas aislados en la Amazonía ecuatoriana. 1. ed. Quito. Ecuador: Ed. Abya Yala. 2017.

ORTIZ Ocaña, A. **Decolonizar la Educación:** Pedagogía, Currículo y Didáctica decoloniales. Barcelona: Editorial Academia Española. 2017a.

_____. Decolonizar la investigación en educación. **Praxis**, n. 13, v. 1, p. 93-104. 2017b.

_____. **Decolonizar las Ciencias Sociales: hacia una investigación decolonizante.** Barcelona: Editorial Academia Española. 2017c.

ORTIZ Ocaña, A.; ARIAS López, M. I.; Hacer decolonial: desobedecer a la metodología de investigación. **Hallazgos**, n. 16, v. 31, p. 149-168. 2019.

ORTIZ Ocaña, A.; ARIAS López, M. I.; PEDROZO Conedo, Z. E. **Decolonialidad de la Educación: Urgencia/emergencia de una Pedagogía Decolonial.** Santa Marta: Universidad del Magdalena. 2018a.

_____. Metodología “otra” en la investigación social, humana y educativa: el hacer decolonial como proceso decolonizante. **Revista FAIA**, n. 7, v. 30, p. 172-200. 2018b.

OVIEDO, A. **Bifurcación del buen vivir y el sumak kawsay.** 1. Ed. Quito, Ecuador: Ed. Sumak. 2014.

PAPPALARDO, S. E.; DE MARCHI, M.; FERRARESE, F. **Los waorani en el Yasuní: contrapoder de los ‘poderes salvajes.** Yasuní, zona de sacrificio: análisis de la Iniciativa ITT y de los derechos colectivos indígenas / coordinado por Iván Narváez Q., Massimo De Marchi y Salvatore Eugenio Pappalardo. Quito: FLACSO, Sede Ecuador, 2013.

PROAÑO, G. J.; COLLEONI, P. **Taromenane Warani Nani.** Pueblos indígenas en aislamiento voluntario en la Amazonía Ecuatoriana. Quito: Ed. Abya-Yala, Fundación Pachamama. 2008.

PROAÑO, G. J.; ALMEIDA, A. **Tigre, Águila y Waorani, una sola selva, una sola lucha: deuda ecológica de las transnacionales petroleras con el pueblo Waorani y el Parque Nacional Yasuní.** Quito: Acción Ecológica. 2008.

QUIJANO, A. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. “Bien Vivir” para redistribuir el poder. **Yachaykina.** N. 13, Quito: ICCI, 2010.

QUIJANO, Aníbal. (2000), “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”. **Journal of World-Systems Research**, n. 2, v. 11, p. 342-386. 2000.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. (1992), “La Americanidad como Concepto, o América en el Moderno Sistema Mundial”. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 3, v. 44, p. 583-591. 1992.

QUINTERO, P. **Alternativas descoloniales al capitalismo colonial.** 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015.

RADOMSKY, G. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de modernidades alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, fev. 2011.

RAMIREZ, R. La felicidad como medida del Buen Vivir en Ecuador. Entre la materialidad y la subjetividad. SENPLADES. **Documento de trabalho**, n. 1. Quito SENPLADES. 2008.

_____. **La vida (buena) como riqueza de los pueblos:** hacia una socioecología política del tiempo. Quito: IAEN-INEC. 2012.

RAMPINELLI, W. J. **Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos.** Lutas Sociais, São Paulo, n.30, v. 17, p.139-142, jan./jun. 2013.

RIST, G. **El Desarrollo:** historia de una creencia occidental. Madri: Los Libros de la Catarata, 2002.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente:** um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **La reinención del Estado y el Estado plurinacional.** Santa Cruz de la Sierra: CENDA, 2007

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologia do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Refundación del Estado en América Latina:** Perspectivas desde una epistemología del Sur, Instituto Internacional de Derecho y Sociedad. Lima, 2010

_____. Prefácio. In: ACOSTA, Alberto. **El Buen Vivir:** Sumak kawsay, una oportunidad para pensar otros mundos. Barcelona, Icària, 2012

SANTOS, B. S.; NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) **Reconhecer para Libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

SARAYAKU. **Sarayaku sumak kawsay ta ñawpakma katina killka/ El libro de la vida de Sarayaku para defender nuestro futuro.** Quito: Territorio Autónomo de la Nación Originaria del Pueblo Kichwa de Sarayaku; Ed. Mimeo, 2003.

SENPLADES — Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. **Plano Nacional para o Buen Vivir 2009- 2013:** Construindo um Estado Plurinacional e Intercultural. Quito, Equador. 2013

SILVA, R. N. Subjetivação e dobras de fora: transitando por Foucault, de Gilles Deleuze. **Rev. Dep. Psicol., UFF.** N. 16, v. 1, p. 55-75, jan./jul. 2004.

SIMBAÑA F. El sumak kawsay como projeto político. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (Comps.) **Mas alla del desarrollo** (grupo permanente de trabalho sobre alternativas de desarrollo) Quito. Fundación Rosa de Luxemburgo. Abya Yala, 2011. P. 219-256. 2011.

STAVENHAGEN, R. Cómo Descolonizar las ciencias sociales. In: STAVENHAGEN, R. **Sociología y Subdesarrollo**. Ciudad de México, México: Nuestro Tiempo. 1971.

SVAMPA. M. Extrativismo, neodesenvolvimentismo e movimentos sociais. In: DILGER, G;

VIOLA RECASENS, A. «Discursos “pachamamistas” versus políticas desarrollistas: el debate sobre el sumak kawsay en los Andes», **Iconos**, n. 48, p. 64, 2014.

VITERI GUALINGA, C. Visión indígena del desarrollo en la amazonía. **Polis**, n. 3. 2002.

WALLERSTEIN, I. **El capitalismo histórico**. Bogotá, Colombia: Ed. Siglo XXI. 1988.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, n. 9, 2008.

_____. **Interculturalidad, Estado, sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra**. Quito: Ed. Abya-Yala; UASB. 2009.

_____. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

_____. **Pedagogías Decoloniales. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir**. Serie Pensamiento Decolonial. Quito, Ecuador: Ed. Abya-Yala. 2017.

YASUNÍ, EL BUEN VIVIR. **Documentário**, Cap. 1. 2014. Disponível em: <https://curtadoc.tv/curta/povosidentidade/yasuni-el-buen-vivir/> acesso em: 10 out. 2017.

YASUNÍ, EL LUGAR DE LA UTOPIA. **Acción Ecológica**. 2013, Disponível em: <https://www.accionecologica.org/yasuni-el-lugar-de-la-utopia/> Acesso em: 25 de ago. 2017.

APÊNDICE I — Carta à Fundação Alejandro Labaka.

Quito, 22 de setiembre de 2017.

À Fundación Alejandro Labaka

Actualmente soy profesora universitaria en Brasil, trabajé con movimientos sociales en este país, por más de veinte años. Desde del año 2009, tengo contacto con movimientos indígenas y comunitarios en el contexto de países como Ecuador, Perú y Chile.

También soy doctoranda en el Programa de Pos graduación en Sociología de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Soy socióloga y magister en Psicología Social e Institucional también por la UFRGS. Realicé curso por la *International People's Health University* (IPHU) en la Universidad de Habana, Cuba, en 2009. Participé de la misión exploratoria en Uruguay para ONG *Francesa Médicis du Monde*. Soy profesora en la Universidade de Cruz Alta, ubicada en la Provincia del Rio Grande do Sul/Brasil. Soy también integrante do *People's Health Movement* (actualmente presente em 70 países) e do Projeto Pedagógico Esperanza y Alegremia (presente em 15 países).

Mi trabajo de investigación en la tesis tiene por título: El Buen Vivir y los conflictos sobre la explotación de petróleo en los campos de ITT en el Parque Nacional Yasuní-ITT/Ecuador. Tiene por objetivo analizar las interpretaciones acerca del Buen Vivir y la forma como los diferentes actores movilizan estas concepciones, visando atender diferentes intereses económicos, sociales y políticos. Además, se propone a problematizar el tema del extractivismo en Latinoamérica y la perspectiva pos-desarrollista, es decir, cuáles son los límites de propuestas innovadoras como la Iniciativa Yasuní-ITT. Proyecto ambiental que encerraba sentidos epistemológicos que visaban contribuir para no emisión de CO2 en la atmosfera, constituyéndose en importante propuesta para el no calentamiento global y la protección de los pueblos indígenas contactados y no contactados.

Estoy realizando mi campo de investigación en las ciudades de Quito, Otavalo e Coca, en los meses de octubre a diciembre del año corriente. De esta forma, es muy importante obtener el auxilio de esta Fundación, para facilitar el contacto con las comunidades, para la realización

de las entrevistas y visitas del campo, bien como la participación en encuentros, charlas y paneles en esta institución que ocurran en el período da instancia en la Región Amazónica Ecuatoriana.

Atentamente.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Janete Schubert'.

Janete Schubert

ANEXO I — Convênio de cooperação acadêmica com a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO)



FLACSO
ECUADOR

CONVENIO DE COOPERACION ACADÉMICA ENTRE LA FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES SEDE ECUADOR Y JANETE SCHUBERT

CLAUSULA PRIMERA: ANTECEDENTES

La Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales es un organismo internacional que surge en 1956 en la Conferencia General de la UNESCO. FLACSO Sede Ecuador fue establecida en 1979, mediante un acuerdo celebrado entre el Estado Ecuatoriano y el Sistema Internacional de FLACSO. Desde entonces se ha constituido en un centro de formación de postgrado a un nivel de excelencia en disciplinas y campo en los cuales existen marcadas deficiencias en el país y en la región andina.

FLACSO tiene plena capacidad para organizar programas de docencia e investigación y conferir títulos y diplomas superiores, a través de las actividades de cada una de sus Sedes y Programas, así como afiliar investigadores a sus actividades.

Janete Schubert Arciniegas de la Universidad Federal do Rio Grande do Sul, del Instituto de Filosofía e Ciências Sociais de nacionalidad brasileña y con pasaporte nº FU071130 y C.I 5044894995 solicita formar parte de FLACSO como investigadora visitante.

CLAUSULA SEGUNDA: COMPROMISO DE FLACSO-ECUADOR

FLACSO-Ecuador asocia y recibe como investigadora de su Sede a Janete Schubert dentro del programa de tutela por estancia doctoral, bajo la supervisión del profesor Santiago Ortiz lo que le permitirá presentar trabajos, ponencias y hacer presentaciones públicas como: "investigadora visitante de FLACSO-Sede Ecuador".

FLACSO-Ecuador se compromete a que en caso de ser necesario, Janete Schubert use su infraestructura física: correo electrónico, biblioteca y espacios de estudio para los propósitos de su investigación, a través del programa de tutela por estancia doctoral.

CLAUSULA TERCERA: COMPROMISO DE JANETE SCHUBERT

En contraprestación de la colaboración académica que FLACSO sede Ecuador le proporciona, a la investigadora colaborará mediante las siguientes actividades:

- Presentación pública de su investigación en un coloquio.
- Hacer explícita la filiación a FLACSO en publicaciones relativas al trabajo de investigación realizado
- Participación al servicio de la FLACSO Ecuador en la organización de eventos académicos o científicos
- Evaluar y dictaminar una tesis de maestría.

Janete Schubert se compromete a hacer explícita su afiliación a FLACSO en sus disertaciones, en los trabajos académicos que publicase sobre su tema de investigación o que expusiere públicamente.

CLAUSULA CUARTA: RESPONSABILIDAD DE AUTORÍA

FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Calle La Pradera N° E7-174 y Av. Diego de Almagro - Casilla: 17-11-06362 - Código Postal: 170201- Quito, Ecuador
PBX: (593-2) 2946800 - Fax: (593-2) 2946803 - 2946844 - www.flacso.edu.ec - e-mail: flacso@flacso.edu.ec



FLACSO
ECUADOR

Ambas partes dejan constancia que las opiniones, criterios de evaluación sobre situaciones sociales o políticas o conceptos vertidos en los trabajos y exposiciones de la investigadora son de exclusiva responsabilidad personal de esta última y no comprometen a FLACSO-Ecuador.

CLAUSULA QUINTA: PROPIEDAD INTELECTUAL

Como resultado de la colaboración entre las partes, será de propiedad de FLACSO Sede Ecuador y de Janete Schubert el contenido de las investigaciones y publicaciones que se hagan con cargo a este convenio, durante el plazo de dos años a contarse a partir de la culminación del mismo. El uso de fragmentos o citas por parte de la investigadora, en trabajos, publicaciones fuera de este convenio, deberá respetar las normas de la Ley de Propiedad Intelectual en vigencia en el Ecuador, por lo que su cumplimiento será de su exclusiva responsabilidad.

CLAUSULA SEXTA: ENLACE

Janete Schubert el realizará su trabajo de investigación en enlace con el Departamento de Sociología y Estudios de Género de FLACSO Sede Ecuador.

CLAUSULA SÉPTIMA: DURACIÓN

El presente convenio de cooperación, que se enmarca en un mutuo interés, estará vigente desde 01 de octubre al 01 de enero de 2018 pudiéndose prorrogar por acuerdo de las partes.

CLAUSULA OCTAVA: FUERZA MAYOR O CASO FORTUITO

Si por razones de fuerza mayor o caso fortuito se interrumpiere temporalmente el cumplimiento de las obligaciones adquiridas por este instrumento, la parte afectada notificará la suspensión a la otra, en el término de cuarenta y ocho (48) horas y, conjuntamente las instituciones intervinientes, harán todos los esfuerzos necesarios para superarla. En caso de que no se logren superar, en el plazo de quince (15) días, las circunstancias de fuerza mayor o caso fortuito, se dará por terminado, de mutuo acuerdo el presente convenio.

Para los fines de la presente cláusula, se considerarán causas de fuerza mayor o caso fortuito, las señaladas en el Art. 30 del Código Civil.

CLAUSULA NOVENA: CONTROVERSIAS

En caso de controversias, las partes renuncian a someterse a los jueces comunes de la Función Jurisdiccional de la República del Ecuador y acuerdan someterse, en primer lugar al proceso de Mediación de la Cámara de Comercio de Quito.

De no producirse un acuerdo y previa la suscripción de un Acta de No Acuerdo en el Centro de Mediación de la Cámara de Comercio de Quito, la partes renuncian someterse a la acción judicial ordinaria y acuerdan someterse al arbitraje del Centro de Mediación y Arbitraje de la Cámara de Comercio de Quito y al procedimiento estipulado en la Ley de Arbitraje y Mediación, y en el Reglamento para el funcionamiento de ese Centro.

El Arbitraje será en derecho y administrado. El Tribunal estará compuesto por tres árbitros, uno designado por cada parte de la lista de árbitros del Centro, y un tercero a ser designado por el Director del mismo, del Centro indicado. El laudo dictado por el Tribunal de Arbitraje será inapelable y, de forma expresa, las partes renuncian a plantear cualquier recurso, con excepción de la acción de nulidad en los términos previstos en la Ley.

FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Calle La Pradera N° E7-174 y Av. Diego de Almagro - Casilla: 17-11-06362 - Código Postal: 170201- Quito, Ecuador
PBX: (593-2) 2946800 - Fax: (593-2) 2946803 - 2946844 - www.flacso.edu.ec - e-mail: flacso@flacso.edu.ec



FLACSO
ECUADOR

Los costos del arbitraje serán sufragados por la parte a la que el laudo le resulte adverso.

CLAUSULA DECIMA: TERMINACIÓN

Este convenio terminará ya sea por acuerdo mutuo de las partes o por decisión unilateral de cualquiera de ellas, para lo cual previamente notificaran por escrito a la otra parte con su decisión de dar por terminado el Convenio con una anticipación de al menos 10 días.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMERA: ACEPTACIÓN

Las partes dan por aceptado el contenido del presente convenio y en manifestación de su conformidad, lo suscriben en tres ejemplares de igual tenor y valor.

Dado en el Distrito Metropolitano de San Francisco de Quito, a los 01 de octubre de 2017

Juan Ponce, Ph.D.
DIRECTOR
FLACSO – ECUADOR

Janete Schubert
INVESTIGADORA VISITANTE
C.I 5044894995.

T2U

FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Calle La Pradera N° E7-174 y Av. Diego de Almagro - Casilla: 17-11-06362 - Código Postal: 170201- Quito, Ecuador
PBX: (593-2) 2946800 - Fax: (593-2) 2946803 - 2946844 - www.flacso.edu.ec - e-mail: flacso@flacso.edu.ec

**ANEXO II — Discurso do Presidente Rafael Correa sobre a Iniciativa *Yasuni-ITT*, ante
à Organização das Nações Unidas (ONU)**



**DISCURSO YASUNÍ ITT ANTE LA ONU
New York, 23 de septiembre de 2011**



Queridas compañeras, queridos compañeros:

Bueno, la verdad es que estoy muy emocionado al ver la acogida que ha tenido esta invitación.

Quisiera agradecer muchísimo al señor Secretario General de las Naciones Unidas por el apoyo que ha dado para esta iniciativa y para este encuentro; al señor Presidente de la Asamblea General de las Naciones Unidas por su presencia aquí, que demuestra la importancia que da a esta iniciativa; y a todos y cada uno de ustedes, queridas amigas y amigos.

Primero, un abrazo cálido, fraterno, un saludo en nombre de mi pueblo, de un país que tiene los sueños tan altos como el vuelo del cóndor andino, el ave voladora más grande del planeta, y la fascinación del diminuto picaflor, el único pájaro en el mundo con la capacidad de volar hacia atrás.

Nuestras montañas coronadas con nieves eternas son las más cercanas al sol, porque están en el equinoccio, en la mitad del planeta. Frente a las costas del Ecuador continental se encuentran las Islas Encantadas de Galápagos,

donde Charles Darwin sustentó su teoría de la evolución de las especies. Una parte de la selva amazónica, el más grande pulmón del planeta, también forma parte del Ecuador, donde está el Parque Nacional Yasuní, ahí ustedes podrán encontrar en tan solo una hectárea de terreno (como decía el video), más especies de árboles que en toda América del Norte: Canadá y Estados Unidos.

Ecuador, con un tercio del tamaño de Francia contiene aproximadamente diez millones de hectáreas de varios tipos de bosque que cubren el 55 por ciento del territorio nacional.

Ecuador tiene el primer lugar en cantidad de vertebrados, el tercer lugar en el mundo en anfibios, el cuarto lugar en el mundo en aves, el quinto lugar en diversidad de mariposas. Si se juntan biodiversidad terrestre y marina, estamos en primer lugar en número de especies en el mundo. Tenemos el séptimo lugar en diversidad de plantas superiores...

Y escuchando todo esto, alguien diría *"bueno, este país es más grande que todos los Estados Unidos, Europa y Rusia juntos"*. Pues, la verdad

es que Ecuador es apenas del tamaño del Estado de Colorado, convirtiéndose así en el país megadiverso más compacto del mundo. Pero lo mejor es su gente, 14 millones y medio de seres humanos, entre ellos 14 nacionalidades indígenas, algunos nos acompañan, ellos son los bravos Huaoranis, los hombres de la selva (lo vieron en el video); pero no son los únicos: tenemos Kichwa de la Amazonía, Awa, Chachi, Épera, Tsáchila, Andoa, Shiwa, Huaorani; con al menos dos clanes en aislamiento voluntario, en el Parque Nacional Yasuní, los Tagaeri y Taromenani, los Siona, Cofán, Secoya, Shuar, Zápara y Achwar. También tenemos la nacionalidad Kichwa de la Sierra, los Afrodescendientes (7% de la población ecuatoriana son afros), montubios de la Costa, cholos de la península de Santa Elena, todos herederos de culturas milenarias, con muchas lenguas aborígenes, inmersos en saberes ancestrales, por lo que Ecuador, con su nueva Constitución de 2008 fue declarado país multinacional y pluriétnico. Gente hermosa y única con todos los colores en la piel, con el alma abierta a las hermanas y a los hermanos

de la tierra, gente cariñosa y corazón generoso que por mi intermedio les saluda y les invita a visitar nuestro país.

Hace cuatro años, en esta misma ciudad, mi gobierno lanzó al mundo la iniciativa Yasuní ITT como una idea innovadora, vanguardista y revolucionaria. Ante la confirmación de alrededor de 900 millones de barriles de crudo pesado en el campo ITT (significa Ishpingo Tambococha Tiputini) situado en el Parque Nacional Yasuní, una de las reservas de biodiversidad más importantes del planeta; petróleo que, de utilizarse, generaría más de 400 millones de toneladas de dióxido de carbono. Ecuador presentó ante el mundo la decisión de mantener dicho crudo indefinidamente bajo tierra, pero solicitando (incluso exigiendo) la corresponsabilidad de la comunidad internacional en la lucha contra el calentamiento global.

Ecuador es un contaminador marginal (si ustedes quieren) a nivel mundial, con menos del 1% de las emisiones. No somos los culpables del calentamiento global, del cambio climático,

pero luchar contra este fenómeno es responsabilidad de todos.

¿Cómo se da esa corresponsabilidad? Exigiendo una compensación, sobre todo por parte de aquellos países que tienen una responsabilidad histórica en el cambio climático, pero en general con las contribuciones del mundo entero: sector privado, empresas, ciudadanos comunes, ONGs, etcétera. Contribuciones que deben llegar al menos a la mitad del valor presente neto de dichas reservas o al valor de mercado de las emisiones netas evitadas, que son más de 400 millones de toneladas de CO₂.

Ecuador crea un fideicomiso administrado por las Naciones Unidas, cuyos ingresos servirán para proyectos de energía renovable, así como proyectos de mitigación y adaptación al cambio climático. El Estado ecuatoriano emitirá certificados de garantía por el valor nominal de las compensaciones. El respaldo real de estas garantías serán las inversiones realizadas con estos fondos y serán exigibles en el momento en que el Ecuador incumpliera (que no lo va a

hacer) el acuerdo y extrajera el crudo del campo ITT.

Es muy importante recalcar que el principal contribuyente es el propio Ecuador. Por favor, entendamos esto, financieramente no hay vueltas que darle, lo que más nos conviene es sacar el petróleo. Con los precios actuales del petróleo esas reservas valen alrededor de 14 mil millones de dólares. El plan anual de inversiones de Ecuador que ha roto records históricos (tenemos la más alta inversión pública de América Latina con cerca del 14% del Producto Interno Bruto); ese plan, pese a lo alto que es con respecto a otros años, alcanza apenas a seis mil millones de dólares. Solo en el campo ITT estamos hablando de más del doble del plan anual de inversiones públicas del país. Es dinero que necesitamos para carreteras, para hospitales, para escuelas, para libros, para crédito, para desarrollo agrícola, etcétera.

Sin embargo, sabemos de nuestra responsabilidad y presentamos esta propuesta, enfatizando nuevamente que el principal contribuyente es Ecuador, porque estaríamos

renunciando a miles de millones de dólares que bien los necesita nuestro pueblo.

La iniciativa es un compromiso claro de un país pobre para enfrentar el cambio climático y el calentamiento global, donde la mayor parte de sacrificio recae sobre el pueblo ecuatoriano.

Como manifestó el ex Presidente de la Asamblea de Naciones Unidas y querido amigo, padre Miguel de Escoto (por andar con esos amigos es que me declaran persona no grata después): *“La iniciativa Yasuní ITT es la propuesta más concreta que se haya presentado en la historia de la humanidad para luchar contra el cambio climático y el calentamiento global, es pasar de la retórica a los hechos concretos”*.

Queridas amigas y amigos, de ustedes depende el éxito de esta iniciativa y, sinceramente, del éxito de esta iniciativa, estoy convencido, depende gran parte del futuro del planeta.

Muchas gracias por estar aquí nuevamente.

Rafael Correa Delgado
PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE LA
REPÚBLICA DEL ECUADOR

ANEXO III — Discurso do Presidente Rafael Correa sobre o abandono da Iniciativa
Yasuni-ITT

DISCURSOS
POLÍTICOS

CUADERNILLO
07

Anuncio a la Nación Iniciativa YASUNÍ ITT



*YASUNÍ-ITTmanta Ecuadormamallaktaman
willachik tiakrin*

ALIANZA
PAIS
PATRIA ALTIVA I SOBERANA

Anuncio a la Nación, **INICIATIVA YASUNÍ ITT**

Anuncio a la Nación, INICIATIVA YASUNÍ ITT

Anuncio
a la
Nación
iniciativa
YASUNÍ ITT



QUITO, 15 DE AGOSTO DE 2013

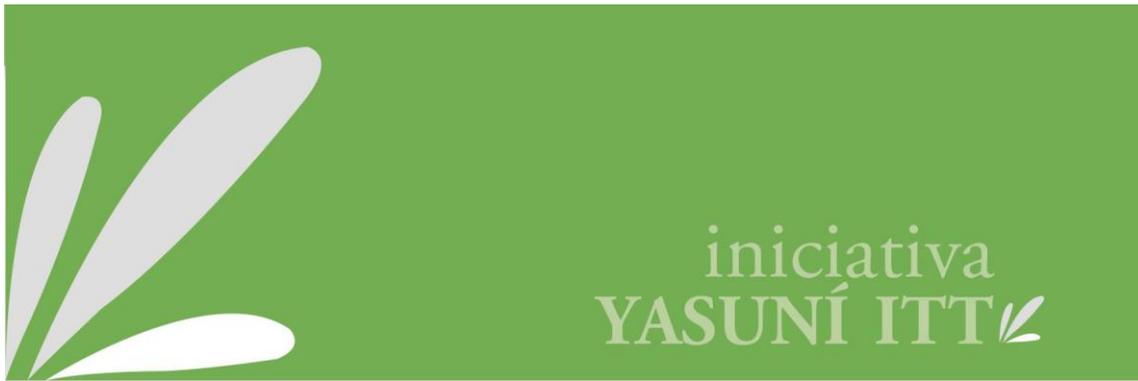




Anuncio a la Nación
INICIATIVA YASUNÍ ITT 

Octubre 2014





Queridas ecuatorianas, queridos ecuatorianos y muy especialmente jóvenes de mi Patria y de la Patria Grande:

Hace ya más de seis años, con la mayor alegría, entusiasmo y tal vez **con no poca ingenuidad**, presentamos al mundo la Iniciativa Yasuní-ITT, proponiendo al planeta mantener indefinidamente inexploradas las reservas petroleras del Bloque Ishpingo–Tiputini–Tambococha (más conocido como ITT), reservas estimadas en alrededor de 920 millones de barriles, que corresponden al 20% de reservas comprobadas del país. Con ello se evitaría enviar a la atmósfera más de 400 millones de toneladas de CO₂, colaborando así en la lucha contra el calentamiento global.

Para este fin, la comunidad internacional debía contribuir con al menos 3600 millones de dólares, que representaban, en ese entonces, cerca del 50% de lo que percibiría el Estado si explotaba el ITT.

No era caridad lo que pedíamos, era CORRESPONSABILIDAD en la lucha contra el cambio climático, **siendo el principal contribuyente el pueblo ecuatoriano**, puesto que Ecuador es un contaminador marginal y, sin embargo, con la propuesta sacrificaba **3600 millones de dólares en renta petrolera**.

La compensación exigida tenía una perfecta lógica ambiental y económica: **constituía un justo pago por la generación de bienes ambientales**.

Sin la selva amazónica, principal pulmón del mundo, probablemente la vida en el planeta desaparecería. No obstante aquello, los países amazónicos no recibimos nada a cambio por ese fundamental bien para la vida.

La propuesta pretendió despertar las conciencias del mundo y generar una nueva realidad: bajar de la retórica a los hechos, exigiendo la corresponsabilidad de la comunidad internacional en la lucha contra el calentamiento global.

Sin buscar ninguna clase de réditos –el país me conoce–, pero tan solo por precisiones ante la historia, quien ideó y propuso la Iniciativa en reunión de directorio de Petroecuador, en junio de 2007, fue el propio Presidente de la República.

Lamentablemente, tenemos que decir que **el mundo nos ha fallado**.

Hasta el momento solo existen 13,3 millones en fondos disponibles depositados en los fideicomisos Yasuní-ITT; esto es apenas el 0,37% de lo esperado. Existen compromisos no directamente vinculados a la Iniciativa, por otros 116 millones de dólares.

¿Por qué este fracaso? Seguramente hemos cometido errores por lo innovador de la propuesta, pero les aseguro que de ninguna manera esos errores han sido decisivos.

Pienso que la Iniciativa se adelantó a los tiempos y no pudo o no quiso ser comprendida por los responsables del cambio climático.

También hemos tenido mala fortuna, ya que el lanzamiento de la Iniciativa coincidió con la peor crisis económica global de los últimos ochenta años.

Pero que nadie se engañe: **el factor fundamental del fracaso es que el mundo es una gran hipocresía**, y la lógica que prevalece no es la de la justicia, sino la lógica del poder.

Es tan simple como duro, queridos jóvenes: los países contaminadores también son los más ricos y fuertes, y si los bienes ambientales, generados por otros, son de libre acceso, ¿por qué habrían de pagar algo?

Imagínense por un instante una situación al revés: si los países pobres fuéramos los contaminadores y los países ricos los que tuvieran la selva amazónica generadora de aire puro. ¿Es que ya no nos hubieran hasta invadido para obligarnos a pagarles por dichos bienes?

Esa es la gran lucha, queridos jóvenes: un mundo donde reine la justicia y no solo la conveniencia del más fuerte.

Mientras tanto, tenemos que vencer la pobreza, tenemos que construir hospitales, adecuadas escuelas, vivienda, energía; lograr que cada territorio tenga los servicios públicos indispensables. Para este fin, el Ecuador ha aprobado su Plan Nacional para el Buen Vivir (que contiene un programa de inversiones de todo el Estado, incluidos los Gobiernos Autónomos Descentralizados), plan de cerca de 70 mil millones de dólares para tener, en cada rincón de la Patria, las Unidades de Policía Comunitaria, los subcentros de salud, las escuelas, lo necesario desde el punto de vista de servicios del Estado.

Hemos vivido acostumbrados a enfermedades como dengue, cólera, gastroenteritis, que son patologías de la miseria, pues no deberían existir y no existen en países con adecuados servicios sanitarios –agua potable, alcantarillado, rellenos sanitarios–, de los cuales, en pleno siglo XXI, solo goza **la mitad de la población ecuatoriana...**

¡Escúchenme jóvenes de la Patria!, solo la mitad de ecuatorianos tienen adecuados servicios sanitarios: agua potable, alcantarillado, relleno sanitario. Muy difícilmente podremos lograr, en el 2015, el objetivo del milenio en cuanto a desnutrición, precisamente por la ausencia de esos servicios sanitarios.

Nuestra agua dulce se está destruyendo; no por la minería, como dicen ciertos falsarios, sino por la falta de sistemas de aguas servidas en nuestras ciudades.

La selva también se está destruyendo, pero por la expansión de la frontera agrícola y pecuaria, especialmente en la Amazonía. Y para evitarlo se requieren fuentes alternativas de empleo e ingreso.

Nuestros pueblos ancestrales y minorías étnicas viven en la pobreza, y algunos pretenden mantenerlos en esa situación en nombre de la “preservación de sus culturas”, como si la miseria, el mayor insulto a la dignidad humana, fuera parte del folklore.

Por todo lo anterior, conciudadanas, conciudadanos, jóvenes de la Patria y de la Patria Grande, **con profunda tristeza, pero también con absoluta**

Anuncio a la Nación, **INICIATIVA YASUNÍ ITT**

responsabilidad con nuestro pueblo y con la historia, he tenido que tomar una de las decisiones más difíciles de todo mi Gobierno: El día de hoy he firmado el Decreto Ejecutivo para la liquidación de los fideicomisos Yasuní-ITT, y con ello poner fin a la Iniciativa. De igual manera, en el referido decreto ordeno la elaboración de informes técnicos, económicos y jurídicos para, de acuerdo con el Art. 407 de la Constitución, solicitar a la Asamblea Nacional la declaratoria de Interés Nacional al aprovechamiento del petróleo en el Yasuní, cuya utilización afectará, ¡escúchenme bien pueblo ecuatoriano y en especial jóvenes queridos, escúchenme bien!: aprovechamiento que afectará a **menos del uno por mil del Parque Yasuní**.

Ustedes pueden ver en el gráfico del Parque –que tiene más de un millón de hectáreas–, que la explotación petrolera con adecuadas técnicas afectará a **menos del uno por mil** de dicho Parque.



Este compromiso lo estoy incluyendo en el mismo decreto y personalmente lo supervisaré (el pueblo ecuatoriano ya me conoce, sabe que si digo “personalmente” ahí estaré).

Cito el Decreto No. 74 del 15 de agosto, 2013:

“Artículo 5.- En caso de que la Asamblea Nacional autorice la actividad extractiva, **ésta no podrá desarrollarse en un área superior al uno por mil (1‰) del Parque Nacional Yasuní”**.

Podemos para ello crear una veeduría ciudadana, pero de gente honesta, no de los fundamentalistas con insensatas agendas anti todo que alcanzaron apenas el 3% de apoyo popular en las últimas elecciones.

Es una grosera e irresponsable **mentira** lo que han posicionado los grupos de siempre; un engaño en el que caen muchos jóvenes de buen corazón: Yasuní o petróleo. Esto **NO ES VERDAD**, queridos jóvenes. **Jamás permitiría que el Yasuní desapareciera.**

Nos han engañado con un falso dilema: **el todo o nada**; explotar el ITT o la supervivencia del Yasuní. Ese falso dilema es parte de un falso dilema aún mayor: naturaleza o extractivismo...

Noruega es un país petrolero y es uno de los que mejor cuida su naturaleza (además de ser el campeón en desarrollo humano). Canadá es minero, y tiene las mayores reservas de agua dulce del planeta...

Lo que ha dicho esa gente es falso, queridos jóvenes.

En la actualidad, en función de la tecnología disponible para la recuperación petrolera y sobre la base de los precios del petróleo, el aprovechamiento de las reservas del ITT arrojaría un valor presente neto **de 18.292 MILLONES DE DÓLARES, más de 11 mil millones adicionales a lo que originalmente se estimó.**

En consecuencia, el verdadero dilema es:

100% del Yasuní y nada de recursos para satisfacer las necesidades urgentes de nuestra gente, ó 99,9% del Yasuní intacto y cerca de 18 mil millones para

vencer la miseria, especialmente en la Amazonía, paradójicamente la región con mayor incidencia de pobreza.

Insisto, en su verdadero contexto, sin engaños, sin falsos dilemas, sin mentiras, la elección es 100% del Yasuní y nada de recursos para combatir la miseria, ó 99,9% del Yasuní –al menos 99% de un Yasuní intacto–, y cerca de 18 mil millones de dólares para combatir la miseria, para dar a nuestra población los servicios que merece y que por tanto tiempo se los han negado.

Creo que es demasiado clara la elección.

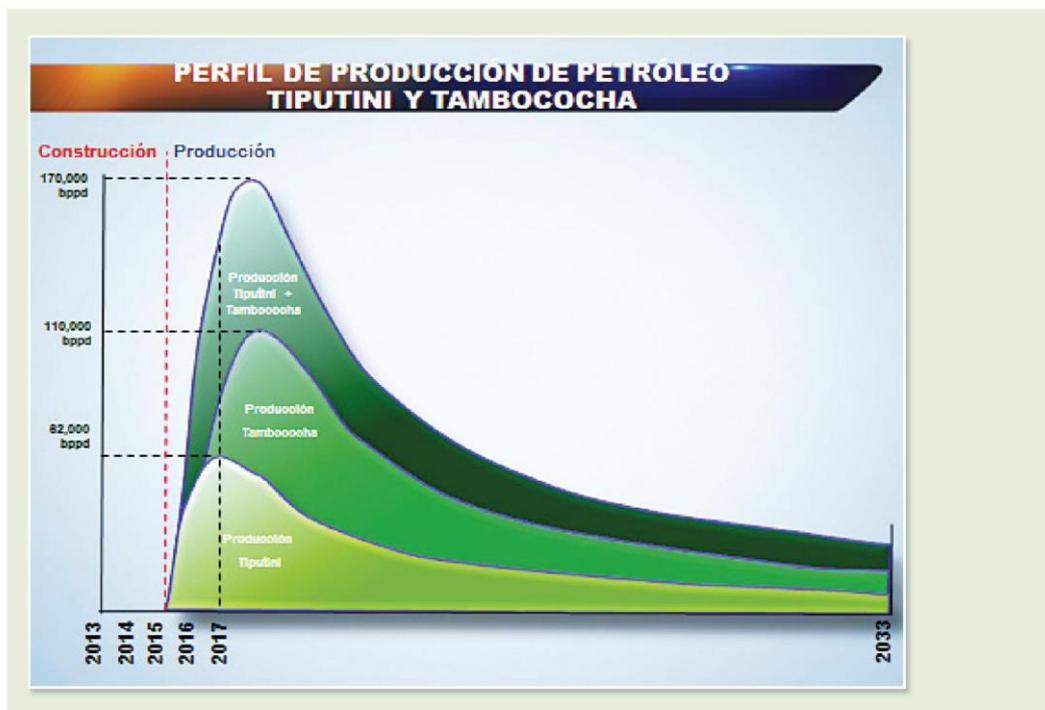
De estos recursos, los Gobiernos Autónomos Descentralizados Amazónicos, por la Ley 010, recibirían cerca de 258 millones de dólares, y por la repartición del 12% de excedentes petroleros, alrededor de 1.882 millones de dólares.

Con ello, la Amazonía podrá, con holgura, salir de su retraso histórico. Todo esto en adición a cerca de 1.568 millones de dólares que recibirían todos los Gobiernos Autónomos Descentralizados del país, por su participación, por ley, en la renta petrolera.

Vendrán los charlatanes de siempre a decir que esta decisión es fruto del excesivo gasto público, como si fuera un delito invertir en salud, educación, bienestar de nuestro pueblo.

La verdad es que estos recursos ni siquiera son para nuestro Gobierno, sino para el futuro. Ustedes, ecuatorianos, pueden ver el gráfico; ahí están las curvas de producción estimadas de los campos Tiputini y Tambococha, de las cuales solo una pequeña parte se recibiría en nuestro Gobierno, es decir, hasta el año 2017.

Anuncio a la Nación, INICIATIVA YASUNÍ ITT



La gran parte de la producción, y en consecuencia de ingresos petroleros, es para después de nuestro Gobierno. Actuamos no para las próximas elecciones, actuamos para las próximas generaciones, para el futuro de nuestra Patria.

Les pido a nuestros compañeros y a la misma oposición responsable —que la hay— en la Asamblea Nacional, apoyo en esta dura pero necesaria decisión.

El Yasuní seguirá viviendo, pero la pobreza disminuirá y con suerte, y adecuadas decisiones, la venceremos definitivamente.

Los trabajos en el campo Tiputini se empezarán en las próximas semanas, una vez terminada la consulta previa y obtenidos los permisos ambientales respectivos, ya que el 80% de este campo está **fuera del Parque** y era parte de la Iniciativa, porque, como siempre se dijo, el mayor problema no es la extracción del petróleo, que técnicamente realizada tiene un mínimo impacto, sino las emisiones de CO₂, cuando se utilice, se queme ese crudo pesado.

Los trabajos estarán a cargo de la **empresa estatal** PETROAMAZONAS.

A manera de ejemplo, el campo Pañacocha de PETROAMAZONAS, desarrollado en forma total en nuestro Gobierno, ha sido premiado internacionalmente por el cumplimiento en exceso de los parámetros ambientales, y ha sacado de la miseria a las comunidades amazónicas de Playas de Cuyabeno y Pañacocha. Pronto inauguraremos las comunidades del milenio en Pañacocha y Playas de Cuyabeno, algo extraordinario que rompe esquemas.

Probablemente el país no lo conoce, pero actualmente operan **cuatro** explotaciones petroleras en el parque YASUNI, siendo ejemplos de explotación amigable con el medio ambiente.

En los próximos días, ecuatorianas y ecuatorianos, se hará una campaña comunicacional para explicar detalladamente al país las técnicas de extracción de última generación a emplearse.

Jóvenes queridos: que no nos engañen con simplismos del todo o nada ni de buenos contra malos. **Así no funciona el mundo.** Aquí hay gente de buen corazón –como ustedes–, que queremos conservar la naturaleza, pero también queremos acabar con la miseria.

En nombre de la Patria agradezco profundamente a Ivonne Baki, quien se entregó toda entera como responsable directa de la Iniciativa Yasuní-ITT. Lo hizo con profundo cariño, con patriotismo, con convicción, con sacrificio, con pasión. Pese a aquello y a su inmensa capacidad, no se lograron los objetivos por los motivos antes expuestos.

Quiero también agradecer a todas las personas que pusieron el corazón entero durante estos años, por el éxito de la Iniciativa. En particular, a Lenín Moreno, ex Vicepresidente de la República, hijo del Yasuní, nacido en Nuevo Rocafuerte, quien también puso toda su alma en esta utopía.

Nuestra eterna gratitud al apoyo y a los aportes de los ciudadanos conscientes del mundo, a las instituciones (desde gobiernos de países amigos hasta sencillas escuelas rurales), y en particular, agradecer a nuestros propios conciudadanos, que siempre apoyaron en una inmensa mayoría esta Iniciativa revolucionaria.

Hemos contado también con el invaluable respaldo de la comunidad científica y académica, que reconocieron precisamente ese carácter revolucionario de la Iniciativa Yasuní ITT.

Queridos jóvenes:

Durante seis años hicimos lo que pudimos. Que no les quede la menor duda. Ojalá que entiendan que esa demora significó millones de ecuatorianos sin agua potable, niños muriendo o mal creciendo por causas perfectamente evitables, centenas de miles de jóvenes sin infraestructura educativa adecuada, personas sin acceso a la salud.

En estos días he recibido miles de twitters, mensajes, plantones de jóvenes, defendiendo el Yasuní. Me siento muy orgulloso de ustedes, nuevas generaciones que están creciendo con una gran conciencia ecológica, en gran parte gracias a los esfuerzos de la Revolución Ciudadana.

Ustedes aman la vida, yo también amo la vida, **Ecuador ama la vida**, pero se están produciendo muertes, que son verdaderos crímenes en el siglo XXI: por dengue, por amebiasis, por desnutrición –insisto–, por patologías de la miseria.

A ustedes no les gusta el petróleo. Les aseguro que a mí tampoco me gusta, **pero a todos** nos debería disgustar aún más la miseria. Y que nadie se engañe: necesitamos nuestros recursos naturales para superar lo más rápidamente la pobreza, y para un desarrollo soberano. El que les diga lo contrario les está mintiendo.

El mayor atentado a los Derechos Humanos es la miseria y el mayor error es subordinar esos Derechos Humanos a supuestos derechos de la naturaleza: no importa que haya hambre, falta de servicios... ¡lo importante es el conservacionismo a ultranza!

Esto también es un falso dilema, ya que el ser humano es parte de la naturaleza y la pobreza también atenta contra la Pachamama, con la sobreexplotación de suelos, la tala indiscriminada de bosques, la contaminación de nuestros ríos, por falta de servicios adecuados.

Queridas ecuatorianas, queridos ecuatorianos, jóvenes de la Patria:

Podemos tener la conciencia tranquila: Yasuní-ITT ha sido la propuesta más seria y concreta en la lucha contra el cambio climático de toda la historia de la

Anuncio a la Nación, **INICIATIVA YASUNÍ ITT**

humanidad. No lo decimos nosotros, lo dice Miguel de Escoto, ex Presidente de la Asamblea General de las Naciones Unidas, pero tenemos que velar por nuestro pueblo, por nuestra gente, sobre todo por los más pobres.

Esta decisión nos desilusiona a todos, pero es necesaria. Ya no podemos hacer más, sin grave perjuicio al bienestar de nuestra gente. **La historia nos juzgará.**

Los charlatanes de siempre pueden decir lo que quieran. Ustedes, queridos jóvenes, tengan la seguridad de que nadie defiende más al Yasuní y a nadie le duele más esta decisión que al propio compañero Presidente.

En lo inmediato, tratarán de politizarlo los oportunistas de siempre, tratarán de desestabilizarnos. **Confíen en su Gobierno** y no caigan en esos juegos, peor aún en la violencia que ciertos grupos tratarán de generar sobre la base de una vacía “resistencia”.

Mi cargo siempre estará a disposición de ustedes, jóvenes, y del pueblo ecuatoriano.

Les hago un llamado a la confianza: podemos equivocarnos, pero jamás de mala fe. **No caigan en las falsedades de los oportunistas de siempre.**

Recuerden cuando se inventaron un “holocausto tiburonero”: que cambiábamos votos por aletas, dijeron. ¡Todo fue mentira! Hoy somos felicitados e imitados por tener uno de los mejores sistemas de control de pesca del tiburón de toda la región.

Nunca renunciaremos a la utopía. A lo largo de estos años hemos demostrado nuestro amor por el Yasuní, y reiteramos nuestra promesa de velar porque su integridad y su maravilla perduren para siempre, pero también aprovechando responsablemente los recursos de su subsuelo, para el servicio de las ecuatorianas y los ecuatorianos, con sumo cuidado, con infinito amor.

¡UNIDAD PARA NOSOTROS, TODO POR LA PATRIA!

¡HASTA LA VICTORIA SIEMPRE!

Rafael Correa Delgado

PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR

www.alianzapais.com.ec

Hace ya más de seis años, con la mayor alegría, entusiasmo y tal vez con no poca ingenuidad, presentamos al mundo la Iniciativa Yasuní-ITT, proponiendo al planeta mantener indefinidamente inexploradas las reservas petroleras del Bloque ITT, reservas estimadas en alrededor de 920 millones de barriles, que corresponden al 20% de reservas comprobadas del país. Con ello se evitaría enviar a la atmósfera más de 400 millones de toneladas de CO₂, colaborando así en la lucha contra el calentamiento global.

Para este fin, la comunidad internacional debía contribuir con al menos 3600 millones de dólares, que representaban, en ese entonces, cerca del 50% de lo que percibiría el Estado si explotaba el ITT. No era caridad lo que pedíamos, era CORRESPONSABILIDAD en la lucha contra el cambio climático, siendo el principal contribuyente el pueblo ecuatoriano, puesto que Ecuador es un contaminador marginal y, sin embargo, con la propuesta sacrificaba 3600 millones de dólares en renta petrolera.



@35PAIS



Movimiento Alianza Pais

